SAN TIAGO DANTAS

COLETÂNEA DE TEXTOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Renato Lessa e
Cristina Buarque de Hollanda
Organizadores

San Tiago Dantas

Coletânea de textos sobre Política Externa

Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2009

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Capa:
Arcangelo Ianelli, Sem título
Óleo sobre tela, 199x150cm, 1973

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Nota: O editor manteve a ortografia dos textos originais, publicados entre 1955 e 1964.

Impresso no Brasil 2009

Dantas, Francisco Clementino de San Tiago.

Coletânea de textos sobre política externa / Francisco Clementino de San Tiago Dantas [org. Renato Lessa; Cristina Buarque de Hollanda]. — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

320p.

ISBN: 978.85.7931.157-7

1. Política externa — Brasil. 2. Relações internacionais — Brasil. I. Título. II. Autor. III. Renato Lessa. IV. Cristina Buarque de Hollanda.

CDU 94(81);
327(81(09)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio, 7
Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores

Apresentação, 9

Primeira Parte: Antes da Chancelaria

Xº. Aniversário da Carta das Nações Unidas: Discurso proferido em sessão solene da Faculdade Nacional de Direito, 27

Manuscrito sobre a política dos Estados Unidos para a América Latina , 37

Relato à Câmara de Deputados, a respeito da V Reunião de Consultas dos Ministros das Relações dos Estado Americanos, em Santiago do Chile, 41

Entrevista ao jornal "O Globo", 59

Discurso de renúncia ao mandato, na Câmara de Deputados, 67

Segunda Parte: San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores

Programa de Governo: Política Internacional. Capítulo final do programa de Govêrno apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves, 95

Discurso de Posse do Chanceler San Tiago Dantas sôbre política exterior no Brasil, 105

Primeira entrevista de San Tiago Dantas como Ministro, 111

Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 123

Caderno de fotos, 177

Reunião da Comissão de Planejamento de Assuntos Ligados à VIII Reunião de Consulta, 189

Exposição aos Chefes de Missão dos Estados Americanos, no Itamarati, 199

Discurso Pronunciado na Comissão Geral, 205

Exposição em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão, 217

O Brasil e o desarmamento. Discurso pronunciado, na comissão de desarmamento, em Genebra, 229

Discurso proferido no Congresso Nacional, 237

Discurso do ex-Chanceler San Tiago Dantas ao se despedir dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, 253

Manuscrito sobre Israel, 259

Terceira Parte: Depois da Chancelaria

Prefácio ao livro Política Externa Independente, 263

Minuta da carta de João Goulart a Kennedy sôbre a crise de mísseis em Cuba, 273

Política Exterior e Desenvolvimento: discurso de paraninfo, 277

A ALALC e o neo-Subdesenvolvimento. Conferência na reunião preparatória da II Convenção de Empresários Participantes da ALALC, 289

Compreensão Mundial: Conferência pronunciada no Rotary Club, 307

San Tiago Analisa Pronunciamento de Castelo, 311

Prefácio

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Poucos nomes da história de nossa política externa são unânimes como o de Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Mas nem sempre foi assim. Durante sua gestão à frente do Itamaraty, os setores menos progressistas da sociedade brasileira enxergavam poucos méritos naquela política externa inovadora, que buscava tornar mais autônoma a inserção internacional do Brasil.

San Tiago Dantas teve influência direta na formação intelectual da minha geração. Como Chanceler, ajudou a legar um mapa conceitual para a diplomacia brasileira que extrapola os limites da Política Externa Independente, da qual foi um dos mentores e executores. San Tiago não via o mundo pelas lentes simplificadoras da Guerra Fria. Considerava que a inserção internacional do País não deveria estar condicionada a filiações ideológicas.

O Brasil deveria praticar uma política externa verdadeiramente global, capaz de afirmar o papel do País na cena internacional e buscar soluções para a promoção do desenvolvimento nacional. Profundamente preocupado com as assimetrias políticas e econômicas do sistema internacional, San Tiago Dantas defendia a construção de uma ordem internacional mais justa, que garantisse tratamento igualitário aos Estados.

Não cheguei propriamente a conhecer o Ministro San Tiago Dantas. Quando concluí o Instituto Rio Branco, San Tiago já nos havia deixado. No entanto, esteve sempre presente na minha carreira, fosse pelo exemplo de

compromisso com a coisa pública ou pela ligação que vim a estabelecer com pessoas de seu círculo próximo. Um deles foi o Ministro Renato Archer, um saudoso amigo que havia colaborado com San Tiago Dantas na passagem deste pelo Ministério das Relações Exteriores e a quem tive a honra de assessorar quando foi Ministro da Ciência e Tecnologia nos anos 80.

A obra que a Fundação Alexandre de Gusmão agora publica complementa um ciclo editorial dedicado à Política Externa Independente e à memória deste estadista brasileiro. No compêndio, estão reproduzidos alguns dos mais importantes pronunciamentos, artigos e reflexões do político e do acadêmico. Do ponto de vista historiográfico, há um aporte importante: a degravação da transmissão televisiva em que San Tiago explica à nação o porquê da abstenção brasileira na votação que terminou por suspender Cuba da Organização dos Estados Americanos por 47 anos.

No ano em que aquela decisão anacrônica foi finalmente revogada, com ativa participação do Brasil, torna-se ainda mais oportuno resgatar a memória de San Tiago Dantas. Na Conferência de Punta del Este de 1962, o então Chanceler brasileiro havia envidado todos seus esforços para evitar a aprovação de medida que ele julgara, além de inteiramente improcedente em termos jurídicos, pouco prudente do ponto de vista político, uma vez que alienaria o país caribenho do convívio com os demais países da região. A história provou que o julgamento de San Tiago Dantas estava correto nos dois aspectos.

A respeito da Política Externa Independente a que deu seguimento em sua histórica passagem pela Casa de Rio Branco, San Tiago Dantas costumava dizer que "os fatos precederam as ideias". Posso dar testemunho de que suas ideias inspiraram a ação de muitos dos que o sucederam.

Apresentação

Trata a presente coletânea de reunir materiais esparsos, de autoria de San Tiago Dantas, a respeito de política externa brasileira e de tópicos variados das relações internacionais, produzidos entre 1955 e 1964. O material é diverso: artigos, entrevistas, discursos, mensagem em cadeia de rádio e televisão e esboços. Diverso, ainda, é o conhecimento público a respeito dele: parte inédita, parte já publicada de forma dispersa. Alguns dos textos aqui reunidos foram reproduzidos do livro Política Externa Independente, publicado em 1962 pela Editora Civilização Brasileira, com materiais diversos de autoria do então chanceler brasileiro[1]. Os demais foram recolhidos a partir de pesquisa no Arquivo San Tiago Dantas, sob guarda do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e em um número da Revista Brasileira de Política Internacional, publicado em setembro de 1964[2]. Cada um dos textos será precedido de um breve resumo, no qual consta o assunto específico considerado e, sempre que possível, sua origem e datação.

Em depoimento saudoso e caloroso, feito no decorrer de um seminário que marcou, em 2004, os 40 anos de falecimento de San Tiago Dantas, disse Helio Jaguaribe ter o homenageado escrito "muito pouco"[3]. À morte prematura,

[1] Cf. San Tiago Dantas, Política Externa Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
[2] Ver Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. VII, n. 27, setembro de 1964.
[3] Cf. Helio Jaguaribe, "San Tiago Dantas: o homem, o estadista e sua política econômica (depoimento)", In: Marcilio Marques Moreira, Arnaldo Niskier e Adacir Reis (Coord.), Atualidade de San Tiago Dantas, São Paulo: Lettera.doc, 2005.

que o colheu aos 53 anos de idade incompletos, pode ser debitada forte responsabilidade pela carência apontada. A percepção, contudo, tem o quê de privação relativa: a genialidade e clareza, marcas de San Tiago Dantas, deveriam ter tido por corolário uma copiosa bibliografia. O contraste entre a expectativa com o que efetivamente dispomos é o que estabelece a sensação de falta. Uma falta que, com certeza, teria sido ainda maior se o personagem não dispusesse do dom de falar como quem escrevia textos, fazendo com que discursos e intervenções orais ganhassem a forma posterior de algo escrito. Hélio Jaguaribe, mais uma vez, dá o testemunho: "Não havia nenhum intervalo entre o que San Tiago Dantas falava e o que se precisaria escrever do que ele dizia. Ele tinha uma absoluta correção e precisão na sua enunciação imediata, de tal forma que as gravações de San Tiago eram textos impecáveis"[4].

De qualquer modo, o que hoje há de disponível, da lavra de San Tiago Dantas, é suficiente para reconhecer uma combinação tão virtuosa como incomum entre limpidez extrema de argumentação, variedade temática – sem qualquer nódoa de diletantismo – e profundidade. A isso deve ser acrescentada a presença de um motivo permanente em suas intervenções, uma espécie de dimensão tectônica de seu pensamento: a obsessão com o tema da reforma social no Brasil e de seu caráter imperioso para que o regime democrático, por essas plagas, tivesse alguma viabilidade.

Entre setembro 1961 e julho de 1962, San Tiago Dantas ocupou o posto de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Desse período resultou notável produção de discursos e entrevistas sobre assuntos variados que pautavam a política externa brasileira e a política internacional da época.

Embora tenha permanecido no ministério por pouco tempo, o interesse de San Tiago Dantas sobre questões de política externa ocupou espaço significativo em sua biografia. Em seu arquivo, por exemplo, podem ser encontrados registros dessa atenção já nos anos quarenta, em um texto intitulado "A África e as Terras Árabes", uma conferência pronunciada na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica em 1948[5]. Ainda que ali não esteja inscrita uma interpretação pessoal, a marca intelectual de San Tiago

[4] Cf. Hélio Jaguaribe, op. cit., p. 19. No mesmo testemunho Helio Jaguaribe, a propósito desse dom, registra um dos fatos mais curiosos da crônica sobre San Tiago Dantas, o discurso por ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa, na Universidade de Cracóvia, que exigia para a solenidade a leitura de um texto previamente escrito e não um mero improviso. San Tiago Dantas teria "lido" um calhamaço de papel almaço em branco. O discurso foi gravado e transcrito, sem qualquer correção, e enviado a Universidade como texto.

[5] Ver Arquivo San Tiago Dantas, (Q8, caixa 3, pacote 1), Arquivo Nacional (RJ).

Dantas mostra-se pelo apego ao detalhe, pela clareza incomum e pela reverência ao idioma. Três anos depois, os mesmos atributos podem ser detectados em outra conferência, pronunciada na Escola Superior de Guerra em 10/08/1951, intitulada "Problemas do Extremo Oriente"[6].

O interesse, portanto, antecede à investidura na Chancelaria brasileira. Com efeito, nos anos cinqüenta, San Tiago Dantas esteve presente como delegado brasileiro na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington, DC (1951); foi conselheiro das delegações brasileiras à V Reunião do Conselho Interamericano Político e Social, no Rio de Janeiro (1954) e à V Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Santiago do Chile (1959).

Da mesma forma que o envolvimento com questões de política externa antecedeu à ocupação do posto ministerial, pode se dizer que o tema sobreviveu à experiência. Até o fim de sua vida, nos dois anos dos quais dela dispôs após a saída do ministério, o assunto esteve presente em suas preocupações. O último texto incluído nessa coletânea, por exemplo, registra sua opinião a respeito da política exterior do governo Castello Branco. Provavelmente é o último registro escrito de intervenção de San Tiago Dantas em questões de interesse público.

Uma das características notáveis da reflexão de San Tiago Dantas a respeito de questões de política externa é a completa ausência dos vícios intelectuais do especialista. Para ele, o tema estava fortemente inscrito em sua interpretação dos problemas brasileiros, em seu conjunto. Sua compreensão a respeito da integração latino americana e das relações com os Estados Unidos, por exemplo, foi marcada de forma nítida por sua crença no imperativo da erradicação da pobreza e da desigualdade, como condições para a estabilidade democrática. Ao fazê-lo, recusava um quadro de referência sustentado apenas nos termos da troca econômica e da segurança internacional. Isso, ainda em tempos de Guerra Fria. Sua perspectiva, ao tratar dos assuntos de política externa, era antes a de um reformador social do que de um estrátega do mundo diplomático, cujas artes, a propósito, exerceu com grande competência.

Os cinco primeiros textos, aqui incluídos, dizem respeito ao envolvimento de San Tiago Dantas com questões de política externa, antes de sua investidura na Chancelaria brasileira. Eles constituem a primeira parte da presente coletânea – intitulada Antes da Chancelaria - e tratam, pela ordem, (i) dos

[6] Idem, Q8, caixa 3, pacote 2.

desafios postos a ONU, em seu décimo aniversário[7], (ii) do caráter não-prioritário da América Latina na estratégia diplomática dos Estados Unidos e de suas possíveis conseqüências[8]; (iii) da V Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Santiago do Chile , em 1959[9]; (iv) das relações entre Cuba e o sistema interamericano[10] e (v) de sua renúncia ao mandato de deputado federal, em agosto de 1961, para ocupar a representação brasileira da ONU[11].

O tema da democracia e de sua fundamentação na reforma social estabelece a linha de continuidade e a fundamentação das quatro intervenções. Uma síntese dessa perspectiva pode ser encontrada nas seguintes formulações, apresentadas no relato à Câmara, feito em 1959:

> "...a estabilidade das instituições democráticas resulta, em grande parte, do próprio grau de desenvolvimento econômico e do tipo de estrutura social que logrem alcançar os povos subdesenvolvidos deste hemisfério.
>
> Na verdade, o pauperismo em que vivem as populações latino-americanas, a debilidade de uma estrutura social, em que se contrapõem ainda, por toda parte, uma sociedade de rotos e uma sociedade de milionários, e o baixo nível de renda por habitante, que situa o nosso hemisfério entre as regiões mais pobres do mundo, tudo isso faz com que entre nós não possa medrar uma vida política realmente estável, onde as liberdades públicas encontrem clima de segurança indispensável ao funcionamento contínuo das instituições constitucionais.
>
> Se reclamamos, como ponto de partida da defesa das instituições democráticas em nosso hemisfério, o desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida das nossas populações, não podemos deixar de objetivar uma substancial mudança na política de cooperação internacional, que, tendo nos Estados Unidos da América, o seu centro propulsor, na realidade abrange, de maneira muito desigual, as diferentes áreas subdesenvolvidas do mundo, colocando precisamente a nossa no nível mais baixo das prioridades."

[7] Discurso em Sessão Solene na Faculdade Nacional de Direito (Rio de Janeiro, Universidade do Brasil), em 3/7/1955.
[8] Artigo publicado no Jornal do Commercio, em 14/8/1957.
[9] Relato feito à Câmara de Deputados, em agosto de 1959.
[10] Entrevista ao jornal O Globo, concedida em 31/5/1961.
[11] Discurso feito na Câmara de Deputados, em 25 de agosto de 1961. San Tiago Dantas não viria a ocupar o posto, em função da renúncia do presidente Jânio Quadros.

O relato mencionado contém uma "prestação de contas" à Câmara de Deputados a respeito do desempenho da delegação brasileira à V Reunião de Consulta de Chanceleres, ocorrida em Santiago do Chile. O então deputado federal San Tiago Dantas, eleito em 1958 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (MG), não apenas esteve presente à reunião, como representante da Câmara de Deputados, como teve participação decisiva na elaboração da Declaração de Santiago, que estabeleceu uma definição de democracia com a finalidade de orientar as decisões e as interações no campo das relações interamericanas. Tal definição contém os seguintes requisitos:

(i) Estado de Direito ("império da lei"), o que inclui expressamente a "independência dos poderes";
(ii) "eleições livres";
(iii) rotatividade no poder (é "antidemocrática toda perpetuação no poder");
(iv) garantia a direitos individuais (o que inclui "liberdade e justiça social"); e
(v) um padrão de cooperação entre os países, voltado para a "melhoria das condições de vida das populações".

Em seu relato, o então deputado San Tiago Dantas assinala a importância do artigo 8 da Declaração de Santiago, que fez com que, no plano normativo, a democracia passasse a depender da eliminação das "profundas desigualdades sociais (...) e dos últimos resíduos do colonialismo". De um modo um tanto otimista, convicto da relevância dos marcos jurídicos, San Tiago Dantas resume dessa forma o significado da Declaração:

> ... a Declaração de Santiago veio a ser um documento sintético, mas inequívoco, do que os povos americanos hoje identificam sob a expressão regime democrático, usada em tantos documentos internacionais. Ela não representa uma convenção, nem pode servir de base para a Organização dos Estados Americanos, ou mesmo um Estado ou grupo de Estados, se imiscuam nos negócios internos de um deles para julgar o seu regime político e aplicar sanções de qualquer natureza. Ela constitui, antes, como se acha declarado num de seus considerandos, um instrumento de opinião pública, que servirá para aprimorar o sentido democrático, que desejamos exaltar na vida americana e ao mesmo tempo abrirá caminho para que, no

futuro, possa ser constituído, à sombra da Organização dos Estados Americanos, um sistema de controles efetivos, compatível com o respeito das soberanias e com a observância do princípio de não-intervenção.

São dignos, ainda, de nota prévia dois textos incluídos na primeira parte dessa coletânea: a entrevista a "O Globo" que trata do tema cubano (5/1961) e o discurso de renúncia ao mandado de deputado federal (8/1961), para ocupar a representação brasileira na ONU.

Quanto ao primeiro, trata-se de uma entrevista incomum, posto que escrita e editada pelo próprio entrevistado, com sua inconfundível e clara caligrafia, a lápis. O valioso documento, encontrado no Arquivo Nacional, é precedido de um bilhete, dirigido provavelmente a Roberto Marinho – "meu caro Roberto" -, que encaminha o texto da entrevista e solicita a manutenção do título proposto: "Regime cubano é incompatível com princípios democráticos americanos". Inobstante o título, o conteúdo da "entrevista" é diverso: trata-se de afirmar o princípio da não-intervenção, como base jurídica para tratar do diferendo político cubano e tomá-lo, na verdade, como principal argumento para a manutenção de Cuba no âmbito institucional interamericano. O texto apresenta com clareza os fundamentos jurídicos do princípio da não intervenção, repele a interferências das "potências sino-soviéticas" no âmbito americano e acaba por defender a incolumidade de Cuba e sua manutenção integral nos sistema OEA. A conclusão da "entrevista" é clara:

"A União Soviética abandonará Cuba quando se evidenciar ser este o seu interesse. O Brasil e as demais nações americanas é que não poderão, em caso algum, abandoná-la".

A doutrina sustentada por San Tiago Dantas, na entrevista que escreveu e editou, antecipa a posição brasileira a ser adotada quando da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Punta del Este, em 1962, em torno de uma agenda monopolizada pela questão cubana. Nessa altura, como será visto adiante, o Brasil, através de seu Chanceler, procurou encaminhar uma solução que a um só tempo mantinha a incolumidade da soberania cubana e evitava a exportação de sua revolução.

A segunda parte da coletânea – San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores - contém maior quantidade de textos. Trata do período no qual San Tiago Dantas ocupou o Ministério das Relações Exteriores, de setembro

de 1961 a julho de 1962. Ela contém onze textos, que cobrem a trajetória do ministro, desde o programa de governo apresentado ao Congresso, em 1961, à sua despedida aos funcionários do Itamaraty, no início de julho de 1962.

O material é extremamente valioso para a compreensão do que foi a Política Externa Independente. Embora seus passos iniciais possam ser reconhecidos na década de 50, com a operação Panamericana, no governo Juscelino Kubistchek e com o esboço de política externa adotada no governo Jânio Quadros, os analistas são unânimes em atribuir a San Tiago Dantas a consolidação doutrinária de um processo que, tendo começado com os próprios fatos, nele encontrou a formulação sistemática.

As orientações programáticas da política externa a ser seguida pelo gabinete Tancredo Neves podem ser encontradas nos três primeiros textos da segunda parte: o capítulo sobre política externa do programa de governo apresentado ao Congresso, em setembro de 1961[12]; o discurso de posse de San Tiago Dantas no Itamaraty[13] e uma entrevista divulgada pelo Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores[14].

As orientações desenvolvidas nesses textos podem ser condensadas nos seguintes pontos:

(i) Independência com relação a blocos político-militares nas posições brasileiras na ONU;

(ii) Defesa de um pan-americanismo "social e econômico", e não meramente "jurídico e político";

(iii) Importância da perspectiva multilateralista e da dimensão social da cooperação;

(iv) "defesa intransigente do princípio da não intervenção";

(v) Diagnóstico da "instabilidade das instituições democráticas no hemisfério": originada no "subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interesse egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional , que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam sedições";

(vi) Colonialismo: solidariedade com movimentos de independência;

[12] Publicado originalmente em San Tiago Dantas, Política Externa Independente, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

[13] Publicado originalmente na Revista Brasileira de Política Internacional, Ano VII, # 27, setembro de 1964.

[14] Texto inédito, divulgado no Suplemento ao Boletim Radiotelegráfico # 6265, de 11/10/1961, do Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores.

(vii) Países Socialistas: normalização de relações comerciais e diplomáticas;

(viii) Menção positiva aos EUA, pela formulação da Aliança para o Progresso, "uma etapa mais evoluída do Pan-Americanismo".

Aos três documentos "doutrinários" segue uma seqüência de textos sobre questões específicas, tratadas durante a gestão de San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores: o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, a questão cubana e a intervenção brasileira no tema do desarmamento.

O reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética – rompidas no governo Dutra – é matéria de discurso pronunciado na Câmara de Deputados, a 23/11/1961. Além de relatar recente viagem feita à Argentina, o ministro defende a decisão do governo – pró-reatamento -, em um documento valioso que reconstitui parte da experiência parlamentarista brasileira, o peso da interpelação parlamentar e a contumaz capacidade de argumentação do orador principal. Diante de argumentação fortemente ideológica e anti-comunista, a estratégia de San Tiago Dantas concentra-se em questões de natureza econômica, social e ligadas a uma avaliação do estado geral do comércio internacional.

O discurso perante a Câmara de Deputados foi precedido, em cerca de um mês, de visita feita ao então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara, uma das expressões mais conservadoras do clero católico brasileiro, em todos os tempos. O encontro foi registrado em um texto de feitura jornalística, encontrado no Arquivo San Tiago Dantas[15]. Provavelmente da lavra do próprio ministro, o texto refere-se a San Tiago Dantas na terceira pessoa. Registra a "confiança" do Cardeal "em que o Governo em qualquer ação que se considere no dever de adotar no interesse do país resguarde os valores espirituais da tradição brasileira". Segundo o relato, o ministro garantiu ao "Príncipe da Igreja" que a decisão brasileira no sentido do reatamento "tem sentido puramente pragmático

A questão cubana ocupa a maior parte dos textos. A seleção aqui feita procurou registrar os diferentes momentos de consolidação da posição brasileira, levada à VIII Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, em defesa do princípio da não-intervenção e da manutenção de Cuba nos

[15] O texto integral é parte do acervo do Arquivo San Tiago Dantas, ver Q8, caixa 35, pacote 4.

quadros da OEA. Para tal, foram incluídos os seguintes documentos: o registro da reunião preparatória da delegação brasileira à VIII Reunião (dezembro de 1961)[16]; a exposição da posição brasileira aos representantes no Brasil dos países americanos (janeiro de 1962)[17]; a apresentação da mesma à Comissão da VIII Reunião (janeiro de 1962)[18]; sua exposição ao "povo brasileiro" em cadeia de rádio (fevereiro de 1962)[19] e, por fim, sua defesa perante a Câmara de Deputados, em maio de 1962, após a apresentação, por parte dessa Casa, de moção de censura[20].

A seqüência possui tinturas cartesianas, a indicar uma concepção da política segundo a "ordem das razões": primeiro, a consolidação interna da posição brasileira, e em seguida a sua divulgação aos representantes internacionais, sua apresentação formal na própria Reunião de Consulta, a exposição ao "povo brasileiro" e, por fim, sua defesa diante de seus representantes. É de notar a qualidade do texto da exposição radiofônica, em um nível de complexidade e de uma extensão inconcebíveis nos dias atuais. O imperativo da clareza, para San Tiago Dantas, se expressa, dessa forma, para diferentes públicos, todos eles considerados essenciais para fins de ação política.

A intervenção brasileira na VIII Reunião visava contrapor-se à posição norte-americana, que na altura exerceu forte pressão para a exclusão de Cuba dos quadros da OEA. Mais do que uma oposição eventual, o posicionamento brasileiro contrapõe-se à configuração das relações internacionais promovida pelo paradigma da Guerra Fria. Como bem notou Maria Regina Soares de Lima, a perspectiva do isolamento de Cuba,

> "preferida pelos EUA, significa para Dantas a intromissão de uma questão da Guerra Fria no hemisfério, com conseqüências bastante nocivas para todos os países da região, na medida em que implicaria a vinculação definitiva da política externa à política interna, legitimando a oposição doméstica aos projetos de mudança e reforma social, tão necessários à região"[21].

---

[16] Texto inédito, encontrado no Arquivo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional).
[17] Publicado originalmente em San Tiago Dantas, Política Externa Independente, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
[18] Publicado originalmente em San Tiago Dantas, op. cit..
[19] Publicado originalmente em San Tiago Dantas, op. cit..
[20] Publicado originalmente na Revista Brasileira de Política Internacional, Ano VII, n. 27, setembro de 1962.
[21] Cf. Maria Regina Soares de Lima, Política Externa Independente (Depoimento), In: Marcilio Marques Moreira, Arnaldo Niskier e Adacir Reis, op. cit., p. 61.

A tese brasileira, formulada por San Tiago Dantas, propunha um estatuto especial para Cuba, "talvez o elemento mais atual e inovador" da sua concepção de política externa[22]. Tal estatuto deveria ser fundado em uma neutralização de Cuba, pela qual sua integridade estaria garantida, ao mesmo tempo em que esta renunciaria à perspectiva da exportação para a América Latina de sua revolução. A solução ultrapassava, portanto, o quadro dicotômico imposto pelos padrões da Guerra Fria que, ao fim e ao cabo, acabaram por prevalecer.

Aspecto notável do processo de consolidação da posição brasileira foi o discurso feito em cadeia nacional de rádio e televisão, no qual San Tiago Dantas afirma a relevância da política externa para a vida nacional: "a política externa é o grande tema da opinião pública do nosso tempo"[23]. Se o associarmos à ida à Câmara para expor a política adotada, tem-se um quadro de busca aberta de legitimação interna, para uma posição que não permaneceu isenta de críticas[24].

No que se refere, ainda, a críticas, San Tiago Dantas foi duramente contestado por uma nota assinada por quatro ex-Ministros das Relações Exteriores, publicada em "O Globo", em 17/1/1961[25]. A nota foi portadora do apelo para que o governo brasileiro contribua para o isolamento de Cuba "do nosso convívio político através do rompimento coletivo das relações diplomáticas". A resposta de San Tiago Dantas, transcrita em um documento da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores, reafirma a posição brasileira:

> "No caso de Cuba, o isolamento diplomático conduziria a resultados opostos aos que desejam, em seu bem intencionado apelo, os quatro ex-Chanceleres. Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria que gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. Ao mesmo tempo, rompido o contato diplomático com o Hemisfério, o

[22] Cf. Idem, p. 62.
[23] O texto do discurso foi publicado originalmente em San Tiago Dantas, op. cit.
[24] As críticas mais ácidas podem ser encontradas nos artigos de Augusto Frederico Schmidt, no jornal O Globo, e em boa hora recolhidas no volume Antologia Política, organizado por José Mário Pereira (Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
[25] Foram os seguintes ex-ministros os signatários da nota crítica: José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Horácio Lafer e Vicente Rao. A nota recebeu o seguinte título: "Os Chanceleres brasileiros pedem que o Brasil respeite seus compromissos".

caso cubano ficaria aforado, em caráter exclusivo, ao litígio entre Ocidente e Oriente.[26]"

Ainda na série de documentos que atestam a posição brasileira diante de temas concretos, a presente coletânea transcreve o discurso feito por San Tiago Dantas durante a Conferência sobre o Desarmamento, em Genebra no dia 16/3/1961[27]. O discurso do Chanceler brasileiro estrutura-se em torno de dois pontos fortes: o do papel das "nações não-armadas" no sentido de evitar a fatalidade de um desenho bipolar das relações internacionais e a indicação da agende que deveria suceder a ênfase no armamento: "eliminação a curto prazo da miséria dos povos e a excessiva desigualdade econômica entre os Estados".

A segunda parte da coletânea completa-se com o discurso, feito em 3/7/1962, de despedida do Ministério das Relações Exteriores[28] e com um pequeno texto a respeito de viagem do Chanceler a Israel[29]. O discurso reafirma alguma das premissas caras da política externa independente. Segundo o ministro, a política exterior no Brasil passou a ter por referência o próprio país, na medida em que passou a desempenhar "um papel pioneiro na luta do Brasil pela afirmação de seu próprio destino".

O manuscrito sobre Israel trata das impressões de viagem àquele país e da acolhida recebida pelo Chanceler brasileiro e contém manifestação de simpatia pelo Estado de Israel e de repúdio ao antisemitismo. Trata-se de documento curioso, a respeito de um tema considerado secundário – relações Brasil e Israel – na agenda da política externa brasileira.

A terceira parte da presente coletânea – Depois da Chancelaria – abre-se com um notável texto de sistematização dos princípios da Política Externa Independente. Trata-se, na verdade, do prefácio ao livro Política Externa Independente, editado por Enio Silveira, em fins de 1962. O prefácio é datado do agosto do mesmo ano e seus dois parágrafos iniciais valem a transcrição, nessa Introdução, pela limpidez do estilo e pela

[26] Ver "Declaração do Chanceler San Tiago Dantas sobre a nota dos ex-Ministros das Relações Exteriores", documento n. 52, divulgado pelo Departamento Cultural e de Informações-Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores, em 18/1/1962.
[27] Publicado originalmente na Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, Ano VII, n. 27.
[28] Ver Arquivo San Tiago Dantas, fundo Q8, caixa 39, pacote 1, Arquivo Nacional.
[29] Ver Arquivo San Tiago Dantas, fundo Q8, caixa 39, pacote 1, Arquivo Nacional.

associação incomum entre política externa e fortalecimento da ordem democrática:

> A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamarati e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias. As atitudes, depois de assumidas em face de situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em tôrno de um pensamento central de govêrno.
>
> Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do interêsse do Brasil, visto como um país que aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

O enunciado da segunda aspiração – a conciliação entre regime democrático e reforma social – resume o significado mais profundo da presença de San Tiago Dantas na política. É esse marca, aplicada ao campo da política externa, que constitui seu diferendo com relação a uma concepção estritamente pragmática.

A obsessão de clareza e de sistematização pode ser conferida ainda no estilo de argumentação e de apresentação da estrutura lógica da política externa independente.

> "...na política exterior independente devemos distinguir dois momentos lógicos: o do critério geral, preformulado, que inspirou, em face dos fatos, a tomada de atitudes e decisões; e o do sistema formado pela concatenação de tôdas estas, e pela sua redução a posteriori a uma unidade inteligível.
>
> Creio que êsse sistema — ainda hoje em pleno crescimento e em vias de enriquecer-se com novas experiências, que lhe serão acrescentadas na gestão do meu ilustre sucessor — ordenou-se em tôrno dos seguintes pontos:
>
> A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;

B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos;
C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com tôdos os países, inclusive os socialistas;
D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual fôr a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole".

Na seqüência, a coletânea inclui um documento curioso. Um manuscrito, a lápis, com a inconfundível caligrafia de San Tiago Dantas, que contém uma carta do Presidente João Goulart ao Presidente John Kennedy, a respeito dos mísseis soviéticos em Cuba[30]. A carta reafirma as posições brasileiras diante da questão cubana e seu núcleo argumentativo pode ser resumido na seguinte passagem:

" Brasil é um pais democrático, em que povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram sob o disfarce do anti-comunismo defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução."

A autoria de San Tiago Dantas é presumível, mas há fortes indícios de que é real: a caligrafia e o estilo. Custa a crer que tenha copiado de punho próprio texto do Presidente Goulart, ou – o que é ainda menos crível – teria anotado o que lhe teria sido ditado.

Os três próximos textos aqui incluídos, produzidos entre dezembro de 1963 e março de 1964, contêm um resumo notável e valioso da percepção de San Tiago Dantas a respeito das relações internacionais em geral e, em particular, da inserção brasileira, à luz dos princípios gerais da política externa independente. O primeiro deles é um texto de notável clareza, um discurso de paraninfo do Instituto Rio Branco, proferido em 10/12/1963, com o título de Política Externa e Desenvolvimento[31]. Os princípios da política externa independente são, mais uma vez, sistematizados, a partir de um novo ângulo de análise. Ela agora é apresentada como superação de um pêndulo que teria marcado a história da política externa brasileira, entre uma "posição

[30] Ver Arquivo San Tiago Dantas, fundo Q8, caixa 36, pacote 3, Arquivo Nacional.
[31] Ver Arquivo San Tiago Dantas, fundo Q8, caixa 36, pacote 3, Arquivo Nacional.

idealista, de afirmação de conceitos sem ligação com a realidade" e outra de "realismo rudimentar". A nova política decorre da "apropriação pela consciência nacional da revelação de que o subdesenvolvimento (...) é um estado de inferioridade e dominação". Esse estado, para San Tiago Dantas, não se configura como um "estágio", como uma "adolescência de país novo", mas como um processo de "inferioridade auto sustentada". A alternativa seria a ruptura, por meio de uma "política emancipadora e revolucionária".

Mais do que um documento que testemunha orientações com relação à política externa, trata-se de um texto valioso para ter acesso ao clima intelectual e às formas de argumentação de um ideário de transformação social e democratização do país.

O texto seguinte registra uma conferência de San Tiago Dantas proferida em uma reunião preparatória da II Convenção de Empresários Participantes da ALAC, a 29/1/1964[32]. A perspectiva adotada e marcadamente integracionista e atenta às dificuldades de aproximação entre os países, ao desconhecimento a respeito de interesses compartilhados e ao déficit tecnológico com relação ao mundo desenvolvido. O texto indica de forma clara que as soluções para a - América Latina deverão ter caráter supra-nacional.

A série de conferências conclui-se, nessa coletânea, com a que foi pronunciada por San Tiago Dantas no Rotary Club, em 23/3/1964 – a menos de seis meses de sua morte – intitulada Compreensão Mundial[33]. A idéia de compreensão é apresentada como fundamento para a cooperação internacional e como alternativa à perspectiva do armamentismo. A finalidade da ação diplomática, para San Tiago Dantas, deveria ser a busca de esforços para a "supressão da desigualdade entre os povos".

O último texto aqui incluído foi provavelmente uma das últimas manifestações de San Tiago Dantas a respeito de questões de natureza pública. Trata-se de texto não publicado, a respeito do pronunciamento do Presidente Castello Branco sobre política externa. O texto é um primor de polidez e firmeza, no qual todos os pontos apresentados por Castello Branco são refutados, a começar pela afirmação da fatalidade geopolítica brasileira como um limite à autonomia nacional. San Tiago refuta ainda a idéia de constituição de uma "comunidade luso-afro-brasileira" sem que o tema do colonialismo

[32] Publicada originalmente na Revista Brasileira de Política Internacional, Ano VII, vol. 27, setembro de 1964.
[33] Idem.

seja enfrentado: "É preciso, aliás, acabar com o equívoco de que a tolerância do Brasil para com o estado colonial dos territórios portugueses na África seja inspirada por amizade para com Portugal".

Há muito mais nos textos de San Tiago Dantas a respeito de política externa do que a atenção a uma área específica. É uma interpretação geral do Brasil que emerge de suas considerações. Interpretação cujas premissas acompanham, com sistematicidade e consistência ímpares, considerações sobre questões particulares: o subdesenvolvimento como processo de "inferioridade auto sustentada", a defesa da democracia e de seu complemento necessário, a reforma social "capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária".

Mas, mesmo que os tomemos como textos específicos, voltados para o campo das relações internacionais e da política externa, há aqui elementos para refutar a crença a respeito da continuidade entre a política externa independente, tal como formulada por San Tiago Dantas, e as que a antecederam e sucederam. Apesar a modéstia da suposição de que os fatos precederam a teoria, o fundamento doutrinário da política externa de San Tiago Dantas difere tanto da que a antecedeu como do pragmatismo que acabou por se impor nos governos militares e nos que o sucederam. Com base nos textos aqui transcritos, pode-se dizer que houve uma formulação de política externa inovadora, sustentada na premissa de que a inserção soberana do país é uma exigência da democracia e da reforma social. San Tiago Dantas ao considerar os temas da política externa não fez senão seguir, com a lógica que lhe foi peculiar, as conseqüências necessárias de suas convicções democráticas.

PRIMEIRA PARTE:
ANTES DA CHANCELARIA

Xº Aniversário da Carta das Nações Unidas: Discurso proferido em sessão solene da Faculdade Nacional de Direito

Data: 3 de julho de 1955.
Argumento: San Tiago Dantas comenta a crise das Nações Unidas num cenário internacional de desiquilíbrio eminente dos povos detentores dos meios de destruição em escala mundial.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 4, pacote 1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A comemoração do Xº aniversário da Carta de São Francisco oferece ocasião a que instituições culturais, como esta Faculdade, se associem ao debate aberto sôbre os resultados e perspectivas dessa experiência de manutenção de paz e do organização da cooperação internacional.

As Nações Unidas e a Carta que as instituiu atravessam, perante a opinião pública mundial, uma fase de desprestígio e de intenso criticismo. Para isso têm contribuído, entre outros, êstes fatores: primeiro, a instituição e a prática do voto no Conselho de Segurança, e a subsequente paralização dêsse orgão, da cuja iniciativa depende tôda e qualquer ação destinada à manutenção ou à restauração da paz; segundo, a persistência de um estado de tensão internacional - a guerra fria, como a denominou Winston Churchill - que as Nações Unidas se revelam impotentes para eliminar; terceiro, como reflexo das dificuldades e innibições verificadas no sistema, a tendência para desviar do campo de deliberação das Nações Unidas os grandes problemas

internacionais do momento, como a ameaça à Formosa ou a guerra na Indo-China, e a submetê-los ao tratamento da ação nacional.

As críticas o opiniões de pensadores políticos e homens de Estado já alcançaram círculos mais vastos da opinião rública, e se espraiaram num movimento de desconfiança e ceticismo. Os que compreendem, porém, que a criação de um novo organismo mundial seria irrealisável, e mesmo inconcebível, na presente situação histórica, e que ainda não descrêem dos princípios proclamados e dos meios escolhidos em S. Francisco, apelam confiantes para a revisão, contando eliminar, por meio de roformas de estrutura, as fraquezas e os êrros da Organização.

Ceticismo e revisionismo são, assim, dois índices da crise em que as Nações Unidas se encontram, ao ternimar o 10º ano de seu funcionamento. Paralelamente, as fraquezas do sistema mundial têm feito expandír-se a confiança pública nos sistemas regionais. Blocos de países, ligados por afinidades geográficas ou estratégicas, e mais intimamente unidos pela inexistência de antagonísmos políticos entre êles, têm procurado estruturar sistemas de cooperação regional, ora com fins estritamente defensivos, ora visando à cooperação econômica e social, e êsses sistemas assentados sôbre composições mais homogêneas, inegavelmente se avantajam em eficiência e estabilidade ao sistema mundial. Daí a opinião, defendida por muitos, de que a coordenação política dos povos se processará em etapas, passando do nacional ao regional, e do regional ao mundial.

Essa integração regional progressiva já seria, mesmo, um processo avançado de federalização dos Estados. A Organização dos Estados Americanos, baseada no sistema institucional permanente da Carta de Bogotá e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro; a Organização dos Estados signatários do Tratado do Atlântico Norte; o Bloco Oriental; e mesmo os blocos de expressão geográfica e política mais limitada, como a Liga Árabe ou a União Balcânica, estariam a dar têstemunho de uma tendência mais viável e a apontar uma política superior, quanto à efetividade de seus resultados, à política de coordenação mundial personificada nas Nações Unidas.

Não é possível abordar com objetividade o exame de tais críticas, sem um esfôrço prévio para tomar, diante dêsses problemas de aguda atualidade, a distância do historiador e a imparcialidade do sociólogo. É difícil observarmos com isenção os fatos em que somos protagonistas, principalmente quando a sua evolução imediata pode conduzir-nos, de um instante para outro, ao êxito

extremo da destruição. Mas é o privilégio da consciência culta, sobretudo da moderna, escapar, ainda que imperfeitamente, do envólucro da subjetividade, e transformar em história a realidade presente.

Se nos esforçarmos para julgar "de fora" a experiência das Nações Unidas e da Carta, na década de 1945-55, o primeiro fato em que devemos atentar é a brusca mudança da base política, ia dizer, da base existencial, em que se fundara a racionalidade do sistema. Tôdo sistema institucional, desde a tribo ao Estado e à Federação, exprime e racionaliza uma forma de equilíbrio entre grupos e fôrças sociais. A instituição é o vestido lógico, com que se cobre e protege um corpo animado de vida e ávido de dominar suas próprias contradições. O que não contém contradições, o que não sofre a disputa de fôrças e instintos contrários, não aspira a institucionalizar-se. É quando um complexo de fôrças, de unidades vitais ricas de antagonismo e ao mesmo tempo de complementação, alcança através de um compromisso o benefício da coexistência, que surge, como expressão racional e durável dêsse compromisso, a instituição, em cujos quadros o tumulto vital encontrará veiculação e disciplina.

A Carta de São Francisco e a Organização das Nações Unidas deram essa expressão racional e um estado momentâneo de equilíbrio, em que se encontravam, em 1945, os povos detentores dos meios de destruição em escala mundial. Êsse equilíbrio, essa composição de fôrças, se formara diante do objetivo comum – a guerra contra os Estados ditatoriais, e podem superar muitos dos antagonismos que anteriormente fomentavam uma política de ações nacionais isoladas. Em 14.8.41, a Carta do Atlantico exprimia a convicção de seus signatários de que o desarmamento das nações agressoras era essencial, *pending the establishment of a wider and permanent system of general security*.

Em 30.10.1943, os governos dos EE.UU., do Reino Unido, da União Soviética e da China declaravam a necessidade de estabelecer-se, na data mais próxima possível, uma organização internacional geral, baseada no princípio da igualdade soberana dos povos amantes da paz e aberta à participação de tôdos os Estados, grandes ou pequenos, para manutenção da paz e da segurança interncional.

Essas mesmas idéias seriam retomadas na declaração de Teerã, em 1.12.43, e vazadas em 7.10.44 no documento conhecido como Proposições de Dunbarton Caks, fonte histórica imediata da Carta de São Francisco.

Em tôdas essas manifestações e documentos, como base política do sistema, que se pretendia fosse o mais realista, jazia o vínculo de união e de recíproca confiança dos Estados, que se haviam unido para a guerra, e desejavam continuar unidos na execução de uma política de paz. A obra de Dumbarton Caks foi concebida com base na firmeza dessa aliança ou união, que deveria ser o substratum político do sistema, e dar-lhe conteúdo existencial. Os espíritos voltavam-se, então, para o futuro, escarmentados do fracasso recente da Liga, e punham seu cuidado supremo na verificação do realismo das soluções que apontavam. O receio de uma recaída involuntária no juridicismo utópico do Convenant, e a confiança no fato político básico da nova organização, que deveria ser a união sincera e estável de propósitos, alcançada no correr da guerra, pelas Grandes Potências, modelaram, como era natural, o quadro institucional das Nações Unidas, colocando no centro, ou na base, do mecanismo deliberativo, a vontade conjunta dos que lhe asseguravam efetividade. Daí dizer, com muita propriedade o prof. Calogeropoulos Stratis: "*La base du système instauré par La Charte réside dans le principe de l'entente cordiale des Grands*".

A manifestação imediata dêsse princípio ocorreria quando se elaborasse a regra das votações no Conselho de Segurança, onde os Estados decidem as medidas relativas à manutenção da paz e à repressão dos atos que importam no seu rompimento. A norma estatutária da Liga das Nações era a unanimidade. Qualquer Estado, pela recusa do seu voto, podia paralisar o sistema, o que confundia o pronunciamento da entidade com uma ação conjunta concertada entre chancelarias.

Os redatores das Proposições de Dumbarton Caks realizaram um progresso decisivo substituindo a norma da unanimidade pela da maioria de sete votos em onze, mas se detiveram com razão diante do perigo de um pronunciamento em que ficasse vencido um dos grandes Estados responsáveis pela paz e pela Organização. Daí exigiram que entre os votos afirmativos estivessem os dos grandes Estados, considerados pela Carta membros permanentes do Conselho.

Proceder de outra maneira, em Dumbarton Caks ou em S. Francisco, teria sido irrealístico e, ouso acrescentar, indesejável, pois, como acentuei linhas atrás, uma instituição não vale pela nacionalidade da sua estrutura e das normas de seu funcionamento, mas pela correspondência entre elas e o fato social e político que se exprime na mesma instituição. Em 1945, o fato

social – vivo e fecundo – era a união entre os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética. Essa união ou aliança vinha de restaurar no mundo os postulados do convívio democrático, e nada, a não ser ela, podia animar com seu sôpro vital e entre jurídico, que nascia em São Francisco.

É uma das leis sociais que presidem à evolução do direito, a da transformação mais rápida da infra-estrutura do que da superestrutura das instituições. A instituição nasce como resposta a um fato de ordem econômica ou política, para o qual ela representa uma solução racional. Mas o próprio das soluções racionais é ganharem autonomia. A instituição se incorpora à sociedade, alcança sua própria justificação, e não raro sôbrevive longamente aos fatos econômicos e políticos que lhe deram origem, capturando ao longo do tempo outras bases existenciais. Tôdos temos presente ao espírito a origem dessa instituição de crescente atualidade: a Federação. Sabemos a que problemas de integração política entre Estados soberanos ela veio dar resposta, e sabemos como se autonomizou, pelo seu valor racional, dêsse fato originário, a ponto de vir servir a países, como o nosso, onde faltava o antecedente histórico, que lhe permitisse repetir as etapas de seu processo evolutivo.

Essas transformações conteudísticas, por que passam as instituições, cumprem-se às vêzes em séculos, e às vezes em anos. O que é, porém, raro, e quasi sempre fatal à sôbrevida da instituição, é que a transformação se passe imediatamente após o seu nascimento, retirando-lhe sob os pés ainda inseguros a base em que se apoiava. Manifesta-se, então, inevitável, uma crise institucional. A eficácia da solução ainda não impôs o seu poder normativo, e já não lhe corresponde o fato existencial que nela se exprimira. Sem que ainda outra base política tivesse podido ser capturada, a instituição perde sua base originária, primitiva, e não pode aparecer aos olhos de tôdos senão como gigantesco artifício.

Foi o que sucedeu às Nações Unidas. Em 1945, elas nasciam como expressão jurídica da aliança política dos grandes Estados empenhados em defender a paz, e recebiam uma estrutura adequada a essa realidade histórica basilar. E em 1947 a união desaparecia, através de um processo quasi instantâneo de transmutação de valores, para dar lugar a um movimento de polarização da vida internacional, dividida em dois campos atrativos, reciprocamente isolados.

O instrumento concebido para servir a uma ação combinada, entrou em paralização. O que pretendia ser sólido tornou-se rígido. E as Nações Unidas,

privadas da base política que lhes devia assegurar o funcionamento, não tardaram a aparecer como um artifício, de cuja viabilidade como instituição muitos entraram a duvidar.

Se nos puzermos, porém, a examinar de perto, o modo por que a instituição tem reagido ao brusco desajustamento de suas bases políticas e vitais, parece lícito pensar que sua crise não conduz ao declínio e ao desaparecimento.

O problema vital de tôda instituição em crise se decompõe em dois aspectos: gráu de flexibilidade e aptidão para o desempenho de funções sucedâneas.

O gráu de flexibilidade permitirá, se elevado, que a instituição logre um preenchimento ao menos parcial dos seus fins, graças aos recursos interpretativos das normas pelas quais se rege.

As funções sucedâneas são aquelas que o próprio orgão consegue criar e preencher em lugar das que lhe estão assinadas como objetivo principal, e a que, manietado pela crise, não consegue dar desempenho.

As Nações Unidas, sob o imperio da crise resultante do desentendimento dos grandes Estados, em cuja boa aliança se baseava o seu perfeito funcionamento, têm buscado na Carta elementos flexíveis, que lhes permitam abrir caminho, através dos obstáculos, para a consecução de seus fins. Se a Carta se mostrasse rígida, paralisando tôdo funcionamento, seria provável que essa imobilidade em pouco tempo desacreditasse de tôdo o complicado e custoso sistema de ação conjunta, por ela modelado. Também se a Carta não contivesse elementos rígidos, demarcando com precisão técnica os limites entre a ação legal e a ilegal, não conseguiria a Organização reter nos seus quadros os membros que se sentissem vítimas do arbítrio majoritário.

A experiência da guerra da Coréia foi para a Carta de São Francisco um "test" satisfatório de flexibilidade.

Já anteriormente se vinha manifestando a tendência para ampliar, mediante uma interpretação mais larga dos artigos 10 e 11, e jurisdição da Assembléia Geral, dando-lhe uma competência subsidiária, ou como já se disse, paralela à do Conselho nas questões de manutenção da paz e da segurança. Com isso se buscava abrir caminho para iniciativas comandadas pela norma simplesmente majoritária, que rege o funcionamento da Assembléia, e ladear o voto imperante nas decisões do Conselho. A famosa Resolução "Uniting for peace" de 3.11.50 não só veio permitir que a Assembléia se reuna para verificar a existência de agressão e recomendar os meios repressivos

adequados, como admitiu que a Assembléia recomende aos Estados membros a formação de contingentes militares no seio das suas respectivas fôrças armadas, destinados a serem eventualmente postos à disposição das Nações Unidas para ações militares represivas.

Ainda que a constitucionalidade dessa Resolução possa parecer suscetível de discussões, é inegável que através dela se opera um movimento interpretativo de longo alcance destinado a vencer os obstáculos instrumentais, que ameaçam a Organização de faltar ao cumprimento de seu objetivo principal.

Outro exemplo de desgravitação das funções do Conselho para a Assembléia foi a criação em 13.11.47 da chamada Pequena Assembléia, convocada extraordinariamente para acompanhar os assuntos pendentes, entre os quais avultava a Questão Balcânica, e com o poder reservado na Carta ao Conselho de Segurança e à maioria dos Estados membros, de convocar, se necessário, a Assembléia.

Durante a agressão à Coréia do Sul, desfechada em 1950 pela Coréia do Norte, o Conselho de Segurança viu-se diante de dois fatos, que suscitaram igualmente o trabalho interpretativo pondo à prova satisfatoriamente a flexibilidade da Carta. O primeiro foi a inexistência de contingentes armados postos à disposição do Conselho pelos Estados membros nos têrmos do artigo 43, para o emprêgo de ação militar contra o agressor. O Conselho superou a dificuldade entendendo que as recomendações aos Estados membros, previstas em outro artigo do Capítulo VII da Carta, podiam consistir na remessa de tropas nacionais contra o agressor, as quais se uniriam depois sob a bandeira das Nações Unidas. Dêsse modo venceu-se um obstáculo, que poderia haver paralizado a ação do Conselho no momento culminante em que se exigia sua intervenção. O segundo foi a ausência voluntária da União Soviética na deliberação do Conselho que qualificou o agressor. Não tendo a União Soviética querido usar do voto contrário ou da abstenção, que importariam em veto, e tendo preferido não comparecer ao Conselho, cumpria interpretar o não comparecimento, o que foi feito no sentido de entender-se que não se exercera o veto, ficando aprovada a resolução.

Assim como se vem patenteando uma flexibilidade da Carta, capaz de assegurar às Nações Unidas o preenchimento, ainda que incompleto, dos seus fins, assim se vem a Organização mostrando apta para desempenhar um papel, que deve ser considerado sucedâneo de sua função primordial.

Criadas para assegurar a paz através da união política dos grandes Estados e do sistema de igualdade jurídica entre Estados grandes e pequenos,

as Nações Unidas tiveram de enfrentar situação oposta, caracterizada na guerra fria, ou seja, o estado de tensão internacional permanente entre os próprios grandes Estados fiadores da paz mundial. Essa situação frustou a consecução do objetivo institucional, ou pelo menos retardou o seu advento, mas deu ensêjo a que o organismo criasse uma função nova, não menos vital e relevante que a primeira: mantendo frente a frente, em debate público, num forum ininterrupto, os Estados que se antagonisam, as Nações Unidas passaram a desempenhar um papel hipotensor da situação internacional.

O debate era que as partes são compelidas a justificar suas atitudes e fundamentar suas acusações, não logra eliminar as causas profundas que impelem as nações para o choque militar. Mas é sabido que as guerras têm causas imediatas e remotas. As remotas deitam raízes em antagonismos de ordem econômica, ou social. As imediatas prendem-se a fatos momentâneos, cujo poder de detonação resulta menos de sua própria significação, do que do nível a que chega, em determinadas épocas, a tensão internacional. O isolamento entre as nações favorece a elevação dêsses níveis de tensão, e a sua confrontação assídua no terreno das conferências e dos debates, favorece a sua baixa.

As Nações Unidas tornaram-se hoje o maior instrumento de defesa da paz mundial, não tanto pelo desempenho da sua função específica de reprimir a agressão, que se acha entorpecida pelo voto, quanto pela função sucedânea do organismo hipotensor da guerra fria, função que ela desempenha graças ao fato, de importância transcendental, de existir hoje no mundo um ponto de encontro contínuo dos Estados áptos a desencadear a guerra.

Mais não se precisa dizer para mostrar quanto são insatisfatòrias as teses revisionistas, que aspiram, nas condições atuais, a debilitar o sistema mundial encarnado nas Nações Unidas, em proveito dos sistemas regionais, ou que pretendem abolir o voto no Conselho da Segurança.

Se não existisse o voto, certamente a União Soviética já se teria retirado das Nações Unidas, e a maior e mais grave derrota sofrida pela causa da paz será a retirada da União Soviética da Assembléia e dos Conselhos dêsse Organismo, onde hoje o Oriente e o Ocidente se acusam, se defendem e se justificam perante a opinião mundial.

Quanto aos sistemas regionais, merecem êles o maior apôio dos Estados e superam em seus resultados práticos tudo que o sistema mundial possa ambicionar. Mas os problemas a que os sistemas regionais respondem não são os mesmos a que o mundial é endereçado. Nos sistemas regionais comanda

o princípio da homogeneidade, graças ao qual no seio dêles se cumpre, com diversa celeridade, a marcha das nações livres para o federalismo. No sistema mundial domina o princípio do antagonismo, graças ao qual se obtém de cada um o máximo de auto-justificação e portanto de conciliação e contemporização.

Bem haja, pois, a Carta de São Francisco. Ao comemorarmos o seu 10º aniversário podemos dizer que ela não comprometeu o seu futuro, apesar da crise que lhe solapou a base política, e que ela é, através das Nações Unidas, o melhor instrumento a serviço da paz.

Manuscrito sobre a política dos Estados Unidos para a América Latina

Data: 14 de agosto de 1957.
Argumento: Por ocasião da realização da Confederação Econômica de Buenos Aires, San Tiago Dantas lamenta o papel marginal que a América Latina ocupa no conjunto de ações internacionais dos Estados Unidos. Estando a ameaça soviética distante dos países latinos, não merecem estes a devida atenção do governo norte-americano. Neste artigo, provavelmente publicado no Jornal do Comércio, San Tiago Dantas enuncia um duro combate ao que nomeia "diplomacia de prioridades estratégicas" norte-americana em detrimento de "países amigos" em condição de subdesenvolvimento e desigualdade social.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas, fundo Q8, caixa 40, pacote 1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Como acentuava o "Jornal do Commercio" em seu editorial de ontem, a Confederação Econômica de Buenos Aires reúne-se num momento em que a política de cooperação econômica entre os Estados Unidos e a América Latina assumiu um aspecto, que por esta não pode ser visto com otimismo. Depois de se haver deslocado para a Europa, no imediato após-guerra, o centro de interêsses norte-americanos, e de se haver traduzido em programas de grande alcance como o Plano Marshall, é para a Ásia que hoje vão as preferências políticas do Departamento de Estado,

preocupado em fazer face à ameaça comunista nos cenários onde ela irrompe com maior intensidade.

Dir-se-ia que a América Latina está sofrendo as conseqüências paradoxais de não haver surgido entre nós uma agressão comunista eficaz, e que uma política de cooperação para o desenvolvimento econômico só nos será dispensada com a necessária largueza, quando a União Soviética se lembrar de concentrar nesta parte do mundo, em grande escala, seus processos de propaganda e aliciamento.

O certo é que se Acheson e Marshall se concentraram na Europa para barrar a expansão soviética já consolidada na Europa Oriental e bastante agressiva na França e na Itália, Dulles concentrou-se na Ásia para fazer face à nova linha de penetração do comunismo, que desde o conflito coerano e o estabelecimento do governo Mao-Tse-Tung parece fadada a abranger grandes áreas do mais populoso dos continentes.

A América Latina, sendo a área geográfica a mais poupada às tensões políticas e aos riscos militares criados pelo antagonismo entre a democracia e o comunismo, passa a ser, por uma conseqüência infeliz, a mais demoradamente exposta aos danos do pauperismo e do subdesenvolvimento, para cuja correção apenas se reservam recursos residuais.

Cabe aos ministros da Fazenda reunidos depois de amanhã em Buenos Aires a tarefa de dar combate a essa diplomacia de prioridades estratégicas em detrimento dos amigos. Os Estados Unidos não teriam melhor propaganda na Ásia e em qualquer outra parte do mundo do que a obra de erradicação de pauperismo, que houvessem sabido levar avante no seu próprio hemisfério, e pelo mesmo motivo não abrirão maior flanco às críticas dos seus inimigos do que exibindo as magras dotações de créditos e os tímidos programas com que alimentam, entre os seus fiéis vizinhos, a campanha do desenvolvimento.

Era costume ouvir-se que a América Latina não podia absorver recursos para o desenvolvimento na mesma escala em que a Europa absorvia recursos para a reconstrução, por não existir nos países subdesenvolvidos capacidade de formular projetos e de executá-los. A solução era, então, ministrar aos latinos assistência técnica, conceder-lhes bolsas, enviar-lhes missões técnicas, manter centros de educação e treinamento. A observação era verdadeira, mas só em parte. Ninguém duvida que o desenvolvimento dependa de homens adestrados para as tarefas que ele impõe e o "Jornal do Commercio" tem manifestado, em ocasiões reiteradas, o pensamento de que não nos desenvolveremos sem um aumento e uma reorientação dos investimentos

públicos e privados em matéria educacional e sem alterarmos a nossa própria filosofia da educação, fazendo desta, como já se disse, uma "educação para o desenvolvimento".

Mas os tempos provaram que não era só por debilidade de sua estrutura cultural que os povos do hemisfério ficavam relegados, em matéria de cooperação econômica, a um tratamento marginal. De fato, quando se tornou necessário enfrentar o surto soviético na Ásia, foi a economias tão débeis de estrutura quanto as nossas, e com problemas de solução bem mais complexa, que os norte-americanos se tiveram de decidir a levar sua cooperação.

Outro ponto que merece análise é a preferência dada pelos Estados Unidos à colaboração do capital privado como instrumento preferencial de solução dos problemas latino americanos. A fórmula não é errada, mas é simplista, já que os problemas críticos das economias subdesenvolvidas do hemisfério são, em geral, problemas de infra-estrutura, para os quais não se sentem particularmente atraídos os investidores privados, sobretudo numa época em que o mercado norte-americano lhes oferece, com muito menor risco, oportunidades superiores de aplicação.

Trazer o Departamento de Estado a uma visão mais realista das dificuldades de uma área, menos crítica do ponto de vista militar, menos fundamental do ponto de vista político e social, é o ponto central a que devem tender, nêste momento de um novo encontro econômico, as tendências e os esforços das chancelarias americanas.

Relato à Câmara de Deputados, a respeito da V Reunião de Consultas dos Ministros das Relações dos Estado Americanos, em Santiago do Chile

Data: Agosto de 1959.
Argumento: San Tiago Dantas discorre sobre a V Reuião de Consultas dos Ministros das Relações dos Estados Americanos, ocasião em que se tratou do tema da instabilidade política na região do Caribe e se definiram critérios necessários para a efetividade de um sistema político democrático (Declaração de Santiago) .
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 43, pacote 3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

O Sr. San Tiago Dantas – Sr.Presidente, realizou-se, de 12 a 18 do corrente mês de agôsto, na Capital do Chile, a V Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos. Reuniões como essa, pela importância política e pelas finalidades a que se acham prêsas, valem para os Estados que a elas comparecem pelas responsabilidades internacionais que têm oportunidade de assumir ou de que declinam.

Tendo tido a honra de comparecer, como representante da Câmara, àquele conclave, julgo de meu dever fazer-lhe, e à Nação, o relato fiel das declarações feitas e dos compromissos assumidos pelos Chanceleres que ali se reuniram, focalizando, de modo especial, a ação internacional desenvolvida pela participação da Chancelaria brasileira.

Senhor Presidente, a V Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados Americanos fôra convocada pelo Conselho da Organização, dos mesmos Estados, nos têrmos de uma resolução de 13 de julho último, para o fim especial de examinar a grave tensão política existente numa das regiões do nosso hemisfério – a do Caribe – e para propor medidas de caráter internacional que pudessem reduzí-la contribuindo, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da democracia representativa para a proteção eficaz dos direitos humanos.

Esta situação, que deu origem à convocação da Consulta, é daquelas que, como a Câmara bem sabe, não tem tido, nos últimos tempos, caráter meramente episódico, mas vem apresentando forma crônica, mantendo sob permanente ameaça a paz que procuramos resguardar em nosso hemisfério. Não é, por certo, peculiar à região do Caribe a instabilidade política, que permanentemente ameaça governos e regimes americanos. Infelizmente, o nosso hemisfério figura entre as regiões de maior instabilidade do glôbo, onde o funcionamento das instituições democráticas é interrompido a miúde por golpes de Estado, revoluções de Palácio, procunciamentos militares e subversões populares. Estas últimas raramente assumem o caráter de movimento ideológico, de características definidas. São apenas formas violentas de luta pelo poder, em que, não raro, desempenham papel oculto, mas decisivo, as fôrças do imperialismo econômico, os interêsses das grandes companhias estrangeiras, mais poderosas do que o próprio Estado, a cuja sombra funcionam.

A cada episódio violento de instauração de novo govêrno, sucede o cortejo dos atos de arbítrio, das execuções sem julgamento, e dos julgamentos sem garantias, da proscrição de chefes e correligionários, que vão formar, nos territórios de países vizinhos, uma população flutuante, mas permanente, de exilados. São êstes grupos, muitas vêzes, poderosos e solidamente amparados por governos estrangeiros ou fôrças econômicas, que se vão constituir em foco permanente de rearticulação revolucionária, para derrubar os novos governos instituídos em seus países.

Essa situação de instabilidade crônica, que infelizmente se incorporou à fisionomia política do Hemisfério, torna-se o caldo de cultura em que medram as revivescências do colonialismo e, por onde se insinuam formas larvadas de intervenção politica, fazendo com que a vida pública dêsses países seja na realidade o teatro onde contendem, não apenas os seus interêsses domésticos, mas também, em parte principal, interêsses alienígenas, sobretudo os que se vinculam os domínio das grandes companhias internacionais.

Essa situação, Sr. Presidente, que tem na região do Caribe o foco de maior intensidade e de mais nítida caracterização, vem atravessando, no ano de 1959, uma fase de intensa reativação.

No mês de abril, assistimos ao primeiro dêsses episódios, que foi a invasão do Panamá. O desembarque nas costas panamenhas de um grupo armado, transportado pelo navio "Majoré", suscitou o protesto do representante dessa República junto ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, denunciando os antecedentes da invasão que lhe pareciam demonstrar haver sido ela lançada de um Estado insular americano. E, como o desembarque caracterizava plenamente uma agressão militar, foi possível descobrir nêle os pressupostos da imediata aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que é o mecanismo regional de que dispomos para enfrentar as situações de ruptura da paz.

O Conselho da Organização convocou logo a reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, com fundamento no art. 6º. do Tratado referido. Constituiu-se êle próprio provisoriamente em órgão de consulta, e designou uma comissão que, no dia seguinte, viajou para o local onde a invassão ocorrera, não só com o objetivo de investigação, mas já também para as gestões cabíveis no sentido do restabelecimento do estado de coisas anterior.

O êxito dessa comissão e dessa Consulta Provisória foi pleno. Pouco tempo mais tarde, em 18 de junho, era apresentando ao Conselho da Organização o relatório do caso do Panamá, e o Conselho cancelava a convocação da reunião especial dos Ministros de Relações Exteriores, dando o episódio por terminado.

O Sr. Ruy Ramos – Interrompo o discurso de Vossa Excelência sempre proferido em linguagem adequada e brilhante...

O Sr. San Tiago Dantas – Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Ruy – ...apenas para dizer que nós, os seus colegas, acompanhamos do Brasil a sua atuação no exterior por ocasião da reunião realizada no Chile. Tivemos o prazer de constatar a importância e a eficiência da contribuição que o eminente colega levou àquele alto conclave. Queremos dizer, na qualidade de colegas do Parlamento e particularmente de companheiros da bancada trabalhista, que Vossa Excelência soube honrar e destacar sôbremodo o nosso corpo de campanheiros trabalhistas, na reunião que partido que participou de forma tão saliente.

O Sr. Sant Tiago Dantas – Agradeço as palavras de Vossa Excelência, que me desvanecem profundamente.

Sr. Presidente, ainda não se encerrara o caso do Panamá, e já surgia outro, desta vez tendo como teátro Nicaragua. Os acontecimentos não diferiram essencialmente. Também aí se tratava de uma invasão armada, lançada, segundo as denúcias apresentadas ao Conselho da Organização, do território de um Estado centro-americano, e consistindo no desembarque de pequenos grupos, que haviam viajado até o território nicaraguense em aviões militares. Desde logo o Conselho da Organização revestiu-se da condição específica de órgão de consulta e também enviou ao território da Nicarágua uma comisão especial, cujos bons ofícios lograram, também nêste caso, contribuir em pouco tempo para o restabelecimento da paz.

Passam-se mais alguns dias, e em junho do corrente ano já entre duas outras repúblicas da America de Central – a República Dominicana e a República de Cuba – uma situação tensa se delineia, levada, em denúncia formal no dia 4 de julho de 1957, pelo embaixador de uma delas ao conhecimento do Conselho da Organização. Desta vez não é uma invasão militar o que se apresenta, nem fatos que possam configurar o ato da agressão previsto no Tratado do Rio de Janeiro. São apenas preparativos militares, treinamento de oficiais e de soldados no território de um dêsses Estados e, ao mesmo tempo, atos de comércio de armas, e de propaganda através da radiodifussão, capazes de fazer pensar, de um lado e de outro, na iminência de uma invasão militar.

Diante dêsses atos que às partes interessadas pareciam configurar violações do Tratado de Havana, de 1928, sôbre os direitos e deveres dos Estados em caso de lutas civis, o Govêrno da República Dominicana pediu ao Conselho da Organização que fôsse novamente convocada, com base no Tratado de Assistência Recíproca, a consulta de Chanceleres americanos.

O Sr. Colombo de Sousa – Nobre Deputado, o relato que Vossa Excelência vem fazendo à Câmara muito nos impressiona. Faríamos, portanto, apêlo para a Organização dos Estados Americanos no sentido de que, em vez de transformar-se em apagadora de incêndios, mobilize ou faça com que os Estados americanos fôssem munidos, por assim dizer, de material incombustível. Para isto seria necessário, primeiramente, dar-se outra educação política ao povo americano. Segundo, melhorar-se seu padrão de vida, pois uma das causas dêsses conflitos é justamente o baixissimo nível de vida.

Em terceiro lugar, que fôsse evitada a venda de armas justamente a determinados povos, que, munidos delas, vão provocar êsses dissídios. Em

quarto lugar, Vossa Excelência se referiu à menor interferência dos grupos de trustes internacionais, que Vossa Excelência teve a coragem de afirmar à Casa que muitas dessas lutas são provocadas por interêsses antagônicos de grupos internacionais. Êste é o trabalho que devemos fazer no sentido de eliminar êsses constantes conflitos entre povos americanos; do contrário, estaremos simplesmente apagando incêndios, deixando que material combustível cada vez mais se acumule na fogueira.

O Sr. San Tiago Dantas – Creio que as informações que darei em seguida sôbre a orientação adotada pela Reunião de Santiago vão agradar a Vossa Excelência, porque coincidem, em boa parte, com seu ponto de vista e sua apreciação do problema.

O incidente suscitado pela nota da República Dominicana ao Conselho da Organização, no dia 4 de julho, veio demonstrar claramente, Sr. Presidente, que o Conselho não tinha diante de si novo caso que pudesse ser tratado isoladamente, como o haviam sido os anteriores.

Estava claro que o que se vinha repetindo no Caribe era produto de uma situação internacional generalizada e que as medidas tomadas individualmente, para atender a êste ou àquele conflito, para deter esta ou aquela agressão, não poderiam motivar senão uma sucessão indefinida de comissões ad-hoc, cujos efeitos, por outro lado, revelavam-se tão prontos e eficazes que, na verdade, tudo estava a indicar a necessidade de um remédio amplo, capaz de exercer no caso uma terapêutica preventiva. Por êsse motivo, o Conselho da Organização, com o voto da grande maioria das delegações, inclusive o do Brasil, preferiu no caso específico que lhe era trazido, abandonar por completo a idéia de um tratamento tópico e isolado e partir para uma consulta de Ministros das Relações Exteriores, não com fundamento no Tratado do Rio de Janeiro, mas com base nos Arts. 39 e 40 da Carta da Organização. Sr. Presidente, a Câmara não ignora que a consulta de Ministros das Relações Exteriores pode realizar-se por dois motivos: em primeiro lugar, com fundamento no Tratado do Rio de Janeiro, quando se verifica o rompimento da paz, isto é, quando ocorre um ato de agressão entre Estados americanos, ou contra Estados americanos; em segundo lugar, com fundamento na própria Carta da Organização, como órgão de consulta e tôdas as vêzes que se apresenta assunto de caráter urgente e de interêsse comum, sobretudo relacionado com a manutenção da paz, impondo o concêrto de uma ação política conjunta, para que são inadequados os outros órgãos da Organização. Decidiu-se, assim, no dia 13 de julho, convocar a Quinta Reunião de Consulta

dos Ministros de Relações Exteriores, na Cidade de Santiago, oferecida pelo Chile para sede do conclave.

Os objetivos assinados à consulta eram dois. Em primeiro lugar, o exame geral da situação existente no Caribe e a proposição concreta de medidas capazes de enfrentá-lo. Em segundo lugar, o estudo de medidas de fortalecimento da democracia e de proteção efetiva dos direitos humanos, que pudessem ser adotadas, imediatamente, com o objetivo de fortalecer a estrutura política da região e de tôdo o hemisfério, e eliminar, gradualmente, se possível, essas causas que permanentemente voltam a agitar os povos americanos.

O assunto era daqueles que nunhuma reunião internacional enfrenta sem temor. Primeiro, porque sabemos que não é fácil propor medidas de caráter preventivo para processos de contornos indefinidos, como são êsses que periodicamente levam a se colocarem, uns diante dos outros, os Estados do Caribe. Segundo, porque em que seja um objetivo geral dos povos americanos, solidamente implantado na consciência pública e na consciência dos seus estadistas, a defesa do regime democrático e o seu fortalecimento através de meios de ação internacional, não nos foi possível até hoje converter êsse objetivo em preceitos jurídicos, nem encontrar os meios nativos de atingi-lo. A verdade, Senhor Presindente, é que aí se nos depara antagonismo que, ao menos nas presentes condições históricas, parece insolúvel.

De um lado, desejamos mobilizar a opinião pública internacional e o próprio sistema regional contra regimes ditatoriais e eliminá-los, fortalecer os regimes democráticos, e evitar que os governos se desviem de sua prática. Mas, de outro lado, temos erigido e continuamos a erigir o princípio de não intervenção em fundamento da ordem jurídica internacional americana, não admitindo, em caso algum, que um Estado, ou conjunto de Estados, ou mesmo uma organização internacional, se imiscua na situação política interna de um País, para provocar, dêste ou daquele modo, fatos ou atos que se inscrevam no âmbito de sua auto-determinação, de sua saberania.

A América possui uma História cheia de exemplos eloqüentes das conseqüências da violação do princípio de não intervenção. Podemos dizer que foi defendendo êste princípio, reafirmando-o e reiterando-o em tôdos os nossos atos e reuniões internacionais, que criamos justamente a melhor das defesas para nossa independência e para nossa consolidação política, pois a verdade é que, não sendo fácil definir os desvios da prática da democracia, a intervenção tanto poderia servir para abreviar os dias de um regime ditatorial,

com para favorecê-lo, e em certos casos para permitir que o tirano desperte, na consciência da população nacional, um sentimento de solidariedade, capaz de tornar ineficaz a ação da consciência continental sôbre o que se passa dentro das suas fronteiras.

O Sr. Celso Brant – Permita-me, Sr. Deputado, êsse é o problema de grande seriedade e um dos maiores óbices para o sucesso de uma conferência como a que se realizou em Santiago. Para o povo americano, uma conferência dêsse tipo não pode chegar ao êxito que tôdos desejamos, justamente pela impossibilidade prática das intervenções num problema de suma gravidade como êsse das organizações não democrácas na América democrática.

Parece a tôdos nós que a Organização dos Estados Americanos poderia colocar fora de sua organização os países que não atendessem a êsse mínimo que está, como Vossa Excelência sabe, dentro dos próprios Direitos de Homem. Vossa Excelência, Sr. Deputado, traz à Câmara depoimento realmente precioso da atividade das nações americanas, reunidas em Santiago para tratar dos seus problemas. Essa conferência, como disse o Sr. Fidel Castro, está fugindo a sua finalidade precípua, que é examinar de fato os problemas mais sérios, mais rigorosos da organização democrática em nosso continente.

O Sr. San Tiago Dantas – Verá Vossa Excelência. que êsse é um daqueles problemas em que a sabedoria dos Estados não consiste muitas vêzes na adoção das terapêuticas mais radicais e, sim, na das terapêuticas mais eficazes, que são as que conseguem colacar ao lado da consciência internacional a população dos países vítimas dos regimes ditatoriais ou da opressão financeira externa. Foi nesse sentido, nobre Deputado, que atuação da Conferência de Santiago em grande parte abriu um caminho, o qual poderá vir a revelar-se fértil nas suas consaqüências e aplicações.

Quando a delegação brasileira chegou à capital do Chile, encontrou diante de si um ambiente de ceticismo em relação às possibilidade da consulta.

No tocante ao primeiro item da agenda, esbarramos, especificamente, com os seguintes obstáculos: por um lado, os países mais diretamente implicados no estado de tensão internacional eram infensos a qualquer espécie de procedimento ad-hoc, a qualquer comissão de emergência que se pretendesse criar para examinar suas situações internas ou suas relações. Não se tratava, é verdade, como no caso do Panamá, ou de Nicarágua, de um caso de agressão militar patente, em que a investigação internacional é irrecusável. As atividades denunciadas ainda se processavam dentro das fronteiras dos Estados interessados. Por isso, no receio de que uma infração

qualquer do princípio de não-interveção viesse a ser cometida, levantavam-se os espíritos contra medidas daquela natureza.

Por outro lado, o único órgão existente que poderia atuar no caso de maneira específica se achava reduzido à inércia, em virtude de suas últimas definições estatutárias. Êsse órgão era a Comissão Interamericana de Paz, criada em 1940 pela II Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e que havia prestado importantes serviços em outros episódios internacionais.

Desde 1956, entretanto, por fôrça dos Estatutos aprovados pelo Conselho da OEA, em obediência a uma decisão tomada na Conferência Interamericana de Caracas, a Comissão Interamericana de Paz só pode intervir numa questão quando os Estados interessados solicitem ou aceitem expressamente a sua interferência.

Daí resultou que sua atuação passou a encontrar obstáculos semelhantes aos de uma arbitragem recusado-se os Estados, daí para cá, a concordarem com sua intromissão, nos casos surgidos entre êles.

O único aparelho existente estando inerte, e recusando-se os interessados à criação de qualquer outro, a Conferência de Santiago corria o risco de se tornar um simples forum para os países portadores de denúncias e acusações. Levariam documentos, alegações e provas, com o possível efeito de exacerbarem, em vez de diminuirem, a tensão existente.

No tocante ao fartalecimento da democracia e à proteção dos direitos humanos, segunda parte da Agenda, as dificuldades não eram menores. Um dos pontos – para que a consciência dos povos americanos parece estar hoje orientada – é a formulação de uma proteção internacional efetiva dos direitos do homem. Na verdade, porém, essa proteção internacional ainda constitui, apenas, uma aspiração, pois não possuimos nenhum têxto com fôrça obrigatória, nenhuma convenção firmada entre os Estados que permitam considerar incorporadas ao direito internacional positivo as normas sôbres reconhecimento dos direitos humanos. Temos apenas uma declaração, a Declaração Interamericana dos Direitos do Homem, aprovada em Bogotá, em 1948. Mas essa declaração não tem fôrça coertiva, e convertê-la numa convenção jurídica é um dos temas recomendados à futura conferência interamericana que se deve reunir em Quito, em fevereiro do ano próximo.

Quando ao fortalecimento da democracia, ainda é mais rudimentar o que possuimos na América, ou pelo menos, ainda o era até a Reunião de Santiago, pois nêste particular faltam oportunidades para que os Estados americanos empenhem o melhor dos seus esforços no sentido de fortalecer o

regime democrático e assegurar a sua estabilidade. Nem sequer uma declaração sôbre o regime democrático, seu conteúdo e características existia até hoje nos anais dos congressoos interamericanos: apenas a inclusão, entre os princípios do art. 5º. da Carta, do exercício efetivo da democracia representativa como fôsse da solidariedade entre os Estados americanos, e a reafirmação, feita em Resoluções da IXª. e da Xª. Conferência Internacional, de que êstes devem unir seus esforços para alcançar, em breve prazo, a realização efetiva do sistema democrático representativo. Compreende-se, assim, que o Comitê Jurídico Interamericano do Rio de Janeiro, convidado a preparar, sôbre êste assunto, um projeto de resolução, tenha tido oportunidade de declarar que a matéria ainda não era suscetível de tratamento jurídico, pois ainda se achava no estágio de mera afirmação de aspiração política comum aos povos americanos.

Reduzidas as coisas a essas proporções, pouco ou quase nada era de esperar que a Conferência de Santiago conseguisse realizar.

Entretanto, Sr. Presidente, quanto comparamos as dificuldades da Agenda e o clima de ceticismo que cercou os dois primeiros dias da consulta com o modo por que ela, em seguida, se processou, e com os resultados cosignados na ata final, somos obrigados a reconhecer que a Vª. Reunião de Consulta pode figurar entre as mais fecundas que os Chanceleres americanos tiveram oportunidade de celebrar.

O primeiro dêsses resultas não foi um resultado escrito. Não se acha consubstanciado nos têrmos de nenhuma resolução. Foi, antes, um resultado moral, que se evidenciou pouco a pouco, principalmente depois dos primeiros atritos ocorridos no plenário da reunião.

Verificou-se que os laços de coesão moral que prendiam as delegações e o sentimento de integrarem um organismo internacional, com as responsabilidades de organização dos Estados Americanos, tinha sôbre o espírito das partes interessadas ali presentes mais fôrça do que no primeiro momento fôra licito imaginar. O desejo de achar uma solução, de não sair de Santiago sem haver encontrado os lineamentos de uma fórmula, que pudesse, daí por diante, ser aplicada utilmente, foi o que prevaleceu. E cumpro meu dever, dizendo à Câmara e ao País que foi principal protagonista do esfôrço de conciliação realizado pelos Chanceleres, para alcançar êsse resultado, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Horácio Láfer. Pela maneira incansável e esclarecida por que se dedicou a essa tarefa, pela satisfação ampla que às partes interessadas e pelo alto sentido de isenção e

de eqüidade com que soube conduzir as negociações de que pouco a pouco se foi tornando o centro, o Chanceler do Brasil êsteve à altura das grandes gestões conciliatórias, que em diversos momentos da história diplomática temos tido ocasião de conduzir no continente.

Ao lado dêsse aspecto moral, houve também o aspecto jurídico e o político. Em primeiro lugar, quanto ao item 1º. da Agenda, coube à Delegação do Brasil apresentar aos Chanceleres, que tomaram a iniciativa da conciliação, a fórmula que daqui por diante servirá para uma atuação permanente nas tensões internacionais do Caribe ou de outras regiões, o que deve conduzir à sua eliminação progressiva.

Essa fórmula foi adotada em caráter extraordinário e experimental, para que sôbre ela se pronuncie, em definitivo, a XI.ª Conferência Interamericana, à vista dos resultados alcançados nos próximos meses. Consistiu em atribuir à Comissão Interamericana de Paz poderes especiais para atuar, não na forma dos seus estatutos, mediante a anuência de tôdas as partes interessadas, mas por iniciativa própria, e para investigar quaisquer violações do Tratado de Havana sôbre direitos e deveres dos Estados em caso de lutas civis, e das convenções internacionais sôbre asilo, a que se acha subordinado o tratamento dos exilados. Ficam aí evidentemente compreendidas as infrações relativas ao tráfico de armas, ficarão as violações dos direitos humanos ocorridas em quaisquer países, desde que possam ter ressonância sôbre as relações internacionais, e a própria relação entre o subdesenvolvimento econômico e a instabilidade dos regimes.

Não se trata, assim, de entrar a Comissão na esfera interna dos Estados para apreciar as violações dos direitos humanos como um fato de sua vida interna e ligado ao exercício de sua soberania. Trata-se de apreciar as violações, sempre que elas contribuirem pela sua ressonância internacional, de um modo ou outro, para ameaçar a paz.

O Sr. Oswaldo Lima Filho – Desejo salientar, inicialmente, na magnífica exposição de Vossa Excelência, o resulta profícuo da V Reunião de Consulta, na qual a representação brasileira se houve com muita felicidade, mantendo aquela alta tradição da ação diplomática brasileira nas relações americanas. Tôdavia, desejo frisar que essa ação é tanto mais difícil – e Vossa Excelência ressaltou vários aspectos que tornaram delicada a ação, em relação às garantias de direitos individuais e à ação interna dos governos americanos – quando evidentemente estamos – e Vossa Excelência sabe disso melhor do que nós, mestre que é da matéria – enfrentando no mundo de hoje uma crise do direito

internacional, quando as necessidades do homem moderno, quando as conquistas da técnia vão dilatando o campo de aplicação do direito internacional, que se põe, assim, em conflito com aquelas soberanias que alguns autores chamam até de pequenas soberanias paroquiais, fundadas, com muita razão, em princípios de um nacionalismo muito justo, aliás, a base, a rocha de criação, de fundamento dessas nacionalidades.

O Sr. San Tiago Dantas – Agrandeço o aparte de Vossa Excelência.

Realmente, é êsse o problema. E Vossa Excelência sabe miuto bem que se, de um lado, temos tôdo o dereito de esperar que os organismos internacionais alarguem cada vez mais o seu raio de ação, de outro lado, sobretudo em nosso hemisfério, onde uma potência de grande poderio econômico convive com pequenas potências, de economias subdesenvolvidas, é necessário, mais talvez do que em qualquer outra área do mundo, exaltarmos o pricípio de não-intervenção, como verdadeira trincheira para defendermos atrás dela a soberania dos pequenos países em face do risco de uma infiltração de vontades poderosas.

O Sr. Celso Brant – Sabe Vossa Excelência que essa grande nação, através de sua história, não tem respeitado êsse critério da não-intervenção. Seu território foi acrescido através da intervenção. Através de pressão econômica essa nação continua a fazer sentir o seu propósito de expansão. Mas, Senhor Deputado, acredito que, em vista da impossibilidade em que se viu a reunião de Santiago de estudar na sua base o problema jurídico, deveria essa reunião, para se tornar mais prática, objetivar o espírito da Operação Pan-Americana, que, como Vossa Excelência sabe, grande conhecedor que é do assunto, vê no fator econômico um dos motivos mais importantes para o convívio dos países sul-americanos. Sabe Vossa Excelência que êsses atritos de ordem política têm origem também econômica, em nosso hesmisfério. E indanga o povo, cético, como sabe Vossa Excelência, com relação aos resultados da Conferência de Santiago, por que não foi dada à Operação Pan-Americana nessa reunião o relêvo que ela naturalmente poderia merecer, sabendo-se que outras nações estavam profundamente empenhadas em que o problema do subdesenvolvimento fôsse colocado na pauta em primeiro lugar, em caráter de prioridade.

O Sr. San Tiago Dantas – Longe de a reunião de Santigo ter deixado em segundo plano o problema das relações entre o subdesenvolvimento e a instabilidade política, êste foi precisamente o ponto sôbre o qual trabalhou, ao tratar da parte da Agenda relativa ao forlecimento da democracia.

E agora passo, Sr. Presidente, a examinar êsse aspecto do conclave que se integra com o primeiro, relativo à dinamização da Comissão Interamericana de Paz.

O fortalecimento da democracia, tal como o tem entendido a Chancelaria brasileira e como hoje o entendem as Chancelarias de quase tôdos os países americanos, está ligado precipuamente a dois campos de especulação e de atuação democrática. O primeiro é o campo econômico e o segundo é o campo jurídico.

No campo econômico, a tese em que vimos insistindo, desde a IV Reunião da Consulta, em Washington, em 1951, é de que a estabilidade das instituições democráticas resulta, em grande parte, do próprio grau de desenvolvimento econômico e do tipo de estrutura social que logrem alcançar os povos subdesenvolvidos dêste hemisfério.

Na verdade, o pauperismo em que vivem as populações latino-americanas, a debilidade de uma estrutura social, em que se contrapõem ainda, por tôda parte, uma sociedade de rotos e uma sociedade de milionários, e o baixo nível de renda por habitante, que situa o nosso hemisfério entre as regiões mais pobres do mundo, tudo isso faz com que entre nós não possa medrar uma vida política realmente estável, onde as liberdades públicas encontrem clima de segurança indispensável ao funcionamento contínuo das instituições constitucionais.

Se reclamamos, como ponto de partida da defesa das instituições democráticas em nosso hemisfério, o desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida das nossas populações, não podemos deixar de objetivar uma substancial mudança na política de cooperação internacional, que, tendo nos Estados Unidos da America, o seu centro propulsor, na realidade abrange, de maneira muito desigual, as diferentes áreas subdesenvolvidas do mundo, colocando precisamente a nossa no nível mais baixo das prioridades.

O Sr. José Joffely – Tôdos nós, nobre Deputado, registramos com especial alegria a essência do pensamento político de Vossa Excelência que, segundo observei, pode-se resumir em duas palavras: que o fortalecimento dos regimes democráticos depende fundamentalmente da luta anticolonialista.

O Sr. San Tiago Dantas – Vossa Excelência resumiu muito bem os dois aspectos em seu entrosamento recíproco.

O Sr. Rondon Pacheco – Louvo a preocupação de Vossa Excelência. em prestar à Casa, da maneira tão brilhante e minuciosa como ora faz, sôbre

sua honrosa missão à Conferência de Santiago. Sabe Vossa Excelência. da parcela de responsabilidade reservada ao meu Partido no setor da política externa do País, presidindo como preside as duas Comissões de Relações Exteriores, a do Senado e da Câmara, respectivamente, nas pessoas dos nossos ilustre companheiros, os eminentes Senador Afonso Arinos e Deputado Raimundo Padilha. Aguardava justamente que Vossa Ex, entrasse na segunda parte do seu discurso para observar que, a nosso ver, os resultados de Santiago sob o ponto de vista psicológico foram positivos. Entendemos que as conclusões de princípios gerais de Santiago resultaram em benéfico aceno de esperança que há de ser transformado em política mais objetiva, de sentido menos platônico na coexistência pacífica e solidára das Nações americanas.

O Sr. San Tiago Dantas – Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e o incorporo com desvanecimento ao meu discurso.

Sr. Presidente, o aspecto econômico do problema do fortalecimento da democracia foi tratado na reunião de Santiago em mais de uma das resoluções incorporadas à ata final, mas ficou expresso principalmente no esfôrço de obtermos nova formulação jurídica para o dever de cooperação recíproca entre os Estados, no qual não queremos ver uma atividade unilateral e filantrópica, mas um verdadeiro dever jurídico, imposto pela solidariedade dos povos democráticos. Mais adiante, ao comentar a parte dispositiva da "Declaração de Santiago", espero voltar a êste ponto, e a esclarecer melhor a contribuição brasileira.

A "Declaração de Santiago". Faz apenas alguns dias que ela se incorporou ao acervo dos documentos americanos, e dela já disse um eminente diplomata, o Sr. Tobar Zaldumbide, que sua importância para a defesa da democracia americana é paralela à da Declaração de Bogotá para os direitos do Homem. O Secretário de Estado, Sr. Herter, classificou-a entre os grandes documentos americanos. De igual modo se expressaram diplomatas e juristas, que nela viram um passo a frente no tratamento técnico de um dos temas porvertura mais difíceis da vida internacional.

A Declaração de Santiago, proposta na reunião de Chanceleres pela delegação do Brasil, veio representar, de fato, o mais consistente esfôrço até aqui realizado no sistema interamericano para traduzir em alguns princípios, simples e concisos, aquilo que os Estados Americanos hoje reconhecem ser a essência do regime democrático, tal como o praticamos na América. Não é um documento acadêmico. Nêle não se procura dizer, como caberia melhor numa escola de Direito, o que seja o regime democrático ou como deve ser entendido.

O conceito de democracia é um produto da experiência histórica, e não pode ser isolado, com proveito e verdade, senão dentro de uma época e de uma área cultural.

A proposta brasileira, que se converteu na Declaração de Santiago procurou materializar, num número reduzido de preceitos aquêles traços que os povos americanos, na presente fase de sua evolução política, consideram fundamentais para identificar o regime democrático, e para atribuirem ou recusarem essa condição ao govêrno ou regime que praticam.

O primeiro dêsses princípios, que abre pela sua amplitude, o enunciado da Declaração, é a supremacia, ou império da lei, isto é, o princípio que coloca a autoridade dos governos abaixo da autoridade da norma jurídica. Êsse princípio, que os povos de lingua inglêsa denominam do "rule of law" é caracterizado, em nossos regimes políticos, pela independência dos poderes e pelo contrôle da legalidade dos atos de govêrno por órgãos judiciais independentes.

Onde se acumularem no mesmo órgão as funções de legislar e administrar, ou uma dessas e a de julgar, onde os atos de govêrno não puderem ser submetidos para apreciação de sua legalidade, ao contrôle de um juíz independente, não se pode dizer, no presente estado de nossa consciência jurídica, que subsista um regime democrático.

O segundo princípio requer que o govêrno dos Estados Americanos resulte de eleições livres.

O terceiro condena como antidemocrática tôda perpetuação no poder, e mesmo o seu exercício por prazo indeterminado, se ficar claro o propósito de perpetuar-se. Um govêrno de fato, saído muitas vêzes de uma revolução popular, não é antidemocrático, mas pode tornar-se o seu prolongamento indefinido denunciar o propósito de perpetuação.

O quarto e o quinto princípios se referem à proteção dos direitos individuais, impondo aos Governos que mantenham, com base nêles, um regime de liberdade e de justiça social e exigindo que a proteção dos direitos do indivíduo seja assegurada por meios judiciais. Realmente, o regime democrático está descaracterizado em qualquer país onde a proteção dos direitos do indivíduo ficar na dependência exclusiva dos órgãos da administração. É a proteção judicial, sob a forma de habeas corpus, mandado de segurança ou recurso de amparo, além de outros meios que se nos podem deparar na legislação dos países, a característica de uma organização democrática das liberdades públicas.

Já na proposta do Brasil se destacava, pela ênfase que a sua proteção efetiva requer, o direito de livre manifestação da opinião. Uma sugestão da Delegação da Colômbia veio tratar com maior minúcia êste importante ponto, incorporando-se à Declaração de Santiago como requisito indispensável à existência e ao funcionamento do regime democrático, a liberdade de imprensa, rádio e televisão e de tôdos os meios necessários à manifestação de opinião e à informação.

Igualmente incorporou-se à Declaração um artigo em que se condena, como contrário à ordem democrática americana, o uso imoderado da proscrição política, responsável pelos constantes deslocamentos de exilados do território de um para o de outro país.

Finalmente, o Artigo 8º da Declaração representa, como tive a oportunidade de dizer momentos atrás, uma contribuição brasileira para a formulação do dever de cooperação econômica entre os Estados como base da solidariedade entre os Governos democráticos americanos. Temos sustentado que o regime democrático só poderá prosperar e conquistar estabilidade, em nosso hemisfério, se as profundas desigualdades econômicas entre os Estados forem progressivamente abolidas, eliminando os últimos resíduos de colonialismo e dando à independência política dos povos a base econômica que lhe corresponde. Para isso é necessário que se intensifique o processo de desenvolvimento econômico de cada um dos Estados latino-americanos, mas essa intensificação não poderá ser obtida apenas com os recursos internos de cada país, numa época em que para outras regiões subdesenvolvidas do mundo afluem recursos consideráveis proporcionados pela cooperação internacional.

Se o florescimento da ordem democrática em nossa comunidade regional depende do desenvolvimento econômico e se o desenvolvimento econômico, por sua vez, depende da cooperação internacional, é claro que entre esta e o fortalecimento da democracia existe um nexo de causalidade indisfarçável, ao qual cumpre dar adequada expressão jurídica.

Por êsse motivo propôs a Delegação brasileira que entre os traços do regime democrático na América, consagrados na Delegação de Santiago, figurasse o dever de os Estados cooperarem entre si para o desenvolvimento de suas economias e a melhoria de condições de vida de suas populações, tendo em vista, como objetivo final, o fortalecimento do regime democrático. A proposta brasileira, na forma particularmente imperativa de que se revestia, não foi aceita pela totalidade dos Estados, mas foi possível preservar o seu

alcance e o seu pensamento na redação que ora se acha incorporada ao texto de Santiago, e que constitui, sem dúvida alguma, um importante passo na formação da consciência de um dever jurídico de auxílio recíproco entre os Estados para elevação de suas condições econômicas e sociais.

Dêsse modo, Sr. Presidente, a Declaração de Santiago veio a ser um documento sintético, mas inequívoco, do que os povos americanos hoje identificam sob a expressão regime democrático, usada em tantos documentos internacionais. Ela não representa uma convenção, nem pode servir de base para a Organização dos Estados Americanos, ou mesmo um Estado ou grupo de Estados, se imiscuam nos negócios internos de um dêles para julgar o seu regime político e aplicar sanções de qualquer natureza. Ela constitui, antes, como se acha declarado num de seus considerandos, um instrumento de opinião pública, que servirá para aprimorar o sentido democrático, que desejamos exaltar na vida americana e ao mesmo tempo abrirá caminho para que, no futuro, possa ser constituído, à sombra da Organização dos Estados Americanos, um sistema de contrôles efetivos, compatível com o respeito das soberanias e com a observância do princípio de não-intervenção.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Sou obrigado a advertir o nobre orador, aliás muito a contragosto, de que há matéria em regime de urgência. Assim sendo, devemos passar logo à Ordem do Dia. Pediria a Vossa Excelência., portanto, que concluísse suas considerações dentro de poucos minutos.

O Sr. San Tiago Dantas – Obrigado a Vossa Excelência., Sr. Presidente.

O Sr Fernando Santanna – Nobre Deputado, infelizmente, não vou ter oportunidade de dar o aparte que, no tempo devido, havia solicitado.

O Sr. San Tiago Dantas – Lamento, mas, infelizmente, como o Sr. Presidente me adverte, estou invadindo o período reservado às votações.

O Sr. Fernando Santanna — Desejaria apenas lembrar que receio continue mesmo a Resolução de Santiago apenas como fórmula jurídica, porque, como Vossa Excelência e tôda a Casa sabem, a Região do Caribe é completamente dominada por um truste internacional que se chama United Fruit Company. Enquanto essa região fôr dominada economicamente e êsses governos continuarem a ser postos e depostos por êsse truste internacional, a tensão no Caribe permanecerá e, a meu ver, aumentará, no sentido de influir, ou antes disso, de provocar a contra-revolução em Cuba, porque a projeção dêsse truste alcança também aquela República, que se vê

completamente cercada nêste instante. Cuba está tentando romper êsse cêrco, para ver se leva seu povo a um nível de vida melhor.

O Sr. San Tiago Dantas –É o papel das fórmulas jurídicas. Sr. Deputado: realizar um trabalho gradual de defesa da consciência dos povos e de evidenciação da ilegitimidade daquilo que se pratica contra ela, não por interferência de outros Estados ou de fôrças econômicas internacionais. Nesse sentido, as conquistas que se realizam no terreno jurídico preparam e antecipam conquistas históricas, que se vão consumar mais adiante.

E a Conferência de Santiago, conseguindo estabelecer princípios que permitirão definir com clareza o que a consciência dos povos americanos hoje identifica como regime democrático, marcou, indiscutivelmente, um passo, abriu caminho para outras conquistas e transformações.

Sr. Presidente, vou terminar. Ao longo desta exposição, que não pude fazer tão breve quanto desejava, procurei balancear os principais resultados da Reunião de Consulta realizada em Santiago. Creio que êsses resultados podem ser considerados construtivos, não só em relação ao problema político de caráter regional para cuja solução a consulta fôra convocada, mas também quanto ao aprimoramento dos instrumentos internacionais com que os Estados Americanos se vêm esforçando pela proteção mais eficaz dos direitos humanos e pelo fortalecimento da democracia.

A Delegação brasileira contou com a colaboração de homens de experiência, tirocínio e habilidade, como o Senador Moura Andrade, o General Nelson de Mello e o Embaixador Fernando Lobo e teve o apoio técnico de um grupo de diplomatas, escolhidos entre os melhores de que dispõe o Itamaraty. Pelo realismo e pela isenção de suas atitudes, tanto quando pelo valor de sua contribuição ao preparo dos instrumentos internacionais compendiados na Ata Final, creio que a Delegação brasileira à V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, chefiada pelo Sr. Ministro Horácio Lafer, realizou um trabalho que pode ser considerado digno das tradições da Chancelaria brasileira, fértil em relação ao futuro político da América. Agradeço a Vossa Excelência., Sr. Presidente, a concessão dêstes minutos, e à Câmara a atenção com que me ouviu.

Entrevista ao jornal "O Globo"

Data: 31/05/1961
Propósito: exposição dos motivos que originaram a revolução cubana
Assunto: Para San Tiago Dantas, o caso cubano exige reflexão apurada, isenta das reduções simplistas que enunciam recusa completa ou adesão inconteste. Do ponto de vista diplomático, o princípio de auto-determinação do povo cubano é absoluto e inconteste. Há de se considerar, contudo, a exigência igualmente inegociável de paz da América. Quaisquer ameaças à democracia do Hemisfério deverão ser retrucadas à altura. Tal posição não implica apoio, entretanto, ao equívoco norte-americano, que praticamente conduziu Cuba ao regime ditatorial. Neste contexto, caberia ao Brasil a via negociadora, que acabaria por reconduzir os cubanos ao sistema democrático dos demais países americanos.

"Regime Cubano é incompatível com princípios democráticos americanos".

"A defesa intransigente do princípio de não-intervenção não deve obliterar a solidariedade dos povos democráticos da América contra o regime anti-democrático, para o qual evoluíu, nos últimos meses, a revolução de Fiel Castro", declarou a O Globo o dep. San Thiago Dantas, antigo presidente da Comissão Jurídica Interamericana, e principal redator da hoje famosa Declaração de Santiago do Chile sôbre os princípios da democracia.

Salientando que é necessário fazer um esforço para compreender vários aspectos do caso cubano e para superar a posição simplista de aplauso irrestrito ou oposição total ao regime de Fidel Castro, observou o representante de Minas na Câmara dos Deputados que "um fato histórico como a revolução cubana contém sempre aspectos positivos e negativos, e quem não os distinguir com coragem e clareza estará emitindo um julgamento faccioso, capaz de trazer graves prejuízos ao esclarecimento da opinião pública."

"Infelizmente", continuou, "nessas ocasiões, o senso da verdade e a linha do direito são postos de lado pela paixão ideológica ou pelo gôsto primário dos pronunciamentos simplistas."

Na entrevista que deu a O Globo, e que foi a segunda por ele concedida sôbre o assunto, o dep. San Tiago Dantas encarou a revolução cubana e o atual regime vigente no país, o primeiro do ponto de vista do direito internacional, e depois do ponto de vista político, especialmente em face dos movimentos nacionalistas do Hemisfério.

O caso jurídico

"Não há dificuldade nem incerteza em formular a posição jurídica internacional do Brasil e de outras nações americanas em face de Cuba e do seu regime político.

Quer êsse regime seja democrático, quer seja anti-democrático, comunista ou totalitário, nenhuma nação tem o direito de intervir para impor sua concepção do Estado ou seus princípios jurídicos ao povo cubano. O princípio de não-intervenção é absoluto; êle traduz a convicção dos povos democráticos de que a intervenção não é um processo de implantação da democracia, e constitui sempre uma ofensa às prerrogativas do Estado soberano.

Eis por que têm sido infelizes algumas afirmações de que o Brasil não concorda com a intervenção em Cuba por não haver certeza do caráter comunista do regime cubano. Tal afirmação leva a crer que, se houvesse tal certeza, o Brasil concordaria com tal intervenção, o que é incompatível com o art. 15 da Carta da OEA, e com todos os compromissos internacionais e regionais em que se exclui peremptoriamente a intervenção.

Se é certo que o regime totalitário, de esquerda ou de direita, não impõe nem autoriza a quebra do princípio de não-intervenção, também é certo que um estado pode converter-se, até mesmo sem definição completa do seu

regime político, em ameaça para a segurança e a paz do Hemisfério, sobretudo se, através dêsse Estado, se vier a caracterizar a intervenção de outra potência, mediante atos de ocupação estratégica e preparo militar.

Ameaça à segurança da América

Desde que, em Cuba ou em qualquer outro país americano, uma situação deste tipo se venha a apresentar, estarão configurados os requisitos, não da intervenção coletiva nesse Estado, mas da aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, subscrito no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, cujo artigo 6º. Dispõe: "Se a inviolabilidade ou a integridade do território, ou a soberania ou independência política de qualquer Estado americano foram afetadas por uma agressão que não seja ataque armado, ou por um conflito extra-continental ou intra-continental, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o órgão de Consulta e reunirá imediatamente a fim de acordar as medidas que em caso de agressão se devam tomar em ajuda do agredido, ou em qualquer caso as que convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do Continente."

Essas medidas, que podem ser tomadas para a defesa comum e a manutenção da paz e da segurança, são definidas no art.8, e vão desde a retirada de chefes de missão e a rutura de relações, até "a interrupção parcial ou total das relações econômicas" e "o emprêgo da força armada".

Apesar do assinado, há apenas treze anos, o Tratado do Rio de Janeiro já teve sua aplicação efetiva ou solicitada diversas vêzes: em 1948 a êle recorrer a Costa Rica contra a Nicarágua, terminando o incidente pelo pacto de Amizade firmado entre os dois governos em 21 de fevereiro de 1949. Em 1949 e 1950 a êle recorreu o Haiti contra a República Dominicana. Em 1955 novamente a Costa Rica solicitou a convocação do órgão de Consulta (acordos de 9 de Janeiro de 1956). Ainda no mesmo ano, o Equador tomou idêntica iniciativa em relação ao Peru ; em 1957 Honduras em relação à Nicarágua; em 1959 o Panamá, sem acusação a qualquer Estado, por se haver configurado a invasão de suas fronteiras por tropas irregulares; ainda em 1959, a Nicarágua pela invasão armada de que foi vítima no início de junho, e a República Dominicana pela situação de insegurança criada na região do Caribe, procedimentos de que resultou a convocação da V Consulta de Ministros das Relações Exteriores em Santiago. Entre esses episódios merece ser relembrado especialmente o

apêlo à Consulta feito, em 1954, não por um Estado que se sentisse ameaçado,mas por dez Estados,entre os quais o Brasil, preocupados com "a intervenção demonstrada pelo movimento comunista internacional na República da Guatemala e o perigo que encerra para a paz e a segurança do continente".

Cuba na VII Consulta

O caso cubano já pôs em movimento o sistema continental. Como é sabido, a V Consulta (Santiago, 1959) incumbiu a Comissão interamericana da paz do estudo das questões que haviam motivado sua convocação (Resolução IV), e a esta Comissão foram submetidas, além dos casos anteriores à reunião de Santiago , as queixas recíprocas dos governos de Cuba e dos Estados Unidos sôbre ações provocadoras que êles se imputavam reciprocamente. O govêrno do Peru, em 13 de julho do ano passado, tendo em vista os fatos que se iam desenrolando, com agravamento da tensão internacional, propôs a reunião de consulta dos chanceleres, não com fundamento no Tratado do Rio, mas no art.39 da Carta OEA, que dilata os motivos da convocação, admitindo-a mesmo sem ocorrência ou perigo de agressão, "com o fim de considerar problemas de caráter urgente e de interêsse comum". Reuniram-se, assim, a VL e a VII Consulta na capital da Costa Rica. Além da condenação do regime dominicano, que deu ensejo à aplicação do Tratado do Rio, os Estados Americanos se esforçaram, sem resultados, por uma conciliação entre Cuba e os Estados Unidos, terminando a reunião pela retirada do chanceler Raul Roa, e pela aprovação, à revelia de Cuba, de algumas declarações de conteúdo doutrinário bem definido, mas de sentido reiterativo e limitada eficácia jurídica.

Declaração de S. José

O documento final, em que se fixou a posição dos Estados americanos em relação ao caso de Cuba, foi o que tomou o nome de Declaração de S. José. Nele está reafirmado com clareza o princípio de não-intervenção, nos têrmos mais absolutos:

> "nenhum Estado americano pode intervir em outro Estado americano com propósito de impor-lhe suas ideologias ou princípios políticos, econômicos ou sociais". (item 3)

Mas está também reafirmado o princípio de que os povos americanos, sem recorrerem à intervenção, devem envidar esforços comuns para ajustarem sua conduta política aos princípios democráticos, tais como os entendemos neste Hemisfério e estão definidos na Declaração de Santiago:

> "o sistema (uma palavra ilegível) é incompatível com tôda forma de totalitarismo e que a democracia só atingirá a plenitude de seus objetivos no Continente quando tôdas as Repúblicas americanas ajustarem sua conduta aos princípios enunciados na Declaração de Santiago do Chile , aprovada na 5ª reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, cuja observância recomenda, com a possível brevidade." (item 4)

Não ficou sem expressa referência e formal condenação a possibilidade de vir um Estado americano, não a sofrer, mas aceitar, uma intervenção de potência extra-continental (sino-soviética) capaz de por em perigo a solidariedade ou a segurança da América:

> "Condena energicamente a intervenção ou ameaça intervenção, mesmo condicional, de uma potência extracontinental em assuntos das Repúblicas americanas e declara que a aceitação de uma ameaça de intervenção extracontinental, por parte de um estado americano, põe em perigo a solidariedade e a segurança americana, o que obriga a Organização dos Estados Americanos a desaprová-la e repeli-la com igual energia." (item 1)

> "Repele, igualmente, a pretensão das potências sino-soviéticas de utilizar a situação política, econômica e social de qualquer Estado americano, porquanto tal pretensão poderia romper a unidade continental e pôr em perigo a paz e a segurança do continente." (item 2)

Solidariedade democrática

Não é, porém, apenas em têrmos de segurança regional e de não-intervenção que o caso cubano deve ser encarado.Não é possível esquecer que os povos dêste Hemisfério estão indestrutivelmente unidos pelo propósito de preservação e aperfeiçoamento do regime democrático, o que nos leva à condenação radical dos governos totalitários, tanto de direita, como de esquerda, e à solidariedade regional fundada no art.5, alínea d , da Carta da OEA.

O que constitui o fundo ideológico comum dos povos americanos é a fidelidade a certos princípios de governo e de convivência social, que para nós representam a democracia, e que foram expressos em têrmos singelos mas insofismáveis, na Declaração de Santiago do Chile, último elo de uma série ininterrupta de pronunciamentos e declarações.

Em face dêsses princípios, o govêrno revolucionário cubano não pode ser considerado democrático. É possível ainda que êle evolua para uma reformulação democrática, sob a liderança de Castro ou sob outra liderança autenticamente popular. Por isso não podemos e não devemos fechar a porta à negociação e aos entendimentos com êsse govêrno, mas nem por isso devemos hesitar em apontá-lo como um regime incompatível com os princípios democráticos em que se baseia a solidariedade americana.

Também não devemos hesitar em dizer que o govêrno dos Estados Unidos cometeu, em relação à revolução cubana, erros sôbre erros, abuso sôbre abuso, contribuindo mais do que qualquer outra causa para que um movimento político de alta inspiração moral e de objetivos democráticos se fôsse pouco a pouco transformando numa ditadura popular, e procurando apoio em potências extra-continentais capazes de prestá-lo. O govêrno dos Estados Unidos não se mostra capaz de compreender que a revolução cubana tinha necessariamente de por termo às formas de dominação econômica, que sujeitavam o país a interesses internacionais e estrangeiros, impedindo o seu real desenvolvimento, e de cuja abolição dependia – como depende em outros países – a própria preservação e estabilização do regime democrático.

É que nenhuma democracia se implanta, - e caso se implante, não se mantém - enquanto a parte principal dos interêsses econômicos existentes no país, investimentos, produção, propriedade do solo, contrôle de exportações, está nas mãos de grandes investigadores estrangeiros, cuja solidariedade com a nação é meramente eventual. A economia das nações subdesenvolvidas necessita da colaboração do capital estrangeiro, mas se essa colaboração se transforma em dominação, além de conseqüência danosas no campo econômico, surgem, no campo político, a instabilidade e a fragilidade das instituições democráticas e as recaídas periódicas em regimes de exceção.

Cuba encarnou, nos primeiros dias do govêrno de Castro, uma causa comum a muitos, senão a todos os povos da América, e se há uma decepção que pese sôbre todos êles, é a de verem evoluir para uma forma anti-democrática e possivelmente totalitária, o regime inspirado por tão autênticas reivindicações.

Finalmente de nada valeria analisarmos a situação cubana com isenção e propósito de acêrto, se daí não partíssemos para uma orientação prática, em face das circunstâncias.

Num pronunciamento feito há poucos dias manifestei o receio de que se quisesse lançar o regime de Cuba ao rol dos fatos consumados, isto é, que se quisesse dar por encerrada perigosamente a fase das negociações e entendimentos com os dirigentes da revolução cubana.

Creio que as perspectivas internacionais subseqüentes ao encontro de Viena, entre os dirigentes supremos dos Estados Unidos e da União Soviética,vêm reforçar a necessidade de se atrair Cuba ao seio da família americana, evidenciando a um só tempo a nossa repulsa ao caráter anti-democrático do regime, e o nosso propósito de manter, em defesa do povo cubano, os compromissos internacionais que condenam a intervenção.

Cuba precisa saber que conta bem mais com as nações latino-americanas, ligadas a ela por uma solidariedade tradicional e fraterna, do que com a União Soviética, cujos interêsses em escala universal tanto podem levá-la ao apoio econômico e mesmo militar, quanto ao brusco abandono, mas arras de um entendimento mundial.

Eis por que um país amadurecido, como já é o Brasil, não pode neste momento fazer política internacional para fins de consumo interno, nem adotar posições simplistas ou indecisas. Nosso dever é, de um lado, condenar com firmeza o regime revolucionário cubano pelo caráter anti-democrático a que êle se deixou levar, premido por influências internas, mas também por atitudes externas, independentes de sua vontade; e de outro lado, estender a mão de Cuba, assegurando-lhe, como aliás temos feito, a observância da doutrina de não-intervenção, mas chamando o país, pela via da negociação, ao dever imperativo de reintegrar-se no sistema democrático, comum aos povos do Hemisfério.

A União Soviética abandonará Cuba quando se evidenciar ser êsse o seu interêsse. O Brasil e as demais nações americanas é que não poderão, em caso algum, abandoná-la.

Discurso de renúncia ao mandato, na Câmara de Deputados

Data: 25 de agosto de 1961
Argumento: Em discurso na Câmara de Deputados, San Tiago Dantas anuncia sua renúncia ao mandato de Deputado Federal em razão da nomeação ao posto de delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. San Tiago Dantas comenta a importância da agenda internacional na definição dos rumos do país, com foco para os temas da paz e da necessidade de superação da desigualdade econômica entre os povos. Ao apresentar as diretrizes do Partido Trabalhista Brasileiro no que concerne a política externa, San Tiago Dantas enfatiza as premissas do neutralismo, do pacifismo, da livre determinação dos povos, do anti-imperialismo e do anti-colonialismo.
Nota sobre publicação: Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, ANO VII, no. 27.

O Sr. San Tiago Dantas – Sr. Presidente, não é sem emoção que subo pela última vez os degraus desta tribuna, para apresentar a V. Ex.ª e a nossos eminentes companheiros de legislatura as minhas despedidas, ao renunciar ao restante do meu mandato de Deputado Federal, por haver aceitado a designação do Exmo. Senhor Presidente da República para delegado permanente do nosso País junto à Organização das Nações Unidas.

Esta decisão tomei-a comigo mesmo, no recesso da minha consciência, depois de medir amadurecidamente os argumentos que pesavam contra e a favor desta atitude. Pesava contra, especialmente, o meu desejo de levar até o último dia o mandato com que me honrou o povo de Minas Gerais e que aqui procurei desempenhar com os olhos postos nos exemplos mais dignificantes da tradição política de Minas, consultando sempre os vêzes superiores do País, a índole do regime, e com essa particular preocupação da legalidade, que está na base das nossas tradições democráticas (Muito bem) e seguramente, representa o ponto mais rico, a inspiração mais fértil da nossa vida pública.

Desejava, também, Senhor Presidente, não me afastar do Congresso num momento em que a vida política do País apresenta contradições tão graves e vê delinearem-se, a cada passo, problemas que assumem feições de crise. Sabemos bem que essas crises já não poderão abafar os alicerces das nossas instituições (Muito bem), porque, se há algo que tenhamos conquistado nos últimos anos da nossa história política é, seguramente, a confirmação da convicção democrática, êsse amadurecimento político, que se incorporou à nossa experiência, e que permite tenhamos hoje a certeza de estarem conjurados, de modo permanente, os riscos, que nos saltearem tantas vêzes, dos regimes de exceção, e das tentativas de quebra da continuidade da vida democrática, mediante golpes de Estado. (Muito bem. Palmas).

Inscreve-se hoje o nosso País no número daqueles em que a democracia deitou raízes profundas e em que o estilo democrático de vida tornou-se, para o povo, razão de ser.

Nem os totalitarismos da direita com seu primarismo feroz e com sua violência posta a serviço de vêzes particulares, nem o totalitarismo da esquerda, procurando implantar, numa democracia, métodos de ação direta, ou popular, que dão ensejo a ditaduras aparentemente temporárias mas, na verdade, de duração indefinida, nenhum dos dois logrará mais vencer na punjante comunidade política que formamos, esta vocação democrática...

O Sr. Mário Gomes – Que Deus o ouça.

O Sr. San Tiago Dantas – ... demonstrada em tantas oportunidades, e que faz com que sejamos capazes de marchar para uma reforma social no sentido da justiça, da melhor distribuição da riqueza, da anulação das influências parciais, contrárias ao interêsse do povo, sem quebrarmos, entretanto, a guarda e o culto das liberdades públicas (Muito bem. Palmas) permitindo, dêsse modo, que alcancemos, através da prática das instituições

livres, o progresso econômico e, com êle, o progresso social. O desejo de participar desta grande experiência, de condividir os riscos e alegrias deste grande esforço, em que se encontra mobilizada hoje a classe política do nosso País, falava alto no meu espírito para que não aceitasse uma investidura, que, por mais honrosa, representa sempre isolamento numa atividade, de natureza política, mas limitada quanto à de diversidade dos aspectos que podem ser simultaneamente considerados pelo homem público, mais voltada à execução de uma política do que à sua elaboração e à sua revisão.

Falaram, porém, a favor de que aceitasse esta incumbência outros argumentos, que me pareceram dignos de consideração. Em primeiro lugar, sabemos o que significa, hoje, a preeminência da vida internacional na definição do destino particular de cada povo. Nenhuma comunidade consegue mais resolver os seus problemas apenas através de sua política interna. Nenhuma comunidade pode mais vencer problemas como os do desenvolvimento econômico, da estabilidade, da organização social e da própria preservação das instituições políticas, senão integrando-se, com consciência plena, no grande processo universal de que participamos, tomando posição, clara e corajosamente, em face das grandes opções que se abrem a cada nacionalidade no mundo moderno, e que significam, pelas repercussões imediatas na ordem interna, muitas vêzes um estímulo, muitas vêzes um apoio, e também não raro um êrro, que se explica longamente.

Acresce, Senhor Presidente, que a causa da paz tornou-se hoje a própria causa da sobrevivência das nações. Nenhum povo conseguirá realizar seu destino, nenhuma nacionalidade conseguirá ver florescer a sua vocação social, cultural e política, se o mundo não lograr manter-se em paz, se não pudermos conjurar, a princípio com a consciência de que o fazemos temporariamente para, afinal, conseguirmos fazê-lo de forma definitiva, êsse risco, com proporções de catástrofe, que é hoje o risco do conflito mundial. Todos sabemos que o estado de tensão reinante atualmente no mundo, e que contrapõe, de maneira até agora insolúvel, as duas principais áreas de influência da política mundial, mantém a sorte das nações um estado de suspensão e de perigo, que pode a qualquer momento resolver-se no sentido de uma destruição total. Lutar pela causa da paz é hoje, podemos dizê-lo, lutar pela causa da vida, porque a paz representa a única possibilidade de sobrevivência para a nossa cultura, (Palmas) e até mesmo, em certo sentido, a possibilidade de sobrevivência física para o mundo em que vivemos.

Para essa causa da paz poderia parecer a muitos que o Brasil não estaria hoje ainda em condições de levar uma substancial contribuição. Durante muito tempo habituamo-nos a considerar nosso País um protagonista de segundo plano na cena internacional. E embora as inspirações do nosso patriotismo colocassem acima de tudo os problemas nacionais e o esfôrço que devemos empreender para sua solução, pensávamos indisfarçadamente que na cena internacional a nossa palavra representaria mais uma palavra de apoio ou de crítica do que propriamente uma palavra de decisão.

O mundo, porém, Senhor Presidente, se tem encarregado de trazer a este panorama, profundas, substanciais transformações. Foi um dos frutos mais benéficos da reorganização da convivência internacional, depois da última guerra, chamar à vida independente inúmeras comunidades, que até agora viviam sob o jugo do colonialismo e que nenhum papel representavam no concêrto da vontade dos povos livres. A própria Organização das Nações Unidas, fundada em 1945, com 51 membros, êste ano atingirá o número de 102, o que significa haver ela dobrado o número dos que participam dos seus trabalhos e das suas responsabilidades. E, na sua grande maioria, estes 51 novos membros são nações que, pelas suas tradições culturais, pelo estágio do seu desenvolvimento social e econômico, se encontram muito aquém daqueles níveis a que nosso País se alçou no mundo civilizado.

Esses países se voltam para nós, vendo numa comunidade com a nossa expressão demográfica, com a nossa tradição política e com a nossa coerência cultural, um exemplo eterno de audiência, e muitas vêzes de imitação.

Por isso, a posição de um País como o nosso já pode hoje ser qualificada de liderança nada mais é do que a capacidade de exprimir, através de sua própria vontade, de sua própria experiência, a solução dos problemas que pesam sôbre os outros.

Assim, não é mais hoje o nosso País como podia parecer àquela geração idealista que participou das esperanças e dos fracassos da Liga das Nações, um País de segunda ordem, fadado apenas a assistir como comparsa, ainda que, muitas vêzes, como comparsa ilustre, aos lances da política mundial. Hoje, as nossas responsabilidades já são as de um País que pode falar por outros. Hoje, sobretudo, estamos aptos a levar uma contribuição imparcial, em que não apenas nos voltamos para a solução dos problemas em que nos achamos diretamente implicados, mas também para a solução dos outros, que contemplados à distancia, mas por cujo bom encaminhamento, como qualquer outro povo amadurecido, já nos sentimos responsáveis.

Num momento dêsses, Sr. Presidente, o chamado ao plenário das Nações Unidas não pode deixar de apresentar-se ao espírito de um homem como imperativa convocação. Foi por sentir essa convocação em tôda a sua fôrça compulsória, que entendi do meu dever, não como renúncia a um mandato político, mas como desdobramento das causas e motivos, que me levaram a disputá-lo e exercê-lo, aceitar uma incumbência, através da qual pudesse colocar a modéstia de meus recursos a serviço da mais importante das causas em que hoje se acham empenhadas as nações livres e, notadamente, o nosso País. (Muito bem). Acresce, Sr. Presidente, que bem sabemos o que representa para os povos subdesenvolvidos do mundo a luta pela elevação de seu nível de vida e pela emancipação das influências de caráter internacional, que ainda jugulam seu plano de desenvolvimento e realizações.

Se quisermos salvar, no mundo de hoje, as instituições democráticas, em primeiro lugar, devemos preservar a paz; mas, em segundo lugar, e de modo igualmente imperativo, o que devemos é obter, no plano internacional e no plano interno, a abolição, tão pronta quanto possível, das tremendas desigualdades econômicas que ainda se abatem sôbre os povos (Palmas) e que, se tiverem de perdurar nas condições em que hoje se apresentam, não tornarão apenas difícil, mas impossível, a subsistência das características do regime democrático no mundo moderno. (Palmas). Salvar a democracia é eliminar as desigualdades. Aquêles que urdem o sonho absurdo de tornarem compatível a sobrevivência da liberdade política com a sobrevivência da desigualdade, econômica e social, nada mais são do que coveiros talvez inconscientes das instituições e princípios por que se batem. Ou a democracia encontra os meios de eliminar, no plano interno, as grandes desigualdades de fortuna e de aproximar a sorte comum dos homens abolindo as desigualdades e as injustiças, através de uma melhor distribuição de riqueza e de realizar no plano externo tarefa semelhante, aproximando a condição comum de todos os povos, ou o grande ideal democrático, estruturado na consciência do mundo moderno, há cerca de duzentos anos, estará irremediavelmente fadado ao desaparecimento. Lutar, portanto, para que a eliminação do atraso, da pobreza, da opressão, da exploração sob vêzes as suas formas, se conclua, com o socorro da tecnologia moderna, no espaço da nossa geração, é a maneira de salvar e colocar em lugar seguro o grande legado político que recebemos das gerações anteriores. É no plano internacional que essa obra poderá adquirir a ressonância e a solidez de que necessita, para realizar-se de modo completo e em curto prazo. As Nações Unidas, no meio das suas

insuficiências, em face das suas dificuldades e inibições, têm, indiscutivelmente, prestado ao mundo de hoje dois serviços insignes, que não lhe são negados nem mesmo pelos seus mais cruéis detratores. Em primeiro lugar, elas têm sido um meio idôneo para chamar à vida independente e à afirmação política, inúmeros povos que, de outra maneira, ainda vegetariam por muitos anos sob o guante do colonialismo. Em segundo lugar, elas têm servido para universalizar essa consciência da necessidade do desenvolvimento econômico e fazer compreender os povos mais atrasados, interêsse a ser julgado apenas no plano ético, constitui um imperativo comum de sobrevivência e pesa sôbre o Governo o dever de socorrer as próprias populações que se encontram sob jurisdição. O desenvolvimento econômico é hoje, acima de tudo, uma obra de todos. Êle se tornou, nos termos em que tem sido formulado, pelo que existe de mais adiantado e independente na consciência moderna. E quanto mais afirmarmos e difundirmos, mais estaremos habilitando cada povo a lutar contra as formas de opressão econômica que residem no imperialismo e que visam à superposição ostensiva ou disfarçada dos grandes vêzes de grupos sôbre os vêzes gerais das nações.

Em dupla causa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a certeza da preeminência da causa da paz; e do outro lado a convicção de que só salvaremos as instituições democráticas, através do soerguimento do nível de vida e das condições de independência para os povos modernos, pareceram-me dar à incumbência, para que fui convocado pelo Sr. Presidente da República, um caráter de perfeita identificação com os objetivos deste mandato parlamentar. Não me sinto afastado do Parlamento; não me sito como tendo deixado de participar das responsabilidades e das inquietudes deste Congresso, com o fato de levar para mais adiante, para uma outra tribuna, para um outro Parlamento, as mesmas inquietudes, as mesmas preocupações.

O Sr. Euzébio Rocha – Quase me entristeço por interromper o brilho da oração de V. Ex.ª, mas desejo, com a realidade histórica, provar que V. Ex.ª tem razão. A eclosão do estado integral da esquerda se deu logo após uma guerra, e logo após deflagrada a segunda guerra outras nações se absorveram no mesmo sentido. Veja o nobre colega como está sendo digno da admiração que esta Casa sempre lhe devotou. A verdade histórica, que colhe na imutabilidade real dos acontecimentos um processo de evolução, revela que as guerras fazem evoluir o Estado, pela absorção integral da forma que fere a liberdade individual. V. Ex.ª deseja o Estado absorvente, seja da esquerda, seja da direita, nas manifestações do nazismo ou hitlerismo. V. Ex.ª acredita,

como nós, que entre êsses dois pólos de Estados absorvente há lugar para o Estado ativo que, lutando contra a miséria seja capaz de criar a liberdade individual não sacrificada pelo Estado coletivo. V. Ex.ª está felicíssimo na oração que profere, porque ergue a sua voz contra o imperialismo, em defesa da liberdade, mostrando que não é digna de ser livre a nação que não tem coragem de combater a opressão econômica.

O Sr. San Tiago Dantas – Agradeço e incorporo ao meu discurso o ilustrativo aparte de V. Ex.ª.

Sr. Presidente, essa decisão, não a tomei também sem consideração de perto que ela não vinha ferir em ponto algum uma linha de continuidade política que julgo do dever de todo homem público preservar.

Voltei-me naturalmente, com a atenção que a deliberação exigia, para as manifestações de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, sobre a orientação que o seu Govêrno pretende imprimir à política externa. Procurei captá-la nos termos da Mensagem que êle dirigiu este ano ao Poder Legislativo. Procurarei interpretá-la nas atitudes tomadas em face dos acontecimentos mundiais que mais profundamente emocionaram a opinião pública, dentro e fora do nosso País. E procurarei, também, verificar, através das palavras do Sr. Ministro das Relações Exteriores, o eminente homem público e meu fraternal amigo Afonso Arinos de Melo Franco de que modo se iria refletir nas tradições, nas diretrizes da diplomacia brasileira, êsse pensamento político que êle melhor do que ninguém tem sabido em seus escritos, penetrar e interpretar.

O primeiro ponto, Sr. Presidente, para o qual desejo chamar a atenção de V. Ex.ª e da Casa, é que, na verdade, esta política, naqueles pontos em que se faz mais afirmativa, não representa nenhuma transformação, nenhuma contradição – em relação à linha de política externa que temos seguido nos últimos anos e notadamente no Govêrno anterior do eminente Presidente da República, – a quem aproveito esta oportunidade para render as minhas homenagens – o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. (Palmas).

Coube ao seu Govêrno imprimir à política externa do Brasil um novo sentido de afirmação e dinamismo. Através da ação dos seus chanceleres, êle procurou dar um conteúdo novo às relações interamericanas; fêz com que o sistema regional saísse do simples aprimoramento de teses jurídicas e de ideologias políticas, em que vinha fenecendo há alguns anos, para dar-lhe um sentido existencial. Com essa atitude iniciou-se o superamento do caráter de ação bilateral, até então predominante nas negociações nesta área

geográfica, e a sistematização de um sistema de ações multilaterais, em que o bloco latino-americano aparecesse unido por uma solidariedade resultante de sua própria estrutura econômica e de seu comum destino político, traduzido notadamente no memorável programa da Operação Pan-Americana.

Esse programa desempenhou um grande papel, pois contribui para que pudéssemos levar à consciência do povo, a noção exata dos problemas de ordem material para que as comunidades americanas têm de enfrentar para resolver satisfatoriamente os seus problemas culturais e políticos.

Já então, nos estudos que serviram de base à articulação desta ação diplomática e nas inúmeras manifestações que traduziram essa política, o que ficou bem claro, o que se estampou como um dos aspectos mais imperativos, foi a necessidade de estender o campo das nossas relações internacionais até as fronteiras do próprio universo. Pois, na verdade, um país não pode atingir o grau de amadurecimento político e de expansão econômica a que chegamos sem universalizar suas relações, e sem entrar em contato, altivamente, preservado pelas suas próprias convicções, e até – digamos pelas suas próprias idiossincrasias culturais, com todos os sistemas, com todos os regimes, com vêzes as ideologias, para, em face de cada nação e em face de cada área, observar estritamente a linha de seu próprio interêsse e de realização do destino de seu próprio povo. (Muito bem).

Foi o Sr. Juscelino Kubitschek quem, pela primeira vez, orientou claramente a política brasileira no sentido de alargamento de suas fronteiras diplomáticas (Palmas), estendendo-as a todos os Estados soberanos sem distinções ideológicas de qualquer natureza.

O Sr. Edilson Melo Távora – Sr. Deputado, V. Ex.ª realmente, vai indo muito bem no sentido da política exterior, da diplomacia. Já vai conseguindo um milagre nesta Casa. Depois de atacar rudemente os princípios fascistas do integralismo, recebeu aplausos veementes do Sr. Plínio Salgado, que é o chefe integralista nesta Casa. Depois de atacar rudemente as mazelas do comunismo, recebeu aplausos constantes e repetidos dos representantes comunistas nesta Casa. Portanto, Sr. Deputado, V. Ex.ª nessa parte, vai indo muito bem. Por outro lado, V. Ex.ª vai tranqüilizando os aflitos com relação à política exterior do Presidente Jânio Quadros, porque, enquanto S. Ex.ª tranqüiliza algumas áreas pela sua avançada política esquerdista, digamos, designa V. Ex.ª, conservador, para o principal pôsto da representação brasileira no estrangeiro. Por conseguinte, nobre Deputado, V. Ex.ª vai obtendo certos êxitos no início de sua nova carreira. Mas, V. Ex.ª não me

convence de que, renunciando a seu mandato popular, conquistado em eleição, para ir exercer pôsto no exterior, esteja agindo acertadamente. Na conjuntura atual, o principal papel na condução da vida nacional reside na atividade parlamentar. V. Ex.ª foi eleito Deputado e, a meu ver, deveria concluir seu mandato. Por outro lado, V. Ex.ª foi o crítico constante do Sr. Presidente da República justamente em matéria de política exterior.

No caso do navio português, V. Ex.ª atacou rudemente a política do Sr. Jânio Quadros, dizendo que êle não agira acertadamente, atribuindo-lhe erros em matéria diplomática. Pode V. Ex.ª procurar os Anais desta Casa e ver como foi veemente na critica à orientação do Sr. Jânio Quadros. Sem que S. Ex.ª mudasse um centímetro a política externa, V. Ex.ª aceitou essa designação. Por conseguinte fique sabendo: V. Ex.ª convenceu a Casa, recebeu os aplausos dos seus amigos, da minha parte porém não compreendi, não entendi o ponto de vista de V. Ex.ª. Queira receber a minha afirmação de que, ao criticar V. Ex.ª, não faço com paixão, com qualquer sentido de animosidade, mesmo porque nada tenho pessoalmente contra V. Ex.ª, mas coerente com princípios que defendo constantemente. Acho que o homem deve manter uma orientação e não pode, sem um motivo, modificá-la de um dia para o outro...

O Sr. Arno Arnt – Deploro profundamente o aparte do nobre Deputado Edílson Melo Távora, quando que equiparar o integralismo ao fascismo; deploro também o aparte porque interrompeu a nobre oração de V. Ex.ª, (Palmas) que interpreta os sentimentos do Brasil e não sentimentos falsos. (Muito bem! Palmas).

O Sr. Padre Vidigal – Permita-me. A bancada mineira, e posso dizer a V. Ex.ª, que presumo neste momento interpretar o pensamento de todos que a compõem, sem distinção partidária – sente-se, Sr. Deputado San Tiago Dantas, mais do que orgulhosa por vê-lo distinguido com o honroso convite que lhe fêz o Sr. Presidente da República para presidir, em caráter permanente, a delegação do Brasil na Organização das Nações Unidas. Creio, Sr. Deputado, que dêsse orgulho e dessa grande alegria participa tôda a Casa. (Muito bem. Palmas). Nesta oportunidade, ocorre-me à lembrança aquêle verso de Dante Aligheri, quando assim se exprimiu em louvor de um dos vultos mais importantes da história universal, dirigindo-se à sua esposa: "*La gloria del tuo spònso es gloria tua*".

A glória, Sr. San Tiago Dantas, que, agora, o coroa, também coroa tôda a Câmara, pois é toda ela que se sente neste momento glorificada (Muito

bem. Palmas) com a escolha de V. Ex.ª para presidir a nossa embaixada permanente na ONU. E todos sentimos, no honroso convite que lhe fêz o Sr. Presidente da República, a glorificação de todos os seus colegas que lhe não invejam o destino glorioso, que V. Ex.ª possui, incontestavelmente, no meio da cultura jurídica, pois, sem dúvida alguma, é V. Ex.ª uma de suas mais altas e vigorosas expressões. (Palmas).

Professor San Tiago Dantas, estendo mais êste meu aparte para dizer que o Presidente Jânio Quadros, convidando-o para o alto cargo que lhe confiou, mostrou uma grande isenção, (Muito bem) pois escolheu um homem da oposição, que é V. Ex.ª para ocupá-lo. Neste particular, o Presidente Jânio Quadros cresce no nosso conceito porque nos revela que meditou profundamente sôbre aquelas palavras da Sagrada Escritura: "Mais vale um adversário que repreende ou que adverte do que um adulador que acarinha".

Parabéns, nobre Deputado San Tiago Dantas! Continue, com o esplendor de sua oratória, com o vigor de sua extraordinária eloqüência, professorado mais uma vez nesta Casa, que aqui estamos todos para ouvi-lo como mestre que V. Ex.ª é na doutrina do Direito Constitucional que está versando com excepcional brilho. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – O aparte de V. Ex.ª, meu eminente colega, Deputado Padre Vidigal, representa, pela generosidade de suas palavras, uma recompensa desmedida e imerecida (Não apoiados) para a minha vida pública. Mas recebo-a como tal e agradeço a V. Ex.ª e aos meus colegas da bancada mineira, em cujo nome V. Ex.ª falou.

O Sr. Padre Vidigal – Obrigado a V. Ex.ª por esta extensão.

O Sr. San Tiago Dantas – Recebo-a como um estímulo, e como um penhor de que procurarei dar conta no desempenho dessa incumbência.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães – Realmente, todos deploramos, nesta hora, o afastamento da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, de uma de suas mais brilhantes figuras em todos os tempos, sem favor nenhum...

O Sr. San Tiago Dantas – Muito obrigado.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães – ... Não fôssem seus brilhantes pareceres na Comissão de Justiça, as vêzes que assomou a essa tribuna, e hoje a aula, no sentido mais elevado, sobre política interna e externa. Por tudo isto, a Casa deplora o afastamento de V. Ex.ª. Por outro lado, resta-nos a segurança de que o Brasil terá um grande representante na Organização das Nações Unidas (Palmas). E praza aos Céus sempre aja como agiu, designando V. Ex.ª representante na ONU, o Presidente Jânio Quadros,

porque vêzes as vêzes em que agir assim receberá aplausos desta Casa e do povo. (Palmas. Muito bem).

O Sr. Edilson Melo Távora – Permite o nobre orador apenas para um esclarecimento em relação ao aparte do Deputado Padre Vidigal, que na sua agressividade, pode ficar imaginando e que tenha tangenciado como indireta a minha pessoa, coisa jamais admitiria passasse sem reação. Quando critico Vossa Excelência, critico, na mais sã consciência, a sua posição política, dentro de pouco tempo modificada. Com relação ao Senhor Presidente da República, tenho a dizer que falei a última vez com S. Ex.ª um comício na minha terra. Nunca mais. Não há nestas palavras qualquer sentido de inveja, pois não faço parte de certo grupo de bajuladores que vivia aqui, no Govêrno passado, procurando as benesses do Senhor Juscelino Kubitschek. Fiz restrições ao procedimento de um parlamentar que, a meu ver, renuncia seu mandato em momento difícil da vida nacional, modificando posição firmada há pouco tempo, quando veemente criticava a política exterior do Presidente da Republica, notadamente no caso do navio português. Eis aqui meu modo de pensar. Acho que V. Ex.ª mudou de posição sem que o Presidente da República tivesse modificado sua orientação.

O Sr. San Tiago Dantas – Nobre Deputado Edilson Távora, quanto à indireta que V. Ex.ª julgou entrever nas palavras do Nobre Deputado Padre Vidigal temo que esta não seja propriamente do ilustre representante de Minas Gerais, mas que seja do Evangelho. (Riso).

E tais foram as incompreensões que V. Ex.ª mostrou no seu aparte em relação às demais posições políticas desta Casa, que peço licença para não responder às incompreensões relativas a minha pessoa. (Muito bem. Palmas prolongadas).

O Sr. Edilson Melo Távora – V. Ex.ª não responde porque não tem argumentos para responder!

O Sr. San Tiago Dantas – Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª que me garanta contra apartes que não consentir.

O Sr. Presidente (Ranielli Mazzili) – Peço ao nobre Deputado Edilson Távora não fazer novas intervenções sem o consentimento do orador.

O Sr. Miguel Bahury – Nobre Deputado, duas palavras apenas. Não mudou V. Ex.ª, cujo caráter, cuja fibra moral, cuja idoneidade são reconhecidos nesta Casa. Se mudou alguém, e para melhor, foi o Presidente da República, escolhendo V. Ex.ª.

O Sr. San Tiago Dantas – Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Lourival de Almeida – Afastado da Câmara, Sr. Deputado, venho acompanhando com grande admiração a atuação de V. Ex.ª, não só aqui no Parlamento, como de modo geral na vida. Voltando a esta Câmara tive a honra e o prazer de um contato mais direto com V. Ex.ª, principalmente, nos trabalhos da Comissão da Justiça. Aquela admiração que eu vinha nutrindo por V. Ex.ª, aumentou sensivelmente e digo-o sem outros intuitos, sou profundo admirador das qualidades excelsas que adornam a personalidade de V. Ex.ª. Quero deixar aqui não só no meu nome pessoal como, também devidamente autorizado pela direção do PSP, os votos de que a missão de V. Ex.ª, – que considero desdobramento do mandato a V. Ex.ª, outorgado pelo povo – venha a ser coberta de pleno êxito. Aliás de antemão sabemos que isso acontecerá, dadas as qualidades que credenciam a V. Ex.ª, para tão elevado pôsto para o qual, em boa hora, foi o Presidente da Republica chamar V. Ex.ª.

O Sr. San Tiago Dantas – Agradeço a V. Ex.ª, o honroso aparte que acabou de proferir. Não só o agradeço por partir de V. Ex.ª, um dos nossos mais brilhantes e conceituados colegas e jurista cuja fibra tive a oportunidade de conhecer de mais de perto na Comissão de Justiça, como por falar V. Ex.ª em nome do glorioso Partido Social Progressista.

Sr. Bezerra Leite – Sr. Presidente, a Câmara ouviu, até agora, com admiração e respeito pela cultura de V. Ex.ª, a sua magistral aula. Destoou nesta Casa o aparte do Deputado Edilson Távora. S. Ex.ª foi injusto em suas afirmativas. Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, em nome de Pernambuco que conhece V. Ex.ª, sempre foi coerente, sempre foi leal aos princípios trabalhistas e às programáticas do nosso Partido. Se o Presidente Jânio Quadros foi colhê-lo nas hostes do nosso Partido para entregar a V. Ex.ª essa investidura nas Nações Unidas, fê-lo porque sentiu que V. Ex.ª interpretaria na ONU o pensamento do Partido Trabalhista Brasileiro, do qual V. Ex.ª, não se vai afastar quando no exterior. Excelência sentiu que as nossas aspirações e os postulados da nossa doutrina trabalhista coincidiram plenamente com a política externa que está adotando para o País. V. Ex.ª vai para a ONU, mas não deixa esta Casa, porque vai ser naquela Organização um legítimo representante do Congresso Brasileiro.

O Sr. San Tiago Dantas – Muito agradecido a V. Ex.ª. As palavras de V. Ex.ª tocam-me profundamente. Partem de um companheiro e de um amigo e V. Ex.ª dá-me a honra de a elas associar o pensamento do Partido Brasileiro Trabalhista, de Pernambuco.

O Sr. Yukhisigue Tamura – Desejo, neste momento, congratular-me com o Sr. Presidente da República por escolher a figura de V. Ex.ª para representar o povo brasileiro na Organização das Nações Unidas. Acostumei-me a admirar V. Ex.ª não apenas pela sua brilhante inteligência, pela sua fôrça indômita, pela vontade de vencer, mas, sobretudo, pelos sentimentos que exornam sua personalidade. Descobri em V. Ex.ª o sentimento intelectual do amor à verdade, não somente o amor à verdade científica, tantas vêzes demonstrado na tribuna e nas comissões, mas também o amor à verdade revelada, pois sei que V. Ex.ª é um cristão convicto. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento moral de amor ao bem, não apenas ao bem espiritual, mas, também ao bem material e ao bem social. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento estético, de amor ao belo, ao belo literário, tantas vêzes encantando o plenário da Câmara e da Nação. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento cívico de Amor à Pátria, à cidade, à família. Acostumei-me a admirar o sentimento de amor à jurídica, à ordem positiva que V. Ex.ª tão bem conhece, tão bem ensina e tão bem pratica, sobretudo à ordem jurídica natural e a ordem jurídica divina. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento político de amor ao regime democrático, ao respeito aos direitos fundamentais do homem, ao respeito à justiça social mas sobretudo, Sr. Professor San Tiago Dantas, acostumei-me a admirar em V. Ex.ª êsse segmento religioso do amor à humanidade. V. Ex.ª é hoje uma estrêla brilhante na constelação de valores da política nacional, mas certamente será uma grande estrela na constelação dos valores políticos na ONU, e terá, com esta e mais colegas, daquela Casa, mas sobretudo terá energia e amor suficientes para defender as causas em prol da paz e do progresso da humanidade. Quero neste momento tributar-me toda a minha homenagem sincera fazendo votos que V. Ex.ª seja feliz na missão que o levara à ONU, onde certamente contribuirá para a paz e a prosperidade do mundo em que vivemos.

O Sr. San Tiago Dantas – Agradeço a V. Ex.ª o honroso aparte com que acaba de distinguir-me.

O Sr. Adauto Cardoso – Sr. Deputado, como Vice-Líder do bloco da Minoria venho repetir aquilo que em meu nome pessoal já lhe tinha expressado quando recebi a notícia da sua investidura no alto cargo de Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas. Repito, em nome dêsse bloco que vê V. Ex.ª partir e privar esta Casa da sua colaboração, da sua lucidez, da sua cultura e da sua generosidade, que as nossas divergências partidárias não abrem entre nós e V. Ex.ª uma trincheira tão funda nem tão altas montanhas que nos permitam

discernir o seu merecimento e as qualidades de colaboração que um homem da sua estirpe poderá trazer aos superiores vêzes do Brasil. O nosso partido foi tirar das fileiras do PTB o seu candidato à Presidência da República. O nosso partido, a União Democrática Nacional, e o Partido Libertador, que nos honra constituindo conosco o Bloco da Minoria, não entendem que a coisa pública, que a administração do País, deva constituir monopólio seu. Antes e ao contrário, o nosso esfôrço, o nosso afã é o de que o Presidente da República, que fomos buscar em outros quadros partidários consiga realizar a sua extraordinária missão, consiga levar a cabo o seu penoso esfôrço de redenção deste País, com a ajuda, com a colaboração de todos os homens capazes de quaisquer que sejam os acampamentos partidários em que se encontram. É, pois, em nome dêsses sentimentos que saúdo V. Ex.ª e lhe dou com a expressão do nosso pesar pela sua partida, o nosso regozijo e alegria por vê-lo integrado na missão do Govêrno Jânio Quadros. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Agradeço ao nobre Deputado Adauto Cardoso o aparte como que me honrou e transmito, por intermédio de S. Ex.ª os meus agradecimentos ao Bloco da Minoria, à gloriosa União Democrática Nacional e ao glorioso Partido Libertador, que a integram.

O Sr. Osmar Cunha – Não poderiam também, nesta oportunidade, Deputado San Tiago Dantas, deixar de trazer uma palavra de tristeza e outra de alegria. De tristeza, naturalmente porque o Congresso Nacional vai-se privar da personalidade, da inteligência e, sobretudo, da cultura jurídica de V. Ex.ª foi um ato de reconhecimento do mérito e a oportunidade para o Brasil de mandar, de fato, à Organização das Nações Unidas homem que representa o pensamento da maioria do povo brasileiro, conhecedor do desnível social que alcança neste instante a maior parte das nações do mundo. Daí a nossa palavra de alegria e de congratulações pelo ato do Sr. Presidente da República, que soube escolher o primus inter pares, capaz de, neste momento, representar a cultura, o pensamento, a alma e, sobretudo, a sensibilidade do povo brasileiro.

O Sr.. San Tiago Dantas – Agradeço, muito honrado, o generoso aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Vasconcelos Tôrres – Deputado San Tiago Dantas, ao Senado cabe, por dispositivo regimental, opinar sôbre a escolha de embaixadores. A Câmara não tem essa faculdade, mas se vê agora que, extra-regimentalmente, V. Ex.ª está tendo seu nome aprovado por todos os representantes do povo de tôdas as correntes partidárias.

O Sr. Padre Vidigal – Que se sentem honradas.

O Sr. Vasconcelos Tôrres – A nomeação de V. Ex.ª chega até à Câmara dos Deputados. Não me quero alongar, porque sei que o tempo de V. Ex.ª seria curto se tivesse de ouvir a manifestação de todos aquêles que querem homenageá-lo neste instante. Acho que cada um de nós está falando, tanto quanto possível, por todos. É o que quero fazer justamente, lembrando frase do Deputado Carlos Lacerda quando V. Ex.ª assomava pela primeira vez à Tribuna do então Palácio Tiradentes. Dizia o honrado Governador do Estado da Guanabara: "Deputado San Tiago Dantas, V. Ex.ª traz para esta Casa o eco da universidade". Eu queria reproduzir esta frase, dizendo que V. Ex.ª vai levar o eco da universidade para as Nações Unidas, o eco que representa aquêle sentimento dos seus colegas que vendo os seus companheiros, o admiram e felicitam o Presidente da República, pelo ato oportuníssimo de sua designação para Embaixador do Brasil junto à ONU.

O Sr. San Tiago Dantas – Muito agradeço a V. Ex.ª por essas generosas palavras.

O Sr. Alde Sampaio – V. Ex.ª me concede um aparte?

O Sr. Presidente (Ranielli Mazzili) – Devo fazer, nesta altura, com licença do orador, uma advertência. Devemos passar, às 11h30, à matéria constante da Ordem do Dia, e o nobre orador ainda não pôde encaminhar a ultimação de sua brilhante oração.

O Sr. Alde Sampaio – Sr. Deputado e amigo San Tiago Dantas, vejo, na nomeação de V. Ex.ª a reprodução de um fato histórico que tem sido realmente pouco seguido nesta República brasileira, no grau que no momento atinge. O Brasil foi conhecido no exterior, aos tempos da Monarquia, pela figura excelsa de seu Imperador Pedro II. Depois, Joaquim Nabuco, representando o Brasil nos Estados Unidos, e sua figura se constitui no símbolo de grandeza do Brasil. (Muito bem). Agora, V. Ex.ª vai repetir êste ato que tem sido repetido por alguns outros além desses dois citados. V. Ex.ª, agora, representa positivamente o segundo Nabuco da República dos Estados Unidos do Brasil. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – V. Ex.ª leva a generosidade de seu aparte a um ponto que me confunde. Agradeço, entretanto, a V. Ex.ª porque vejo nessas palavras muito mais a tradução da velha amizade que nos une.

O Sr. Maurício Joppert – O meu Partido já se manifestou, pela voz de seu grande líder, Adauto Cardoso. Estou aqui como um velho amigo de V. Ex.ª, um seu admirador, um homem que sabe que V. Ex.ª honra a cultura e a

inteligência brasileiras. Não sei que entendimentos V. Ex.ª teve com o Sr. Presidente da República, mas tenho a certeza de que a escolha foi muito feliz e que V. Ex.ª há de sair-se bem, porque colocará Brasil acima de todas as competições partidárias. Minhas felicitações. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Muito obrigado a V. Ex.ª.

Sr. Presidente, como dizia, a linha internacional do Brasil tem tido o privilégio de não conhecer soluções de continuidade. A política que praticamos na República foi um prolongamento da que vínhamos praticando no Império. E, se considerarmos a fase mais próxima de nossa história republicana, veremos que a nossa conduta internacional de etapa em etapa, através de um processo lento, mas seguro, de ampliação e de amadurecimento.

A linha política do Presidente da República, ao procurar situar o País no plano internacional numa posição de independência plena, que os possa levar sempre à consideração dominante do interêsse nacional e ao serviço da causa da paz, deita suas raízes próximas naquela ampliação das nossas responsabilidades verificada no Govêrno anterior, do Sr. Juscelino Kubitschek. Desde então temos vivido com a noção perfeita de que o processo da nossa emancipação econômica vai reclamar, para financiá-lo, uma ampliação tão considerável dos nossos mercados externos, vai exigir que alarguemos de tal maneira as nossas áreas de intercâmbio, que não podemos omitir na conquista de nenhum mercado, que não podemos ficar privados do contato com nenhum povo e precisamos levar a defesa dos nossos vêzes e a presença da nossa política a vêzes as regiões do mundo.

O Govêrno anterior deixara claro o desejo de romper um isolamento passageiro a que nos condenávamos, enviando missões especiais às áreas socialistas do mundo para conhecer as possibilidades práticas que ali se nos deparavam. (Palmas). O Govêrno anterior afirmou, inúmeras vêzes, e em episódios que se desdobrarem diante de nós, êsses mesmos princípios que hoje estamos vendo agigantados pelo aspecto mais crítico assumido por certas contradições internacionais.

E, no que diz mais respeito, Sr. Presidente, nada me poderia identificar mais completamente com uma missão política na área externa do que a obediência que devo ao programa do meu partido, unanimemente aprovado na Convenção Nacional, que realizamos em 1º de maio de 1959. Quero pedir licença à Câmara para incorporar ao meu discurso os cinco itens dedicados à política externa, que representam, neste particular, as diretrizes observadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Reza êsse documento que a

ação política do Partido Trabalhista Brasileiro obedecerá às seguintes diretrizes e bases:

Política Externa

1 – Relações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todos os povos. Reformulação e aprimoramento do Pan-Americanismo, visando eliminar as causas do pauperismo e do subdesenvolvimento continentais;

2 – Repúdio à guerra, às competições armamentistas, no emprêgo das armas e de extermínio indiscriminado e às experiências atômicas termonucleares para fins bélicos;

3 – Luta contra o imperialismo e o colonialismo e condenação a vêzes as formas de agressão, intervenção e pressão econômica;

4 – Livre determinação dos povos na escolha dos seus dirigentes e de suas formas de govêrno;

5 – Arbitragem nos litígios e conflitos internacionais.

É dentro destas diretrizes, Sr. Presidente, que a ação política externa do Govêrno brasileiro presentemente se situa, como depreendemos das palavras contidas no capítulo IV da Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional no início da presente sessão legislativa. Aí estão repetidas, mutatis mutandis e adaptadas aos problemas do dia e às circunstâncias da hora presente, estas mesmas diretrizes e bases. De sorte que, na verdade, ao ingressar na política externa do País, como representante do Govêrno, como representante da nossa Pátria, não preciso afastar-me, nem uma vírgula, da política externa do Govêrno passado, que apoiei, (Palmas) e, muito menos, daqueles princípios programáticos do trabalhismo, que eu mesmo tive oportunidade de ajudar a incorporar ao nosso programa, na memorável Convenção de 1º de Maio. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Com muito prazer.

O Sr. Fernando Santana – Nobre Deputado San Tiago Dantas, nesta altura do discurso de V. Ex.ª quero, falando pelos meus companheiros de bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, dizer a V. Ex.ª que, em nome do

programa dêsse partido, estamos certos de que V. Ex.ª, na Organização das Nações Unidas, irá tirar vêzes as conseqüências práticas daqueles postulados programáticos que inscrevemos na Convenção de 1º de Maio de 1959, da qual V. Ex.ª participou. Também o humilde orador que lhe aparteia neste instante fêz parte dela e defendeu, em tôda linha, a inscrição, no programa de nosso partido, dos itens que V. Ex.ª para a ONU a defesa desses princípios, que estará defendendo, não só os vêzes de nossa Pátria, como os interêsses maiores de tôda a humanidade. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Muito obrigado a V. Ex.ª. Quero acrescentar ainda, Sr. Presidente, que, nas grandes antinomias do mundo moderno que se debatem na cena internacional, a posição do Brasil está, por assim dizer, predeterminada, não apenas por princípios programáticos, não apenas por uma tradição diplomática observada pela nossa Secretaria de Estado, mas pela própria índole do nosso povo, pela própria constância de nossas aspirações comuns e pelo sentido da posição histórica em que nos encontramos em face das demais Comunidades.

Assim é que nossa posição anticolonialista não pode deixar de ser a tradução, clara e insofismável, de uma solidariedade que nos une a todos os povos em luta pela sua independência política e pela sua emancipação econômica. Nessa posição nos mantivemos ininterruptamente, mesmo nas Nações Unidas, até 1956, e as causas que nos afastaram momentaneamente, em certas oportunidades, de exercer o nosso voto de acordo com aquela linha tradicionalmente observada, nada mais representaram do que em conjuntura diplomática a que também devíamos respeito, sem que significasse uma mudança de atitude em face da causa dos pôvos não autônomos. Pelo contrário. Participamos, como povo, desta convicção, hoje comum à consciência moderna, de que não é possível mais sustentar a tese, tão cara aos colonialistas e reacionários, de todos os tempos, de que os povos, primeiro, precisam desenvolver-se, para, depois, obter a independência. Sabemos que é exatamente o oposto disto o que a História nos ensina e o bom senso nos aconselha. Só os povos que se tornam independentes conseguem desenvolver-se. Entre a independência e o desenvolvimento existe algo de paradoxal, porque é indispensável, primeiro, colocar-se um povo na plena disposição de seu próprio destino e da livre escolha de seus caminhos para depois encontrar, não raro ao preço de pesados sacrifícios, os rumos de emancipação econômica e de seu amadurecimento cultural.

Ouço o nobre Deputado Manoel Almeida.

O Sr. Manoel Almeida – Nobre e ilustre Deputado, a voz que V. Ex.ª ouve neste momento é a voz das barrancas do São Francisco. Trago aqui a palavra dos nossos irmãos da vasta área subdesenvolvida são-franciscana. Trago a lembrança a V. Ex.ª da sua Pirapora, onde teve sua meninice. Trago a lembrança das daquelas planuras, daquele vale maravilhoso, daquela região que muito necessita do seu esfôrço na nobre missão, no cargo elevado para o qual é convidado. Nós, neste instante, pensamos que V. Ex.ª, longe da idéia de estar deixando uma trincheira está passando para um pôsto de maior responsabilidade.

O Sr. Padre Vidigal – Muito bem!

O Sr. Manoel Almeida – Não trai sua missão quem deixa de ser general comandante de uma divisão para ser marechal em chefe, para conduzir, para dar a palavra de ordem, do altiplano de onde é possível ver, assinalar e lutar pela solução dos graves problemas que afligem a Humanidade; de onde pode se empenhar, também, laborando em benefício do nosso querido Brasil. As nossas homenagens, as homenagens do Vale do São Francisco, das nossas cidades ribeirinhas, daquele rio que foi objeto da sua admiração e de seu encontro, em sua fase de infância. Deixo os meu votos, também para que o Brasil tenha em V. Ex.ª, no alto pôsto para qual foi distinguindo, um dos maiores estadistas de todos os tempos, confirmando a opinião geral desta Câmara, este consenso unânime da Nação Brasileira, a opinião dêste seu modesto admirador. (Muito bem. Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Receba, nobre Deputado Manoel de Almeida, meu abraço fraterno, esta solidariedade de todo o coração, que nos une, em tôrno da evolução dêsses lugares a que servimos e que tanto amamos.

O Sr. Plínio Salgado – Permita-me, nobre Deputado San Tiago Dantas, neste momento, sinta particular emoção, porquanto as nossas ligações vêm de longo tempo. Juntos desde a Livraria Católica, no Rio de Janeiro, e depois nas reuniões que fizemos em casa de Oswaldo Aranha, quando planejamos organizar o Movimento Integralista Brasileiro, V. Ex.ª era daqueles que comigo comungavam a doutrina que, absolutamente, não co-participava das idéias fascistas e nazistas, mas que desejava para o Brasil uma democracia orgânica, baseada nos princípios cristão da nacionalidade e nos interesses supremos da Pátria.

O Sr. Padre Vidigal – Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. Plínio Salgado – Acompanhei sua carreira com o maior enlevo, enlevo mesmo de um pai para um filho, porque sempre o admirei e sempre vi

na sua cultura geral e na particularizada cultura jurídica, um dos valores mais brilhantes da nossa Pátria. Neste instante em que V. Ex.ª vai desempenhar alto papel em nome do Brasil, na ONU, não posso deixar de congratular-me com o gesto do Govêrno, escolhendo, independentemente de partidos, um autêntico valor desta Câmara e autêntico valor do Brasil. (Muito bem). Mas quero pedir a V. Ex.ª que na ONU, pugnado pelo anticolonialismo, não se esqueça dos gritos dolorosos da Ucrânia, que, desde 1918, se levantou as armas para manter a sua independência, já evidente, patente, e reconhecida muito anteriormente na História, com a República dos Cossacos, e depois reconhecida por todos os países, inclusive, pela Rússia Soviética.

O Sr. Padre Vidigal – O grito da Hungria.

O Sr. Plínio Salgado – Esta nação tem gemido e lutado, em guerrilhas nas florestas, por sua independência. Ainda agora, enviou à ONU, manifesto que já li, pedindo a interferência dêsse órgão internacional, para libertá-la do escravizante colonialismo, do pior dos colonialismos mantido pelas armas contra uma nação! (Muito bem). Geme, não apenas a Ucrânia, mas também outros países, como a Hungria. Nesta nação foi levado ao poder por coligação partidária dos Democratas-Cristãos com os comunistas, o Presidente Nagy, depois derrubado para a implantação da Ditadura Janos Dadar. Êste homem representa hoje um títere da Rússia, um governo Quisling, como se chamavam, no tempo de guerra, os governos alemães implantados nas diversas nações. Escutamos, aqui, os gemidos da Hungria e quando se combate o colonialismo se defende a independência dos povos, como permitir que a grande Eurásia continue dominada pelo pior dos totalistarismos do mundo, que jamais existiu, que bebeu os ensinamentos não apenas da doutrina de Marx, mas dos novos processos de Lenine, e que se inspirou na doutrina de Hitler? Não podemos ver, sem dor de coração, a desgraça de todos êstes países, muitos dos quais, sob o nome de repúblicas populares, estão subordinadas ao Ministério do Comércio Exterior da Rússia, sem liberdade econômica, e, mais ainda, se liberdade política em cujo território todos os pruridos de nacionalismos são abafados imediatamente por uma ditadura prepotente. (Muito bem). Eminente Deputado San Tiago Dantas, meu amigo de velhos tempos, a quem estimo, admiro e considero uma das maiores culturas do Brasil, olhe para aquelas nações escravizadas e veja o problema do colonialismo, não apenas no Ocidente, porque o pior dos colonialismos é que existe na imensa Eurásia, dominada pelo totalitarismo soviético. (Muito bem. Palmas prolongadas).

O Sr. San Tiago Dantas – Nobre Deputado Plínio Salgado, V. Ex.ª evocou a época da nossa mocidade, em que iniciei os primeiros passos da vida cultural e da vida pública, e em que os nossos destinos tão intimamente se aproximaram, primeiro no jornalismo, depois na política.

Relembro com emoção o tempo e que tive a honra de militar nas hostes da Ação Integralista Brasileira sob o comando de V. Ex.ª. Nossos caminhos políticos se afastaram posteriormente. Na evolução de cada personalidade, nos rumos intelectuais de cada homem, há dêsses momentos de convergência. Mas o que ficou daquela época inesquecível, entre outros benéficos culturais de que não me esquecerei, foi a admiração sincera pela probidade intelectual, pelo patriotismo e pelo desejo de servir que exoneram a personalidade de V. Ex.ª. (Palmas). Sou dos que pensam, Sr. Plínio Salgado, que o ponto em que hoje nos tempos de firmar quando encaramos essa posição em que o nosso País se encontra, em face das demais nações do mundo e notadamente naquela área de confrontação e de polêmica que é a Organização das Nações Unidas, é a diferença entre neutralismo e independência.

O neutralismo é uma posição de abstenção proposital diante de blocos que se defrontam, e que aquêles que se dizem neutros não desejam acompanhar. A independência é mais do que o neutralismo, porque não é sequer uma posição comprometida com essa obrigação muitas vêzes egoísta de guardar meio-têrmo. A independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva a vêzes de um bloco nem de outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança (Muito bem. Muito bem. Palmas) ou já decidida por determinadas afinidades políticas consideradas, de modo sistemático, como irremediáveis. Na verdade, a independência é para nós uma posição, em que só nos ligamos, só nos vinculamos, só nos predeterminamos pela convicção democrática, fundamental ao nosso povo, pela concepção da paz e da ordem social, que nos dispomos a defender em todos os terrenos e para isso tanto podemos um dia estar com um bloco, como estar com outro; tanto fiscalizaremos os abusos e as injustiças de um, como os abusos e as injustiças de outro (Muito bem. Muito bem. Palmas) e também nos neutros, muitas vêzes, veremos uma posição isenta, capaz de interpretar os vêzes do grande número, como algumas vêzes verificaremos algo que se limita a uma estratégia política. (Muito bem). De sorte que nossa posição sendo independente, é muito mais do que se fôsse neutra, porque é posição só vinculada ao nosso próprio País e que nos permite olhar de coração limpo e cabeça alta as contendas e as rivalidades, procurando

as posições resultantes do nosso legítimo interêsse nacional ou da nossa fidelidade incondicional a êsse ideal supremo da ação pública, que é a Justiça. (Palmas).

O Sr. Oswaldo Lima Filho – V. Ex.ª permite?

O Sr. San Tiago Dantas – Com muito prazer.

O Sr. Oswaldo Lima Filho – Sr.Deputado San Tiago Dantas, vai V. Ex.ª para o mais alto plenário do mundo representar o Brasil. Em outra oportunidade, já disse, em aparte, ao nobre Deputado José Maria de Alkmin, do que pensava acerca do acerto da providência do Sr. Presidente da República e dos méritos incontrastáveis com que V. Ex.ª assume esta alta investidura. O nobre Deputado Fernando Santana, falando pelo nosso partido, já expressou o pensamento coletivo. Devo, porém, acrescentar aqui as minhas congratulações pessoais, porque vejo sobretudo, na designação de V. Ex.ª para representante do Brasil na ONU, onde as últimas esperanças de paz e de sobrevivência de civilização estão sendo jogadas a cada momento, vejo na designação de V. Ex.ª a confirmação da política corajosa e patriótica do Sr. Presidente da República. Convidado, no início dêste ano, por S. Ex.ª lá S. Ex.ª me afirmou e, por meu intermédio, ao nosso partido, a sua decisão patriótica de realizar esta política independente, de segurança, em consonância com os vêzes reais do Brasil, de manter relações com todos os povos e assegurar a emancipação econômica do País e fazer valer a nossa independência, a nossa presença nos conselhos mundiais. É possível que eu tenha sido mal compreendido por alguns companheiros de partido, que, àquela época, não acreditavam na decisão presidencial. O Presidente, porém, vem cumprindo, com rara fidelidade, os compromissos dos comícios eleitorais e a política que anunciou. Vejo na designação de V. Ex.ª mais uma confirmação dessa política independente que é a única que pode servir aos vêzes do Brasil, servindo aos vêzes da preservação da paz mundial.

O Sr. San Tiago Dantas – O aparte de V. Ex.ª enriquece meu discurso e diz com elegância e precisão muitas daquelas idéias que procurei a êle incorporar.

O Sr. José Maria de Alkmin – Meu nobre colega, agora que V. Ex.ª esta ultimando sua oração, penso seria oportuno pudesse trazer, depois que ouvimos a palavra do nobre Líder da Maioria, a V. Ex.ª, a segurança da inalterada solidariedade do bloco que integramos nesta Casa, no momento em que o eminente companheiro vai representar nosso País na Organização das Nações Unidas. Já tive a oportunidade de afirmar a V. Ex.ª o que significa

para nós sua indicação para aquêle pôsto mas o que ainda não tínhamos ocasião de registrar, nesta Casa, era espetáculo político da altura deste que V. Ex.ª está proporcionando no último momento em que se despede da Câmara. Quero mesmo acentuar, nobre colega, em nome do bloco que tenho a honra de eventualmente liderar, que a oração que V. Ex.ª proferiu fixou um dos momentos mais altos da cultura política deste País (Palmas) e nos dá, por igual, a certeza de que as responsabilidades que pesam sôbre V. Ex.ª estão perfeitamente ajustadas às suas possibilidades de cultura ao seu patriotismo. Queira V. Ex.ª receber a solidariedade integral do bloco que tenho agora constituído nesta Casa com sua participação, com sua cultura, com seu devotamento e, sobretudo, com sua capacidade de mobilizar tudo o que possuímos em beneficio do País. (Muito bem. Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Muito obrigado a V. Ex.ª, nobre Deputado José Maria Alkimin, pelas palavras proferidas e que me honram particularmente, constituindo mesmo a partir de hoje patrimônio da minha vida pública. Peço a V. Ex.ª transmita meus agradecimento aos seus ilustres liderados, às fôrças que, nesta Casa, integram a maioria parlamentar e que com tanto denôdo e patriotismo vêm interpretando, reiterando vêzes, os vêzes supremos de nosso País.

O Sr. Agnaldo Costa – Professor San Tiago Dantas, sou um dos mais modetos colegas de V. Ex.ª na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Já se disse aqui pela voz de ilustre colega, que, pela primeira vez que V. Ex.ª assomou à tribuna da Câmara, levava para ali a palavra da Universidade. Realmente, é o que acontece agora. A palavra da Universidade, principalmente, em se tratando de V. Ex.ª é a palavra da sabedoria, a palavra da serenidade, a palavra do equilíbrio e a do Direito. Estou certo de que, agora, tôda a Universidade do Brasil, principalmente pela sua Faculdade de Direito, pelo seu corpo docente, pelo seu corpo discente, de vêzes as unidades da Universidade se congrega no júbilo com que aplaude a indicação de V. Ex.ª para o alto pôsto de representante do Brasil na Organização das Nações Unidas. (Palmas).

O Sr. San Tiago Dantas – Muito obrigado, nobre colega. Suas palavras me trazem a evocação da nossa cara Congregação da Faculdade Nacional de Direito, à qual peço apresente também minhas despedidas.

Sr. Presidente, gostaria de terminar êste discurso sôbre a posição internacional do nosso País, notadamente em face da Organização das Nações Unidas, com a leitura de um tópico da mensagem presidencial.

Acredito que estas palavras, pela sua altitude, e sobretudo no sentido abrangente com que envolvem as diferentes posições particulares do País dirão melhor do que quaisquer outras considerações minhas, o que me parece ser aquêle penhor de garantia da nossa posição internacional, que a Câmara tem desejo de conhecer, no momento em que nos encaminhamos para a XVI Assembléia.

Diz a Mensagem.

"Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em tôrno de ideais democráticos que vão agora cada vez mais profundamente marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência desta circunstância. Pelo contrário, mais claramente do que nunca, vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há a defender e a situação favorável a que se encontra o Brasil para exercer sua ação pelo exemplo e pela honestidade de propósitos. Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades, levou o Govêrno a assumir uma posição internacional e mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará". (Palmas).

Sr. Presidente, gostaria que estas minhas últimas palavras proferidas no recinto desta Casa, que aprendi a amar e a admirar, não se limitassem apenas ao exame das questões de política externa, para as quais agora se voltam minhas responsabilidades.

Esta despedida, eu não a imaginaria bem assim. O que desejava trazer aos meus ilustres colegas era também muito das inquietações que aqui temos compartilhado e sobretudo um depoimento sincero desta minha curta, mas intensa experiência parlamentar. Conheço as inquietações e os problemas que vivem no espírito, na consciência de cada um de nós. Todos sabemos que somos hoje os representantes do povo nos quadros de um regime político que aspira, através da viva manifestação do eleitorado, a diversas reformas e modificações. Todos sabemos que esta instituição parlamentar, cidadela das liberdades públicas, base fundamental da defesa da democracia e a realização de seus objetivos, é ela mesma uma instituição atingida por profundas crises; e que essas crises só não serão graves, só não serão irremediáveis porque a consciência delas está no espírito de cada um dos representantes, e porque todos unanimemente participam do sentimento de que é necessário reformar, de que é necessário inovar, de que é necessário abrir novos caminhos, através dos quais não uma idéia antiga, mas uma idéia perene consiga incessantemente

reafirmar-se. Tudo isto deveria ter sido, se tivesse conduzido essas despedidas inteiramente a meu gôsto, parte integrante das palavras que proferi.

Mas quero encerrar aqui as minhas atividades nesta legislatura dando uma prova de obediência à instituição parlamentar que cultuamos. V. Ex.ª já está sendo mais do que benevolente, está sendo carinhoso para comigo, em atrasar ilimitadamente a hora em que os nossos trabalhos devem passar à Ordem do Dia. Não deve, portanto, retardar por mais tempo o cumprimento deste dever regimental. Quero apenas, Sr. Presidente, despedir-me de maneira mais especial desta Casa e dos ilustres representantes do povo que aqui têm assento, em primeiro lugar de V. Ex.ª, que aprendi a respeitar e admirar no alto desempenho que, dessa curul presidencial, dá a seu cargo, intérprete fiel e rígido do Regimento Interno, condição única para que os trabalhos parlamentares se possam processar frutuosamente. (Palmas). Quero apresentar minhas despedidas aos nobres líderes do Bloco da Maioria e do Bloco da Minoria, ao eminente Deputado Pedro Aleixo e ao Deputado Nestor Duarte, que substitui durante seu último impedimento, representando nesses dois parlamentares, que falam pelos dois mais vastos agrupamentos de fôrças constituídos dentro da Câmara dos Deputados, a magnífica afirmação de patriotismo e de espírito público e algumas vêzes, de sacrifício e até heroísmo, em que consiste o cumprimento do dever do parlamentar no nosso País.

Na verdade, os que contemplam o Congresso de fora, muitas vêzes cometem erros de perspectiva. Muitos ignoram dentro destas paredes, esta efusão de espírito público que é, na verdade o que mantém a chama acesa, e renova no Congresso as fontes de sua razão de ser. O que muitos não sabem é que êste espírito público está contra certos defeitos, contra certas deficiências, institucionais, que compromete, hoje, a eficiência do trabalho parlamentar e precisam ser eliminados, não de um dia para outro mas através de um esforço contínuo, talvez de mais de uma legislatura, ou de tôda uma geração de parlamentares.

Mas o que aqui vi, Sr. Presidente, o que aqui testemunhei com dedicação e patriotismo, desejo de servir faz com que eu ao descer desta tribuna me sinta muito mais confiante no futuro das nossas instituições políticas, e do regime democrático representativo, do que o era quando dei nesta Câmara os meus primeiros passos, ainda no Palácio Tiradentes, no antigo Distrito Federal. Não saio daqui levando desencantos, nem ressentimentos, nem rivalidade. Na verdade, posso dizer a V. Ex.ª, posso dizer individualmente a cada um dos nossos senhores deputados, que êstes três anos e pouco que

vivi na Câmara, conhecendo-a de perto e assistindo-lhe ao trabalho, foram altamente fecundos e altamente construtivos, e que dêles o que retirei foi uma confiança maior no Brasil.

Com estas palavras, Sr. Presidente, apresento a V. Ex.ª e à Câmara as minhas despedidas. (Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Seja permitindo ao Presidente desta Casa, no momento em que ela vive umas das suas altas horas, manifestar, pela Mesa da Câmara dos Deputados, as congratulações com o Govêrno da República pela designação para chefiar a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas do nobre Deputado San Tiago Dantas. (Palmas).

Os pronunciamentos aqui feitos, unânimes no sentimento desta augusta Casa, pela designação de um dos nossos pares para tão alta missão no campo internacional, numa hora quase interina do mundo, põe ainda mais em relêvo a presença do Parlamento brasileiro em tôda a vida nacional. (Muito bem).

Estamos convencidos, os integrantes da Mesa, de que o nobre Deputado San Tiago Dantas vai prosseguir no seu lúcido, inteligente e patriótico esfôrço em favor da causa do Brasil e, já agora da paz e do entendimento de todas as nações naquele organismo internacional.

Esta Casa tem o direito de registrar o seu afastamento com certa mágoa, por isso que dos mais altos valores que a integram, numa hora em que a instituição parlamentar não pode dispensar os seus autênticos valores e as suas mais afirmativas vocações. É entretanto, por igual, uma hora de valorização desta Casa, por isso que o reconhecimento dos méritos que podem ser positivamente apresentados pelos seus dignos integrantes. Quero agradecer as referências pessoais que S. Exª. fez, carinhosamente, ao modesto Presidente desta augusta Casa e reafirmar-lhe tôda a nossa mais alta e distinta consideração, pelo que nesta Casa sempre realizou em favor do prestígio desta instituição. (Palmas).

SEGUNDA PARTE:
SAN TIAGO DANTAS, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Programa de Governo: Política Internacional. Capítulo final do programa de Govêrno apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves

Data: 1961

Argumento: Trata-se do capítulo final do programa de governo apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, ao iniciar o interregno parlamentarista em 1961. O texto indica as linhas gerais da política exterior e toma como premissa a marca da continuidade e da "coerência no tempo", fundadas na "tradição administrativa da Chancelaria Brasileira".

Pontos:

- *Independência com relação a blocos político-militares nas posições brasileiras na ONU*
- *Paz e Desenvolvimento*
- *Relevância das relações com os estados americanos: defesa de um pan-americanismo "social e econômico", e não meramente "jurídico e político" à tema da integração: cooperação econômica e social, sem impor limites à autodeterminação dos povos". Importância da perspectiva multilateralista e da dimensão social da cooperação. Menção a Cuba: "defesa intransigente do princípio da não intervenção". Diagnóstico da "instabilidade das instituições democráticas no hemisfério": originada no "subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interesse egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional , que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam sedições".*

- *Colonialismo: solidariedade com movimentos de independência.*
- *Países Socialistas: normalização de relações comerciais e diplomáticas*
- *Países Ocidentais: política brasileira não sofrerá alterações. Menção positiva aos EUA, pela formulação da Aliança para o Progresso, uma etapa mais evoluída do Pan-Americanismo".*

Nota sobre publicação: San Tiago Dantas. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1962.

A definição de um programa de política exterior no Govêrno Parlamentarista deve responder simultaneamente a uma preocupação de continuidade e a uma formulação de objetivos imediatos.

Não só nêste, mas em qualquer outro regime, a continuidade é requisito indispensável a tôda política exterior, pois se em relação aos problemas administrativos do país são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos.

A política exterior do Brasil tem respondido a essa necessidade de coerência no tempo. Embora os objetivos imediatos se transformem sob a ação da evolução histórica de que participamos, a conduta internacional do Brasil tem sido a de um Estado consciente dos próprios fins, graças à tradição administrativa de que se tornou depositária a Chancelaria Brasileira, tradição que nos tem valido um justo conceito nos círculos internacionais.

Posição de Independência

Deixando de lado a evolução anterior, podemos dizer que a posição internacional do nosso país, de que depende a nossa orientação em face das questões concretas que se nos deparam, tem evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política.

Essa posição de independência permite que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea com

os objetivos a que visamos sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica diferente.

Preservação da Paz e Desenvolvimento

Os objetivos que perseguimos, e em função dos quais tomamos nossas atitudes, são: em primeiro lugar, a preservação da paz mundial, hoje a finalidade suprema e comum da ação internacional de tôdos os povos, mas em relação à qual madrugou a nossa vocação política, inspirada desde os albores da nacionalidade pelas idéias pacifistas e pelo repúdio formal à guerra como meio de ação internacional: em segundo lugar, a promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, da rápida eliminação da desigualdade econômica entre os povos, objetivo que relacionamos não apenas ao dever primário de promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade, mas também à preservação da ordem democrática e das instituições livres, pois não parece que a liberdade política possa subsistir, numa nação moderna, se não fôr complementada pela justiça social e pela igualdade econômica.

Na procura dêsses objetivos primordiais o Brasil será levado, graças à posição independente em que se colocou, a tomar atitudes e participar de iniciativas, que ora o aproximarão de determinados Estados, ora poderão alinhá-lo com Estados de orientação diferente. Em nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interêsse nacional e do melhor meio de atingir aos objetivos visados.

Relações com Estados Americanos

Aos objetivos fundamentais devemos acrescentar aquêles que são como que um desdobramento dêles na conjuntura social e política presentes. O Brasil tem mantido, desde os primeiros anos de sua vida independente, a mais íntima e cordial cooperação com tôdos os Estados Americanos e tem prestado o seu apoio e colaboração ao desenvolvimento da organização regional em que êles se integram: a Organização dos Estados Americanos.

Essa posição constitui uma das constantes de nossa política exterior, e o nôvo Govêrno deseja permanecer fiel a essa tradição, procurando introduzir no sistema os aperfeiçoamentos que êle reclama para poder atingir um grau mais alto de eficiência. Assim é que o Pan-Americanismo corre o risco de perder o sentido progressista que o animou desde as primeiras conferências interamericanas, se não se tornar um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações dêste hemisfério.

A primeira fase do Pan-Americanismo foi essencialmente jurídica e política. A que agora atravessamos há de ser predominantemente econômica e social, pois as nações americanas necessitam estimular e institucionalizar a sua colaboração recíproca para vencer os problemas de estrutura de sua economia e os problemas de elevação do nível de vida e de cultura de suas populações, sem intervir, contudo, em questões de ordem interna das nações, nem impor limites à autodeterminação dos povos.

A cooperação internacional para o desenvolvimento econômico pode ser considerada uma criação da política exterior subseqüente à Segunda Guerra Mundial. No tocante à América Latina, essa cooperação se caracterizou, em sua primeira fase, por uma notória timidez na apropriação de recursos destinados pelos países plenamente desenvolvidos, sobretudo pelos Estados Unidos, às áreas subdesenvolvidas do hemisfério. Prevalecia, nessa fase, a idéia de que os países latino-americanos não dispunham de maturidade técnica, de capacidade gerencial e de formação de capitais internos em escala suficiente para absorver auxílio econômico de maior porte, e as atenções se concentravam nos problemas de assistência técnica e em pequenos empréstimos bancários, com marcada propensão para o auxílio à iniciativa privada. Dessa fase, passamos a outra, que se caracterizou pela procura de auxílio econômico de maior magnitude, através de negociações bilaterais junto ao sistema bancário e aos agentes financeiros internacionais. Foi a fase em que, no nosso país, se desenvolveu o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e se concretizaram os financiamentos obtidos através do BNDE.

Uma terceira fase foi marcada pela substituição das reivindicações bilaterais pelas multilaterais, animadas pela idéia de que as nações latino-americanas, em vez de procurarem solução isolada para os seus problemas internos de estrutura, deviam promover uma ação conjugada que permitisse o atendimento dos problemas da área. Foi a fase da Operação Pan-Americana. Com essa iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira,

pretendeu-se substituir o bilateralismo pelo multilateralismo, ficando, porém, os objetivos circunscritos ao financiamento de projetos de natureza essencialmente econômica, através de agências financeiras especializadas.

Finalmente, uma quarta etapa, materializada na "Aliança para o Progresso" e na Carta de Punta del Êste, não favorece apenas o financiamento de projetos de caráter técnico e econômico, mas de programas sociais, transferindo para os países subdesenvolvidos recursos formados nos desenvolvidos e acelerando dêsse modo o processo geral de expansão econômica e de desenvolvimento social.

Os programas de cooperação internacional de que participe o nosso país devem corresponder aos princípios sociais e políticos que orientam o Govêrno. Entende êste que o desenvolvimento econômico não pode ser encarado apenas em têrmos de elevação da renda global, mas que é indispensável complementar essa elevação mediante reformas de ordem social, que conduzam a melhor distribuição de riquezas. Daí a articulação estreita entre o social e o econômico na política de desenvolvimento. Se a estrutura social não fôr modificada para que o povo retenha os benefícios do enriquecimento, os efeitos dêste podem ser negativos para várias gerações que verão os benefícios se acumularem em setores limitados da sociedade.

A política de cooperação do nôvo Govêrno terá, por conseguinte, em vista não apenas projetos de caráter técnico e econômico mas programas de caráter econômico e social.

Nas relações com os demais Estados Americanos, o Govêrno se manterá fiel à tradição da política brasileira contrária aos blocos, às discriminações e às preferências, e adotará uma política aberta simultaneamente ao entendimento e à cooperação com tôdos os países dêste hemisfério, numa base de absoluta igualdade. Merecerá sua particular atenção o aprimoramento de nossas relações com a República Argentina, em relação à qual nos anima o sentimento de colaboração, de apoio e de afeto, capaz de conduzir-nos, no interêsse de tôdas as demais nações dêste hemisfério, a uma constante integração de ordem econômica e cultural. Igual sentimento e preocupação nos prendem ao México, ao Uruguai, ao Chile, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, à Bolívia, ao Paraguai e aos países da América Central e das Antilhas.

Com relação a Cuba, o Govêrno brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto fôr, nos seus

negócios internos. Fiel aos princípios democráticos que se encontram inscritos na Carta de Bogotá, e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o govêrno revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano, e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.

Acresce que o Brasil não pode esquecer as causas profundas da revolução cubana e os desajustamentos sociais e políticos de que ela dá têstemunho. A instabilidade das instituições democráticas no hemisfério, a intermitência com que se reapresentam regimes ditatoriais, tem sua origem no subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interêsse egoístico de um certo tipo de emprêsas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vêzes, alimentam as sedições. Se quisermos acautelar a democracia americana dos riscos políticos que a ameaçam, nossas atenções terão de concentrar-se em medidas de promoção do desenvolvimento e da emancipação econômica e social, únicas capazes de fortalecer a estrutura política desses países. O Govêrno deposita confiança no estabelecimento de uma Zona Livre de Comércio na América Latina, nos têrmos do Tratado de Montevidéu e sob a orientação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). A integração econômica dos países dêste hemisfério é indispensável para criar, em benefício de suas indústrias, uma estrutura mais forte de mercado e para permitir que melhorem, em benefício de suas populações, as condições gerais de produtividade. O Govêrno pretende complementar os atos relativos à Zona de Livre Comércio com medidas que resguardem, nos quadros do nôvo regime, a autoridade do Legislativo, e ajustar com os demais países participantes medidas de defesa das economias nacionais, em face de emprêsas concorrentes que possam representar qualquer ameaça ao processo de industrialização nêle desenvolvido.

Colonialismo

De algum tempo para cá, vem-se afirmando a posição de crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência econômica

e política. Essa posição se funda em duas ordens de argumentos: em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esfôrço econômico nacional, pela sujeição aos interêsses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica, que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional.

A êsses argumentos cumpre acrescentar que a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação.

Tornou-se, assim, um dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepará-los para a independência, como se comprometeram a fazer ao assinarem a Carta das Nações Unidas, evitando retardamentos que desfavorecem as populações ainda submetidas à tutela e, de outro lado, evitando lançar no convívio internacional entidades ainda despreparadas para as responsabilidades inerentes à vida independente.

O cumprimento dessa tarefa deve inspirar-se na convicção de que nenhum povo logra atingir a plenitude do amadurecimento cultural e do desenvolvimento cultural e do desenvolvimento econômico antes de obter sua independência política, o que exige que esta seja promovida pelos Estados responsáveis, sem delongas desnecessárias e dentro do espírito que inspirou as deliberações de São Francisco.

Nações Unidas

O Brasil tem mantido, no seio das Nações Unidas, uma linha de constante defesa dos povos subdesenvolvidos e alargado a área de sua própria responsabilidade política, tomando decisões próprias sôbre problemas que dizem respeito à causa da paz e da segurança mundial.

O Govêrno manterá a posição de independência em relação aos diversos blocos em que se dividem os Estados-Membros e votará em cada caso tendo em vista os objetivos permanentes de nossa política internacional e a defesa dos interêsses do Brasil.

No tocante aos temas que se transformaram em focos de tensão internacional, nossa intervenção jamais será orientada pelo propósito de

reforçar posições, mas pelo desejo sincero de contribuir para a conciliação e o superamento de antagonismos. Assim, em face do problema alemão, nossa atuação favorecerá tôdas aquelas medidas que visem a criar um ambiente profícuo à negociação e ao mútuo ajustamento entre os Estados diretamente responsáveis, e que tendam a encontrar soluções de equilíbrio, suscetíveis de aceitação pelas partes interessadas.

Em relação ao caso da China e a organização estrutural do Secretariado, haveremos de apoiar aquilo que melhor traduzir a realidade da vida internacional contemporânea, graças à convicção, em que se encontra o Govêrno, de que qualquer artifício sustentado pela fôrça ou pela inércia não poderá contribuir duradouramente para a manutenção da paz.

A política multilateral do desarmamento contará com o nosso decidido apoio e com a nossa ativa colaboração. Pleitearemos a suspensão imediata das experiências realizadas com armas termonucleares, defenderemos a limitação e a inspeção na produção de armas de destruição indiscriminada, e favoreceremos tôdas as medidas de desarmamento gradual que preencham o requisito da exeqüibilidade.

Países Socialistas

Poderosas razões militam em favor da normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e tôdos os Estados, inclusive os que constituem o chamado Bloco Socialista.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que as perspectivas de desenvolvimento econômico de nosso país nos próximos anos vão exigir um aumento considerável do volume de nossas importações, e que para isso precisaremos desenvolver paralelamente as exportações, o que nos obriga a procurar, com agressividade, colocação para os nossos produtos em tôdos os mercados estrangeiros. Qualquer limitação ou abdicação, nesse particular, seria insustentável, e redundaria, mais cedo ou mais tarde, em prejuízo do processo de nossa emancipação econômica.

Em segundo lugar, nossa posição no concêrto das nações, especialmente entre os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas, não tolera as limitações e obstáculos à nossa ação internacional, que decorre da falta de relações normais com outros Estados-Membros da mesma Organização. Essa normalização não tem qualquer significação ideológica, nem implica em simpatia, ou mesmo em tolerância, em relação a regimes que se inspiram em

princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos. Do mesmo modo, estão ao nosso alcance medidas de ordem interna perfeitamente eficazes para impedir que, à sombra de relações comerciais ou diplomáticas mantidas com êsses Estados, se favoreçam movimentos de infiltração ou de propaganda política, contrários à índole de nosso regime e às características de nossa civilização.

Países Ocidentais

As bases em que tradicionalmente assenta a nossa política, em relação aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, não sofrerão alterações, resguardada a linha de absoluta independência, pela qual se pautarão as decisões do Govêrno no terreno da política bilateral ou multilateral.

O Govêrno brasileiro aprecia o esfôrço que vem sendo realizado pelo Govêrno dos Estados Unidos para dar expressão e resultado prático à política de cooperação econômica internacional, notadamente em sua mais recente formulação à "Aliança para o Progresso", que representa, como ficou dito acima, uma etapa mais evoluída do Pan-Americanismo.

É indispensável, entretanto, que o mecanismo, através do qual se efetivem as medidas de cooperação, tenha a simplicidade e a celeridade necessárias a um atendimento oportuno, e que não interferirão na política de cooperação econômica os interêsses de organizações privadas, colidentes com os dos países subdesenvolvidos, e cuja influência pode desnaturar os propósitos enunciados, pelo Govêrno norte-americano, frustrando, dêsse modo, os próprios objetivos da ação internacional dos Estados Unidos.

Os países da Europa Ocidental, que já têm participado, através de acôrdos e de créditos especiais, do sistema de cooperação econômica com o hemisfério, representarão por certo um papel de crescente importância em nossas relações comerciais. O Govêrno tem intenção de expandir essas relações e bem assim as de natureza cultural e política, nelas abrangendo a totalidade dos Estados europeus.

Reestruturação Administrativa do Serviço Exterior

Para atender à crescente complexidade de uma ação diplomática que se desenvolve nas relações entre Estados e organismos e conferências internacionais, o Ministério das Relações Exteriores reclamava, de longa data, uma reestruturação de serviços.

Foi ela possibilitada pela Lei n.° 3.917, de 15 de julho de 1961, que deu nova organização à Secretaria de Estado, aos quadros de pessoal e ao regime de promoções. Essa lei, de grande flexibilidade, rende ensejo a que o Govêrno possa baixar os regulamentos necessários para fazer do Itamarati o órgão de comando ajustado às necessidades da diplomacia brasileira.

Essa reorganização constituirá uma das primeiras e mais importantes tarefas do Govêrno.

Também se ocupará êste de disciplinar, através de um plano adequado, a transferência para Brasília do Ministério das Relações Exteriores e do Corpo Diplomático acreditado junto ao Govêrno brasileiro, de modo a ultimá-la em prazo determinado, reduzindo ao mínimo as dificuldades com que hoje se deparam, quer a Secretaria de Estado, quer as Chefias de Missões.

Discurso de Posse do Chanceler San Tiago Dantas sôbre política exterior no Brasil

Data: 11 de setembro de 1961
Argumento: Em discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores, San Tiago Dantas anuncia seu propósito de dar continuidade ao caráter independente da política externa brasileira.
Nota sôbre publicação: Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, ANO VII, no. 27.

"É com plena consciência da extensão desta responsabilidade que assumo nêste momento a direção da Chancelaria brasileira. O nosso País tem assistido muitas vêzes à cerimônia da transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores, mas essa transmissão que em outros países, e porventura em outros departamentos do nosso Serviço Público, pode significar uma sensível transformação, aqui, pela fôrça das tradições consolidadas, pelo grau de definição a que atingiu o espírito dessa corporação profissional, tornou-se, na realidade, uma cerimônia que contém uma parcela diminuta de inovação. É o privilégio de uma Chancelaria, atingida a maturidade dos seus métôdos e a plena definição dos seus objetivos, impor-se ao homem público que é chamado eventualmente a dirigi-la. Aqui venho para ser um intérprete e um servidor dessa tradição. Para recolher nos exemplos dos seus ilustres antecessores as normas que hão de pautar os meus atos, e sobretudo para procurar o maior entrosamento possível entre os objetivos permanentes da

nosso política internacional e o programa que inspira o novo Govêrno instaurado no dia 8 de setembro, depois do Ato Adicional que entre nós estabeleceu o Govêrno de Gabinete.

Estamos saindo de uma importante crise institucional, que durante alguns dias manteve a Nação brasileira em estado de alarma e fêz, com razão, que a atenção dos povos se fixasse em nós para medir a extensão dos acontecimentos que nos envolviam e para sentir o grau de amadurecimento político de que íamos dar têstemunho. Felizmente o desenvolvimento da crise, e afinal a sua solução, provaram aquilo que já sabíamos e de que já nos orgulhavámos: que o sentimento da legalidade, que o senso da ordem jurídica, estão hoje tão profundamente enraizados na consciência do povo brasileiro, da sua classe política dirigente e das suas Fôrças Armadas, que muito mais importante do que as crises e a sua evolução, é essa elasticidade do nosso gênio político que não tardou em reconduzir-nos ao ponto de equilíbrio, e em deixar provado que a Nação brasileira não se afastará mais, em circunstância alguma, dos moldes da legalidade democrática em que estão vazados os nossos costumes e as nossas instituições.

A instituição parlamentarista não foi entre nós uma invenção inesperada. Há muitos anos que, de sessão em sessão legislativa, vem esta idéia ganhando corpo no espírito dos nossos legisladores. Já por várias vêzes alcançou ela maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, sem ter, entretanto, atingido as maiorias qualificadas para sua aprovação. Havia, portanto, na consciência do País, uma preparação para a solução que nêste momento adotamos. E quando nos vimos no dia 25 de agôsto diante da crise, sob tôdos os pontos de vista inesperada, da renúncia do Chefe de Estado aos deveres e aos direitos do seu cargo, era natural que a Nação estremecesse diante de um fato novo da sua vida institucional e que tivéssemos de procurar, através de soluções que se desdobraram diante dos olhos do povo e dos homens públicos, o ponto de equilíbrio que nos permitiria resolver e ultrapassar tôdas as dificuldades — o Govêrno de Gabinete, animado, nestas circunstâncias, de um espírito que é o da conciliação nacional.

Para sua constituição contribuíram tôdos os grandes Partidos políticos, e mesmo as agremiações que não se acham diretamente representadas no Conselho de Ministros, deram, cada uma a seu modo, a sua contribuição de apoio parlamentar, de tal maneira que hoje o Govêrno recém-estabelecido aparece-nos como a expressão legítima da vontade do Parlamento nacional, através da soberba contagem de votos alcançada na aprovação de sua

investidura. Assim, o Govêrno que se inicia em nosso País, não é o Govêrno de um Partido, não é o Govêrno de um homem, não é o Govêrno de uma corrente, nem de uma tendência. É sim o grande compromisso de tôdas as correntes políticas em que hoje se divide a opinião nacional, unidas no propósito exclusivo de promover a grandeza, o desenvolvimento e o fortalecimento do País e de assegurar o bem-estar do povo.

No campo da política externa a atitude do novo Govêrno não pode deixar de exprimir a continuidade perfeita com aquilo que se vinha praticando por meio desta Secretaria de Estado. Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso País. Se de um lado a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por tôdos os meios o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso País, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de tôdas as outras e na qual tôdas as nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis. O nosso País cônscio de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber— uma Nação independente, uma Nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa da emancipação e do desenvolvimento econômico de tôdos os povos que nos levou a, com êles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em tôdas as assembléias de que fazemos parte e em tôdas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos também deixar de ser Nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não intervenção na vida dos povos. Sabemos, por fôrça mesmo das nossas convicções democráticas, que a democracia é um regime que só se instaura de maneira eficaz, duradoura e válida quando procede do próprio sentimento e da própria vontade popular, quando não é o resultado de uma influência vinda de fora, mas o produto de uma evolução interna que tem como raiz o amadurecimento da vontade do povo. Por êsse motivo, temos sido e continuaremos a ser os defensores infatigáveis do princípio de não

intervenção e da autodeterminação dos povos em tôdas aquelas circunstâncias e momentos em que êles devem ser aplicados. E aspiramos, como é natural, a uma dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com tôdos os povos, não só porque dêsse modo nos habilitamos melhor para levar a nossa cooperação à grande obra da paz, como também porque sabemos que o nosso País, nos seus desígnios de desenvolvimento econômico, necessita cada vez mais de grandes mercados, pois o crescimento da nossa renda social exigirá inevitavelmente que importemos sempre mais e mais, e se temos de importar, temos de exportar e, por conseguinte, não podemos colocar limites às nossas necessidades de expansão comercial.

Tais idéias, vitoriosas nesta Casa e apresentadas pela diplomacia brasileira em tôdas as oportunidades em que lhe têm sido confiadas missões, são também as idéias do novo Govêrno de Gabinete, que especificamente decidiu reafirmar a continuidade da sua linha política dentro da melhor tradição da democracia brasileira, fiel aos nossos ideais, às nossas tradições cristãs, a tôdos êsses valores que formaram a nossa civilização e em defesa dos quais desejamos participar da vida internacional, provocando-os, defendendo-os, levando-os a tôdos os povos pelo valor intrínseco que nêles se contém.

É para mim uma grande satisfação receber nêste momento a administração desta Secretaria de Estado das mãos do Embaixador Ilmar Penna Marinho, um dos nossos mais distintos diplomatas, representante dessa fina tradição intelectual e jurídica que é um dos apanágios desta Casa.

É também motivo de desvanecimento para mim substituir nesta Pasta o meu eminente amigo e um dos maiores homens públicos do nosso País, o Senador Afonso Arinos de Melo Franco. Ele trouxe para o Itamaraty o lustre do seu nome, um dos nomes tutelares da diplomacia brasileira, e a essa magnífica tradição junta o galardão de um novo merecimento, por haver-se revelado um dos homens de mentalidade mais ampla, de espírito mais moderno e de maior desassombro na condução da nossa política externa.

Desejo ainda dirigir uma palavra especial de saudação ao Senado Federal. Se no Govêrno presidencialista já era o Senado um órgão essencial à condução da nossa política externa, no atual regime de Gabinete as suas atribuições ainda mais sôbressaem, pois se é verdade que o Gabinete presta contas à Câmara e perante ela conduz a sua política tanto interna como externa, também é certo que o Senado integra a declaração de vontade, de que depende a execução da nossa política exterior. Espero que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não faltarão, como até hoje nunca faltaram, a esta Casa,

durante a gestão que se inicia, com uma colaboração valiosa, da qual necessitamos para infundir cada vez mais à nossa política externa êste sentido de manifestação da vontade do Executivo e do Legislativo, que é essencial à realização de um Govêrno de Gabinete.

Quero dirigir-me, finalmente, ao corpo de funcionários desta Casa, aos que nêste momento se encontram na Secretária de Estado desempenhando funções técnicas e administrativas e àqueles que se encontram no exterior em Embaixadas, Legações, Delegações e Consulados. Tôdos sabemos que a qualidade do corpo de funcionários com que o Ministério das Relações Exteriores é, sem dúvida, a pedra angular da política externa que temos podido realizar através de tantas administrações.

Esta Casa tornou-se, sem ofensa a qualquer outra, o modêlo e o orgulho do serviço público civil brasileiro. E, portanto, é para mim um motivo de profunda satisfação e de desvanecimento chefiar êste corpo que tanto tem dado e que sei continuará a dar ao nosso País.

Aqui, no tempo que me fôr dado permanecer à frente desta Chancelaria, posso assegurar a cada um dos funcionários do Itamaraty que não me inspirará nenhuma preferência pessoal, nenhuma discriminação, nenhum espírito de grupo, mas o desejo de aproveitar a tôdos de acôrdo com seu merecimento, de abrir oportunidade para a colaboração que cada um queira e possa trazer à grande causa da expansão da nossa política externa em busca dos seus objetivos permanentes.

Desejo manifestar igualmente o meu respeito e a minha integral solidariedade aos dois eminentes homens públicos, que, na chefia do Estado e na chefia do Gôverno, dão hoje ao povo brasileiro garantia de execução de sua vontade e exprimem suas mais autênticas aspirações: o Doutor João Goulart, líder incontestável do nosso povo, por êle consagrado em eleições livres, e levado por um movimento irresistível de opinião à magistratura suprema do País; e o Doutor Tancredo Neves, estadista de vasto descortino, de largo patriotismo e provada experiência no trato da coisa pública.

Possa eu corresponder ao compromisso que comigo mesmo assumo de ser, nesta Casa de Rio Branco, em que se ilustraram tantos brasileiros cujos nomes se inscrevem entre os nomes da nacionalidade, um Ministro dedicado, um servidor obediente às tradições que aqui encontra implantadas e que espera não deslustrar."

Primeira entrevista de San Tiago Dantas como Ministro

Data: 11 de outubro de 1961

Argumento: Em sua primeira entrevista como Ministro, San Thiago Dantas considera os principais temas da agenda internacional brasileira, enfatizando, de início, a importância do diálogo entre a Chancelaria e a opinião pública, além do papel mediador da imprensa. Aborda assuntos diversos, delineando o mosaico de preocupações da política exterior de seu tempo. Ao tratar do caso alemão no pós-guerra, por exemplo, o Ministro insiste no princípio de autodeterminação do país e zela por um ambiente de negociação e entendimento. Em seguida, San Tiago Dantas discorre ainda sobre o reconhecimento do governo da Síria, sobre a questão cubana, sobre a "Aliança para o Preogresso", sobre o reatamento das relações com a União Soviética, sobre o ingresso da China Continental na ONU, sobre a política de penetração na África, sobre a posição do Brasil em relação à República Dominicana, sobre os acordos assinados com a área socialista, sobre o caso de Angola, sobre a posição do governo em relação aos acordos de Roboré, sobre a criação de uma zona de livre comércio, sôbre a O.E.A., sobre as experiências atômicas na União Soviética e sobre a não conveniência da XI Conferência Interamericana.

Nota sobre publicação: Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores Suplemento ao Boletim Radiotelegráfico no. 6265, de 11/10/1961

Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 35. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Inicialmente, o Ministro de Estado lamentou não ter podido iniciar anteriormente seus contatos com a imprensa, em virtude dos problemas de Administração que se acumularam. Afirmou que não se depreender dêsse atraso, "qualquer restrição ao meu desejo de manter a imprensa informada o mais intimamente possível no que diz respeito à política externa do país. No passado, a política exterior era assunto apenas de Estado-Maior, mas hoje é assunto de opinião pública e, portanto, ela só é válida quando existe entre a Chancelaria e a imprensa uma perfeita correspondência de intercomunicação assídua e há possibilidade de ambas se influenciarem reciprocamente. A Chancelaria, levando ao conhecimento da imprensa o pensamento do Govêrno sôbre os principais problemas, e a imprensa trazendo ao conhecimento da Chancelaria as reações da opinião pública. É com êste espírito que declaro aberta esta entrevista."

Pergunta - Senhor Ministro, o Brasil já tem sua posição firmada com relação ao nôvo regime de governo sírio?

Resposta - Hoje mesmo, às 18 horas, e portanto precisamente nêste momento, o nosso Cônsul em Damasco está transmitindo ao nôvo govêrno da Síria o reconhecimento do govêrno do Brasil.

Pergunta - Qual é a posição do Brasil com relação ao novo status de Berlim?

Resposta - A posição brasileira a respeito de Berlim, ou melhor, em relação a tôdo o problema alemão, é absolutamente coerente com a filosofia que nós desejamos que inspire a nossa política internacional e que é a única condizente com a linha de independência. O Brasil deseja contribuir, pelos meios ao seu alcance, para tôdas as soluções que sejam verdadeiramente convenientes à preservação da paz. Por isso, em relação a Berlim, o nosso desejo é contribuir para que os quatro estados que detêm a responsabilidade principal na Alemanha, aquêles que constituíram os Estados ocupantes logo depois do fim da guerra, estabeleçam um clima de negociação e de entendimento que permita a diminuição da tensão internacional. Reconhecemos que de parte a parte existe uma necessidade de transigência, e embora a responsabilidade principal seja dêsses quatro Estados, entendemos que existe um papel a ser desempenhado também pelas Nações médias, pelas Nações independentes, que são igualmente atingidas pelas

conseqüências da crise de Berlim, pelo que essa crise representa para a situação internacional. Daí o nosso desejo de que em Berlim, tão cedo quanto possível, as quatro Potências procurem uma linha de entendimento que possa retirar o problema do clima de crise e dar-lhe maior estabilidade.

Pergunta - O Brasil seria favorável à autodeterminação para Berlim?

Resposta - O Brasil favorece a autodeterminação para a Alemanha como para tôdos os países. Não exige desta ou daquela Potência que se torne a fiadora desta autodeterminação, mas espera que tôdas elas conjuntamente reconheçam a necessidade dessa autodeterminação. E contribuam para criar condições em que ela se possa tornar efetiva.

Pergunta - Senhor Ministro, Vossa Excelência terá visto nos jornais que o México está tentando impedir nova invasão a Cuba? O Brasil teria atuação igual à do México? O Govêrno brasileiro foi informado do caso dos documentos da Embaixada cubana na Argentina?

Resposta - Estamos diante de duas perguntas. A primeira diz respeito ao México e a uma eventual invasão. O Govêrno brasileiro não está informado de que se planeje uma invasão a Cuba no momento atual. Mas a nossa posição em relação ao assunto tem sido largamente difundida e não sofreu qualquer modificação. O Brasil é contrário a qualquer ingerência ou pressão externa que possam representar uma violação do princípio de não-intervenção. Deseja que, através da não-intervenção, o povo cubano possa exercer a sua autodeterminação, e espera firmemente que através dessa autodeterminação, Cuba retorne por seus próprios meios, à prática integral do regime democrático.

Pergunta - E sôbre os documentos da Embaixada argentina?

Resposta - Até o presente momento o Brasil só tem conhecimento dêsses documentos através do que tem sido divulgado pela imprensa. Esperamos conhecer mais de perto o seu texto para poder analisá-lo devidamente.

Pergunta - O Brasil manteve conversações especialmente com a Argentina e Chile sôbre o eventual rompimento de relações, caso êsses documentos fôssem considerados autênticos?

Resposta - A hipótese de um rompimento de relações com Cuba não entrou em cogitação da diplomacia brasileira e é provável que, em face de uma situação como essa, não haja motivo para se examinar essa eventualidade.

Pergunta - Falou-se que o Brasil tinha planos durante o Govêrno do Senhor Jânio Quadros para invadir as Guianas.

Resposta - Nada consta a êste respeito, dos arquivos do Itamaraty.

Pergunta - Fala-se agora que o Senhor João Goulart não pretende visitar os Estados Unidos.

Resposta - Ainda não há um convite do Govêrno norte-americano para que o Presidente Goulart visite os Estados Unidos. O que existe é apenas a manifestação cordial do Presidente Kennedy ao chefe da delegação brasileira à XVI Assembléia das Nações Unidas de que veria com grande satisfação essa visita. Mas a respeito da oportunidade desta viagem nada há até agora. O Senhor Goulart pessoalmente tem grande desejo de, na primeira oportunidade, visitar os Estados Unidos. O que no momento o impede de considerar essa viagem é a própria situação interna do Brasil, isto é, a montagem de uma administração complexa sob um nôvo regime, o que exige que o Presidente da República esteja constantemente presente e não possa no momento pensar em afastar-se do país.

Pergunta - Quais são as primeiras medidas, ou melhor, qual o andamento atual da "Aliança para o Progresso"?

Resposta - No momento a "Aliança para o Progresso" está numa fase de estudos internos, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, para constituição da nossa Comissão de Planejamento Nacional, que é o órgão indispensável à formulação dos programas que se inscreveram nos quadros dessa Aliança.

Pergunta - Com o julgamento do mandado de segurança referente aos Ministros que não constavam da lista de acesso, há possibilidade de que a Reforma do Itamaraty ande com mais rapidez?

Resposta - O mandado de segurança foi julgado e a decisão do Tribunal será cumprida. Serão feitas as promoções e, depois delas, os atos de execução da reforma se iniciarão no correr da próxima semana.

Pergunta - O reatamento de relações diplomáticas com a URSS em que pé está?

Resposta - O reatamento foi iniciado na administração passada e as conversações têm versado sôbre aquelas preliminares que sempre se observam nesse tipo de gestões diplomáticas. O andamento é absolutamente normal. A nova administração não retardou nem acelerou a marcha dessa negociação.

Pergunta- Qual a posição da nova Chancelaria em face da proposta de ingresso da China Continental na ONU ?

Resposta- Sôbre o problema da China houve no início da atual Assembléia uma modificação importante, porque o projeto, que tradicionalmente se apresentava, para adiar a consideração dêste problema de uma Assembléia

para outra, não voltou a ser apresentado pela Delegação dos Estados Unidos. Assim sendo, o ítem sôbre admissão da República Popular da China nas Nações Unidas deverá ser objeto de consideração, mas ainda não existe uma proposta concreta a respeito da qual a Chancelaria tenha podido estudar e tomar posição. O assunto provavelmente não será considerado nessa primeira fase dos trabalhos da Assembléia. O que se imagina é que venha a ser considerado mais tarde e que só então possamos conhecer a matéria sôbre o que o Brasil será chamado a definir seu voto.

Pergunta – O Itamaraty persiste na política de penetração na África?

Resposta – Pensamos que o setor africano deve gozar de uma alta propriedade, principalmente nos programas do Departamento Cultural. Na África, acima de tudo, o que Brasil tem é de realizar missões de estabelecimento e difusão das nossas idéias, da nossa cultura e da nossa atitude política, para nos entendermos melhor com as novas nações africanas e podermos abrir mais algumas oportunidades para que a juventude dêsses países realize nas nossas Universidades estudos superiores completos. Nesse sentido, o Departamento Cultural vai inscrever um programa de ação cultural nos países africanos na mais alta prioridade entre as suas iniciativas.

Pergunta – Anunciou-se que na última reunião do Conselho de Ministros o Senhor apresentou um projeto visando ao congelamento dos lucros das emprêsas?

Resposta – Não é exato: ainda hoje afirmei a "O Globo" que isso não tinha ocorrido. As únicas propostas relativas a medidas de ordem financeira partiram do Ministro Walther Moreira Salles. Os demais Ministros não trouxeram a essa sugestão nenhuma espécie de contribuição.

Pergunta – Qual a posição do Brasil em relação à República Dominicana? Vamos continuar as sanções, ou vamos pedir o levantamento das sanções?

Resposta - Por ora a posições é a mesma que resultou da VI e VII Reuniões de Consulta. Não há nenhuma revisão da posição tomada naquela momento. O Subcomitê encarregado do assunto nem sequer apresentou relatório à OEA.

Pergunta - Qual a posição do Gabinete em relação aos acôrdos assinados pelo Embaixador João Dantas com os paises da área socialista?

Resposta- Estamos dando execução a tôdos êles. Alguns se acham em fase adiantada de execução. Há outros que dependem de estudos de mercado e do exame de propostas e sobretudo da receptividade que as entidades econômicas brasileiras mostrem em relação àquelas ofertas e por isso ainda

se acham tramitando pelas repartições competentes. Quase tôdos estão no Ministério da Indústria e Comércio.

Pergunta - No programa do govêrno há alguma parte que trate do problema de petróleo? O Govêrno deve buscar no exterior financiamento da exploração do xisto. Tem algum projeto para isso?

Resposta - Não conheço a existência de propostas completas. Talvez se já o Ministro de Minas e Energia, sob cuja responsabilidade foi elaborada essa parte do programa de Govêrno, quem poderá responder à pergunta.

Pergunta - Qual a posição atual do Brasil perante o caso de Angola?

Resposta - Em relação ao problema de Angola, o Brasil tem tôdo o empenho em adotar uma atitude que não represente um antagonismo profundo em relação a Portugal e que não choque a opinião pública potuguêsa. Mas não poderemos nos afastar da linha de coerência que assumimos no tocante às questões coloniais e, nesse sentido, o Brasil apoiará sob tôdos os seus aspectos as teses favoráveis à preparação dos povos que vivam em territórios não-autônomos para sua emancipação política e para que possam exercer no momento próprio o direito de autodeterminação.

Pergunta - Há estudos no Itamaraty referentes à volta dos níveis normais de salários dos diplomatas no exterior?

Resposta - Não propriamente sôbre a volta aos níveis anteriores, mas sôbre a diferença de níveis de vida nas diferentes capitais e cidades onde mantemos Missões diplomáticas e Consulados. Êsse estudo tem, aliás, caráter permanente, porque como os níveis variam constantemente nessas cidades, as tabelas que o Itamaraty elabora a êsse respeito estão sujeitas a constante revisão. É provável que, muito em breve, uma nova revisão se venha a fazer dentro do mesmo espírito de economia que presidiu à última deliberação, mas com o propósito de procurar uma solução mais adequada às condições atuais.

Pergunta - Qual a posição do atual Govêrno em relação aos acôrdos de Roboré?

Resposta - Dentro de poucos dias, iniciará a Câmara dos Deputados um exame amplo das questões de Roboré. Desde logo, posso anunciar os seguintes pontos concretos: 1) o Govêrno solicitou o andamento imediato da homologação dos 10 convênios firmados em Roboré, que dizem respeito a intercâmbio comercial, estabelecimento de portos francos, intercâmbio cultural, cooperação técnica, etc. Além disso, o Govêrno solicitou o andamento imediato do projeto que autoriza a abertura de um crédito suplementar para o

prosseguimento das obras da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, já tendo o parecer correspondente sido emitido pelo respectivo relator; 2) como é sabido, está em andamento no Congresso Nacional um projeto de lei que determina a remessa ao Congresso, para aprovação de quatro notas reversais assinadas em Roboré. Nota 1, relativa a limites; 2, relativa às garantias da dívida boliviana; 6 e 7, relativas à exploração do petróleo da Bolívia por companhias privadas brasileiras. Êsse projeto foi aprovado pela Câmara e ainda depende de aprovação do Senado. Mas o atual govêrno decidiu, não obstante ainda se achar em curso o projeto referido, enviar imediatamente ao Congresso as quatro notas reversais para que o Congresso as discuta e para que tome sôbre elas as resoluções adequadas; 3) o Govêrno tem o máximo empenho em implementar os compromissos assumidos com a Bolívia, sem prejuízo da revisão de alguns pontos de forma e de alguns pontos de fundo, para os quais estamos certos de que havemos de encontrar plena colaboração e compreensão por parte das autoridades bolivianas; 4) é também intenção do Govêrno brasileiro, dentro de algumas semanas, solicitar o "agrément" para um Embaixador em La Paz.

Pergunta - Poderia adiantar o nome?

Resposta - Ainda não está fixado, e não havendo "agrément" não há divulgação do nome com antecipação. Graças a isso devo dizer que acreditamos que o complexo assunto que constitui as relações do Brasil com a Bolívia marcha rapidamente para uma plena conciliação e que as relações econômicas e culturais entre os dois paises, que sofreram um período – vamos dizer, de retardamento, em conseqüência das reações internas conhecidas de tôdos – dentro de pouco tempo retomarão a sua absoluta normalidade.

Pergunta - O Brasil daria, como contribuição, uma solução ao problema de Berlim?

Resposta - O problema necessita, em primeiro lugar, ser debatido no Congresso Nacional, pois a orientação da Chancelaria brasileira nessa, como em outras matérias de um regime de gabinete como o que estamos praticando, deve ser na sua parte principal o resultado da linha de opinião pública que se define sobretudo no Congresso Nacional. Por êsse motivo, e antes que o Brasil possa fixar em têrmos mais definidos o seu ponto de vista e a sua contribuição, pretendo comparecer à Câmara dos Deputados para abrir o debate sôbre o caso de Berlim além de outros casos de maior importância, sôbre os quais a Chancelaria brasileira deve esclarecer o Parlamento e dêle receber as reações necessárias para fixação de sua orientação.

Pergunta - Já está fixada a data de sua viagem a Buenos Aires?

Resposta - Não está fixada a data, mas sim a época. Será na primeira quinzena de novembro. Com relação à pergunta sôbre o reconhecimento do novo govêrno da Síria, quero acrescentar que também hoje às seis horas da tarde o novo Govêrno da Síria foi reconhecido simultaneamente pelo Govêrno da Argentina e possivelmente pelo Govêrno do Chile.

Pergunta - Podemos dizer que existe uma coordenação das políticas estrangeiras dêsses três países?

Resposta - A coordenação da política externa da América Latina é tôda feita à base de documentos ostensivos. Por conseguinte, ela está traduzida, em primeiro lugar, nos compromissos do Sistema interamericano, mais particularmente no que nos diz respeito aos chamados acordos de Uruguaiana.

Pergunta - Como está o projeto da Zona de Livre Comércio?

Resposta - O projeto da Zona Livre Comércio pode ser considerado hoje em plena execução. Nêste momento, está reunida a Associação Latino-Americana de Livre Comércio em Montevidéu, discutindo condições próprias de sua estrutura administrativa. Ontem, creio eu, devem ter sido discutidas as bases orçamentárias e as condições de representação. Estamos, portanto, instrumentando o organismo que terá a seu cargo levar adiante a política de estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio. O Brasil tem tôdo interêsse em dar o mais efetivo apoio ao desenvolvimento dêste programa pela convicção de que a criação de uma Zona Livre de Comércio representa um fator decisivo para a elevação da produtividade dos paises latino-americanos que dela participarem. Não só isso resultará no melhor aproveitamento das possibilidades de cada um como da criação de condições de cooperação econômica que permitirão a obtenção de recursos em mais alta escala nos planos de cooperação econômica do Hemisfério, planos em que o Brasil pretende participar tanto na qualidade de tomador como na qualidade de doador de auxílio econômico.

Pergunta - Referindo-me ao espírito de Uruguaiana que o Senhor mencionou, a Chancelaria argentina tem mantido informada a Chancelaria brasileira sôbre êsses problemas, dêsses chamados documentos cubanos, tem coordenado pontos de vista para manutenção dêsse espírito de Uruguaiana? Seria muito importante que ambos os países prosseguissem em sua política com Cuba?

Resposta - O problema por ora está nitidamente situado na esfera de um problema interno da política argentina, mas o Brasil tem obtido tôdas as informações de que tem necessitado a êsse respeito.

Pergunta - O Senhor acredita que as relações Brasil-Argentina possam propiciar o agravamento do problema de Cuba, caso seja confirmada a autenticidade dêsses documentos?

Resposta - É natural que tôdas as vêzes que surjam acontecimentos dessa ordem dentro dos paises, se formem correntes de opinião. O mesmo sucederia no nosso país, o mesmo sucederia em qualquer outro país latino-americano ou não, diante de fatos que se apresentem revestidos dessas características. Determinadas alas da opinião pública são sensibilizadas por êsses fatos e tomam atitudes intransigentes procurando levar o seu país a atitudes extremadas. Outras alas de opinão, pelo contrário, nesses momentos preferem conceituar as coisas num espírito mais construtivo. Por ora, qualquer pronunciamento nosso sôbre êsses acontecimentos seria nitidamente um pronunciamento acima da ordem de fatos que ainda se situa na esfera da política interna da Argentina.

Pergunta - O nôvo Govêrno do Brasil tem algum plano para reformular ou revigorar a ação da O.E.A.?

Resposta - Em primeiro lugar entendemos que as iniciativas tomadas desde a Operação Pan-Americana e agora através da Aliança para o Progresso no sentido de fazer com que existam no Sistema interamericano instrumentos de cooperação econômica mais fortes e mais eficazes, representam a melhor das maneiras de se revitalizar a O.E.A. Na verdade, a O.E.A. teve um período em que o seu funcionamento girou principalmente em tôrno de aspectos jurídicos e políticos, mas hoje tôdos sentem que o futuro do sistema interamericano está intimamente ligado à sua capacidade de se tornar um instrumento também de política econômica e de dar resposta a êste anseio geral dos povos latino-americanos de desenvolvimento econômico e de progresso social. Hoje não podemos mais admitir que o Pan-americanismo exista limitado apenas a fórmulas jurídicas e a compromissos de assistência mútua. Êle tem que ser também um esfôrço comum dos povos dêste Hemisfério para vencerem o problema de sua inferioridade econômica e de seu desajustamento social. Acreditamos que seja nesta direção, nesse sentido que a OEA se dava renovar e deva adquirir uma nova eficácia. O Brasil hoje tem grande desejo de ver o Canadá unir-se à família dos Estados americanos dentro da nossa organização regional. E acreditamos que longe de estar numa fase crítica de sua vida, a OEA esteja justamente indo ao encontro de condições novas de uma nova conjuntura que lhe poderá reservar um novo papel de grande importância. Não podemos

esquecer de que o Canadá já ingressou na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) o que mostra que aquêle país está sentindo a necessidade de participar dos problemas regionais, dos problemas dêste Hemisfério, o que está absolutamente na ordem natural das coisas, nêste momento em que a própria Grã-Bretanha se aproxima dos países signatários do Pacto de Roma, mostrando portanto que ao lado dos laços que unem os povos da Commonwealth existem também outros que ligam os paises aos ambientes regionais onde êles se inserem.

Pergunta - O Brasil tem opinião formada em relação ao reinício das experiências atômicas pela União Soviética?

Resposta - O Brasil manifestou seu protesto contra êsse reinício, estranhando sobretudo que êle partisse de um país que justamente se havia notabilizado pela condenação formal dessas experiências atômicas. Além disso, o Brasil pediu aos órgãos competentes da nossa administração um estudo sôbre os efeitos remotos dessas explosões, especialmente no que diz respeito à segurança da própria população brasileira e com base na resposta que espera receber dêsses órgãos prosseguirá na sua ação junto à Organização das Nações Unidas.

Pergunta - O Govêrno brasileiro acha conveniente a reunião da XI Conferência Interamericana?

Resposta- Durante a atual crise, não parece indicado que se realize uma conferência que, pela sua natureza, é uma verdadeira Assembléia Constituinte dos povos do Hemisfério. Existe hoje um entendimento entre os Estados americanos no sentido da conveniência de admitir-se o adiamento dessa reunião.

Se não há mais nenhuma pergunta, quero encerrar essa entrevista manifestando minha satisfação por ter tido a oportunidade de responder a tôdas essas perguntas e dizendo que a posição do Govêrno brasileiro continua a ser aquela que inspirou desde uma época bastante antiga a nossa Chancelaria, que é a de defesa da nossa independência e da procura de nossos interêsses internacionais. A política brasileira é absolutamente fiel aos princípios democráticos, aos ideais da democracia representativa nos quais se funda a nossa ordem política interna. Nossa defesa intransigente do princípio de autodeterminação é uma conseqüência, é mesmo uma projeção dessa fidelidade aos princípios democráticos, pois é próprio dos princípios democráticos que êles não se podem ampliar num sistema de Govêrno, de maneira válida, senão através da livre vontade dos povos. Não se conhece

democracia aplicada sob a ação de pressões externas. A democracia se legitima justamente porque ela resulta de um ato de autodeterminação. É, portanto, dentro de uma linha de total fidelidade aos princípios democráticos, tais como êles se acham proclamados no Artigo 5º. da Carta da Organização Regional a que pertencemos, e tais como se acham enumerados na Declaração de Santiago do Chile, é dentro dessa fidelidade, que o Govêrno brasileiro orienta sua política, tanto continental como mundial.

No tocante aos paises socialistas, o Brasil persevera na sua linha de ação internacional, que é a de estabelecer com êles amplas relações comerciais, pois somos um país que necessita de ampliar indefinidamente os seus próprios mercados. Nosso desenvolvimento econômico vai exigir de nós um esfôrço contínuo do aumento das nossas importações e nenhum país pode aumentar as suas importações sem aumentar paralelamente as exportações, com as quais consiga pagar as primeiras. Não podemos confinar o nosso mercado a nenhum mercado, a nenhuma área determinada. Temos de ir procurar as nossas possibilidades onde elas se encontrarem. Ao lado disso, o Brasil deseja fomentar, como um meio de diminuição das tensões internacionais que ameaçam o mundo de hoje, uma coexistência leal com tôdos os Estados, independentemente dos regimes que adotem e das ideologias que pratiquem. Não vai nisso nenhuma simpatia nem mesmo nenhuma tolerância para com essas ideologias. Do ponto-de-vista ideológico, a nossa posição é a que defini anteriormente e é perfeitamente conhecida. O Brasil entende que a melhor maneira que temos de defender o nosso Hemisfério do comunismo é desenvolver os programas de ordem econômica e de ordem social, que eliminem tão depressa quanto possível as grandes desigualdades econômicas que se observam internamente no seio da nossa sociedade e igualmente as grandes desigualdades econômicas que se observam externamente entre os Estados plenamente desenvolvidos e aquêles que ainda dispõem de economia muito abaixo de um aproveitamento racional de suas possibilidades. Lutar contra o subdesenvolvimento econômico, nivelar tanto quanto possível a vida das classes sociais dentro de cada país e eliminar as desigualdades existentes entre os povos é que nos parece ser hoje a verdadeira política de sustentação das democracias. Sustentaremos a democracia tornando o mundo democrático mais igual e mais justo. Na medida em que não conseguirmos alcançar êsses resultados, os nossos esforços de outra natureza não seriam profícuos. Por conseguinte, a nossa política internacional tem, ela também, um amplo sentido social. Nem poderia ser de outro modo,

quando a finalidade social se transforma hoje na característica e, por assim dizer, na meta especifica do atual Govêrno. Depois de uma fase em que a nossa política enfrentou como problema fundamental o do desenvolvimento econômico, sobretudo nos seus aspectos tecnológicos, para resolver as nossas carências de energia, de transporte, armazenagem, etc., o que hoje o Govêrno brasileiro deseja através da linha de ação política do Gabinete constituído no dia 8 de setembro, é colocar ao lado dessa finalidade econômica e até com prioridade sôbre ela, uma finalidade social. Desejamos caminhar para uma transformação da estrutura social do país como condição básica para o equilíbrio do sistema democrático entre nós. Uma democracia fortalecida graças à transformação da estrutura social e, sendo assim, é natural que a nossa política externa responda também a esse pensamento e que cada uma das nossas linhas de ação internacional sejam exemplos dêsses princípios, aplicação dessa filosofia.

É dentro dêsse espírito de unidade que desejaríamos que os senhores que representam aqui a imprensa brasileira e a imprensa estrangeira, que são jornalistas especializados nas questões internacionais, vissem e compreendessem o esfôrço da Chancelaria brasileira para manter uma continuidade perfeita com os desígnios das administrações anteriores, mas acrescentando a êsses desígnios uma nota que, se não é nova, pelo menos é agora enfatizada de maneira particular: a de que tôda política, inclusive a política externa, tem uma finalidade social.

Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS

Data: 23 de novembro de 1961.
Argumento: O discurso, pronunciado a 23 de novembro de 1961, relata visita feita a Argentina e considera, em sua maior parte, o tema do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. A transcrição completa do discurso e dos apartes, além de reportar aos temas mencionados, constitui documento valioso para reconstituir um fragmento da experiência parlamentarista brasileira, com a presença de ministros em plenário, sujeita ao imponderável da interpelação parlamentar. Trata-se da presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, a justificar perante os deputados as razões do governo brasileiro para o reatamento com a URSS. É de notar o peso da argumentação ferozmente anticomunista da oposição conservadora e a brilhante escolha estratégica de San Tiago Dantas, de legitimar a decisão do governo brasileiro com base em argumentos de natureza econômica, social e ligadas a uma avaliação do estado geral do comércio internacional.
Nota sobre publicação: San Tiago Dantas. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1962.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Dois motivos me trazem hoje à tribuna da Câmara. O primeiro é apresentar, em poucas palavras, um relato da missão que me levou a Buenos

Aires, para retribuir a visita feita ao Brasil há alguns meses pelo Chanceler Adolfo Mugica. O segundo, é o assunto momentoso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

A missão a Buenos Aires respondeu, como disse, àquele objetivo primordial. Foi uma missão de cortesia, que deu ensejo a que se estreitassem uma vez mais os laços que unem o Govêrno e o povo do Brasil ao povo e ao Govêrno da Argentina.

Além dêsse objetivo, a missão levava outro: o de implementar os acôrdos concluídos em Uruguaiana entre o Presidente Arturo Frondizi e o Presidente Jânio Quadros, acôrdos que estabeleceram entre os dois países o sistema de consultas recíprocas e que representaram, no momento em que foram concluídos, e depois, quando seus propósitos foram reafirmados no Rio de Janeiro, no encontro do Presidente Frondizi e do Presidente João Goulart, a firme convicção de que entre a Argentina e o Brasil existem hoje uma tal identidade de objetivos políticos no campo internacional, uma tal fidelidade comum aos princípios da democracia representativa e ao propósito do fortalecimento do sistema interamericano que é possível processar-se, entre êsses dois países, um sistema de colaboração particularmente estreita, sistema que não equivale a qualquer tendência para a formação de eixo ou de bloco, porque, pelo contrário, fica aberto à livre participação de tôdos os outros Estados soberanos do Hemisfério.

Êste objetivo, como o primeiro, foi plenamente alcançado no curso da missão. Em primeiro lugar, evidenciou-se até que ponto aquela identidade de propósitos era real e correspondia não apenas a um desejo dos dois Presidentes ou a um propósito das duas Chancelarias, mas provinha do próprio estado de espírito do povo argentino, que acompanha, em harmonia perfeita com o povo brasileiro, o desenvolvimento da presente situação internacional.

Como resultado das conversações mantidas durante três dias, assinou-se, no último dia da presença da Missão brasileira em Buenos Aires, uma declaração conjunta, largamente divulgada pela imprensa. Dispenso-me de ler essa declaração, por considerá-la já do conhecimento dos Senhores Deputados, mas peço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que a faça transcrever nos Anais desta Casa. Essa declaração conjunta, em primeiro lugar, dá notícia de um dos resultados mais positivos do encontro realizado em Buenos Aires — a própria estruturação do sistema de consultas. Não basta o desejo de consultar. Não basta a intenção de trocar idéias sôbre os problemas, quando êles surgem, e sôbre as soluções que se lhes oferecem. É

necessário criar o hábito da consulta, é necessário transformar numa rotina aquilo que, se se apresenta como atividade diplomática esporádica, não consegue, senão em casos muito excepcionais, unificar a linha de conduta de duas ou mais nações. O sistema de consultas, engendrado e aceito pelas duas Chancelarias, prevê um mecanismo permanente de troca de idéias e de informações. Dêle poderão participar tôdos os outros Estados do Hemisfério, permitindo-se, dêste modo, que se realize na América Latina êste grande esfôrço de integração e de compreensão, que poderá transformar a nossa zona geopolítica numa grande concentração de fôrças capaz de, efetivamente, impor seus pontos de vista e fazer sentir suas inspirações, na cena internacional.

Além dêste ponto, outros houve para os quais considero de meu dever chamar a atenção da Casa. Já vão longe, felizmente, Senhor Presidente, as rivalidades e desconfianças que medraram no passado entre a política argentina e a política brasileira. Em grande parte, era aquilo a herança de preconceitos metropolitanos; não correspondia à realidade política dos nossos países.

Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Levanto a sessão, até que se restabeleça no plenário a iluminação.

Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) –Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o Senhor Ministro San Tiago Dantas.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Dizia eu, Senhor Presidente, que, além do ponto citado, a criação de um sistema prático de consultas, capaz de introduzir o hábito da informação recíproca e da troca de pontos de vista, as conversações de Buenos Aires tiveram um outro resultado, a que atribuo grande importância. Referia-me à eliminação definitiva das rivalidades e desconfianças que, no passado, medraram na política de nossos dois países. Essas rivalidades e desconfianças têm sido superadas, gradualmente, pela ação esclarecida de sucessivos Chanceleres, e, mesmo fora do Ministério das Relações Exteriores, na arena parlamentar, nas lutas partidárias, não têm faltado ao Brasil e à Argentina homens públicos que, com visão ampla e esclarecida do futuro das duas nações, têm consolidado a obra de clareamento dos espíritos e nos têm deixado ver que é através da união de esfôrços e da colaboração, jamais através da competição e da rivalidade, que êsses dois países da América do Sul encontrarão o caminho de sua verdadeira grandeza.

É verdade que ainda há alguns pontos onde os vestígios da rivalidade perduram. Em alguns países da América é freqüente ouvir-se dizer que determinado grupo político é de orientação argentinista e um outro, pelo contrário, é de orientação brasileira, e a cooperação que damos a países

menos desenvolvidos do que os nossos, muitas vêzes tem feito com que Argentina e Brasil se defrontem, no propósito de melhor auxiliar, no propósito de melhor colaborar, o que não deixa entretanto de resultar numa forma específica de competição. Para êsse lado se voltaram também os entendimentos de Buenos Aires.

O Sr. Horácio Lafer – Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Com grande satisfação, tanto maior quanto Vossa Excelência foi, sem dúvida alguma, um dêsses Chanceleres a que me referi e que contribuíram, através de sua ação pessoal e da orientação que imprimiram à nossa Chancelaria, para melhorar cada vez mais os entendimentos entre o Brasil e a Argentina.

O Sr. Horácio Lafer – Muito grato a Vossa Excelência. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo alto significado da viagem que fêz porque, quando, por determinação do Presidente Juscelino Kubitschek, visitei a Argentina, fui recebido por um artigo de fundo de "La Nación", que acentuava que, há vinte e tantos anos, a Argentina não era visitada por um Ministro de Relações Exteriores do Brasil. Fizemos, então, o Acôrdo de Consultas Recíprocas, e devo confessar, publicamente, que tôdos os dias as duas Chancelarias se consultavam e pudemos agir, em tôdas as conferências internacionais, no mais absoluto acôrdo, porque não há interêsses que dividam a Argentina e o Brasil. Pedimos o apoio e o concurso de outros países — Uruguai, Chile, Colômbia — e tôdos começaram a participar dessas consultas prévias, o que resultou, na nossa política, no campo interamericano e no internacional, em união que precisa ser continuada. Os esforços de Vossa Excelência, aprimorando os métodos de consulta, devem, portanto, merecer o aplauso do País (Muito bem.) Temos que agir junto com os outros países contra os nossos inimigos, que são comuns, aquêles inimigos que querem derrubar as nossas instituições e aniquilar a liberdade e a independência do homem (Muito bem. Palmas).

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Agradeço e incorporo à minha exposição o brilhante aparte de Vossa Excelência.

Nesse ponto, Senhor Presidente, a que me referia, da colaboração que os nossos países dispensam à economia de outras nações americanas, foram também significativas as decisões tomadas em Buenos Aires. Assim é que ficou assentado o princípio de que, em vez de existir uma cooperação argentina, ao lado de uma cooperação brasileira, em vez de levarmos aos povos que necessitam do nosso apoio, separadamente, nossa colaboração,

passaremos a examinar, em tôdos os casos, a possibilidade de que a colaboração seja conjunta, e que, em vez de se constituir essa conduta num ponto de competição, determinará, ao contrário, que mais se estreitem as mãos dos nossos povos, quando as êstendermos às dos demais povos irmãos.

Os resultados do encontro de Buenos Aires marcam, por isso, Senhor Presidente, uma linha que não constitui inovação na história das Chancelarias do Brasil e da Argentina. Marcam, como bem disse no seu lúcido aparte o nobre Deputado Horácio Láfer, um caminho de aprimoramento, um esfôrço que ainda se há de desenvolver por outras gerações, porque a grande estrada aberta diante dos povos dêste Continente é a estrada da integração econômica, é a estrada do entendimento cultural amplo e, como conseqüência final, a estrada da plena união política. A integração econômica é um resultado da necessidade que têm as nossas economias de contar com mercados internos mais extensos, que possam absorver quantidades maiores de produção e, assim sendo, permitir que as nossas indústrias, as nossas atividades primárias produzam numa escala maior, em que os resultados podem ser verdadeiramente compensadores. Por isso, o Brasil e a Argentina se unem no propósito de dar um desenvolvimento pleno à área livre de comércio latino-americano, embora observando, a êsse respeito, tôdas aquelas preocupações que têm sido acentuadas pelo nosso Govêrno, para que, à sombra da liberdade de comércio, não possamos sofrer a agressão de empresas implantadas em economias plenamente desenvolvidas e que, dêsse modo, frustrariam as medidas defensivas que somos levados a tomar, em benefício do nosso desenvolvimento.

Do mesmo modo, no campo cultural, ficou assentado um esfôrço conjunto, uma troca de informações permanente, uma soma de recursos, para que os nossos países possam acompanhar pari passu o imenso desenvolvimento tecnológico e científico do nosso tempo.

Nessa reunião, ficou plenamente caracterizado que a Chancelaria Argentina e a Chancelaria Brasileira receiam, igualmente, que estejamos às vésperas de nôvo surto tecnológico e científico que poderá conduzir países corno os nossos a nova era de subdesenvolvimento econômico. De fato, assim como os países recém-saídos do regime colonial não puderam acompanhar os progressos técnicos e científicos da era industrial e, por êsse motivo, se inferiorizaram e se atrasaram e sofrem os pesados ônus de que agora nos queremos libertar, assim nós, os povos que hoje estamos conseguindo, à custa das mais duras penas, chegar ao nível médio das nações

industrializadas, estamos sob a ameaça de que as nações plenamente desenvolvidas dêem um nôvo e prodigioso salto para diante, em que dificilmente poderemos acompanhá-las, tão dispendiosos e tão complexos são os passos necessários para habilitar uma nação a incorporar os progressos científicos e tecnológicos da era dominada pela física nuclear e pela conquista do espaço cósmico.

O Sr. Tenório Cavalcanti – Permite-me Vossa Excelência um aparte?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Pois não.

O Sr. Tenório Cavalcanti – Nobre Ministro, estou ouvindo, com muita atenção e com o respeito que merece a cultura de Vossa Excelência, o discurso que está proferindo. Ouvi, igualmente, o aparte com que honrou a Casa o nobre Deputado Horácio Láfer, que concluiu dizendo que a luta entre os países é contra o inimigo que quer aniquilar o homem. Atendendo a que as considerações de Vossa Excelência, que se seguiram ao aparte, são exatamente no sentido de elevar o nível de vida do homem para evitar o aniquilamento a que se refere o nobre Deputado Horácio Láfer, queria perguntar a Vossa Excelência se é possível, com a mentalidade ora dominante na vida de um país como o nosso, considerado subdesenvolvido — mentalidade tradicional e dominante que está, como o plasma, englobada no organismo do homem, que domina o Brasil, que consiste no máximo de lucro com o mínimo de despesa, princípio que está dominando duramente a vida econômica do País, — se pode êle competir com nações do mundo que têm mãos escravas para fazer máquinas e vender mais barato do que nós, na área em que poderíamos entrar. E, sempre que um homem aqui se coloca contra o colonialismo, tenta impedir a penetração nessa área, incorre no risco de estar na área contrária a que se referiu o nobre Deputado Horácio Láfer. Eu nunca fui comunista, não sou e não serei comunista. Mas, pelo fato de nunca ter sido e de não ser no futuro, não estou impedido de dizer a Vossa Excelência que, no Brasil, nesta hora, os comunistas também merecem ser convocados para serem ouvidos sôbre êsses assuntos econômicos, de tal ordem, que estão complicando a vida brasileira. E, homem de elite como Vossa Excelência, homens de cultura como o Senhor Horácio Láfer e outros, não poderiam excluir a colaboração de quem, sinceramente, quer elevar o nível industrial do Brasil, colocando o homem um pouco mais acima do nível de vida em que se encontra. São Paulo, hoje, produz 80% do que consumimos no Brasil, pràticamente, em matéria industrial. Lembro a Vossa Excelência que se está elevando o "standard" de vida do povo brasileiro e ninguém tem palavras para falar sôbre

essa elevação do nível de vida dêsse povo, que está fugindo dos campos, para morrer de fome nas metrópoles. Daqui a pouco as fábricas paulistas e tôdas as demais terão superprodução, excesso de produção, sem dispor o povo de um nível de vida capaz de atender a êsse surto de progresso do Brasil.

Para êsse detalhe chamo a atenção de Vossa Excelência.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Agradeço o aparte de Vossa Excelência e creio que êle se ajusta às considerações que fiz há pouco sôbre a necessidade de ampliação dos nossos mercados, para assegurar à indústria, à agricultura dos países americanos, as escalas de produção adequadas, que tornem o nosso trabalho remunerativo.

Foram essas, Senhores Deputados, em resumo, as considerações que me pareciam cabíveis em torno da viagem realizada a Buenos Aires. Ela marcou, apenas, como disse há pouco, um passo a mais em tôda uma longa série de ações diplomáticas convergentes para o mesmo fim. E estou certo de que as demais nações americanas se rejubilam com os resultados ali alcançados. Eu mesmo pude verificá-lo, ao sair de Buenos Aires e ao ter o prazer de visitar o Senhor Presidente da República do Uruguai, a quem convidei, em nome do Presidente da República do Brasil, para visitar o nosso País. Dêle ouvi o aplauso mais irrestrito àquelas conclusões e a promessa de que examinaríamos, durante sua visita ao Brasil, o entrosamento mais perfeito entre o seu país e o nosso, dentro dêsse mecanismo de consulta.

A mesma reação já recebi de outras fontes latino-americanas, e, por isso, ouso pensar que a ação diplomática desenvolvida em Buenos Aires tem um sentido que interessa à afirmação da nossa política exterior, que é o de dar a nações como o Brasil e a Argentina uma soma crescente de autoridade pata podermos levar à política mundial a contribuição das nossas idéias e do nosso sincero devotamento à causa da paz.

O Sr. Manoel de Almeida – Desejava apartear Vossa Excelência a propósito da afirmativa de que é preocupação do Govêrno a questão de mercados para a nossa indústria. Vossa Excelência, homem lúcido, e que tem andado na vanguarda das preocupações que dizem respeito aos problemas sociais brasileiros, deve ter em vista, em primeiro plano, a recuperação do nosso mercado interno, de ordem de 40 milhões, quase a população sul-americana, que procuramos disputar através da diplomacia e dos escritórios comerciais. Estamos em que Vossa Excelência, com o esclarecimento que lhe é peculiar, fará com que o Gabinete encaminhe os seus passos no sentido

de encontrar uma solução rápida — mais rápida do que essa tão decantada reforma agrária à base apenas de distribuição de terras — capaz de oferecer condições de desenvolvimento econômico a êsses 40 milhões de brasileiros, de modo a aumentar o seu poder aquisitivo.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, trazia o Gabinete, no programa que apresentou à Câmara dos Deputados, e com o qual disputou a sua moção de confiança, entre os pontos fundamentais da sua linha de política externa, o restabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, dentro do objetivo de universalização das nossas relações econômicas e políticas. Êste ponto do programa governamental não correspondia, nem corresponde, nos desígnios do Govêrno, a qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios da democracia representativa, em que se acha vazada a nossa Constituição e que é parte integrante do patrimônio político e cultural sôbre que se desenvolveu a nossa nacionalidade. Se há um título que reivindico para a política exterior que vem sendo desenvolvida pelo atual Govêrno, é o seu repúdio expresso a tôda ambigüidade ideológica. Suas afirmações têm sempre sido feitas dentro de conceitos claros, que permitem à Nação sentir onde estão os objetivos do povo e os objetivos do seu Govêrno e verificar que êstes se identificam, cada vez mais, com o fortalecimento da prática da democracia e com a salvaguarda das instituições livres, caracterizadas pelo respeito aos direitos fundamentais do homem.

Nada disso, entretanto, Senhor Presidente, impede um Estado livre e soberano de considerar, sôbre um plano de absoluta objetividade, o problema, Estado cônscio de seus próprios objetivos e de seus próprios problemas, com capacidade para orientar os seus passos, de acôrdo exclusivamente com a sua vontade, que é a vontade do seu povo. Podemos, sem temores, sem timidez exagerada, mas com cautela, com consciência e com a clara compreensão das conseqüências dos nossos atos, medir, era tôda a sua extensão, qual a conveniência da política brasileira, no que diz respeito às nossas relações com os demais povos. (Muito bem.)

Foi nesse estado de espírito, Senhor Presidente, que o Govêrno se dispôs, desde os primeiros dias, a abordar a questão da universalização das relações políticas e comerciais do nosso país, especialmente naqueles pontos em que êsse problema se apresentava mais crítico, qual seja o do restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Era êste, certamente, um ponto, cuja transcendência ninguém poderia diminuir, porque se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dêle fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sôbre uma extensa área política do Universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas.

Ao mesmo tempo, êsse Estado é aquêle que se apresenta diante de nós como a encarnação mais completa da afirmação de um sistema político, do qual estamos constitucionalmente, profundamente divorciados. Estabelecer relações com países que praticam as mesmas instituições políticas, pode ter importância ou pode constituir um ato irrelevante, mas certamente não produz as inquietudes, as interrogações, as dúvidas, no seio da opinião pública, que se apresentam quando se trata de examinar o mesmo problema em relação a um Estado do qual, por fôrça das nossas próprias definições constitucionais, estamos tão profundamente divorciados.

O Sr. Hamilton Nogueira – Excelentíssimo Senhor Ministro San Tiago Dantas, sabe Vossa Excelência do aprêço, da admiração e da amizade de longos anos...

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito me honram.

O Sr Hamilton Nogueira – ... em que sempre respeitamos as nossas divergências. Vossa Excelência deve recordar-se de que, Senador do Estado da Guanabara, fui a única voz que se levantou, na Assembleia Nacional Constituinte, para não interpretar as palavras do então Senador Luís Carlos Prêstes, como sendo de traição ao Brasil. Várias vêzes conversamos sôbre política, naquela ocasião, em casa de Francisco de Campos, onde recebi o apoio de Vossa Excelência, quando votei contra o fechamento do Partido Comunista. Reafirmei sempre a tese de que deveríamos ter relações diplomáticas com tôdos os países, desde que respeitadas aquelas normas de direito internacional que regulam tais relações. Mas, Senhor Ministro, a experiência — e a grande mestra em política é a experiência — nos tem demonstrado que não lucramos nada com as relações diplomáticas com a Rússia, as quais, data vénia, de outro ponto de vista, considero nota sombria na tradição diplomática brasileira (Muito bem).

O Sr. Bocaiuva Cunha – Não apoiado.

O Sr. Hamilton Nogueira – É opinião de Vossa Excelência. Houve aquelas notas do Govêrno brasileiro, quando fomos insultados pela Rússia.

Foi o meu primeiro protesto que fêz com que se rompessem as relações diplomáticas. Senhor Ministro, sou da órbita do Govêrno, mas seria faltar à sinceridade, seria trair o espírito, não reafirmar aqui alguns pontos. Em tese, não mudei de idéia, mas em política, temos de compreender o momento histórico. Naquela ocasião, vínhamos de uma guerra em defesa da democracia, havia o renascimento democrático autêntico no mundo. Nos dias de hoje, é ilusão admitir-se que há entusiasmo democrático no mundo. Nem ao menos os comunistas se dizem comunistas. Ninguém mais é marxista. A palavra nacionalista tem um sentido múltiplo no dicionário político brasileiro. (Não apoiado.)

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Atenção! Peço aos Senhores Deputados que se manifêstem, apoiando ou não, mas de modo que não haja tumulto no plenário. Encontra-se na tribuna o Senhor Ministro do Exterior. Sua Excelência veio a esta Casa fazer uma exposição, não para que os Senhores Deputados, nêste momento, estabeleçam debate. O debate é com Sua Excelência o Senhor Ministro.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Senhor Presidente, vou tomar a liberdade de lembrar aos meus eminentes colegas que Vossa Excelência se viu na contingência, tendo em vista matéria orçamentária, de limitar o meu tempo de exposição. Nada seria mais inconveniente ao Brasil, nada seria mais inconveniente ao bom entendimento dos atos do Govêrno e à sua apreciação, que cabe a esta Câmara, do que, em matéria de tanta transcendência, uma exposição incompleta do Ministro do Exterior. (Muito bem.)

Creio que me cabe o direito de pedir a esta Casa, a que tenho a honra de pertencer, que ouça até ao final os meus argumentos, pois permanecerei na tribuna pelo tempo necessário para responder a cada um dos meus colegas. Mas não desejo, Senhor Presidente, que uma exposição, que necessita ser fundamentada em tôdos os motivos que a ditaram, fique incompleta, justamente perante a Casa, a quem cabe apreciá-la (Muito bem. Palmas). Peço, pois, como colaboração, essa atitude de respeito para com o Ministro do Exterior, e não para comigo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Não houve desrespeito.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Pergunto ao Senhor Ministro se vai consentir, ou não, nos apartes.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Vou consentir, Senhor Presidente. A única coisa que desejo é evitar que uma exposição que apenas começa e que

apenas feriu o tema nas suas características iniciais se possa tornar incompleta, uma vez que Vossa Excelência limitou até 16,30 horas o tempo de que disponho para a exposição.

O Sr. Hamilton Nogueira – Serei breve.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Vossa Excelência pode apartear-me pelo tempo que desejar. Sabe o grande aprêço que tenho por Vossa Excelência e por tôdas as suas opiniões.

O Sr. Hamilton Nogueira – Pergunto a Vossa Excelência se houve qualquer desrespeito de minha parte.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Não.

O Sr. Hamilton Nogueira – Agora, em relação aos meus colegas, é preciso que tenham a paciência de ouvir as minhas palavras, democraticamente. Sou também nacionalista. Tôdos são nacionalistas, mas alguns são nacionalistas contra o Brasil. Senhor Ministro, não quero ser um obstáculo. Desejo apenas definir uma posição, para que não se veja uma incoerência entre uma atitude histórica naquela época do renascimento democrático e uma atitude também histórica da atual sovietização do mundo (Muito bem. Palmas),

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Quero responder a Vossa Excelência, com o respeito que merece a sua figura de homem público e de intelectual.

O Sr. Hamilton Nogueira – Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Compreendo muito bem os motivos que ditaram a exposição dos seus pontos de vista, mas quero lembrar a Vossa Excelência que, no caso presente, não estamos discutindo nem ideologias, nem doutrinas, nem posições políticas, que possam ser envolvidas pelos Estados a que me estou referindo.

O Sr. Hamilton Nogueira – Compreendo perfeitamente o pensamento de Vossa Excelência. Não há qualquer conivência entre o reatamento de relações comerciais e a posição democrática de Vossa Excelência.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Agradeço a Vossa Excelência êste esclarecimento perfeito, que encerra esta fase das minhas considerações.

O atual govêrno encontrou o problema do reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética já numa fase de processamento adiantado, que se iniciou sob o govêrno anterior. Como muito bem lembrou o Deputado Hamilton Nogueira, havia no caminho do reatamento de relações um obstáculo de ordem ética e fundamental, e êsse obstáculo residia num artigo injurioso contra o Brasil e o Govêrno, publicado na "Gazeta Literária" de Moscou, em 1947, artigo sem cuja retratação completa o Govêrno não desejava prosseguir

examinando a possibilidade do reatamento. Além disso, as negociações se processavam nos Estados Unidos, por intermédio de nosso Encarregado de Negócios na Capital daquele País e vinham seguindo a mesma tramitação que caracterizou o reatamento de relações com outras potências do bloco socialista, isto é, o simples restabelecimento do direito de legação a ser exercido dentro dos princípios e normas do Direito Internacional Público,

O nôvo Govêno, nêste particular, adotou as seguintes medidas:

Em primeiro lugar, aguardar que a retratação prometida fôsse completa. E só depois que a mesma "Gazeta Literária", na mesma página e com a mesma evidência, publicou artigo em que emitia conceitos contrários àqueles que haviam dado lugar ao protesto brasileiro, foi que se admitiu o prosseguimento das negociações. Nossa primeira providência foi transferir essas negociações para o Rio de Janeiro e executá-las mais diretamente sob as vistas do Govêrno brasileiro, para que êle pudesse acompanhar, pari passu, dados os aspectos que podiam ser ventilados a propósito do restabelecimento de relações com um Estado, do qual, como disse há pouco, tão profundas divergências de caráter ideológico e doutrinário, constitucionalmente nos separam. Nessa altura, tomou a Chancelaria brasileira a decisão de subordinar o exame do reatamento puro e simples à criação de condições especiais, constantes de um convênio entre os dois países, para o exercício do direito de legação, de parte a parte, que nos permitisse assegurar aos nossos diplomatas, no outro país, um tratamento em tudo idêntico àquele que fosse dado aqui aos diplomatas da outra parte.

Êsse convênio importa em limitação da liberdade de locomoção no território nacional para agentes diplomáticos e funcionários; importa em fixação de número máximo, só susceptível de alteração mediante nôvo acôrdo que importa em um sistema de retirada de pessoas, tôdas as vezes que isso se faça necessário, sem o processo preliminar de declaração de persona non grata, e em outras cautelas do mesmo gênero, estabelecidas com reciprocidade. Êsse acôrdo resultou de um estudo acurado, a que procedeu o Conselho de Segurança Nacional, através de um dos seus mais ilustres oficiais, cujos subsídios foram integralmente aproveitados pela Chancelaria.

O Sr. Adauto Cardoso – Vossa Excelência poderia esclarecer se também em relação ao pessoal chamado doméstico houve essas mesmas limitações de locomoção?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – As mesmas limitações, inclusive quanto ao número, quanto à faculdade de retirada, e, do mesmo modo, quanto aos

correios diplomáticos. As medidas adotadas foram aquelas sugeridas pelo Conselho de Segurança Nacional, para que o ato de reatamento se pudesse processar nas condições mais indicadas para a segurança dos países, dentro daquele espírito de reciprocidade de tratamento que, como bem sabe a Câmara, é característica dos atos internacionais.

O Sr. Pinheiro Chagas – Permita-me. No estágio do desenvolvimento econômico atual, o Brasil já não se poderia dar ao luxo de uma atitude isolacionista, devendo, muito pelo contrário, manter relações com tôdos os países do mundo onde o interêsse comercial o chame. Êste, Senhor Ministro, o sentido de uma política nacional democrática e progressista. Isto pôsto, e com as cautelas anunciadas por Vossa Excelência, para que o reatamento não sirva de pretexto à infiltração de ideologias estranhas, já agora podemos e devemos apoiar e defender a política externa anunciada por Vossa Excelência. Sem embargo de tudo, Senhor Ministro de Estado, eu quereria deixar bem definida a nossa posição de formal repúdio ao comunismo internacional, anticristão, apátrida, liberticida. (Muito bem. Apoiado. Palmas.)

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Foram essas medidas, precisamente, nobre Deputado, as que, sugeridas pelos órgãos competentes, se incorporaram ao instrumento da negociação. Foram examinadas de lado a lado e permitiram que o Govêrno brasileiro, depois de pesar maduramente os motivos que deviam levá-lo a esta decisão, hoje às 14 horas, na sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, em presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, trocasse notas com a Chancelaria soviética, restabelecendo as suas relações com aquêle país. (Palmas prolongadas)

O Sr. Arruda Câmara – Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Com muito prazer.

O Sr. Arruda Câmara – Começarei, Senhor Ministro, por lamentar que o Govêrno brasileiro, contra a maioria da opinião... (Não apoiado.) "Não apoiado" não é argumento!

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Peço aos Senhores Deputados que se manifêstem na forma da tradição parlamentar do Brasil e ao Monsenhor Arruda Câmara que se dirija aos seus colegas com sua habitual serenidade. A tôdos solicito, ouçam os pronunciamentos, sejam pró, sejam contra, em ordem e de modo que dignifique êste plenário.

O Sr. Arruda Câmara – Senhor Ministro, vim aqui para raciocinar, não para ouvir vozes! Vim ouvir argumentos e apresentar argumentos. E exijo que meus argumentos sejam respeitados, como respeito os daqueles que de mim divergem (Apoiado). Dizia, Senhor Ministro, lamentar que o Govêrno brasileiro tenha tomado essa decisão e a anuncie ao Brasil católico no dia nacional de Ação de Graças e, ainda mais, nas vésperas do aniversário do massacre realizado no Brasil pelos comunistas, sob as ordens de um enviado russo, o Sr. Harry Berger, em 27 de novembro de 1935. Senhor Ministro, o meu protesto contra essa atitude do Govêrno brasileiro não é de hoje. Lancei-o aqui, quando o Sr. Jânio Quadros, a quem apoiei para Presidente da República, iniciou essa política exterior e o renovo com tôda a minha energia, em nome dos meus eleitores, em nome do eleitorado católico e do pensamento expresso pelo Cardeal do Rio de Janeiro...

O Almino Afonso – Não há monopólio de católicos.

O Sr. Arruda Câmara – ...Será o monopólio, pelo menos da maioria nacional, que não está de acôrdo com esta tese. (Palmas.) Senhor Ministro, o Govêrno brasileiro está dando um passo muito perigoso, cometendo talvez o mais grave êrro da sua administração, aqui, e na esfera internacional. Sabe Vossa Excelência que quando se restabeleceram as relações do Brasil com a Rússia, foi enviado para aqui, como Embaixador, o Sr. Jacob Suritz, um dos maiores técnicos na preparação de revoluções. Trouxe para cá noventa técnicos na propaganda vermelha. E criou-se um ambiente tal de injúria aos nossos militares, de insulto aos nossos generais, de espancamento aos nossos diplomatas, que o General Eurico Gaspar Dutra foi obrigado a romper de nôvo as relações com a União Soviética. De modo que Vossa Excelência, por quem tenho a mais profunda admiração e estima...

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado.

O Sr. Arruda Câmara – ...cuja cultura respeito e aprecio, receba da minha parte e da de meus eleitores a reação mais enérgica e o protesto mais solene contra o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com as Repúblicas Soviéticas Vermelhas.

O Sr. Nelson Carneiro – Queria lembrar ao Senhor Deputado que estamos às vésperas do 27 de novembro, lembrado por Monsenhor Arruda Câmara e, a esta hora, transita no Senado projeto da Câmara que anistia aquêles comunistas que, em 27 de novembro, ensanguentaram o Brasil.

O Sr. Arruda Câmara – Êsse é um argumento de insuspeição a meu favor para falar sôbre esta tese.

O Sr. Abel Rafael – Senhor Ministro, havia feito uma série de interpelações a Vossa Excelência. Algumas delas já foram respondidas da tribuna. Desejaria, apenas, que Vossa Excelência me dissesse, e à Casa, com relação à limitação de pessoal doméstico e burocrático destacado para a Embaixada Soviética, se há um número que possa ser fornecido hoje, aqui.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – É meu desejo apresentar êste Acôrdo, na forma que me parece a mais adequada para a natureza do ato, à Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Nesse sentido, já pedi ao nobre Deputado Raymundo Padilha que, em momento oportuno, reúna a Comissão para tomar conhecimento direto do documento, quando, então, não só êsse ponto, mas quaisquer outros poderão ser examinados por Vossa Excelência e por qualquer um dos ilustres Senhores Deputados.

O Sr. Abel Rafael – Fico muito agradecido a Vossa Excelência pela informação que nos dá. Quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que ainda hoje recebi da Presidência da República, como tôdos os Deputados, um convite para comparecer logo às 6 da tarde, a uma cerimônia religiosa do Dia de Ação de Graças, ao Te Deum Laudamus, no Palácio do Planalto. Parece que o nosso Govêrno acende uma vela a Deus e outra ao diabo. (Não apoiado.) Senhor Ministro, quero fazer uma última pergunta: Vossa Excelência, como Ministro, estará ao lado do Senhor Presidente João Goulart, do Primeiro Ministro Tancredo Neves e dos demais Ministros, naquela cerimônia de reverenciamento da memória daqueles que morreram em 27 de novembro e estão no Cemitério São João Batista?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Essa pergunta, nobre Deputado e meu ilustre amigo, apenas revela que Vossa Excelência, por maior que seja a clarividência do seu espírito, realmente não consegue separar uma questão de ordem puramente política e prática de uma questão ideológica e doutrinária (Muito bem. Palmas.)

Tenho mostrado, ao longo de minha curta mas intensa vida pública, que sou democrata sincero e um adversário do comunismo internacional. (Muito bem. Palmas.) Tôdas as minhas atititudes depõem nesse sentido; tôdas as lutas políticas que enfrentei são o espelho dessa realidade.

O Sr. Abel Rafael – Devemos fazer distinção entre a pessoa do Ministro e o cargo.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Vossa Excelência pergunta se estarei presente.

O Sr. Abel Rafael – Perfeitamente.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Estarei presente, com a consciência tranqüila, por ter a certeza de que ali estou realizando um ato de fé, compatível com os meus princípios e sentimentos e que, nesse momento, aqui, estou servindo ao futuro do Brasil. (Muito bem. Palmas.)

O Sr. Abel Rafael – Registro com tôda a atenção e o respeito que me merece Vossa Excelência essas restrições de ordem pessoal às minhas palavras. Mas quero dizer a Vossa Excelência que não vejo por onde se possa distinguir o lado econômico da questão quando, até hoje, não foram atendidas as partes econômicas dêsse reatamento de relações, quando a própria Missão Dantas, depois de correr tôda a Europa socialista, nos traz uma venda de 2 milhões e 100 mil sacas de café, para serem entregues em três anos, cota insuficiente para a nossa produção anual de mais de 50 milhões de sacas de café. Na parte econômica, que tanto se alardeia, eu, como professor de Economia de uma Universidade, não vejo essa importância e a repilo, como homem inteligente e que raciocina. Na parte política, peço licença para dizer que não posso compreender uma nação cristã que reza um Te Deum, vai chorar seus mortos à traição, homens como meu conterrâneo Benedito Bragança, assassinado com um tiro na nuca, enquanto dormia, em 27 de novembro de 1935.

O Sr. Padre Vidigal – Oportuna a recordação de Vossa Excelência.

O Sr. Abel Rafael – ...como Danilo Palatini, que recebeu debaixo de um jornal um tiro desfechado por um amigo, com quem tomara café, cinco minutos antes, vai reverenciar a memória dêsses homens de 27 de novembro de 1935, com tôdo o Govêrno — Presidente da República, representantes do Executivo e do Judiciário — e ao mesmo tempo restabelece relações com uma nação materialista, nação assassina, que pagou os assassinos, que mandou Harry Berger para aqui auxiliar aquela revolução, que mandou dinheiro para sustentar a revolução no Brasil. Outro dia, ouvimos o chefe confesso da representação russa no Brasil, o Senhor Luís Carlos Prêstes, dizer em São Paulo, em discurso nos salões das classes laboriosas daquele Estado: "Nós nos orgulhamos de haver pegado em armas em 1935". Querem que não tenhamos mais essa consciência política de reatar relações com a nação que tão maus resultados está dando na Argentina, no Uruguai, que assassinou nossos irmãos? Estamos, assim, dando novas armas para que assassine novos irmãos. Senhor Ministro, ressalvo a pessoa de Vossa Excelência, a integridade pessoal de Vossa Excelência, mas, ao Senhor Ministro do Exterior condeno, porque estamos dando armas aos inimigos, para que assassinem mais irmãos nossos. É um

absurdo! Isto só acontece nesta terra de confusão, em que se reza o *Te Deum*, se choram os mortos à traição e se reata relações com os assassinos de nossos irmãos. Isto é traição.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Nunca pensei, nobre Deputado Abel Rafael, que um espírito lúcido como o de Vossa Excelência se pudesse deixar toldar tão profundamente pela paixão.

O Bezerra Leite – Permite Vossa Excelência um aparte?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Com muito prazer, mas quero antes dar oportunidade de se manifestar ao Senhor Deputado Fernando Santana, que me pediu antes o aparte.

O Sr. Fernando Santana – Senhor Ministro, Vossa Excelência vem expondo, com o máximo cuidado, tôdas as medidas que o Govêrno tomou para o reatamento de relações com a União Soviética. Argumenta-se aqui que, sendo o Brasil um país católico, não seria justo êsse reatamento. Recordaria aos colegas, que raciocinam dêsse modo, o exemplo de outros países, também católicos como o Brasil, e que no entanto mantêm relações com aquela nação. Em verdade, se fôssemos ver o problema por êsse lado, que diríamos da Itália, da França, da Inglaterra, da Bélgica, dos Estados Unidos e de tôdos os países que agem dessa maneira, e não apenas os cristãos, porque há, nesse rol, também outros que têm outras religiões monoteístas, como os muçulmanos. Vejo, nesse ato do Govêrno, que Vossa Excelência, nêste instante, anuncia à Câmara uma conseqüência natural da política da nossa Chancelaria, iniciada há alguns anos pelo ex-Chanceler Horácio Láfer, que reatou relações comerciais do nosso país com a Rússia Soviética. Vejo mais, Senhor Ministro, na elaboração sistemática da Operação Pan-Americana, pela qual o Itamarati também é responsável, tôda uma argumentação, tôdo um processo que justifica a ampliação dos nossos mercados e das nossas relações diplomáticas com tôdo o mundo. (Muito bem).

Ali, Senhor Ministro, naquele documento elaborado, inclusive com a participação do ex-Embaixador Augusto Frederico Schmidt, lemos com tôdas as letras, que o destino do nosso País seria pautado não só na abertura de novas áreas comerciais, até mesmo com a China Comunista, mas também no reatamento de relações diplomáticas com tôdos os povos, como imposição histórica para a nossa diplomacia. Sabe Vossa Excelência que também o Embaixador brasileiro na Rússia, àquela época, Senhor Pimentel Brandão, fêz um relatório minucioso ao Ministro, dizendo, entre outras coisas, da

inconveniência daquele rompimento e mostrou também outras críticas, na mesma ocasião feitas, naquele mesmo jornal, ao Presidente dos Estados Unidos e que não foram levadas em consideração pelo Govêrno norte-americano. Como sabe Vossa Excelência, nossa imprensa costuma agredir os chefes de Estado de tôdos os países da Europa, do mundo, constantemente, deliberadamente, e isso nunca foi motivo para que a nossa Chancelaria rompesse relações diplomáticas. O incidente com o Cônsul Soares de Pina, figura central do incidente na U.R.S.S., motivo capital do rompimento que, Vossa Excelência sabe, não chegou a ser um prêso; êsse diplomata, de volta ao Brasil, ao participar da primeira festa no Hotel Quitandinha, comportou-se tão mal que alguns industriais nossos tiveram de surrá-lo barbaramente. E depois, êsse mesmo Cônsul, já nos Estados Unidos, em Los Angeles, foi, para vergonha nossa, trancafiado no xadrez e seu retrato atrás das grades, exposto em tôdos os jornais do mundo. Por êsse incidente também não rompemos relações com os Estados Unidos, nem deveríamos romper, pois o comportamento mau de um diplomata não justifica a atitude radical do Govêrno brasileiro de romper relações diplomáticas com outro país. (Palmas).

Por essas razões, Senhor Ministro de Estado, e sobretudo pensando nêste País, de produção per capita ainda muito baixa, necessitamos êstender nossas relações comerciais e diplomáticas com tôdos os países. E acrescendo, Senhor Ministro, que o Convênio Internacional do Café deixou fora das cotas estabelecidas para cada país uma dezena de outros, dêsse bloco com o qual Vossa Excelência agora restabelece relações, nosso País, que tem produção de café em excesso, precisa vender nesses mercados não computados na cota internacional.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado.

O Sr. Bezerra Leite – A pátria do capitalismo - os Estados Unidos - a pátria do cristianismo - a Itália - a pátria da civilização - a França - êsses três países, essas três lideranças - política, religiosa e cultural - do mundo mantêm relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e com os países socialistas. O Brasil, assinando hoje o tratado que restabelece as relações diplomáticas com a União Soviética, filiou-se a essas três correntes do pensamento mundial e está bem acompanhado nessa sua decisão. Não procedem, Senhor Ministro, as alegações de que o mundo socialista comprou apenas 3 milhões de sacas de café, para 3 anos. É cerca de 1 bilhão de consumidores em potencial, com os quais a economia nacional vai transacionar, graças à sábia orientação que Vossa Excelência está imprimindo ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado João Mendes.

O Sr. João Mendes – Senhor Ministro. A Ação Democrática Parlamentar, na sua declaração de princípios, diz que não se opõe às relações do Brasil com qualquer país do mundo; mas acrescenta: atendida a oportunidade dessas relações. Ao chegar a êste recinto. Vossa Excelência demonstrava as cautelas do Govêrno no reatar essas relações, Vossa Excelência deixou em meu espírito a certeza de que essas cautelas, elas mesmas, justificam a inconveniência dessas relações. (Muito bem). Se é necessário policiar diplomatas, por que vamos reatar relações com essa nação, que manda para aqui representantes policiáveis, que ameaçam as instituições democráticas?

O Sr. Pereira da Silva – E espiões, talvez.

O Sr. Almino Afonso – Senhor Ministro, o Partido Trabalhista Brasileiro congratula-se com o Govêrno e com Vossa Excelência em particular, pelo êxito diplomático, que se coroa com o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. É ponto programático do Partido Trabalhista Brasileiro a manutenção de relações diplomáticas do Brasil com tôdos os povos do mundo, sem restrições de qualquer natureza, ressalvadas aquelas que signifiquem a defesa da soberania nacional. A exposição de Vossa Excelência, serena, segura, racional, deploravelmente não encontrou, nos opositores à medida que o Govêrno anuncia à Casa, pela palavra de Vossa Excelência, argumento que merecesse um rebate mais seguro. Tôdos sabem que, nêste instante, a grande luta dos países subdesenvolvidos é rigorosamente quebrar a barreira que mantém cada um dêsses países no estágio de atraso em que suas populações vegetam; tôdos sabem que tal não será possível no Brasil sem que agressivamente busquemos, em tôdos os recantos do mundo, mercados novos onde possamos vender nossos produtos e, à base dessa venda, garantir uma receita maior que financie o próprio desenvolvimento econômico do País.

Êste o ponto fundamental. Fora disso, qualquer raciocínio é romântico ou desligado da realidade política e social do povo brasileiro, nêste instante de sua luta. Êste o fundamento básico do ponto de vista que o Govêrno sustentou e concluiu de maneira vitoriosa, com o reatamento que Vossa Excelência anuncia à Casa. Nem teria qualquer sentido, senão aquêle de natureza puramente farisaica, que se pudesse ao mesmo tempo advogar a tese de um reatamento de relações comerciais com os países socialistas, esquecendo o reatamento de relações diplomáticas. Tôdos sabem que,

havendo nos países socialistas o monopólio de comércio exterior, é irrecusável que no instante em que qualquer país do mundo negocia com os países socialistas, em verdade o faz de Estado para Estado. Não há por que, portanto, encobrir a realidade. O Govêrno brasileiro, ao assumir a responsabilidade histórica, sem dúvida, é digno de tôdo aplauso do povo brasileiro, porque corresponde ao interêsse nacional, nêste instante, e reatando as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, o faz na segurança de que amplia suas possibilidades de luta contra seu próprio subdesenvolvimento. Vossa Excelência está de parabéns, por em tão pouco tempo à frente da Chancelaria brasileira, ter obtido êsse êxito diplomático, e merece do povo brasileiro o respeito e o aplauso. Não posso aceitar que alguém levante, nesta Casa, como o fêz Monsenhor Arruda Câmara, a alegação de que se desvincula do povo a ação do Govêrno, no momento. Recordo-me muito bem de que tôda a campanha do Sr. Jânio Quadros, que obteve tão expressiva votação do povo brasileiro, foi feita, inclusive, à base de defesa da tese que nêste instante se consubstancia na posição que Vossa Excelência defende, com brilho e com segurança, em têrmos de exclusivo interêsse nacional. Teria a aduzir apenas, nobre Ministro, o apêlo de que essa relação que Vossa Excelência acaba de anunciar à Casa não tenha um efeito meramente formal, mas em vez disso, se tirem dela as conseqüências indispensáveis à luta contra o subdesenvolvimento brasileiro. Que possamos, realmente, nas relações diplomáticas com o mundo socialista, inclusive a União Soviética, alcançar a garantia de que partimos para uma luta agressiva, total e absoluta, onde quer que se encontre, em qualquer área que se coloque, de modo que se assegure ao povo brasileiro aquêle desenvolvimento econômico a que faz jus, em que as riquezas nacionais possam realmente ser repartidas na medida do trabalho do povo brasileiro e não prossiga, como ainda hoje está, prêso à determinada área econômica que dita a nós, a seu bel-prazer e ao sabor de seus interêsses, aquilo que lhe convém, contrariando sempre os interêsses do povo brasileiro. Os aplausos do Partido Trabalhista Brasileiro a Vossa Excelência, que é membro do Partido Trabalhista Brasileiro, de que nos orgulhamos nêste instante, e ao Govêrno brasileiro, pela atitude corajosa que adotou.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães – Estão orgulhosos agora. Mas impediram que êle fosse Ministro.

Vozes – Agora! Agora!

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — O nobre Deputado está concluindo o seu aparte.

O Sr. Almino Afonso – Nobres Deputados c ilustre Ministro San Tiago Dantas, não sou homem de deixar que a luta contra o subdesenvolvimento, à parte colocado maldosamente nêste instante, possa eventualmente criar um clima de confusão entre o Ministro, que é do Partido Trabalhista Brasileiro e o Líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. O que tinha a dizer como Líder de Partido foi dito e não há o que contestar. (Palmas.) Aludo agora, em duas palavras — e fala o Deputado Almino Afonso — às distâncias existentes, e que não foram superadas entre mim e o Ministro San Tiago Dantas; Sua Excelência as conhece, nunca as neguei. Não me retiro nêste instante da posição que tenho honradamente defendido e sustento, sem que isto quebre, absolutamente, um clima de cordialidade e respeito ao Senhor Ministro. A luta que politicamente muitas vêzes temos travado — eu, de um lado, e Sua Excelência de outro — dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, revela simplesmente sintoma de vitalidade de um partido que cresce democraticamente (Palmas). Não há por que, portanto, buscar confundir atitude que merece respeito e aplauso com atitude que, porventura, a qualquer instante, tenha sido ditada por gesto de outra natureza. A posição do Partido Trabalhista Brasileiro é clara e completa: o Partido Trabalhista Brasileiro apóia o ato do Govêrno e aplaude a ação diplomática de Vossa Excelência. (Palmas).

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Senhor Ministro, Vossa Excelência vai consentir, porque se trata de disciplinar os trabalhos, no interêsse mesmo de Vossa Excelência, atinjamos aquele têrmo de nossa inicial combinação com Vossa Excelência e com o plenário. São 16,30 horas e deveríamos passar imediatamente à matéria fundamental que está na ordem do dia. É certo que Vossa Excelência teve que ceder grande parte do seu tempo a intervenções e, sendo assim, já agora, para que pudesse concluir sua comunicação à Casa, disporia de apenas mais 10 minutos. Vossa Excelência não tem, assim, nesse lapso de tempo, condições para ainda conceder apartes.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Senhor Presidente, creio eu que Vossa Excelência e tôda a casa conferem ao episódio que estamos vivendo na tarde de hoje a transcendência que êle tem.

E creio que não estaremos violando as tradições regimentais da Câmara dos Deputados, se eu pedir a Vossa Excelência que êstenda ainda mais êsse tempo, porque teria conseqüências desfavoráveis para a clara inteligibilidade da posição do Govêrno, que me visse na necessidade de abreviar justamente a parte de minha exposição, em que devo abordar os fundamentos do ato; (Muito bem) por outro lado, não gostaria de deixar de conceder dois ou três

apartes que já me foram pedidos há muito tempo e cuja recusa, nesta altura dos debates, seria desprimorosa (Palmas.)

Pediria, por isto, a Vossa Excelência, Senhor Presidente, licença para passar um pouco dêsse tempo, e permissão para limitar êsses apartes aos que já me foram pedidos pelos nobres Deputados Padre Vídigal e Raymundo Padilha. Creio que eram os únicos.

O Presidente (Ranieri Mazzilli) — São muito razoáveis as ponderações do Senhor Ministro e o plenário mesmo há de facilitar-lhe, já agora, a oportunidade, para não deixar incompleta a exposição.

É indispensável a colaboração do plenário, deixando de interromper o Senhor Ministro, para que Sua Excelência possa efetivamente completar sua exposição.

O Sr. Raymundo Padilha – No que me concerne, Senhor Ministro, pediria a Vossa Excelência, então, me fôsse concedido o privilégio de aparteá-lo em seguida ao término de sua brilhante exposição. Acabo de ouvir de Vossa Excelência que os fundamentos do ato mal foram esboçados e, de certa maneira, provocaram um começo de tempestade, que teria perturbado grande parte de sua exposição, e não me quero associar a qualquer ato de perturbação. Então, solicitaria a Vossa Excelência me fosse deferida a possibilidade de manifestar-me logo em seguida à palavra final de Vossa Excelência, com os fundamentos que são por Vossa Excelência anunciados.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – De pleno acôrdo. E agradeço a Vossa Excelência a colaboração.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – A Presidência deve interferir para dizer que, nêste caso, iríamos para a interpelação, a réplica e à tréplica, o que é impraticável nesta altura dos trabalhos. Nobre Deputado Raymundo Padilha, Vossa Excelência poderá dar seu aparte, mas não dentro dêsse métôdo de trabalho que a Mesa não vê como aceitar, pois êstenderá o tempo do Senhor Ministro com elastério de que não dispõe, pois a Mesa precisa levar adiante os trabalhos que lhe cumpre ainda hoje realizar.

O Sr. Raymundo Padilha – Com a devida vênia do Senhor Ministro de Estado, quero crer que incide Sua Excelência, o Presidente da Câmara, no mais completo dos equívocos. Não pretendo fazer qualquer interpelação. Apenas escolhi uma oportunidade, como o poderia fazer qualquer Deputado, para apartear. Se esta oportunidade me é dada pelo Senhor Ministro de Estado, em determinado ensejo, falarei, se a Sua Excelência tal aprouver. Não estou aqui querendo prevalecer-me do elastério a que alude o nobre Senhor Presidente.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Concederei o aparte a Vossa Excelência...

O Sr. Raymundo Padilha – Na devida oportunidade, falarei, porque agora anteciparia determinados julgamentos que serão proferidos dentro em pouco por Vossa Excelência.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – ...logo que termine a exposição dos argumentos e antes de concluir.

O Sr. Bezerra Leite – Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com licença do orador.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Tem Vossa Excelência a palavra.

O Sr. Bezerra Leite (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, consultaria a Mesa sôbre se seria possível admitir-se agora um pedido de prorrogação da sessão, até às 19 horas, de maneira a que pudéssemos ouvir o Senhor Ministro por mais uma hora. (Muito bem).

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Queira Vossa Excelência encaminhar requerimento à Mesa para que o Plenário se manifeste a respeito. Como haverá sessão extraordinária hoje, em seguida a esta, será indispensável um intervalo, para que os Senhores Deputados possam pelo menos alimentar-se.

Anuncio requerimento de autoria do nobre Deputado Bezerra Leite, de prorrogação da sessão por uma hora.

Os Senhores que o aprovam queiram ficar como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Continua com a palavra o Senhor Ministro.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Padre Vidigal, quero pedir licença aos meus ilustres colegas para manter o sistema que havia anunciado anteriormente.

Vou ouvir o aparte de Sua Excelência e, em seguida, apresentar as motivações que levaram o Govêrno a concluir o ato anunciado. Terminadas essas motivações, e antes de passar às considerações finais da minha exposição, terei o maior prazer em abrir oportunidade para tôdos os apartes dos eminentes colegas.

Tem a palavra o Deputado Padre Vidigal para o aparte com que me honra.

O Padre Vidigal – Senhor Ministro das Relações Exteriores, para Vossa Excelência não é apenas o Deputado que aparteia o titular da Pasta nêste momento: é também seu fraternal amigo de muitas horas de convívio agradável

e até inesquecível. Sabe Vossa Excelência, Senhor Ministro, que as Embaixadas russas na maioria dos países ocidentais têm sido e são focos de espionagem. São focos de campanhas subversivas, são focos de campanha doutrinária comunista, atéia, materialista. É inegável isso. Acaba Vossa Excelência de visitar a Argentina e o Uruguai e, no convívio do Presidente Frondizi e do Chefe de Gabinete, Haedo, Vossa Excelência constatou as medidas de prudência, de rigorosa prudência do Govêrno argentino, e a severa atitude do Govêrno uruguaio contra os maus efeitos dessa política de relações comerciais e, sobretudo, diplomáticas com a Rússia. No momento em que o Govêrno brasileiro, na sua parte do Poder Executivo, se prepara para prestar homenagem às vítimas da intentona comunista, quero despertar a lembrança de Vossa Excelência para um depoimento do Sr. Luís Carlos Prêstes, na Câmara dos Deputados, no sentido de que, no caso de uma luta entre o Brasil e a Rússia, ficaria com a Rússia. Estamos seguros de que os comunistas brasileiros continuam pensando da mesma maneira. E, no momento em que se vai prestar uma homenagem às vítimas dos comunistas, àqueles que foram assassinados enquanto dormiam, como aconteceu com o nosso bravo e inesquecível co-estaduano Major Bragança, não vejo, Senhor Ministro, porque esquecer isso, estabelecendo relações com um país que vai manter foco de espionagem no Brasil, de propaganda subversiva dessa doutrina deletéria. Eis por que estranho a próxima homenagem que o Senhor Presidente da República e o Gabinete irão prestar a essas vítimas do comunismo. Quando se reatam as relações do Brasil com a Rússia, parece-me injustificável tal homenagem, a não ser que o Gabinete, com o Presidente da República à frente, pretenda prestá-la da maneira a mais esquisita.

O Sr. Plínio Salgado – Duas palavras apenas. Peço me inscreva para pequeno aparte que será, talvez, de menos de um minuto.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Não só a Vossa Excelência como a tôdos os eminentes colegas que desejem apartear-me, terei o prazer e a honra de conceder os apartes, quando me aproxime da parte conclusiva de minha exposição.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Nestas condições, o Senhor Ministro não será mais aparteado, até o momento em que se pronunciar sôbre a oportunidade de receber apartes.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Senhor Presidente, como dizia, o Govêrno brasileiro encontrou o processo de reatamento de relações na fase que indiquei e julgou de seu dever prosseguir nêle, adotando as cautelas que

foram por mim enumeradas e que nos permitiram chegar, no dia de hoje, à troca dos atos que restabelecem as relações diplomáticas aludidas.

O primeiro ponto para o qual desejo chamar a atenção da Câmara é que o Govêrno não foi levado a essa decisão por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interêsses do nosso País.

No tocante às motivações políticas, Senhor Presidente, peço licença para lembrar à Casa que os Estados que hoje mantêm relações com a União Soviética sobem a 71, entre êles, quase tôdas as democracias modernas. Na Europa, com exceção talvez apenas dos países ibéricos, tôdos os outros se inscrevem entre os que mantêm relações diplomáticas com a União Soviética. Na América, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, o Uruguai mantêm relações regulares e trocam, com aquêle país, embaixadores ou ministros.

Qual a razão por que êsses países, democráticos como os que mais o sejam, fiéis aos princípios em que vazaram as suas instituições políticas, mantêm essas relações diplomáticas e aceitam, como convenientes para a política internacional que praticam, a troca de embaixadores e a manutenção de missões especiais?

Na verdade, Senhor Presidente, essa razão há de encontrar-se, única e simplesmente, na conveniência dos contatos diplomáticos entre os povos, mesmo quando são mais profundas as suas divergências, e até, com maioria de motivos, quando os pontos de discordância e de atrito aconselham a êsses povos que mantenham aberta a possibilidade de discutir e de conversar, para que os atritos e os antagonismos não se exacerbem e não se transformem, a cada passo, em foco de discordância maiores,

Na realidade, Senhor Presidente, a posição política do Brasil, no mundo de hoje, por definições reiteradas e progressivas de sua Chancelaria, é, acima de tudo, de defesa intransigente da paz e dos meios capazes de propiciá-la. (Muito bem.)

A paz não se manterá se o preço que tivermos de pagar por ela fôr o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiossincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exacerbação da intolerância e da incompreensão. E no dia em que a intolerância estiver exacerbada até o ponto extremo, então, realmente, não restará ao mundo outro caminho senão o da guerra. Por isso, Senhor Presidente, creio que é

dever de consciência de tôdo homem público desvendar aos olhos do povo que tôdo isolacionismo político, nos dias de hoje, é uma atitude belicosa. Quem deseja manter os povos isolados uns dos outros, sem contato, sem conversações, sem convivência, longe de estar trabalhando pela diminuição das tensões internacionais e pela eliminação progressiva dos atritos, está trabalhando pela acumulação das resistências, dos ódios recíprocos, das incompreensões e pelo aumento constante do risco de guerra. (Muito bem.) Dêste dilema é que não parece possível ao Govêrno brasileiro escapar nos dias de hoje. Se queremos sinceramente a paz, temos de ser os advogados da coexistência e não podemos admitir que se parta do princípio de que o regime democrático é dotado de tal fragilidade, que, se fôr pôsto em contato e em confrontação com os regimes socialistas, o seu destino estará selado.

Essa afirmação, em primeiro lugar, não é verdadeira. Ela não corresponde à realidade dos nossos dias, pois, pelo contrário, o que se verifica é que os Estados socialistas, embora se tenham revelado capazes de resolver, da maneira mais satisfatória, os problemas econômicos e tecnológicos, ofereceram, no campo das soluções políticas, esquemas frágeis, muito inferiores, como técnica de governar, àquilo que tem sido alcançado pelas democracias. A democracia é de tôdas as formas de govêrno a que melhor resiste à confrontação, e portanto a que melhor se impõe, através da coexistência.

Supor que a democracia dependa, para sua sôbrevivência, de baixar-se em tôrno dela uma nova e paradoxal cortina de ferro, é negar a própria verdade da história contemporânea e fomentar condições favoráveis ao desencadeamento de uma nova guerra.

Essa é uma motivação política fundamental, a que o Govêrno brasileiro não podia deixar de ser sensível, ao encarar o problema das relações políticas com os países socialistas e, especificamente, com a União Soviética.

Tôdos sabem o que tem representado a Organização das Nações Unidas, como grande forum onde as nações se têm confrontado continuamente e onde têm podido transformar em debate e em agressão verbal aquilo que, de outra maneira, poderia transformar-se em agressão militar. As Nações Unidas têm sido o grande mecanismo hipotensor que, em inúmeras oportunidades, tem feito baixar as tensões internacionais. É o resultado da coexistência, do convívio, é o constante debate, que inclina os povos à negociação e dessa maneira, prepara condições favoráveis ao advento de uma paz durável.

As relações entre os povos desempenham o mesmo papel. Os povos que não se encontram, os povos que não trocam legações, que se isolam diplomaticamente, são povos entre os quais cresce a incompreensão e o ressentimento. Pelo contrário, os que mantêm a capacidade de negociar e de conversar são povos que podem trabalhar pela maior das causas a que, hoje, se propõe a humanidade: evitar a destruição coletiva, não apenas a destruição física, mas também a destruição moral, porque, nos têrmos em que o armamento nuclear e termonuclear colocou a guerra moderna, esta deixou de representar uma alternativa aceitável em certos casos e tornou-se um mal a combater por tôdos os meios.

A paz, já o disse uma vez nesta Câmara, e volto a repetir, deixou de ser, no mundo de hoje, um ideal relativo e se tornou um ideal absoluto (muito bem); e, para defendermos êsse ideal, para fazermos com que a paz se consolide, se aprimore e deite raízes, ainda não se descobriu outro modo, senão o de conviver, o de debater e o de negociar.

Disse o Presidente Kennedy, certa vez, com propriedade: — "Estamos prontos a negociar, embora não desejemos negociar compelidos pelo medo." Não é compelidos pelo mêdo que pretendemos negociar.

O que desejamos é criar para nosso País um acesso amplo ao grande debate universal, através do qual poderemos incessantemente trabalhar nesta tarefa que merece a consagração total dos nossos esforços, a tarefa da preservação da paz.

Mas, Senhor Presidente, a motivação política não é a única que nos leva a adotar resolutamente o caminho do restabelecimento de relações. Também cedemos a uma outra motivação, que é a motivação econômica. Tive, há pouco, oportunidade de ouvir um aparte de um dos nossos mais distintos colegas, de que não tinha expressão considerável, em algarismos, o que até hoje se realizou em matéria de trocas entre o Brasil e os países socialistas.

De nada valem as cifras isoladas, de determinado momento, ou de determinada relação. A Chancelaria brasileira se vem empenhando a fundo no estudo das perspectivas do nosso comércio, porque não existe, hoje, problema mais decisivo e mais dramático para o futuro da comunidade, à qual pertencemos, do que êste das projeções da nossa economia nos anos próximos, especialmente no período que se êstende de 1961 a 1970, que será o grande período crítico do nosso desenvolvimento econômico, enquanto não pudermos contar com um grande e diversificado mercado interno.

Quero pedir à Câmara licença para ocupar sua atenção com algumas dessas observações e dados, que me parecem indispensáveis, para que nosso País ganhe consciência plena de suas perspectivas e, sobretudo, saiba como são sombrias, como são dramáticas as avenidas que se abrem diante de nós no terreno da expansão econômica. (Muito bem.) A verdade é que o Brasil vive, Senhor Presidente, nos dias de hoje, um grave episódio do seu crescimento como nação.

A marca dominante dêsse episódio é a verdadeira explosão demográfica ocorrida em nosso País. Em vez da taxa de crescimento de 2,5% ao ano, que vínhamos admitindo para a nossa população, o que se verificou nos últimos anos é que o Brasil cresce a uma taxa crescentemente acelerada, e que essa taxa, no último ano, atingiu ao nível de 3,5%. Graças a êste fato, a situação do Brasil, no momento atual, pode ser representada através dos seguintes dados fundamentais: estamos com uma população que se estima, em 1960, em 70.528.000 habitantes; em 1970, essa população atingirá a 99 milhões, e em 1980 a 125 milhões. Dessa população que hoje temos, já de 70 milhões e meio, considera-se população ativa, tomando parte no processo econômico, 24 milhões de habitantes, e população inativa, os 46 milhões restantes. O produto nacional bruto do nosso País, isto é, a soma de mercadorias e serviços que atende às necessidades desta vasta população, orça por 2 trilhões e 454 bilhões de cruzeiros, tomando como base para êstes estudos um cruzeiro deflacionado que é o cruzeiro de 1960. Desta população ativa de 24 milhões de habitantes, 9 milhões e 200 mil estão nas cidades e 14 milhões e pouco nos campos.

Como se mantém uma população ativa nos campos ou nas cidades? Os economistas nos ensinam que a cada homem ativo que trabalha em determinado país corresponde certa quantidade de capital, que possibilita o seu trabalho e lhe assegura rendimento. Nos baixos, nos baixíssimos níveis da economia rural brasileira de hoje, não passa de 70 mil cruzeiros o que se estima como capital necessário para a produção de um homem ativo, na zona rural. E, na zona urbana, se fizermos a média entre os que estão ocupados na indústria e os que estão ocupados em outros serviços, o algarismo é: 420 mil cruzeiros por pessoa.

Tôdo êste quadro, Senhores Deputados, está exposto a uma permanente evolução. Esta evolução se faz sentir, em primeiro lugar, como disse há pouco, no crescimento global da população, mas, ao mesmo tempo que a população cresce, opera-se dentro dela um deslocamento de posições, porque, graças

a um dos aspectos mais positivos da nossa situação econômica e social, a população ativa do Brasil aumenta tôdos os anos. Há, por conseguinte, um índice de ativação da população. Mais pessoas inativas se tornam ativas tôdos os anos, a uma taxa que se estima em 0,7% ao ano. E, ao lado dêsse movimento, um outro de grande importância ocorre, com o qual tôdos estamos familiarizados, que é a transferência da população dos campos para as cidades, o fenômeno da urbanização, o deslocamento da população ativa rural para a área urbana, onde ela procura reocupar-se em serviços vários ou em indústrias. Qual é a taxa à qual aumenta a população ativa urbana e diminui a população rural? 2,7% ao ano. Que quer isto dizer, Senhores Deputados, se um homem do campo representa 70 mil cruzeiros de capital e um homem ativo da cidade representa 420 mil cruzeiros? Isto significa que as necessidades de capital no nosso País crescem de maneira vertiginosa e que, se nós tivéssemos uma taxa de crescimento do produto nacional bruto igual à do crescimento da população, ao invés de estagnarmos, regrediríamos violentamente. Porque, como as necessidades de capital crescem em virtude dêsses deslocamentos internos, a taxa de crescimento do produto nacional bruto tem de ser muito mais violenta do que a taxa de crescimento da população. Pois nós, que temos tido, nos últimos tempos, uma taxa de crescimento do produto nacional que não tem chegado a 4% ao ano, feitos os estudos mais rigorosos sôbre qual seria a taxa necessária para nos mantermos no nível atual de renda, chegamos à conclusão de que ela precisaria ser de 6%. Se o Brasil conseguir aumentar o seu produto nacional bruto de 6% ao ano, em vez de três-vírgula-tanto que está aumentando atualmente, nós não progrediremos um passo, continuaremos a ter, mais ou menos, o nível de vida de hoje. Para aumentarmos, para progredirmos, precisamos atingir o nível de 7,5% ao ano, um nível dos mais elevados, que exige de qualquer economia um alto índice de dinamização.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entre êsse índice de aumento e o comércio do País existe uma relação das mais íntimas, uma relação a cujo exame não nos podemos furtar. É que nos primeiros anos, para podermos aumentar as nossas condições de produção, nós temos necessidade de aumentar, e de aumentar rapidamente, o volume das nossas importações de bens de capital, de máquinas, de equipamentos e daquilo que os economistas chamam os in sumus, isto é, as matérias-primas, os combustíveis, as unidades semi-acabadas.

Já é hoje a importação brasileira formada, em sua parte dominante, por êsses equipamentos e por êsses in sumus porque o desenvolvimento da

indústria nacional tem conseguido substituir para nós a importação dos bens de simples consumo, já acabados.

Mas as necessidades que teremos para podermos assegurar um nível elevado de industrialização nos próximos anos, essas necessidades são rigorosamente estudadas e constantes dêstes relatórios que para aqui trouxe e que ponho à disposição da Câmara e de qualquer dos Senhores Deputados, e que gostaria de discutir e examinar mais longamente em qualquer das nossas Comissões.

Êstes relatórios demonstram que nossa importação precisará aumentar nos próximos anos, de maneira decisiva, para que possamos enfrentar nosso programa de desenvolvimento e atingir as escalas de crescimento desejadas.

Aqui tenho nas mãos um quadro em que tôdas estas correlações estão indicadas. Peço um pouco de paciência à Câmara para repetir aqui alguns algarismos.

Tomemos o ano de 1961.

Em 1961, o nosso produto nacional bruto é de 17 bilhões de dólares. Estou agora falando em dólares. Em vez de tomar o cruzeiro padrão de 59, tomo o dólar deflacionado de 60.

A taxa de crescimento, hoje, é de 3,8%, a renda per capita dos brasileiros, 240, depois dos últimos corretivos feitos às estatísticas divulgadas pelo I.B.G.E., um dos níveis mais baixos de renda entre os países subdesenvolvidos, baixo, mesmo no quadro regional da América Latina. E as nossas exportações, que no ano passado orçavam por 1 bilhão e 400 milhões de dólares, esperamos que êste ano sejam de 1 bilhão e 600 milhões. A que níveis precisaremos elevar as nossas exportações para alcançarmos, em 1965, daqui a apenas quatro anos, êste algarismo de 7,5% a que me referi como essencial, para um mínimo de desenvolvimento razoável para o nosso País? Precisaremos elevar as nossas exportações a 3 milhões e 166 milhões de dólares. Quer isto dizer que a nossa exportação de hoje terá de duplicar. E se não conseguirmos dobrar a nossa exportação da maneira que aqui estou indicando, o que nós estaremos preparando ao nosso País, não para os nossos filhos, não para os nossos netos, mas para aquêles que aqui vierem tomar assento na próxima legislatura, já é o espetáculo das comunidades asiáticas em franca regressão.

Essa situação, Senhores Deputados, é de tal natureza, que um país sôbre o qual pesa êsse desafio, não tem o direito de colocar limites de qualquer natureza à sua necessidade de procurar novos mercados. (Muito bem.)

Discriminar é fazer discriminações à custa do futuro do nosso povo e dar condições mínimas do seu desenvolvimento e da sua segurança econômica. Temos de examinar a situação mundial e temos de ver dentro dela onde podemos colocar as nossas mercadorias.

Peço licença, então, para deixar de lado êsse estudo e passar a um outro, o das perspectivas do comércio mundial. É claro que só poderemos saber para onde se deve dirigir a agressividade do nosso comércio e da nossa expansão se tivermos procedido a um exame criterioso, área por área, das tendências do comércio mundial, naquelas áreas onde o comércio estiver em regresso e em retração, onde os povos se estiverem endividando por não conseguirem exportar tanto quanto baste para cobrir as suas importações nessas áreas. Senhores Deputados, é claro que não teremos grandes probabilidades de encontrar possibilidades para capturar os excessos de crescimento e irmos colocar ali êsse aumento de exportação que nos é essencial.

Aqui está, Senhores Deputados, um quadro que também ponho à disposição de Vossas Excelências para que possam examinar tôdos os critérios e tôdas as fontes com que trabalha o Itamarati. Pois que tôdos êsses estudos procedem do Serviço Técnico de Análise e Planejamento da Chancelaria brasileira. Aqui se encontra o estudo das tendências do comércio mundial. Considerando-se o período de um decênio, período crítico de 1960 a 1970; aqui está a percentagem de cada área dentro do comércio mundial e o modo por que ela evolui. A tendência do comércio, nos próximos dez anos, acusa um aumento global de 4,56%. Êsse deverá ser, segundo as projeções técnicas mais rigorosas, o aumento no comércio mundial. Como contribuem as diferentes áreas para êsse aumento? Algumas crescem mais do que 4,50%; outras outras crescem menos. São as áreas onde existem relativa estagnação. Mas não basta êsse critério para orientarmos a nossa política econômica. Temos que saber onde crescem as exportações mais que do que as importações, porque ali onde crescem mais as exportações é que haverá meios de pagamento e, por conseguinte, possibilidades de absorção para as novas parcelas com que desejamos contribuir para o comércio mundial.

Tudo nesse estudo, portanto, deve orientar-se por êstes dois pontos: primeiro, examinar o dinamismo de cada área; segundo, examinar, dentro dêsse dinamismo, a preponderância eventual das exportações sôbre as importações. Deixemos de lado certas áreas onde as nossas possibilidades não parecem grandes. A África, por exemplo. Seu índice de crescimento será de 3,44 inferior

à média global. E a África tem tendência para endividar-se, porque as importações em 1960 estarão em 11 bilhões, enquanto que as exportações estarão apenas em 9. Poucas serão, portanto, dêste lado, as nossas possibilidades. Já na América Latina, existem possibilidades, apesar de em baixo nível. O índice de crescimento da América Latina é 3,35, mas as exportações excederão as importações. Por isso, o Itamarati está, nêste momento, dando tôdo seu apoio ao desenvolvimento da Zona Livre de Comércio e, em grande parte, por êsse motivo, o Ministro do Exterior foi a Buenos Aires conversar com o Chanceler Miguel Cárcano, para mostrar-lhe, de papel na mão, o futuro que existe para o nosso comércio regional, se formos capazes de nos entendermos numa base de dinamismo e de ação. (Muito bem. Palmas.) Desenvolver a área latino-americana é um dos primordiais objetivos. Sabemos quais são os perigos que, aqui mesmo nesta Casa, foram denunciados por ocasião da assinatura do Tratado de Montevidéu, e estamos procurando colocar, contra êsses perigos, os remédios adequados, porque não declinaremos dessa área, que é vital para a nossa posição.

Consideremos agora, Senhores Deputados, a Europa, uma das regiões de maior dinamismo, no seu crescimento, porque o crescimento europeu será de 5,12%, representando uma das áreas mais expansivas do comércio, nos próximos dez anos. É pena que o Brasil tenha, entretanto, de enfrentar, naquele continente, o tremendo desafio do artigo que vou ler — o Art. 131 — do Tratado de Roma, que institui o Mercado Comum Europeu. Segundo êste art. 131, os Estados-Membros concordam em trazer à Comunidade os países e territórios não-europeus que entretém, com a Bélgica, com a França, com a Itália e com os Países-Baixos, relações particulares êstes países — continua o artigo — fazem objeto do Anexo 4o do Tratado e aqui está êsse Anexo 4o onde se diz quais são êsses países. São os seguintes: África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, a República Autônoma do Togo, os territórios sob tutela do Camerum, o Congo Belga, a Ruanda-Urundi, a Somália, sob tutela italiana, e a Nova Guiné Neerlandesa.

Quer isto dizer o quê? — Que nesta área de grande expansão do comércio europeu, encontramos pela frente o tratamento discriminatório que os países do Mercado Comum deram a essas nações, cujos nomes acabei de indicar, predominantemente nações africanas, as quais gozam do direito de introduzir os seus produtos na Europa, os mesmos produtos que produzimos, sem quaisquer direitos aduaneiros e sem sofrer tributação interna, enquanto o Brasil...

O Sr. Pacheco Chaves – E quando a Inglaterra entrar, Senhor Ministro?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – ...e a Inglaterra e outros países da Europa que se aproximam do Mercado Comum – tomemos o café brasileiro para exemplo – ficam sujeitos a 16% contra 0% dos países africanos; e a manteiga de cacau 22%; e a castanha do Pará, 8%; e assim por diante, enquanto êsses mesmos produtos das áreas africanas gozam de isenção total. Daí, Senhores Deputados, nossa preocupação com a Europa que, hoje, constitui 30% do nosso comércio e onde nossa posição é de defensiva. Estamos ali para defender aquilo que já temos, porque cacau, 22%; e a castanha do Pará, 8%; a ameaça que pesa nêste momento sôbre a nossa economia – e quero pôr o peso de minha responsabilidade de Ministro das Relações Exteriores para dizer isto à Câmara –a ameaça que pesa sôbre a nossa economia é de uma perda não inferior a 185 milhões de dólares de comércio.

Continuando na nossa análise, vejamos agora os Estados Unidos.

São os Estados Unidos uma área de pouco crescimento dinâmico. Seu crescimento, nos próximos 10 anos, está abaixo da média — é de 3,52 — mas, em compensação, as exportações norte-americanas ultrapassam com tanta folga as perspectivas de suas importações, que o comércio com os Estados Unidos se apresenta, imediatamente, como uma outra área eletiva para nossa expansão comercial. As possibilidades que temos nos Estados Unidos só são limitadas pelo fato de que aquêle País tem de atender também às necessidades de outras áreas geográficas, que para êles se voltam e com as quais precisam de distribuir o seu excedente de comércio.

Finalmente, Senhores Deputados, vamos considerar os algarismos do bloco soviético. Comparadas as exportações, o bloco soviético apresenta um ligeiro excesso de exportações sôbre as importações, porque é característica das economias planificadas que as suas compras no exterior sejam programadas a longo prazo, de acôrdo com seus planejamentos centrais. E, dêste modo, a política comercial, dirigida pelo Estado, é tôda ela formulada com o objetivo de não permitir a acumulação de saldos, num ou noutro sentido; mas a expansão das suas exportações é satisfatória.

O que, entretanto, é importante, e a Câmara dos Deputados do Brasil não pode ignorar, no momento em que se pronuncia sôbre uma questão desta gravidade, é que o índice de crescimento do comércio do bloco soviético é o mais elevado do mundo, é igual a 6,47%. Estamos, portanto, diante de uma área econômica onde existe excedente de capacidade de absorção de

produtos, que o nosso País só poderia deixar de atacar e aproveitar se tivéssemos perdido o instinto de conservação. (Muito bem. Palmas prolongadas.) Não há nisso ideologia, Senhores Deputados. Não estamos discutindo princípios filosóficos, nem questões doutrinárias. Vamos defender o nosso País, o nosso regime, o nosso sistema, a nossa civilização, o nosso estilo de vida, com as grandes forças que nos inspiraram na nossa formação e que continuam a orientar e guiar as nossas verdadeiras elites. Mas não vamos fechar os olhos à realidade contemporânea, quando estamos vendo que o nosso País tem um projeto nacional a cumprir. Êste projeto nacional é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros, e só conseguiremos fazê-lo, e só conseguiremos realizá-lo se conseguirmos aumentar o nosso comércio substancialmente, indo disputar, em tôdas as áreas, as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos. Para sabermos onde devemos disputar só há uma maneira objetiva e lógica de agir: abrir as estatísticas, interpretá-las e estabelecer os modelos econométricos e, através de estudos com base científica, dizer – é êste o caminho, ou é aquêle. O nosso caminho nos anos próximos não pode deixar de ser: em primeiro lugar, o mercado latino-americano, mercado que, por tôdos os motivos, temos o dever de desenvolver, de ampliar às últimas conseqüências. Em segundo lugar, o mercado tradicional dos Estados Unidos, onde as possibilidades ainda são imensas e onde, além do mais, temos obtido através de programas sucessivos de financiamento para grandes empreendimentos nacionais, ajuda que esperamos ver objetivada, no quadro amplo da Aliança para o Progresso. E, finalmente, os países que integram o chamado bloco socialista, onde aparecem os índices de dinamismo e crescimento mais consideráveis da hora atual.

É com êstes argumentos, Senhores Deputados, foi à luz dêstes critérios e destas observações, que o Itamarai tomou conscientemente a responsabilidade dêsse grande gesto, de importância transcendental na vida brasileira. E sem ter medido bem suas razões e suas conseqüências, sem ter olhado primeiro o aspecto político, a regra de convivência, de coexistência, de defesa do País e de desenvolvimento das relações entre os povos e, de outro lado, êstes algarismos que apontam para a necessidade de desenvolvermos nossa economia e assegurarmos nosso progresso, não teria eu tomado, com o consentimento de tôdo o Govêrno, a resolução transcendente, no dia de hoje, de trocar com o Chanceler soviético as notas que restabeleceram as nossas relações . (Muito bem.)

Creio, Senhor Presidente, que, chegado a esta altura do meu raciocínio, embora me rêste alguma coisa a dizer, já poderei conceder tôdos os apartes que os nobres colegas desejarem.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Pediria aos nobres Deputados que, nêste caso, também colaborassem com a Mesa, para disciplinar as suas intervenções, só dando os apartes à medida que forem sendo concedidos pelo Senhor Ministro.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejava conceder o aparte pedido pelo nobre Deputado Raymundo Padilha, em segundo lugar, aquêle para que se inscreveu o nobre Deputado Plínio Salgado, em terceiro lugar, ao Deputado Fernando Santana e depois, ao Senhor Aurélio Vianna.

O Sr. Raymundo Padilha – Senhor Ministro, quando o Ministro Horácio Láfer fêz a sua visita a Buenos Aires, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, honrou-me Sua Excelência com um convite para acompanhá-lo nessa missão, como representante do bloco oposicionista nesta Casa. Representando o Partido do Govêrno foi o nosso saudoso companheiro e eminente ex-colega Senador Lameira Bittencourt. Naquela ocasião, tive oportunidade de seguir muito de perto os atos internacionais que ali foram praticados.

Nêste momento, só me resta congratular-me com a presença de Vossa Excelência quando o vejo, já agora Chanceler da República, reiniciar aquelas tentativas, dar-lhes corpo e, como disse Vossa Excelência, dar-lhes, entelechia. Assim, temos uma nova fase de dinamização dessas relações, nas quais, quer me parecer, o ponto culminante seria aquêle em que Vossa Excelência, desenvolvendo tese muito cara ao seu espírito, impetrava uma ação, no sentido de educação para o desenvolvimento, ou seja, o progresso tecnológico acelerado, para que não sejamos surpreendidos, subitamente, por um atraso que nos seria fatal.

Considero essa contribuição de Vossa Excelência uma das mais importantes até hoje dadas pela inteligência brasileira.

O Sr. Ministro San Thiago Dantas – Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Raymundo Padilha – De outra parte, quero também agradecer a Vossa Excelência o convite com que me honrou para assistir hoje ao ato de entrega das credenciais do representante soviético no Brasil. Compareci lá, como sabe Vossa Excelência, na minha qualidade eventual e transitória de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, num ato que, quero crer,

bem cronometrado, não durou mais de vinte segundos. Agora, quando vejo Vossa Excelência vir anunciar oficialmente a gravíssima decisão que acaba de tomar o Govêrno brasileiro, entendo de meu dever assinalar alguns aspectos e transmitir, na ordem que me fôr possível, alguns raciocínios que me parecem muito importantes, que me parecem extremamente oportunos, Senhor Ministro, devo dizer a Vossa Excelência que sou perfeitamente cético em relação ao desenvolvimento do Brasil, via Moscou. (Muito bem). Considero, ademais, como Vossa Excelência – e nêste ponto nos encontramos – perfeitamente neutra, do ponto de vista ideológico, a atitude do Govêrno.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Folgo em ouvir essas palavras de Vossa Excelência, nem esperava outras da alta compreensão de Vossa Excelência.

O Sr. Raymundo Padilha – Obrigado. E acredito que, de um ou de outro lado, o inspirador se deve chamar William James, o pai do pragmatismo. Por conseguinte, os dois países viram aspectos de ordem utilitária em favor das respectivas nações. Da parte soviética, possivelmente, a conquista de algumas almas transviadas mais do que o café acumulado; da parte do Brasil, a honestidade de propósito que Vossa Excelência revela e encarna, quando vem perante esta Câmara mostrar com algarismos irrefutáveis, a necessidade que temos da ampliação de mercados. Por isso, eu me coloco em relação a êste assunto na posição de um homem que, vendo a fatalidade de um processo histórico e ao mesmo tempo que as coisas se encaminhavam nesse assunto para que pudéssemos perante o mundo afirmar aquilo que se diz ostentatoriamente: a nossa maturidade política, não quisesse o Brasil incorporado àquele grupo de nações retrógradas que não gozam do privilégio de ter relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Então o Brasil, nação moderna e modernizada, precisava enfileirar-se no rol dessas outras que desejam manter a sua máxima atualidade em matéria de política pragmática. Assim, Senhor Ministro, dizia eu, compreendo a posição do Govêrno. Não me rebelo contra ela, em primeiro lugar porque, devo dizer a Vossa Excelência, confio extremamente no patriotismo dos homens que compõem o atual Gabinete e, particularmente no do eminente Ministro de Estado.

O Sr. Ministro Santiago Dantas – Sou grato a Vossa Excelência.

O Sr. Raymundo Padilha – Agora, se essas coisas no plano mais geral me obrigam a estas considerações, que não quero de maneira alguma alongar, abusando da paciência de Vossa Excelência e do Plenário, ocorre-me ainda assinalar que a atitude tomada pelo Brasil, contrapondo-se — Vossa Excelência

não ignora — a correntes ponderáveis da opinião nacional, informadas ou desinformadas, pouco importa — vem acumular sôbre o Govêrno massa enorme de responsabilidades. A partir desta data, Senhor Ministro de Estado, para que afastemos qualquer identidade ou filiação ou as chamadas afinidades eletivas do velho Goethe, temos de usar precisamente a linguagem contrária. Temos de dizer que relações com a União Soviética não envolvem comprometimento de ordem alguma, de espécie alguma. Pretendemos construir nosso próprio e livre destino, político e social. (Muito bem). Seremos soberanos no mais alto sentido da expressão. Seremos, finalmente e decisivamente, para usar a expressão em voga, autodeterminados. Por isso, Senhor Ministro, acredito que o Govêrno terá atitudes menos equívocas em relação a problemas como o da República cubana e os atentados à dignidade da pessoa humana que se cometem. (Palmas). Acredito, ademais, Senhor Ministro, que o Govêrno não afirmará a sua neutralidade em relação ao problema de Berlim e da autodeterminação dos berlinenses. (Muito bem.) Admito, mais, Senhor Ministro de Estado, que, afinal, êste vozerio, cuja fonte suspeitíssima, nós, velhos combatentes, sôbremodo conhecemos, não virá incluir a esta Casa a possibilidade de abandonarmos velhas e tradicionais relações com o povo da China nacionalista para nos agregarmos ao carrossel bolchevista, instalado em Pequim. Em conseqüência, Senhor Ministro de Estado, essas afirmações de política exterior, devem revelar o nosso sentido de autodeterminantes e de autodeterminados. Isto, no plano externo, Senhor Ministro. No plano interno, o reatamento jamais poderia ser invocado como arma de política interna do Partido Comunista do Brasil. Isto não é uma vitória de partido comunista algum. É uma decisão autônoma do povo brasileiro, que Vossa Excelência representa. Vossa Excelência e os democratas autênticos, acredito, interpretarão o gesto de Vossa Excelência como ato da soberania da democracia brasileira e jamais de inspiração do Partido Comunista, instalado no Brasil (muito bem), em razão do que Vossa Excelência deve retirar dêste ato tôdas as suas conseqüências na política interna do País, quer em relação às atividades ilegais do Partido Comunista, quer em relação a problemas da política econômica do Brasil, a exclusivista política econômica do Brasil, que promete café a quem quiser comprar e, ao mesmo tempo que se atira contra os capitais estrangeiros, se fala em pauperismo e em empobrecimento do País.

O Sr. Celso Brant – São problemas ligados. Um é conseqüência do outro.

O Sr. Raymundo Padilha – Então, Senhor Ministro de Estado, com uma análise desta natureza, quero crer que o problema político, o problema econômico, o significado moral, a transcendência histórica do ato que acaba de ser praticado, possam ao final ser bem entendidos pela inteligência e pela consciência nacionais. E Vossa Excelência, cujo poder de linguagem pode ser considerado inigualável, cujo estilo impõe o nosso respeito e tôda a nossa admiração estética, creia, Senhor Ministro de Estado, que ao felicitá-lo pela sua extraordinária exposição, eu ponho nela aquela confiança que o seu patriotismo há de reclamar e há de exigir, ao mesmo tempo em que registro a gravíssima responsabilidade que acaba de assumir o Govêrno, responsabilidade de que, estou certo, Vossa Excelência tem a mais profunda consciência.

O Sr. Ministro Santiago Dantas – Senhor Deputado, folgo em registrar o aparte de Vossa Excelência que considero uma contribuição decisiva para a plena elucidação do ato hoje praticado perante o povo brasileiro. Vossa Excelência, com a maior elevação de vistas e compreendendo amplamente o sentido não ideológico e puramente político e nacional dessa decisão, salientou, ao mesmo tempo, a responsabilidade que ela traz para o Govêrno, pela conseqüência que pode ter e pelo que pode ser evitado.

O Sr. Raymundo Padilha – Obrigado.

O Sr. Ministro Santiago Dantas – Creia Vossa Excelência que registro suas palavras com especial agrado. Apenas vou permitir-me destacar delas um ponto para responder: aquêle em Vossa Excelência qualificou de equívocas as posições do Govêrno brasileiro, no tocante ao caso cubano.

Jamais houve govêrno que tomasse em relação ao caso cubano uma linha de tão clara definição quanto êste, porque justamente o que desde o primeiro dia constituiu a nossa preocupação dominante, foi mostrar que na nossa atitude apenas estávamos procurando respeitar integralmente os princípios da democracia representativa numa de suas manifestações mais essenciais, que é o princípio da autodeterminação.

Admitir que um povo possa mudar suas instituições políticas por outro processo que não seja a livre manifestação da sua própria vontade, eis o que o Govêrno brasileiro não tem querido endossar e não endossará em caso algum. Tenho a certeza de que nessa atitude, entre os grandes espíritos de homens público com que encontramos está o de Vossa Excelência. Simpatia ideológica não impregna, em coisa alguma, nossa posição no caso cubano. É uma posição difícil, reconheço, mas é uma posição em que estamos dispostos

a manter essa linha de clareza, isenta de tôda ambigüidade e defendendo do perigo do desaparecimento aquilo que é o maior patrimônio sôbre que temos construído a consciência democrática dêste hemisfério, o princípio da não-intervenção. (Palmas.)

O Sr. Plínio Salgado – Permite um aparte?

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Pediria aos Senhores Deputados que dessem os apartes na forma do Regimento da Casa, ou seja, breves e oportunos. Oportunos são, com certeza, e breves hão de ser pela compreensão de tôdos, porque se forem feitas intervenções longas, não poderemos realmente iniciar sequer a discussão da matéria em regime de urgência.

O Sr. Plínio Salgado – Senhor Presidente, dirijo-me antes de mais nada a Vossa Excelência para lembrar que, ao solicitar êste aparte, declarei que só usaria um minuto, pois compreendo perfeitamente que o aparte deve ser pertinente e breve. Quero dizer apenas ao meu querido e velho amigo, ilustre Chanceler brasileiro San Tiago Dantas, que falo com serenidade e responsabilidade de chefe de um partido que polariza, no território nacional, os sentimentos anticomunistas da Nação e que, por conseguinte, a atitude da minha bancada, como a do meu partido é contrária a êsse ato do Govêrno. Como irei falar no Grande Expediente de segunda ou têrça-feira, nessa oportunidade virei apresentar os argumentos negativos, já que Vossa Excelência, com tanto brilho, externou perante êste plenário os argumentos positivos do ato governamental. E ainda para que o povo brasileiro saiba que não estive calado nêste momento, quero anunciar que, além do discurso do Grande Expediente, irei desenvolver em tôdo o País, pela televisão, rádio e tôdos os meios, uma campanha de esclarecimento. Agora percebo que a Providência Divina está fortalecendo a causa que defendo, porque terei diante de mim o inimigo de que necessito. Até agora temos vivido na água morna, sem ter com quem brigar. As conseqüências dêste ato governamental irão dar-me aquilo que é mais precioso, e a que me referi num livro intitulado: "Palavras novas num Tempo Nôvo" — o adversário. Iremos lutar no Brasil para defender as tradições cristãs da nacionalidade, a soberania da pátria, e a liberdade e dignidade dos cidadãos. Era o que queria dizer, aparteando assim tão brevemente, a brilhante exposição de Vossa Excelência (Palmas).

O Sr. Ministro Santiago Dantas – Sabe Vossa Excelência, nobre Deputado Plínio Salgado, o apreço e a estima que lhe tenho. Mas faço questão de que Vossa Excelência saiba, e creio, Vossa Excelência será o primeiro a reconhecer que na defesa dêsses valores superiores a que Vossa Excelência se referiu no

curso do seu aparte, em hipótese alguma, Vossa Excelência deixará de encontrar-nos a tôdos no mesmo lado.

O Sr. Fernando Santana – Senhor Ministro, evidentemente, grande parte da população brasileira é desinformada em relação a êsses problemas fundamentais, como bem disse aqui o Deputado Raymundo Padilha. Mas cumpre aos líderes dessas populações desinformadas, depois da magnífica matematização que Vossa Excelência deu ao problema, dessa tribuna, informá-los com êsses dados, com êsses elementos. Vossa Excelência, ao examinar a questão, a nosso ver, não propõe o desenvolvimento brasileiro, via Moscou, mas examinou tôdas as áreas, viu tôdas as possibilidades de crescimento e elege aquelas que parecem, à Chancelaria, pelos estudos feitos, as mais indicadas para essa luta de salvação de um povo que não quer ficar na miséria. Êsse, a nosso ver, o grande sentido do discurso de Vossa Excelência. Por outro lado, Senhor Ministro, não é de se ignorar que populações que até bem pouco tempo jamais tomaram Coca-Cola o façam agora de maneira intensa. Alguém diz, por exemplo, que, se a Coca-Cola fosse remédio, não seria comprada pelas crianças. Essa expansão dêsse tipo de bebida cm países como o nosso, a nosso ver, justifica de maneira extraordinária a expansão do café, mesmo nas áreas em que se toma chá. Daí ter Vossa Excelência acertado, quando quis desvendar essas áreas para o consumo do principal produto da exportação brasileira. Essa razão e a matematização, como disse, do pensamento de Vossa Excelência em tôrno do problema, deixaram-nos completamente satisfeito, porque fica resguardado o que há de mais sagrado para nós – o futuro da Nação brasileira.

O Sr. Ministro Santiago Dantas – Muito grato a Vossa Excelência. Tem o aparte o nobre Deputado Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna – Nobre Ministro San Tiago Dantas, situemos responsabilidades: quem iniciou, nos últimos tempos, a dinamização da política internacional do País –faça-se justiça – foi, no campo do comércio exterior, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e, logo depois, o Senhor Jânio Quadros, que apregoou, nas suas andanças pelo País inteiro que, se eleito Presidente da República, reataria relações diplomáticas com a Rússia Soviética, e a sua declaração teve a chancela da maioria do eleitorado do Brasil. O Chanceler que tanto ajudou o ex-Presidencia da República na sua política externa de reatamento de relações diplomáticas, tôdos sabemos, foi o Ministro Afonso Arinos de Mele Franco, que teve, para tanto, o apoio de seu partido, a União Democrática Nacional. Agora, quem orienta a política

externa do País? O Presidente João Goulart? Não. Pela Constituição da República, no Ato Adicional, é o Primeiro Ministro, pertencente às fileiras do Partido Social Democrático, o Senhor Tancredo Neves. Estatui-se aqui, no art. 18, que tôdos conhecemos, que "compete ao Presidente do Conselho, manter relações com Estados estrangeiros, orientar a política externa do País". E Sua Excelência o fêz à socapa, Sua Excelência o faz às ocultas? – Não. Pronunciou-se nesse sentido bastas vêzes, dessa tribuna, de onde Vossa Excelência fala, para o país inteiro, e recebeu consagradora maioria em dois votos de confiança dêsse mesmo grupo que não se manifestava, como agora, como não se manifestou – raras exceções – quando se votou o projeto que concede anistia ampla, inclusive aos implicados na intentona de 1935. Nobre Ministro San Tiago Dantas, Vossa Excelência, com a inteligência que Deus lhe deu e com a cultura que conseguiu, mercê de seu esfôrço, nos seus estudos...

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Aurélio Vianna – ...é o intermediário dessa política externa do País, orientada pelo Senhor Primeiro Ministro, e sacramentada por tôdo o Ministério, como Vossa Excelência já o declarou. Só há um meio de mudarmos de rumo — pela destituição de tôdo o Gabinete, mediante voto de desconfiança dos Senhores Deputados. Ter-se-ia de conseguir, de início, cinqüenta assinaturas e, depois, cento e sessenta e quatro. O povo brasileiro, pelo voto, já se manifestou favorável a essa política. Como se manifestariam os representantes do povo brasileiro? Reconhecemos o jus esperneandi de quem vive no século XX, com a cabeça na idade de bronze? Não! Na idade da pedra polida? Também não; sim, na idade da pedra lascada. Senhor Ministro San Tiago Dantas, para terminar, direi não acreditar que um Ministério que possui os três Ministros militares que tôdos conhecemos, anticomunistas confessos, que possui um Moreira Sales (muito bem), que possui um Gabriel Passos, que possui um Souto Maior, que possui Vossa Excelência, que jamais fêz, nem faz e, pela sua mentalidade, não fará o jogo dos comunistas, não acredito que êsse Ministério tivesse reatado relações diplomáticas com a União Soviética para transformar o nosso País num satélite da Rússia, porque, se acreditasse nisso, estaria combatendo em nome do meu Partido, o ato do Ministério. Como não desejo seja o Brasil satélite dos Estados Unidos da América, não colaboro nem colaboraria, para que fosse satélite da União Soviética ou de qualquer outra nação.

O Sr. Mendes de Moraes – Lembro o Cavalo de Tróia.

O Sr. Aurélio Vianna – O Cavalo de Tróia, Deputado Mendes de Moraes, a que Vossa Excelência se refere, é a reação, a tradição ultrapassada, a falta de visão. É êste o Cavalo de Tróia que vem atrasando o Brasil. Também não acredito que o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética viria propiciar a troca de mercadorias entre os dois países. Para mim, o reatamento de relações diplomáticas – porque comerciais já havia – é prova de independência, de maioridade, de autenticidade, de dignidade e de vergonha da parte de uma Nação, que precisa, além de ser autêntica, enfrentar a realidade internacional.

Por isto, acho, deveriam essas relações ter sido reatadas há mais tempo. Senhor Ministro, preservemos a independência do nosso País sem humilhações, sem subserviências. Já era tempo de o Brasil ser autêntico, ser de fato independente, dirigir-se com seus próprios pés e sua própria cabeça (Palmas).

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado. Tem o aparte o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

Sr. Oswaldo Lima Filho – Senhor Ministro, salvo algumas magníficas exceções, entre as quais se situa a brilhante interferência do nobre Deputado Aurélio Vianna, tenho lamentado o desfile, pelo microfone, dos apartes, de colegas ilustres, honrados, patriotas, mas que estão disputando em tôrno do ato admirável e louvável, por tôdos os títulos, do Govêrno brasileiro, que Vossa Excelência acabou de anunciar à Casa, como vitória das suas ideologias. Extremistas da direita e extremistas da esquerda têm aparteado Vossa Excelência, reclamando a paternidade do reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, ou procurando condená-lo. É com profunda satisfação, porém, que nós, democratas, que não nos filiamos a essas ideologias estranhas à cultura e à tradição brasileiras, enxergamos na ação do Govêrno, na pessoa de Vossa Excelência, no programa que Vossa Excelência se traçou e que vem executando, a fidelidade mais completa aos interêsses da Nação brasileira. Êsses interêsses são os da afirmação da personalidade internacional do Brasil, da sua independência, da afirmação da sua política, fora dos dois campos internacionais, em conflito ou em desinteligência. E esta é a afirmação da maioridade política, da maioridade internacional do País, que vem afirmando, pelos seus mais eminentes homens públicos, pelo ilustre candidato à Presidência da República, pelo ex-Presidente Jânio Quadros, como pelo atual Presidente João Goulart, pelo Senhor Primeiro Ministro Tancredo Neves, pela palavra do antigo Chanceler, como pela palavra

de Vossa Excelência, essa política, a única compatível, não apenas com os interêsses pragmáticos do Brasil, que Vossa Excelência tão bem delineou, mas com a afirmação de uma política independente, de uma política à altura da dignidade e da soberania do Brasil. Seu companheiro do Partido Trabalhista Brasileiro, com grandes afinidades de pensamento com Vossa Excelência, porque trilhamos, mesmo dentro das ligeiras divergências partidárias, o mesmo pensamento e a mesma ação política, quer congratular-se com Vossa Excelência pela honra insigne que teve de promover, como Ministro das Relações Exteriores, êsse ato histórico, representativo da grandeza do Brasil imperial e de hoje.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Como o Deputado Sérgio Magalhães não está presente no momento, dou o aparte ao Deputado Menezes Cortes.

O Sr. Menezes Cortes – Senhor Ministro San Tiago Dantas, já de meses me venho manifestando, e continuo na mesma posição, a favor do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, numa demonstração inequívoca de que somos uma nação soberana e de que não temos mêdo de manter relações diplomáticas ainda que seja com nações dominadas por uma ideologia que combatemos. Verifico, no discurso de Vossa Excelência, a interpretação exata dêste sentimento, que é o do nosso povo, de reafirmar uma posição de independência política no concêrto das nações, ao mesmo tempo que repudiamos completamente a ideologia comunista que subjuga a pessoa humana, lhe esvazia a capacidade da iniciativa, mata-lhe a liberdade de pensar e de agir e retira do homem o que nele há de mais sublime, qual seja o poder de criar, de forma independente, expressão máxima da confiança de ser livre por natureza. Esta a nossa posição, e com prazer verificamos ser a do Conselho de Ministros, a de Vossa Excelência, a do Govêrno do Brasil.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Nobre Deputado Menezes Cortes, Vossa Excelência bem imaginará com que prazer registro suas palavras, não só por partirem de Vossa Excelência, colega, cuja opinião tanto prezo e cuja conduta parlamentar tanto admiro, mas também porque Vossa Excelência as proferiu em nome do seu partido, a União Democrática Nacional. Aceite meus agradecimentos.

O Sr. Ruy Ramos – Eminente Ministro de Estado, estou autorizado a dirigir a Vossa Excelência uma palavra especial, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, constituída, como Vossa Excelência sabe, de representantes de tôdas as legendas partidárias, porque suas idéias penetram por tôdas as áreas políticas do Brasil. Logo, a Frente Parlamentar Nacionalista

não é contrária a nenhum partido e, ao invés disso, tem recebido a contribuição ideológica das correntes evoluídas de tôdos os partidos. A Frente Parlamentar Nacionalista se compõe de um grupo que talvez possa diferenciar-se pela consciência crítica que tem dos grandes problemas brasileiros. É um grupo, não melhor do que qualquer outro grupo dos partidos políticos; apenas se destaca, porque pensa que atingiu a uma consciência crítica da realidade brasileira. A Frente Parlamentar Nacionalista também deseja o Brasil liberto, para não ser nem colônia dos Estados Unidos da América, nem satélite da Rússia Soviética. Esta é a sua posição ideológica e política. Não deseja ser um grupo submetido nem aos interêsses norte-americanos, nem aos interêsses soviéticos, mas quer manter o nosso país na absoluta independência e soberania da autodeterminação dos povos. Hoje, a Frente Parlamentar Nacionalista atinge a plenitude na decisão de que Vossa Excelência foi grande responsável; um dos grandes objetivos da Frente Parlamentar Nacionalista se consuma hoje, com o reatamento das relações do Brasil com um dos maiores países da atualidade que é, indiscutivelmente, a União Soviética. Nenhum homem medianamente esclarecido, nenhum político inteligente e atualizado pode ocultar, sequer, o interêsse que tem o nosso país, para seu desenvolvimento e a sua economia, em restabelecer relações com um dos povos que venceu tremendos impedimentos e se coloca, hoje, na altura das maiores potências econômicas do mundo. Assim, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, quero dizer ao eminente Ministro de Estado, representante do Gabinete, do Govêrno, que os nacionalistas brasileiros exultam nêste momento por constatarem que sua pátria está, realmente, livre das peias políticas e mentais que nos privavam de manter relações com um dos maiores povos da atualidade, inegavelmente, o da União Soviética.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito agradeço a Vossa Excelência, Deputado Ruy Ramos, essa manifestação. Parte ela de um parlamentar a quem muito prezo e admiro e traz ao ato do Govêrno o apoio prestigioso da Frente Parlamentar Nacionalista, cujas atitudes, em tantas lutas do nosso País, têm sido sempre claras e marcantes. É um grupo parlamentar que tem contribuído para essa causa comum de nosso povo, que é a luta pela emancipação nacional.

O Sr. Pereira da Silva – Eminente Senhor Chanceler San Tiago Dantas, permita em receber os meus pontos de vista, muito pessoais e muito sinceros, em relação ao ato de nosso Govêrno, restabelecendo relações diplomáticas com a República Socialista dos Soviéticos de tôdas as Rússias, nação

antidemocrática e anticristã que espalha ódio e terror em tôdos os quatro cantos do mundo. Êsses pontos de vista não coincidem com a fundamentação brilhantíssima, desenvolvida com aquela habilidade e com aquêle tato, de jurista e de diplomata, que tôdos nós reconhecemos em Vossa Excelência, ora à frente de nossa política internacional.

Senhor Chanceler, nas democracias verdadeiras, o direito de opinião é sagrado. Por isso mesmo, com a devida vênia, venho declarar que os argumentos expendidos por Vossa Excelência, em nome do Govêrno, estão muito longe de convencer o país, na maioria absoluta de seu povo.

As razões do Brasil em repelir a decisão de nossa Chancelaria, importa à nação, empreendidas num momento angustioso de sua vida interna, por certo deverão ter ressonância mais alta, pois outro é o pensamento da nacionalidade brasileira.

A meu juízo e com o mais alto respeito aos pontos de vista sustentados por Vossa Excelência, com êsse ato, deixamos de lado razões ligadas à nossa própria sobrevivência de nação amadurecida e capaz de guiar-se sem as influências terroristas dos totalitarismos nefastos à liberdade do povo. Perigará, por certo, a nossa honra e a nossa posição de país vanguardeiro na defesa dos direitos humanos; sob ameaça permanente estará a nossa condição de pátria ungida dos sentimentos de fraternidade universal, onde a tôdos é assegurado o direito do trabalho livre e a consciência de escolha do regime sob o qual desejamos viver e progredir.

Agora, quando cada vez mais se fecham para o mundo democrático as portas de aço da Rússia vermelha, que trucida e escraviza as nações fracas de tôdos os continentes, o Govêrno brasileiro abre tôdas as suas entradas aos que representam, para a civilização mundial, o Estado integral, a tirania sanguinária, governando sem piedade e sem tréguas. Temos e devemos ter relações com tôdos os povos do globo. Mas isso é coisa bem diferente de entrarmos em relações diplomáticas com uma nação que só respeita a fôrça e que impõe o seu domínio pela crueldade e pelo desrespeito à dignidade das nações fracas.

Não se pode negar, já agora, Senhor Chanceler, a existência de uma diplomacia suicida, entre nós, e lamentamos esteja sendo liderada no salão austero do Itamarati, para angústia dos manes do velho Rio Branco. Lembro a Vossa Excelência de que foi em um dos salões daquele casarão da paz que o Marechal de Ferro reagiu à insinuação de cinco embaixadores, de que responderia à bala, ao desembarque de fôrças estrangeiras no Território pátrio,

sob pretexto de defender os bens e a pessoa de seus súditos, residentes no Rio de Janeiro. É lamentável pois que de modo inverso, a diplomacia rubro-amarela de Jânio Quadros se tenha infiltrado em nossa Chancelaria, como que amedrontada com os estrondos nucleares, à base de cinqüenta megatons. Vossa Excelência, na verdade, acaba de nos trazer uma notícia trágica para os nossos dias futuros.

Deus, porém, julgará melhor do que os criptocomunistas nacionais êsse ato inesperado do Govêrno, ao lado de quem colabora na política interna. O futuro que nos espera, de amargores, decepções e humilhações, dará resposta à fórmula inaceitável, senão insensata, do restabelecimento de nossas relações com a Rússia, que Vossa Excelência foi forçado a defender, embora fale mais alto no coração o amor pelo Brasil eterno, que saberemos defender contra a política internacional, maquiavélica e cruel que ameaça os nossos destinos.

Perdoe-me Vossa Excelência pela rude franqueza destas considerações.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Senhor Ministro, depois que Vossa Excelência conceder, como é do agrado de tôdos e da sua cortesia nunca desmentida, o aparte à nossa colega Deputada Ivete Vargas, pediria, também, a cortesia dos outros colegas, para que não prossigam dando apartes, a fim de que possamos passar à matéria da Ordem do Dia, ao menos para iniciar a discussão da que está em regime de urgência.

O Sr. Tenório Cavalcanti – É uma hora histórica, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – O nobre Ministro San Tiago Dantas, se já verificou que há outros colegas que desejam apartear e estão insistindo, saberá como decidir.

Sra. Ivete Vargas – Senhor Ministro, eu não poderia deixar de dizer a Vossa Excelência, nêste instante, uma palavra de aplauso, traduzindo, estou certa, o pensamento dos meus companheiros, que são os seus companheiros de Partido, no Estado de São Paulo. Desde há muito que o PTB vem lutando para que o Brasil restabeleça relações diplomáticas, culturais e comerciais com tôdos os povos do mundo. Adotamos esta posição, convencidos de que somos uma Nação madura, de que devemos ser uma Nação livre e independente, sem tutelas, quer da esquerda, quer da direita. Não é possível que, enquanto os Estados Unidos, a Inglaterra e outras nações mantêm relações com a União Soviética, compram produtos brasileiros e revendam em melhores condições para aquêles países, permaneçamos em posição subalterna, em posição de cupinchas, quando somos um território imenso, com imensa população e com um destino a cumprir. Não compartilho, Senhor

Ministro, dos receios de tantas figuras respeitáveis, que acham que êsse restabelecimento pode representar ameaça para as nossas tradições cristãs. Não compartilho, Senhor Ministro, porque confio no povo brasileiro, confio na capacidade de discernir da nossa gente, confio no patriotismo da gente que nasce abençoada pelo lábaro sagrado do Cruzeiro do Sul. Senhor Ministro, o que não é possível – é o que pretendem as ilustres personalidades que tanto se assustam com o restabelecimento – é erguer uma muralha como a de Berlim, e estou certa de que êles são os que mais invêstem, são os que mais invectivam a existência dessa muralha. Entretanto, querem fazer aqui dentro de sua própria Pátria uma muralha, impedindo que o Brasil vá comprar e vá vender onde melhor lhe interesse, buscando em qualquer país recursos que nos possam beneficiar. Nós, que sonhamos com uma Pátria grande, livre, economicamente emancipada e socialmente justa; nós, que queremos um Brasil para os brasileiros, mas para brasileiros que vivam melhor, de maneira mais feliz; nós nos congratulamos com êsse restabelecimento de relações, porque, efetivamente, vamos ampliar nossas áreas de comércio. No instante em que o PTB aplaude a atuação de Vossa Excelência, sentimo-nos felizes e jubilosos de saber que, à frente do Ministério das Relações Exteriores, está um homem do nosso Partido, da nossa bancada, representando com fidelidade o pensamento unânime de nossa gente, em tôdos os quadrantes da Pátria. Permita-me, também, Senhor Ministro, que diga mais a Vossa Excelência. Não posso esquecer minha condição de mulher, e as mulheres sonham com a paz, para que tôdos trabalhem, para que tôdas as nações progridam, para que os homens, que tanto preocupam as mulheres — os pais, os irmãos, os filhos, os esposos — permaneçam junto às mulheres, para que seus entes amados possam prosseguir sua vida normal. O que Vossa Excelência, interpretando o sentimento do povo brasileiro e traduzindo a decisão do Govêrno, acaba de fazer, representa um passo a mais na consolidação da paz, que deve estar no desejo, na consciência e no coração de tôdos os homens de bem (Palmas). Permita ainda, Senhor Ministro, nêste instante histórico em que manifesto a Vossa Excelência meu entusiasmo pelo restabelecimento das relações com a União Soviética, que diga do nosso entusiasmo pela sua atuação no Ministério das Relações Exteriores. A nota do Itamarati, hoje publicada na imprensa e apresentada na Organização dos Estados Americanos, a propósito da questão da República Dominicana, é a consagração definitiva da maioridade e da independência do Brasil (Muito bem.)

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado à Deputada Ivete Vargas e muito grato ao Partido Trabalhista, Seção de São Paulo, que Vossa Excelência associou às suas brilhantes palavras.

Vou pedir licença aos nobres Deputados para, daqui em diante, não anotar outros pedidos de apartes. Desta forma, se o Senhor Presidente me permite, e, atendendo a que só terei algumas breves palavras de conclusão a pronunciar, vou conceder os apartes que já havia anotado e que não são em número considerável, pedindo, apenas, aos nobres Deputados, para maior colaboração com os propósitos da Mesa, encurtarem o mais possível seus pronunciamentos.

O que se acha inscrito em seguida é o nobre Deputado Océlio de Medeiros.

O Sr. Océlio de Medeiros – O discurso de Vossa Excelência, brilhante, corajoso, culto, patriótico, não apenas vem assinalar os novos rumos da nossa política externa; convoca esta Casa para um debate democrático em tôrno dos maiores problemas do nosso tempo, mas impõe, ainda, acima de tudo, uma oportunidade para uma revisão de atitudes, uma reformulação de conduta e uma reprogramação de nossas compreensões. Deve ser entendido e sentido, Senhor Ministro, pelo seu senso de oportunidade. Mas quando Vossa Excelência analisou as causas que determinaram o reatamento das relações com os países de economia totalitária, Vossa Excelência, invocando dados mais sérios e positivos, alertou a Nação sôbre os rumos difíceis da nossa conjuntura. Há uma contradição entre a política brasileira e a política americana, no que se refere às relações com a União Soviética. Não se faz política externa com muralhas na vida dos povos. Nós, até hoje, mantínhamos relações comerciais e, hipocritamente, Senhor Ministro, relações diplomáticas, por trás dessas relações comerciais. Os Estados Unidos da América mantinham relações diplomáticas enquanto as suas classes conservadoras, através de manifestações das suas mais poderosas associações de classe, como as Câmaras de Comércio, tudo faziam para que se intensificassem as relações comerciais com a União Soviética. Delegações eram enviadas àquele pais e havia uma troca de itens que o Departamento de Estado vetava. Mas, Senhor Ministro, aquêles que receiam que a simples abertura de relações, que o simples reatamento entre os dois países pode representar, para nós, um grave perigo, êsses — perdoem-me os nobres colegas — fazem mau juízo, julgam mal as nossas instituições, as nossas convicções democráticas, os nossos sentimentos cristãos e católicos. Combate-se o comunismo com as trincheiras

abertas. Recordo que, nos Estados Unidos, que sempre mantiveram relações diplomáticas com a União Soviética, existe um curso, o único no mundo dado numa Universidade de Nova York, de economia totalitária, em que são estudadas as economias de tôdos os países de economia planejada ou do bloco soviético. Mas, hoje, as condições econômicas da Rússia não são idênticas às que apresentava quando iniciou sua decolagem à custa de sacrifício, de sangue e de violência. E, em Nova York, o New York Times, um dos maiores jornais do mundo, dava, no dia da morte de Stalin, uma edição especial, que permitiu ao povo americano o conhecimento da realidade da expansão na Rússia, a partir de 1917. Hoje, que a Rússia atingiu o período de maturidade econômica, não tem outro caminho senão marchar para a produção em massa e em larga escala, para o consumo em massa e em larga escala. A essas condições internas da própria Rússia é que devemos atender porque, para que inicie essa política econômica, não pode prescindir de relações comerciais com tôdos os povos. Mas não poderemos fazê-lo seriamente, Senhor Ministro, como bem o disse Vossa Excelência, não havendo relações diplomáticas.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Muito obrigado a Vossa Excelência. Infelizmente, o Senhor Presidente acaba de me fazer saber que dentro de cinco minutos terá de passar à Ordem-do-dia. Vou dar a palavra, se me permite, aos Deputados Dirceu Cardoso e Cid Carvalho, que estão na ordem. Depois disso, lamentavelmente, não poderei mais conceder apartes.

O Sr. Dirceu Cardoso – Senhor Ministro, aquêles que abandonam as velhas barragens são as primeiras vítimas das inundações do rio. Deus abre as portas, uma atrás da outra.

Assistimos, aqui hoje, não ao início da tomada de posição do Brasil em face da Rússia, mas a uma segunda posição, porque a primeira já a tomamos na Organização dos Estados Americanos, quando o Embaixador Regis Bittencourt absteve-se de votar, na reunião dos Chanceleres americanos, para se criar um dique contra a infiltração comunista na América. Só três Estados americanos tomaram atitude contrária à proposição da Colômbia: o México, votando contra, e o Brasil e Cuba, abstendo-se de votar. Portanto, o restabelecimento das nossas relações com a Rússia nesta altura – relações que considero inoportunas, em face dos compromissos que temos – é servila. Senhor Ministro, as palavras de Vossa Excelência não criaram intranqüilidade apenas nesta Casa, mas tiveram um condão: possibilitaram um divórcio das nossas representações, tornaram até líquidas as nossas

fronteiras partidárias. De amanhã em diante, dois grupos aqui forcejarão por uma atitude, em face do restabelecimento das relações do Brasil com a Rússia. Não está apenas no fato do restabelecimento; está na sua repercussão nacional, na sua repercussão continental, na sua repercussão até no mundo. (Muito bem), Não éramos contra a medida, cinco anos atrás, como talvez não sejamos daqui a cinco anos, mas, sim, nesta hora em que vemos dois blocos que se êstendem desde o Ártico, passando pela Europa tôda, cruzando pela África e indo aos confins da Ásia e que hoje se êstendem até a êste Plenário.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Temo que Vossa Excelência desejasse ver um desenlace pelas armas.

O Sr. Dirceu Cardoso – Senhor Ministro, tanto desassossego causou a declaração de Vossa Excelência, nêste Plenário e na América, (não apoiado) que quero ler, para seu conhecimento, êste documento. Fui eu o primeiro a argüir, aqui, esta questão da tomada de posição, pelo Brasil, na reunião dos Estados Americanos, quando nos abstivemos de votar com dezoito nações americanas, para criar um clima de resistência à invasão comunista na América. Leio, pois, para seu conhecimento, o seguinte telegrama de Buenos Aires:

> "O Instituto Argentino de Defesa Jurídica do Ocidente criticou ontem as declarações feitas, na Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais, pelo Chanceler do Brasil, Francisco San Tiago Dantas, durante sua recente visita de três dias à Argentina".
> "O Instituto emitiu uma declaração, assinada pelo seu presidente, Augusto Garcia, ex-representante argentino junto à Organização dos Estados Americanos, e pelo seu secretário, Marcelo Zavalia.
> As declarações lembram certas afirmações de Fidel Castro, segundo as quais não haverá tão logo eleições em Cuba e em seu país estão sendo aplicadas as doutrinas socialistas e os processos indicados pelas potências comunistas que o sustentam".

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Valeria a pena Vossa Excelência não terminar essa leitura sem fazer um confronto prévio.

O Sr. Dirceu Cardoso – "Uma vez que o Chanceler brasileiro — concluiu o documento – usou a tribuna desta Academia para fazer afirmações de política internacional, que são compartilhadas por setores sérios e responsáveis de nosso país, e como essas afirmações, se não forem retificada desta mesma tribuna, poderiam ser consideradas como aprovadas pelos membros dêste

Instituto, dirigimo-nos ao Senhor Presidente para sugerir-lhe a conveniência de que a entidade estude imediatamente o problema e faça uma declaração pública sôbre a situação em Cuba, à luz da Carta da OEA, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e dos demais instrumentos do sistema interamericano, dando-a a conhecer antes da reunião do Conselho da OEA, marcada para o dia 4 de fevereiro de 1962, na qual deverá ser estudado o pedido de uma convocação do órgão de consulta, pedido êsse, formulado pela Colômbia".

Senhor Ministro, nêste mesmo dia em que, a esta hora, em tôdas as igrejas do Brasil, nossa população católica, reverente e contrita, está rezando pelo Dia Nacional de Ação de Graças, nêste mesmo dia, o Govêrno restabelece nossas relações com a Rússia, numa guinada de cento e oitenta graus de velhas e imorredouras tradições do Itamarati, e das nossas tradições cristãs, numa tomada de posição contra aquêles que nos dão a mão na hora do sacrifício para aliviar a nossa pobreza, a nossa miséria, e numa demonstração de que êste reconhecimento não é um simples reconhecimento diplomático; é servir a Rússia Soviética (Muito bem. Palmas. Não apoiado).

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Nobre Deputado Dirceu Cardoso, um dos deveres a que nem Vossa Excelência nem ninguém pode fugir no dia de hoje, ou em qualquer outro, é o dever da verdade. Com êsse documento que há pouco nos leu, Vossa Excelência encampou o que nêle se contém, inclusive a declaração de que, no discurso feito pelo Chanceler brasileiro, em Buenos Aires, existem declarações idênticas às de Fidel Castro, contra a realização de eleições livres em Cuba. A Vossa Excelência, que é um homem veraz, peço-lhe que hoje à noite leia o discurso do Chanceler brasileiro em Buenos Aires e o coteje com êste texto e amanhã espero ouvir de Vossa Excelência, desta tribuna, o desmentido dessas palavras. (Muito bem. Palmas.)

Tem o aparte o nobre Deputado Senhor Cid Carvalho.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – O nobre Deputado Senhor Cid Carvalho é o último aparteante, atendendo a que se deve passar, por imperativo regimental, ao início da matéria que está em pauta, em regime de urgência.

O Sr. Cid Carvalho – Nobre Chanceler, há tempos, Vossa Excelência lançou, com tôda a pertinência, um "slogan" que me parece da maior importância: "vamos atualizar o Brasil". Na realidade, o Brasil está precisando de atualização.

Entendo, nobre Chanceler, atualização de um povo, em primeiro lugar, como conhecimento de suas necessidades, como maturidade de suas

afirmações, como superação do mêdo e, sobretudo, como superação de primarismo. Tomo o seu discurso nesta Casa como um pronunciamento de fidelidade ao "slogan" lançado por Vossa Excelência ou de ratificação dêle. Diante dos debates, porém, das interpelações, ocorreu-me esta idéia: nêste momento, estaria havendo no Soviet Supremo tantas discussões em tôrno dêsse reatamento? No Soviet Supremo existiriam facções temerosas da capitalização da Rússia pela simples retomada de relações com o Brasil? Estariam receosos da superação do regime ou da diluição do bolchevismo na União Soviética pelo fato de restabelecer o país relações com o Brasil? Na certa, nobre Chanceler, não existem êsses temores, porque a Rússia é um País consciente de seu poder e do seu papel no mundo. O que não admito é que partamos para o reatamento de relações com a União Soviética com sentimento de inferioridade. Não devemos ter mêdo de bolchevizar êste país como eles não têm medo de capitalizar aquela nação, pelo simples contato (muito bem), pelas simples relações com o Brasil. O que vejo, nobre Chanceler, na oração de Vossa Excelência, muito mais do que uma explicação sôbre a necessidade de reatar o Brasil relações com os países socialistas, é uma definição inequívoca sôbre o seu "slogan" de maturidade e atualização do Brasil. Seria primário, nobre Chanceler, o Brasil ter de explicar ao mundo e esta Casa precisar perder horas e horas para dizer que o Brasil, que quer ser um grande país, o Brasil que atingiu a sua maturidade, reatou relações com um dos maiores países do mundo. Era o que tinha que dizer. (Muito bem. Palmas).

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Senhor Presidente, lamento sinceramente não poder, por imperativo regimental, continuar concedendo os apartes com que me vêm honrando os nossos nobres colegas e que tanta significação dão a êste pronunciamento .

Agradeço as palavras do Deputado Cid Carvalho.

O Sr. Cid Carvalho – A pedido do nobre colega Aarão Steinbruch e em nome do Movimento Trabalhista Renovador, trago a Vossa Excelência a solidariedade dêste mais nôvo partido nacional.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Peço a Vossa Excelência êstenda a êsse partido meus agradecimentos.

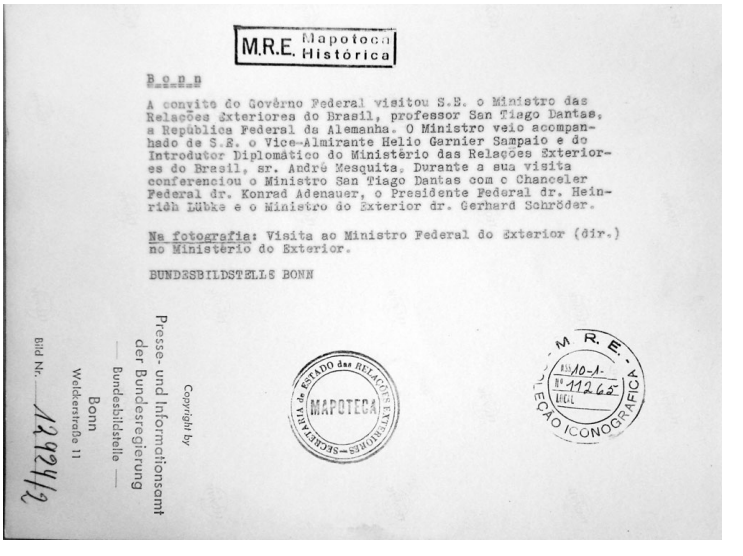
O Sr. Adahil Barreto – Transformarei meu aparte numa declaração escrita, que vou incorporar ao discurso de Vossa Excelência.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Agradeço a Vossa Excelência e muito agradeceria também a outros aparteantes que não puderam, por motivo de tempo, apresentar sua intervenção, fizessem a mesma coisa.

Senhor Presidente, a marcha de um País como o nosso não se pode fazer sem momentos como êste que acabamos de viver nesta Casa.

Aqui não tivemos propriamente um choque de idéias, uma apuração de discordâncias. O que aqui tivemos foi um episódio fundamental e inevitável na vida de tôdo povo que procura afirmar a sua independência. Nada é mais difícil do que ser independente, nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades. Nada se faz com maiores dificuldades, com mais duras penas e com mais sérias discordâncias do que essa tarefa que estamos empreendendo em nosso País, que é tarefa simples, e, entretanto, dificílima, de fazer com que o Brasil seja governado pelo interêsse e pela vontade dos brasileiros. (Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

Caderno de Fotos



M.R.E. Mapoteca Histórica

B o n n

A convite do Govêrno Federal visitou S.E. o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor San Tiago Dantas, a República Federal da Alemanha. O Ministro veio acompanhado de S.E. o Vice-Almirante Helio Garnier Sampaio e do Introdutor Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sr. André Mesquita. Durante a sua visita conferenciou o Ministro San Tiago Dantas com o Chanceler Federal dr. Konrad Adenauer, o Presidente Federal dr. Heinrich Lübke e o Ministro do Exterior dr. Gerhard Schröder.

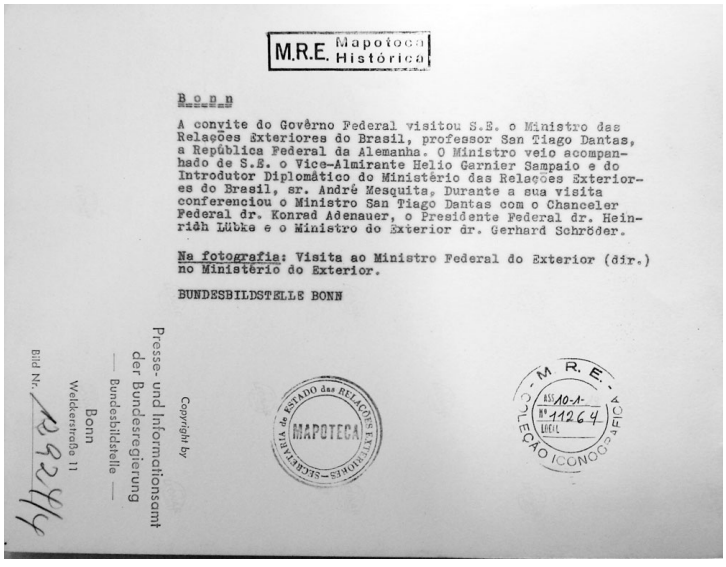
Na fotografia: Visita ao Ministro Federal do Exterior (dir.) no Ministério do Exterior.

BUNDESBILDSTELLE BONN

Copyright by
Presse- und Informationsamt
der Bundesregierung
— Bundesbildstelle —
Bonn
Welckerstraße 11
Bild Nr. 12924/2

SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES — MAPOTECA

M.R.E. — ASS. 10-1- Nº 11265 LEGAL — COLEÇÃO ICONOGRÁFICA



M.R.E. Mapoteca Histórica

Bonn

A convite do Govêrno Federal visitou S.E. o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor San Tiago Dantas, a República Federal da Alemanha. O Ministro veio acompanhado de S.E. o Vice-Almirante Helio Garnier Sampaio e do Introdutor Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sr. André Mesquita. Durante a sua visita conferenciou o Ministro San Tiago Dantas com o Chanceler Federal dr. Konrad Adenauer, o Presidente Federal dr. Heinrich Lübke e o Ministro do Exterior dr. Gerhard Schröder.

Na fotografia: Visita ao Ministro Federal do Exterior (dir.) no Ministério do Exterior.

BUNDESBILDSTELLE BONN

Copyright by
Presse- und Informationsamt
der Bundesregierung
— Bundesbildstelle —
Bonn
Welckerstraße 11
Bild Nr. 12924/4

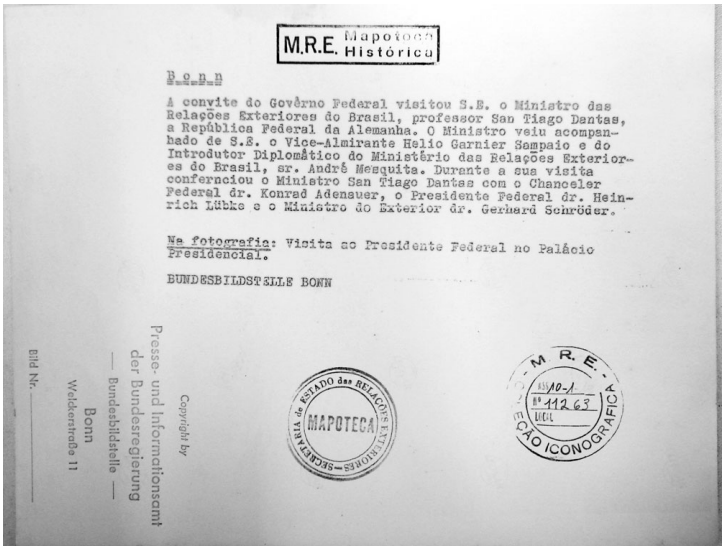
SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES
MAPOTECA

M.R.E.
ASS. 10-1-
Nº 11264
LOCAL
COLEÇÃO ICONOGRÁFICA

Posse do Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas.
11-9-1961

Da direita para a esquerda, vêem-se:
o Chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas
Almar Pena Marinho, Walter Moreira Salles, Emb. Edmundo Barbosa da Silva
Ministro Jorge Maia, e atrás, a cabeça do ministro Antônio
Corrêa do Lago.

SERVIÇO FOTOGRÁFICO E FOTOSTÁTICO
SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
M.R.E. Mapoteca Histórica
M.R.E.
2-10-5
12637
SEÇÃO ICONOGRÁFICO



M.R.E. Mapoteca Histórica

Bonn

A convite do Govêrno Federal visitou S.E. o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor San Tiago Dantas, a República Federal da Alemanha. O Ministro veiu acompanhado de S.E. o Vice-Almirante Helio Garnier Sampaio e do Introdutor Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sr. André Mesquita. Durante a sua visita conferenciou o Ministro San Tiago Dantas com o Chanceler Federal dr. Konrad Adenauer, o Presidente Federal dr. Heinrich Lübke e o Ministro do Exterior dr. Gerhard Schröder.

Na fotografia: Visita ao Presidente Federal no Palácio Presidencial.

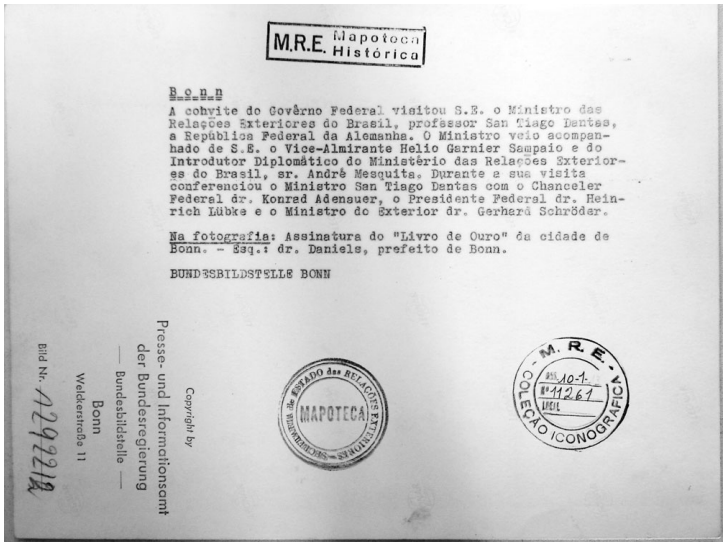
BUNDESBILDSTELLE BONN

Copyright by
Presse- und Informationsamt
der Bundesregierung
— Bundesbildstelle —
Bonn
Welckerstraße 11

Bild Nr. _____

SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES — MAPOTECA

M.R.E. — ASS. 10-1 — Nº 11263 — LEGAL — DIREÇÃO ICONOGRÁFICA



M.R.E. Mapoteca Histórica

B o n n

A convite do Govêrno Federal visitou S.E. o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor San Tiago Dantas, a República Federal da Alemanha. O Ministro veio acompanhado de S.E. o Vice-Almirante Helio Garnier Sampaio e do Introdutor Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sr. André Mesquita. Durante a sua visita conferenciou o Ministro San Tiago Dantas com o Chanceler Federal dr. Konrad Adenauer, o Presidente Federal dr. Heinrich Lübke e o Ministro do Exterior dr. Gerhard Schröder.

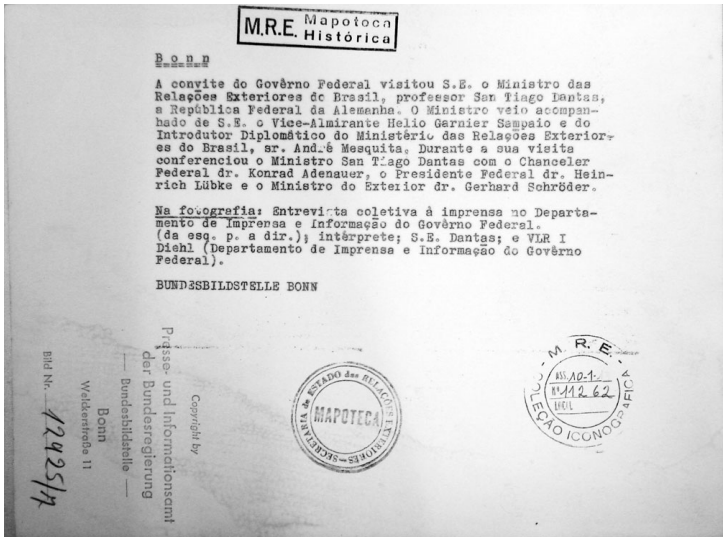
Na fotografia: Assinatura do "Livro de Ouro" da cidade de Bonn. - Esq.: dr. Daniels, prefeito de Bonn.

BUNDESBILDSTELLE BONN

Copyright by
Presse- und Informationsamt
der Bundesregierung
— Bundesbildstelle —
Bonn
Welckerstraße 11
Bild Nr. A 2972 12

SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES
MAPOTECA

M. R. E.
ASS. 10-1-
Nº 11261
LACEL
COLEÇÃO ICONOGRÁFICA



M.R.E. Mapoteca Histórica

Bonn

A convite do Govêrno Federal visitou S.E. o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor San Tiago Dantas, a República Federal da Alemanha. O Ministro veio acompanhado de S.E. o Vice-Almirante Helio Garnier Sampaio e do Introdutor Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sr. André Mesquita. Durante a sua visita conferenciou o Ministro San Tiago Dantas com o Chanceler Federal dr. Konrad Adenauer, o Presidente Federal dr. Heinrich Lübke e o Ministro do Exterior dr. Gerhard Schröder.

Na fotografia: Entrevista coletiva à imprensa no Departamento de Imprensa e Informação do Govêrno Federal. (da esq. p. a dir.); intérprete; S.E. Dantas; e VLR I Diehl (Departamento de Imprensa e Informação do Govêrno Federal).

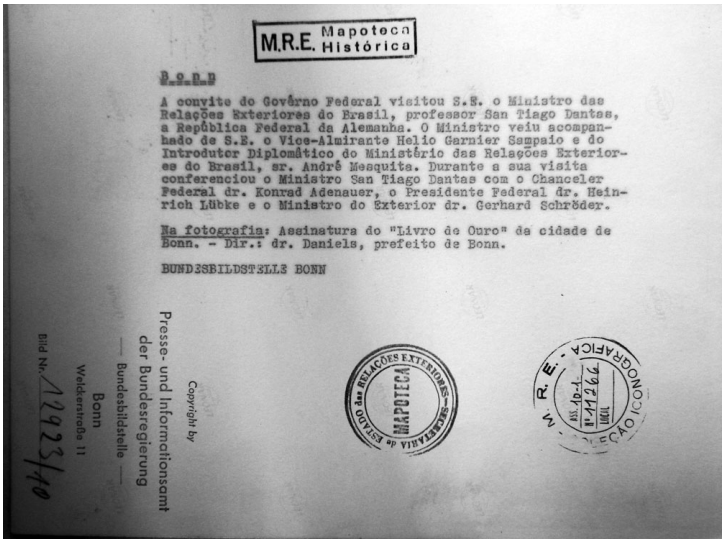
BUNDESBILDSTELLE BONN

Copyright by Presse- und Informationsamt der Bundesregierung — Bundesbildstelle — Bonn Welckerstraße 11

Bild Nr. 12425/17

SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES — MAPOTECA

M.R.E. — COLEÇÃO ICONOGRÁFICA — ASS. 10-1-62 — Nº 11262 — ENCOL



M.R.E. Mapoteca Histórica

Bonn

A convite do Govêrno Federal visitou S.E. o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, professor San Tiago Dantas, a República Federal da Alemanha. O Ministro veiu acompanhado de S.E. o Vice-Almirante Helio Garnier Sampaio e do Introdutor Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sr. André Mesquita. Durante a sua visita conferenciou o Ministro San Tiago Dantas com o Chanceler Federal dr. Konrad Adenauer, o Presidente Federal dr. Heinrich Lübke e o Ministro do Exterior dr. Gerhard Schröder.

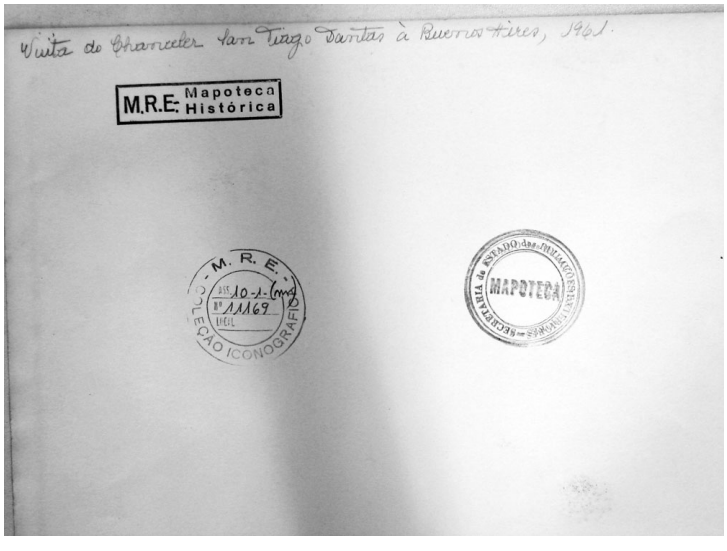
Na fotografia: Assinatura do "Livro de Ouro" da cidade de Bonn. - Dir.: dr. Daniels, prefeito de Bonn.

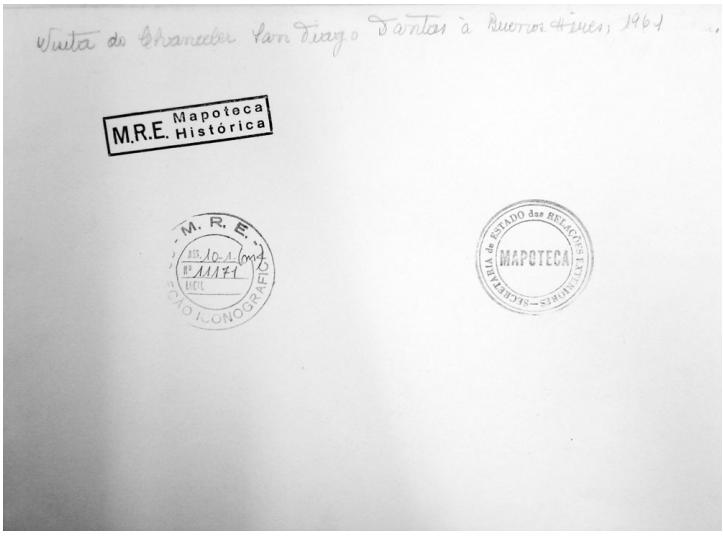
BUNDESBILDSTELLE BONN

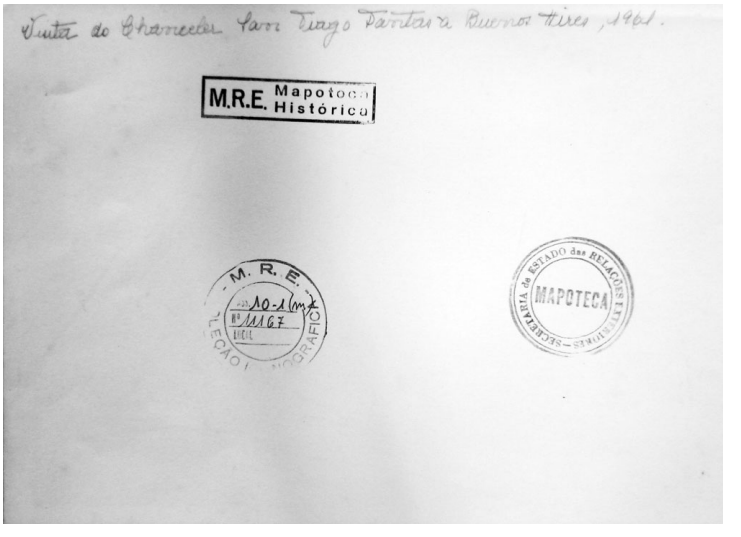
Copyright by
Presse- und Informationsamt
der Bundesregierung
— Bundesbildstelle —
Bonn
Welckerstraße 11
Bild Nr. 12923/10

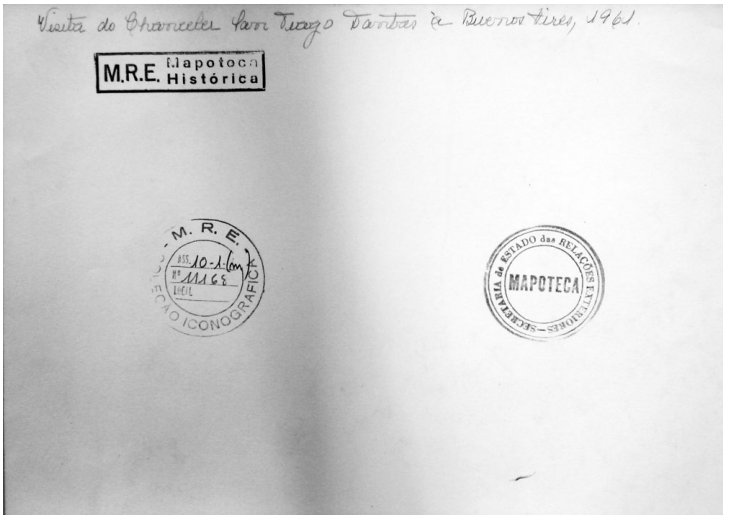
ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES — SECRETARIA de MAPOTECA

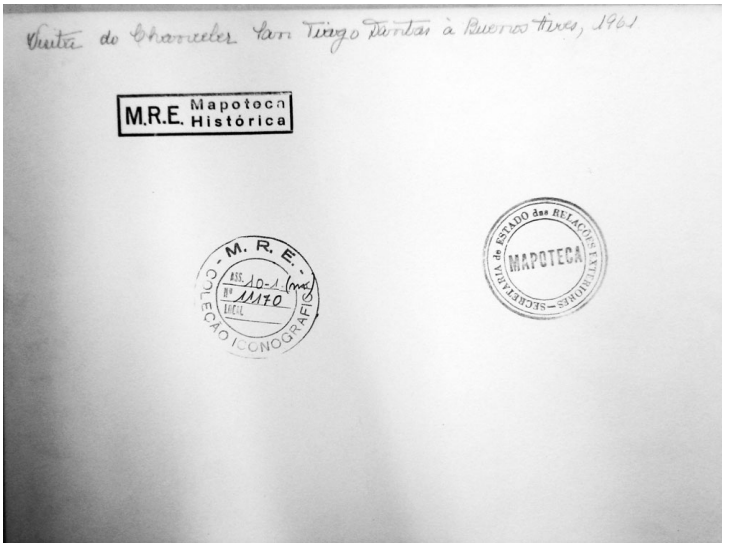
M. R. E. - ASS. 10-1 - Nº 11266 - LOCAL - COLEÇÃO ICONOGRÁFICA


Visita do Chanceler San Tiago Dantas à Buenos Aires, 1961.
M.R.E. Mapoteca Histórica
M. R. E.
SEÇÃO ICONOGRÁFICA
MAPOTECA


Visita do Chanceler San Tiago Dantas à Buenos Aires, 1961
M.R.E. Mapoteca Histórica
M. R. E.
MAPOTECA


Visita do Chanceler Sam Tiago Dantas a Buenos Aires, 1961.
M.R.E. Mapoteca Histórica
M. R. E.
MAPOTECA


Visita do Chanceler San Tiago Dantas a Buenos Aires, 1961.
M.R.E. Mapoteca Histórica
M. R. E.
SECÇÃO ICONOGRÁFICA
MAPOTECA
SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES


Visita do Chanceler San Tiago Dantas à Buenos Aires, 1961
M.R.E. Mapoteca Histórica
M.R.E.
COLEÇÃO ICONOGRÁFICA
MAPOTECA
SECRETARIA de ESTADO das RELAÇÕES EXTERIORES

Reunião da Comissão de Planejamento de Assuntos Ligados à VIII Reunião de Consulta

Data: 26 de dezembro de 1961
Argumento: Trata-se da apresentação, feita por San Tiago Dantas, diante de comissão por ele designada, que sintetiza os termos da posição brasileira a ser apresentada na VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, marcada para janeiro de 1962. O texto reitera a posição brasileira de defesa do princípio da não-intervenção, tendo o caso de Cuba como referência, e relata os movimentos da Chancelaria brasileira para fazê-la valer. Em particular, são mencionados esforços para adiar a Reunião de Consulta, fundamental, do ponto de vista norte-americano, para legitimar medidas contra o governo cubano. Há no texto um rápido e interessante perfil do embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, "um homem preocupado em fazer a diplomacia da boa vontade". O texto manifesta, ainda, apreensões quanto à oportunidade da Reunião, pelo fato de ter sido convocada com base no Tratado do Rio de Janeiro, que estabelece sanções e suas condições de aplicação a países membros da OEA.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 34, pacote 3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A minha finalidade, ao pedir-lhes que nos reuníssemos aqui, era discutir a questão da XVIIIa. Reunião de Consulta. Tenho a impressão de que nos

vamos ter que preparar para fixarmos com muita clareza a posição do Brasil e examinar tôdas as implicações que essa posição trará tanto em relação ao sistema interamericano quanto ao próprio desenvolvimento das nossas relações bilaterais com os Estados Unidos.

Até o presente momento não existe nenhum sinal de que os Estados Unidos estejam vinculando as relações bilaterais mantidas com o nosso país, especialmente no auxílio financeiro, a qualquer atitude política tomada por nós em relação aos grandes problemas do Hemisfério, notadamente ao problema cubano. Mas não podemos descartar essa hipótese de uma maneira simplista, mas sim devemos admiti-la e fazer dela um elemento de estudo, tanto mais que é inegável que a visita do Presidente Kennedy a dois países, considerados entre os grandes da América do Sul, e que têm no momento como característica um o de haver rompido relações com Cuba, e ter-se tornado foco de política anti-cubana e outro o de ser o interprete do pensamento do Departamento de Estado na OEA, mostra algo que não pode passar despercebido.

Até o presente momento a enunciação da nossa política em relação a Cuba foi muito categórica e muito simples: respeito incondicional ao princípio de não-intervenção; respeito incondicional ao princípio de auto-determinação dos povos, no sentido de que só o povo é um instrumento legítimo para escolha do regime, especialmente se êsse regime é o democrático. Se o que se visa e a redemocratizaçao de Cuba, tudo quanto pudesse ser considerado imposição de fora para dentro seria, além de violação do princípio de auto-determinação, uma própria contradição aos princípios democráticos em si mesmos.

Pode-se dizer que essa linha é a herdada da administração Jânio Quadros. Tenho insistido entretanto em que há uma pequena diferença entre o que temos procurado fazer e o que caracteriza a linha Jânio Quadros em relação a Cuba. Naquela linha havia um ligeiro toque de simpatia ideológica e uma recusa sistemática, sendo que algumas vezes evasiva, de se pronunciar sôbre o caráter democrático do Govêrno Fidel Castro. Êsse ponto foi considerado uma questão de fato. O próprio Ministro Afonso Arinos, numa das suas idas à Câmara, chegou a dizer de maneira categórica que não considerava que existissem provas de que o regime Fidel Castro fosse comunista, dando a impressão de que haver ou não haver provas fosse de grande importância. Além do mais, atitudes como a da condecoração do Comandante Guevara mostravam simpatia ao regime e nada tinham que ver com a auto-determinação,

o que torna a atitude oficial mais polêmica do que a que temos procurado observar. Nossa idéia foi oposta. Começamos pelo reconhecimento sincero de que o regime cubano não era democrático. Pouco importava saber se era comunista ou socialista. Mesmo porque, é muito difícil definir se um regime é socialista ou comunista. O que importava era classifica-lo como não-democrático, tomando como padrão a Declaração de Santiago. Assim, o problema da simpatia ideológica ficava eliminado. O Govêrno brasileiro não tem simpatia ideológica pelo regime Fidel Castro, ainda que a possa ter grupos políticos dentro do Govêrno, o Govêrno só tem simpatia pelo que está na Constituição ou nos tratados.

O princípio de não-intervenção e de respeito à auto-determinação ganharam novo vigor, porque adquiriram caráter mais absoluto, uma vez que deixou de ter influência sôbre êles a questão de saber se o regime era socialista ou democrático. Isso nos levou a um raciocínio bastante claro e simples que, a meu ver, foi aceito no Congresso e nas diferentes correntes de opinião.

Partindo daí, começamos a procurar uma solução em face da probabilidade crescente de que os Estados fôssem convocados para uma reunião de consulta. Receávamos muito essa convocação, porque ela vinha desde logo marcada pela invocação do Tratado do Rio de Janeiro e só podia ter duas finalidades: ou a de descobrir no regime cubano uma agressão potencial, e portanto enquadrá-lo na violação do artigo 6º; ou a de caracterizar o regime com comunista e, nesse caso, usar a Resolução 93 de Caracas como uma ampliação ou aditivo ao Tratado do Rio de Janeiro, ou seja, um caso de agressão presumida. O simples fato de ser comunista e de estar filiado ao comunismo internacional presume a agressividade do regime e ocasiona a aplicação de sanções. Por causa dêsse receio começamos a desenvolver uma série de raciocínios possíveis, que se consubstanciaram, creio eu, na reunião da Casa das Pedras.

Na Casa das Pedras trabalhamos com uma idéia cuja origem foi uma sugestão do Embaixador Leitão da Cunha, que foi ganhando vários aperfeiçoamentos. Vou recapitular a idéia, embora esteja no espírito de muitos. Consistiu primeiro em procurarmos adiar a Consulta o mais possível e à sombra desse adiamento tentarmos uma gestão diplomática junto aos Estados Unidos para obter do Govêrno daquele país um compromisso de não-emprêgo de violência em relação a Cuba. Nesse momento estavam muito vivos os sinais de que se planejava uma invasão de Cuba lançada da Nicarágua ou da Guatemala ou dos dois países simultaneamente. Havia grande quantidade de

voluntários cubanos treinados nas tropas dos Estados Unidos, obras de preparo de portos e aeroportos na Guatemala que poderiam estar relacionadas com a tentativa de nova invasão, e havia ainda uma informação extremamente confidencial de que um Governador prestigioso tinha participado de uma conferência com o Presidente Kennedy em que insistira na idéia de invasão.

Nossa impressão era de que Cuba temia essa invasão duplamente: como se teme qualquer invasão, e porque sabia que cada dia eram menores as suas possibilidades de contar com o apoio da União Soviética. Isso porque do ponto-de-vista econômico era muito onerosa para a URSS a compra de mais de um milhão de toneladas de açúcar por um país que tem excedentes desse produto e, do ponto-de-vista militar, a União Soviética jamais deixou dúvidas de que não acorreria em defesa de Cuba, apenas faria uma retaliação em país próximo de sua fronteira ou qualquer coisa mais simbólica.

Se conseguíssemos dos Estados Unidos um compromisso de não-violência, tínhamos a impressão de que poderíamos contar com a própria Cuba para obter do Govêrno Fidel Castro uma observância progressiva da Declaração de Santiago. A Declaração de Santiago ocupa um papel muito importante por ser o único documento firmado pelo Govêrno Fidel Castro e no qual se contém claramente o reconhecimento dos princípios democráticos. Poderíamos pedir ao Govêrno Fidel Castro que êle, fortalecido pelo compromisso de não-violência, aceitasse uma evolução gradual para entrar na observância da Declaração. Se esse binômio não-violência versus Declaração de Santiago fôsse alguma coisa que pudesse deitar raízes, iríamos tentar desenvolver mais o esquema e caminhar para uma espécie de neutralização de Cuba, com a manutenção de suas conquistas sociais fundamentais, a criação de um estado democrático e a rutura das suas vinculações com a União Soviética. Essa foi a idéia imaginada na reunião da Casa das Pedras e que foi objeto de duas sondagens, ambas boas. A primeira foi com o Embaixador Lincoln Gordon, que apreciou muito a idéia. Não houve reação escrita do Departamento de Estado, mas o embaixador transmitiu memorandum bastante completo sôbre o assunto e insistiu e continua a insistir na conveniência de um entendimento pessoal meu com o Secretario Rusk. A segunda foi junto ao Embaixador de Cuba, que também recebeu a idéia muitíssimo bem e a transmitiu ao Govêrno de Havana. Terminou, porém, essa terceira etapa com o discurso em que Fidel Castro fêz a declaração conhecida de filiação ideológica que tornou inadmissível qualquer espécie de gestão baseada na Declaração de Santiago como alguma coisa a que ele

pudesse retornar. Nosso esquema, podemos considerá-lo inutilizado. A importância do discurso não foi revelar coisa alguma, mas tornar impossível um esquema de ação diplomática que tenha como pressuposto a volta a um tipo de eleições livres. Isso ocorreu às vésperas da reunião de 4 de dezembro. Nós, que tínhamos um pequeno projeto articulado com a Argentina e o Chile visando à protelação da reunião para dar tempo às gestões em tôrno da violência, tomamos a decisão de não apresentar projeto algum, e saímos pela porta da abstenção.

Devo fazer um parênteses para tratar da questão dos outros países sul-americanos. Durante a viagem a Buenos Aires nossa impressão foi de que a posição argentina, coincidente com a nossa, se fortaleceu muito, porque é do pleno agrado do Presidente Frondizi, que só tem dificuldade em sustentá-la em virtude da opinião dos meios militares, muito mais dividida entre direita e esquerda do que aqui. O fato de ter tido aquêle entendimento conosco tornou-se nas mãos dêle um fator de fortalecimento. De lá para cá, embora continuássemos reticentes a respeito da durabilidade da posição argentina, não temos fatos concretos a apontar de enfraquecimento. Quanto ao Chile, o Embaixador Vale compareceu logo depois da reunião de Buenos Aires àquele país e teve uma conversa muito produtiva com o Chanceler Martinez Soto Mayor. Encontrou-o nessa mesma disposição e tôdas as atitudes do Chile tem sido firmes na nossa linha. A do México tem sido uma linha independente. Apenas temos tido oportunidade de verificar coincidência. O voto do Uruguai a favor da Reunião de Consulta foi explicado como voto contra instruções recebidas da Chancelaria. A Bolívia tem a mesma posição, com boa opinião pública de esquerda para sustentá-la. O Equador é que considero de tôdos, nesse momento, o mais duvidoso, porque o Govêrno é extremamente instável, marcado por uma linha oportunista, procurando tomar o contrapé da posição do Govêrno Velasco Ibara e, segundo informações, o atual Chanceler equatoriano teria tido várias iniciativas junto ao ex-Presidente da República em favor de um rompimento com Cuba. Tôdo êsse grupo votou pela abstenção, com exceção do México, que votou contra e portanto marcou bem uma linha de atitude contrária à Reunião de Consulta.

Nos Estados Unidos a reação a essa atitude não é simpática. O Embaixador Gordon é um Embaixador de excepcional valor, um intelectual, um homem preocupado em fazer a diplomacia da boa vontade, o que tem aspectos positivos e negativos. Um dos negativos é que êle nos oculta um pouco as reações hostis nos meios americanos a atitudes nossas. Muito

delicadamente êle insinuou que as nossas consultas reiteradas com a Argentina, Chile e outros países da América tinham sido vistas no Departamento de Estado como um esfôrço da nossa Chancelaria para sabotar a Consulta. A verdade é que até agora a reação norte-americana à nossa atitude consistiu em duas notas, ambas replicadas por nós com outras notas, mostrando com clareza que a proposta colombiana é inaceitável.

Chegamos ao momento atual: reunião marcada para o dia 22 de janeiro, em Montevidéu, e nosso plano elaborado há tempos na Casa das Pedras, fora de uso. Trata-se agora de fixarmos uma linha de conduta e a impressão é que temos que fixá-la, primeiro, sob a forma de uma filosofia interna para motivação da nossa própria conduta, segundo sob a forma de medidas táticas a serem adotadas na Consulta. É sôbre isso que eu gostaria que a Comissão de Planejamento integrada pelo Grupo de Trabalho organizado para a Consulta meditasse em regime de reuniões intensivas para que pudéssemos chegar coletivamente a uma definição muito clara. Se chegarmos a isso levaría essa definição ao Gabinete numa de suas reuniões, sob a forma de um papel, a ser submetida naturalmente ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro e afinal à aprovação do Gabinete. Daí por diante correríamos os riscos de execução.

Vou dizer o que tenho pensado sôbre o assunto. Penso que a Reunião de Consulta contém vários perigos. O primeiro reside em ter sido convocada com base no Tratado do Rio de Janeiro, o que significa, em última análise, para deliberar sôbre sanções. Já vamos para ela com 13 Estados americanos de relações rompidas com Cuba e com grande probabilidade de que o Equador seja o 14º. Vamos com maioria de 2/3 já constituída para tornar obrigatórias as decisões. É evidente que um país como o Brasil, como a Argentina, como o Chile, como o México, não podem ir para essa reunião apenas para assistirem a uma deliberação já tomada e se vincularem a ela por uma norma jurídica sem terem tido nenhuma possibilidade de rediscuti-la. O segundo risco prende-se a uma preliminar que já envolve tôdo o mérito da questão. É a distinção que temos de fazer entre compromisso e aspiração, dentro do sistema interamericano. Tôdo o sistema se tem desenvolvido no sentido de que há compromissos definidos em tratados e aspirações definidas em declarações. Tem-se admitido como um desenvolvimento do direito internacional regional que em geral as aspirações são as formas prévias, ou ainda, um período de germinação de futuros compromissos e que o sistema vai evoluindo à medida que transforma aspirações em compromissos. Os

princípios de não-intervenção e de auto-determinação estão na área dos compromissos e não são apenas de obrigatoriedade regional, pois pertencem ao direito internacional publico mundial. A fidelidade ao regime democrático representativo está na área das aspirações.

Não acredito que a Resolução 93 tenha mudado isso. É uma resolução difícil de interpretar juridicamente, e a Declaração de Santiago, que lhe é posterior, reafirmou que eram mero anelo os princípios que ali se enunciavam, e qualificou-se a si própria de instrumento de opinião pública de ação educativa sôbre os povos do Hemisfério. Que acontece quando um país latino-americano rompe um compromisso da Organização? Essa rutura leva à aplicação de uma sanção. Se a rutura gera agressão ou perigo de agressão é nos quadros do Tratado do Rio de Janeiro que se vai encontrar a sanção. Se não, é noutro texto qualquer.

E que acontece se um país se evade das aspirações comuns definidas no artigo 5º da Carta ou na Declaração de Santiago? É o caso cubano. Devemos raciocinar sôbre ele como um exemplo, porque não estamos livres de que nos próximos anos outros países americanos se tornem socialistas. As condições não parecem tão tranqüilas que não possamos assistir a um movimento similar em outros países. Estamos tomando Cuba como um caso experimental. O que se decidir será para tôdos.

A primeira hipótese seria a de que quando um país latino se tornasse ou se declarasse comunista com risco para a unidade democrática do Hemisfério o remédio fôsse derrubar o Govêrno pela força. Se isso fôsse verdade, não haveria diferença entre aspiração e compromisso. A esse argumento jurídico acrescentem-se os políticos: a perda de autoridade moral do sistema interamericano, a conversão automática do sistema regional independente numa área de satélites, a impossibilidade de pensar em desenvolver a sério o sistema interamericano. Também o rompimento de relações não se justifica, num momento em que o Brasil reata relações com países socialistas, em que outros países mantém relações.

A idéia que no momento nos tem parecido mais digna de estudo seria esta:

A OEA é uma Organização regional da qual não fazem necessariamente parte tôdos os Estados dêste Hemisfério pelo simples fato da localização geográfica. Há outras condições para o "membership". Aí está o Canadá, aí está a FIO, que ainda não pertencem, e outros países poderiam não pertencer. Essa Organização é baseada nos compromissos e nas aspirações. Os

compromissos são o que nenhum país pode deixar de cumprir. A Carta, no artigo 5º, indica as finalidades associativas e graças a êsse fato tem-se admitido formas de cooperação entre os países da OEA que são particularmente difíceis de admitir entre países que visam a finalidades sociais e econômicas diversas. É compreensível que entre o Brasil e a União Soviética haja um regime de troca de relações comerciais, mas êsse regime é comutativo: o que se da é o que se recebe. Ao passo que dentro do sistema interamericano se tem admitido que os Estados mais desenvolvidos dêem mais do que recebem em beneficio do fortalecimento de características sociais e econômicas que pertencem às finalidades do sistema. Um país que renuncie a tais finalidades declarando-se comunista e adotando um padrão anti-democrático de governo e economia não pode certamente ter o seu Govêrno derrubado pela fôrça. Não pode tão pouco ser condenado ao isolamento diplomático através do rompimento de relações. Mas há uma especulação a fazer sôbre o modo pelo qual repercute essa atitude na Organização. Temos de admitir que possa haver um país socialista na América. A idéia de que o aparecimento de um Estado socialista envolve uma ação militar ou bloqueio econômico para descartá-lo é insustentável, inclusive praticamente, em face da composição interna da opinião pública de tôdos os países americanos.

Mas a idéia de viver na América como país socialista talvez envolva uma outra conseqüência que não pode passar despercebida: é que qualquer relação que êsse país viesse a estabelecer com o bloco soviético criaria uma latência de perigo militar. Assim, a presença de um enclave socialista num Hemisfério de países tôdos êles fortemente unidos por pactos defensivos de base democrática geraria a necessidade da neutralização. E aí vem o paralelo com a Finlândia, que foi feito na primeira fase de nossos estudos da Casa das Pedras.

Se no mundo socialista se admitir um enclave democrático, como é a Finlândia, ao preço da neutralização, não parece fora de propósito admitir que também no mundo democrático possa haver um enclave socialista protegido pela neutralização. Essa neutralização não vai sem muitas dificuldades. Do ponto-de-vista soviético acho que não há interêsse em manter compromisso militar com Cuba. Aceitam-se a neutralização e considera-se o melhor dos negócios essa ponta de lança socialista dentro do mundo ocidental. Do ponto-de-vista cubano, acho que não haverá grandes dificuldades, embora prefira dizer alguma coisa mais adiante. Sôbre o ponto-de-vista americano há o problema de que a neutralização pode envolver a base de Guantanamo.

Talvez através de um acôrdo construtivo se pudesse achar uma solução parecida com a de Bizerta, de retirada gradual.

O Embaixador Olivares, quando esteve aqui, teve uma conversa da qual esperávamos alguma coisa que tivesse a nos dizer ou propor, mas evidenciou-se que o seu propósito era ver como estávamos em relação à Consulta. Daqui foi ao Presidente João Goulart e no dia seguinte ao Ministro Tancredo Neves e de ambos ouviu a mesma coisa: que o Brasil era inflexível na questão do princípio de não-intervenção, que não tergiversaríamos em defender o sistema interamericano. Quanto à maneira em que essa atitude se converteria em ação diplomática, teriam que ouvir o Ministério das Relações Exteriores. Nem o Presidente dá República nem o Primeiro Ministro deram uma palavra além disso. Na volta Olivares manifestou simpatia pela idéia de neutralização.

Ao Embaixador Gordon dei uma idéia geral dêsse esquema. O Embaixador ficou também impressionado pela idéia, mas não se sentiu habilitado a discutir nada aqui. Insiste no convite para que eu vá a Washington conversar com o Secretário Rusk. É um ponto que deixo entregue à especulação desse Grupo.

Chegou há dois dias o Embaixador Goodwin. Vou conversar com ele hoje e parece ser seu desejo tratar da Consulta.

Temos agora o problema da linha a seguir na Consulta. Nessa altura devo dizer que já há sinais de que o ponto de vista americano não é favorável à aprovação da proposta colombiana, mas de um documento de caráter cominatório que permita depois de passado algum tempo verificar através de uma Comissão a conduta do Govêrno cubano e aplicar as sanções.

Outro dado importante é que parece que a idéia de invasão pelos países vizinhos tem declinado nas últimas semanas. Não se acentuam os sinais de preparo militar e o que parece estar sendo esperado é a revolução interna. Pode perfeitamente suceder que a Consulta se reúna com essa revolução interna iniciada, o que modificará tôdos os raciocínios feitos. Poderíamos seguir o seguinte métôdo de trabalho:

1º fazer uma revisão dessa filosofia que em linhas gerais recapitulei;

2º examinar a Consulta considerando: a) a hipótese da Consulta se reunir sem que haja movimento revolucionário nenhum desencadeado e b) hipótese de que ao começar a Consulta já exista um movimento revolucionário desencadeado. Para cada uma dessas hipóteses devemos ter pelo menos uma solução tática, flexível e aceitável.

Outro ponto é o de verificar se há ou não conveniência de procedermos a consultas em tôrno dessas sugestões práticas.

Sub-secretário Renato Archer - Parece que a consulta deveria ser precedida de uma condenação formal. O Brasil, antes de se declarar contrário, se procurar fazer o que estão fazendo os outros, daria a impressão de que estamos querendo dividir responsabilidades.

Ministro Carlos Duarte - Desejaria que o Deputado Renato Archer prestasse um esclarecimento. O pronunciamento deve ser feito agora, ou durante a Reunião?

Deputado Renato Archer - Isso marcaria um tipo de comportamento que valoriza o Brasil. No Govêrno Jânio Quadros os pronunciamentos eram feitos antes de qualquer consulta. Êstes pronunciamentos fortaleceram o Brasil, que tinha uma posição firme e própria a respeito dos assuntos. Êle poderá conversar na base de uma posição que já tem. Se tentarmos dividir com os outros Estados a responsabilidade, nos enfraqueceremos.

Embaixador Dias Carneiro - Gostaria de duas palavras sôbre uma pergunta de caráter jurídico. Até que ponto compromissos e aspirações, quando estão num mesmo Tratado, são diversos conceitualmente?

Ministro de Estado - Algumas vêzes a distinção é muito fácil, outras não. Depende da maneira por que o assunto está formulado. Por exemplo, na Declaração de Santiago está enunciado com clareza que se trata de aspiração. No Tratado do Rio de Janeiro é compromisso. Dentro da Carta da OEA a dúvida é um pouco maior. Há casos nítidos e casos em que há dúvida.

Exposição aos Chefes de Missão dos Estados Americanos, no Itamarati

Data: 12 de janeiro de 1962
Argumento: San Tiago Dantas reforça o princípio de preservação da paz mundial e atenta para a ilegalidade e pouca ou nenhuma serventia dos procedimentos de intervenção ou punição direcionados à Cuba. Às possíveis agressões corresponderão a fúria das paixões e o aprofundamento das incompatibilidades. Diante deste diagnóstico, a solução militar é descartada em favor da negociação diplomática. Com fins de garantir a unidade do sistema democrático regional, San Tiago propõe a combinação do princípio de autodeterminação dos povos com a defesa da integridade do sistema interamericano. O contorno da situação, com vistas a neutralizar o regime cubano, deverá ter a marca jurídica.
Nota sobre publicação: San Tiago Dantas. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1962.

Pedi a presença dos senhores embaixadores e encarregados de Negócios a êste encontro no Itamarati para lhes dar conhecimento da orientação que o Brasil seguirá na Reunião de Consulta, a iniciar-se em 22 do corrente, em Punta del Êste.

Creio não exagerar dizendo que tôdos nos encaminhamos a essa Reunião sob o pêso de graves apreensões.

Não há chancelaria que não considere, nos dias de hoje, a preservação da paz mundial a primeira de suas responsabilidades. Assim sendo, é natural que os nossos atos e atitudes nos preocupem, acima de tudo, pela contribuição que podem trazer ao aumento ou à redução das tensões internacionais.

É, pois, de suma importância que na próxima Reunião de Consulta não se tomem resoluções suscetíveis de trazer desenvolvimentos ulteriores, desfavoráveis à paz social e mesmo política do Hemisfério, de gerar inquietações maiores que as de hoje, ou de debilitar o sistema interamericano, enfraquecendo a posição do Ocidente.

O atual Govêrno brasileiro exprimiu, por mais de uma vez, o seu pesar por ver o regime cubano apartar-se por sua livre e espontânea vontade dos princípios da democracia representativa definidos na Declaração de Santiago, subscrita por Cuba em 1959. A evolução do regime revolucionário no sentido da configuração de um Estado socialista, ou – na expressão do Primeiro Ministro Fidel Castro – marxista-leninista, criou, como era inevitável, profunda divergência, e mesmo incompatibilidades, entre a política do Govêrno de Cuba e os princípios democráticos, em que se baseia o sistema interamericano.

Qualquer ação internacional em relação a Cuba, daí resultante, para ser legítima e eficaz deve estrita observância aos princípios e normas de Direito Internacional e não pode deixar de ser orientada pelo propósito construtivo de eliminar os riscos eventuais, que a presença de um regime socialista no Hemisfério venha a representar, quer para o funcionamento do sistema regional, quer para as instituições de países vizinhos, procurando diminuir, em vez de aumentar, os ódios e prevenções, que têm tornado cada dia mais tenso e dramático o antagonismo entre Cuba e outros Estados.

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico, e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do Govêrno do Brasil. Fórmulas evasivas, insinceras, que pedem o que previamente já se sabe que terá de ser desatendido ou recusado, também não contam com a nossa simpatia. Acredito, porém, que uma resolução construtiva possa ser alcançada, desde que a procuremos com o sincero propósito de abrir um caminho, ao longo do qual os riscos possam ser gradualmente reduzidos, e afinal eliminados, e fique preservada a unidade do sistema democrático regional.

Não acreditamos que esteja no interêsse de Cuba ficar por muito tempo fora do sistema, que contribuiu para construir. Fatôres geopolíticos

condicionam estreitamente a vida das nações, e Cuba, por sua cultura, tanto quanto pelos imperativos de sua economia, há de sentir a necessidade de retornar ao ecúmeno democrático americano, por uma evolução natural superior às paixões políticas e às ideologias.

Temos observado, com prazer, que as chancelarias americanas coincidem, de um modo geral, na condenação do recurso às sanções militares contra o Govêrno revolucionário. Em primeiro lugar, a ação militar por ser coletiva não deixaria de caracterizar uma intervenção (art. 15 da Carta de Bogotá). Em segundo lugar, ela iria provocar, na opinião pública latino-americana, uma justificada reação, que favoreceria a radicalização da política interna dos países do Hemisfério e debilitaria, ao mesmo tempo, os laços de confiança mútua essenciais à própria existência do sistema interamericano. No plano mundial, seria de recear que retaliações em outras áreas viessem deteriorar, ainda que temporariamente, as condições conjunturais da paz.

Sanções econômicas também pareceriam um remédio juridicamente condenável, nos têrmos do art. 16 da Carta, e politicamente inidôneo, já que o comércio de Cuba com a América Latina não tem passado, em média, de 4,5% do volume global das exportações e 9% das importações.

O rompimento de relações diplomáticas, que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores, pois diminuiria a capacidade de influir sôbre o Govêrno com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do Hemisfério .

É pela via da ação diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional, em face de um Estado que dele se afasta, configurando o seu regime como socialista. Êsse Estado pode adotar essa forma de govêrno e êsse regime social, sem ficar exposto a intervenção, unilateral ou coletiva. Não é menor a soberania dos Estados americanos do que a de quaisquer outros Estados.

Por outro lado, é certo que um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do Hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas, ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja

preservado, e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métôdos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação. Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial, integrado pelas diversas correntes de opinião representadas na Consulta, e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o Hemisfério e sôbre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da OEA.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba, pois recorre a entendimentos prévios com o seu Govêrno, e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O Govêrno do Brasil não alimenta dúvida quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns, entre os quais se incluem os da democracia representativa, e em compromissos jurídicos, entre os quais sôbressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Nessa solução se preserva o princípio de não-intervenção, cujo respeito incondicional é indispensável à manutenção dos vínculos de confiança recíproca entre os Estados americanos. Não é possível, por outro lado, acusá-la de negligenciar o imperativo da defesa da democracia americana contra o comunismo internacional, porque ela objetiva, como recurso final, a criação de condições de neutralização do regime instaurado na República de Cuba em bases jurídicas válidas, semelhantes às que se têm estabelecido ou proposto em outras áreas do mundo.

O Govêrno brasileiro submete essas considerações ao exame das Chancelarias americanas com o propósito de contribuir para que a Reunião de Punta del Êste possa ter um desfecho tranqüilizador e um sentido construtivo.

Se os Ministros das Relações Exteriores, ao se separarem, deixarem ali aprovada uma proposição que apenas anuncie a necessidade, a curto prazo, de novas decisões mais drásticas, e a priori inevitáveis, teremos dado um sentido negativo às deliberações de um órgão que é, em nosso sistema regional,

o mais alto instrumento da segurança. As decisões da VIII Consulta devem trazer ao Hemisfério tranqüilização e confiança. O único meio de alcançarmos êsse duplo resultado parece ser, não uma cominação, que apenas abra à aplicação de sanções um curto caminho sem alternativa, mas uma resolução em tôrno da qual ainda seja possível um esfôrço de cooperação que temos o dever indeclinável de tentar, antes de considerarmos inviáveis as nossas esperanças de uma pacificação.

É essa posição, coerente com as tradições inalteráveis da diplomacia brasileira, que desejava comunicar a Vossas Excelências e pedir-lhes que a transmitam aos seus respectivos Governos.

Discurso Pronunciado na Comissão Geral

Data: 24 de janeiro de 1962
Assunto: Ainda dedicado ao tema cubano, San Tiago Dantas ratifica sua filiação ideológica aos princípios da democracia representativa. Dedicado a robustecer a unidade do sistema ocidental em prejuízo da temerária ameaça comunista internacional, o Ministro enuncia a não razoabilidade do procedimento de exclusão diplomática de Cuba. As medidas isolacionistas de cunho militar ou econômico fadariam o país ao caminho soviético, selando irreversivelmente seu destino com a marca comunista. À chancelaria brasileira caberia, portanto, a firme adesão ao princípio de não-intervenção, ponto matricial da política independente enunciada.
Longe de restringir-se a tal agenda negativa, San Tiago Dantas produz um repertório positivo para a ação. Dentre as soluções para a redefinição dos rumos da política cubana, estava a necessidade inequívoca de superação do subdesenvolvimento econômico. Para o Chanceler, o ambiente de desigualdade profunda entre as classes sociais constituía a principal motivação para o comunismo. Esta observação é perpassada por um paroxismo latente, qual seja, a idéia de que a eliminação ocidental do comunismo significa, necessariamente, a adoção do repertório de preocupações comunistas. Em outros termos, o Ocidente, sob pena de reduzir sua esfera de influência no mundo, deve atentar para o princípio

fundante da ordem negada: a igualdade. Isto não significa, entretanto, a supressão de seus métodos próprios. A coexistência que substitui o isolacionismo postula a dinâmica da concorrência que deveria culminar na prevalência da democracia sobre quaisquer outras maneiras de organização da vida social.

Nota sobre publicação: San Tiago Dantas. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1962. Também disponível do Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 36, pacte 3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Desejo que minhas primeiras palavras sejam de saudação aos Senhores Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos e aos Governos e povos que representam nessa Consulta. O Brasil a ela comparece animado pelo espírito de fraternidade que o tem levado a participar de tôdas as reuniões interamericanas e pelo sincero desejo de contribuir para que a presente Consulta represente um passo adiante na elaboração e no fortalecimento do sistema regional a que pertencemos.

Três objetivos orientam o nosso comportamento na presente reunião: primeiro, o de preservar a unidade do sistema, fortalecendo-o em benefício do Ocidente; segundo, o de defender os princípios jurídicos em que êle se baseia, contribuindo para que não se disfigurem no momento em que são chamados à aplicação; terceiro, o de robustecer a democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

Acredito que êsses objetivos são comuns aos Estados democráticos aqui representados, mas, as declarações divulgadas antes mesmo de iniciar-se a Consulta e as atitudes tomadas no Conselho da OEA ao deliberar-se sôbre a sua convocação, fazem crer que existem entre nós certas divergências, não quanto às finalidades que perseguimos, mas quanto aos meios que julgamos adequados para alcançá-las.

A unidade e o fortalecimento do sistema interamericano não resultam, como pode parecer a uma análise apressada e que se contente com a observação superficial de atitudes exteriores, do simples fato de chegarmos, em nossas reuniões, a declarações unânimes e de votarmos documentos que reafirmem nossos propósitos comuns. Muitas vêzes a unanimidade se alcança, nas decisões internacionais, ao preço da eliminação da essência de uma controvérsia; e, assim, as simples reafirmações de propósitos já declarados debilitam, em vez de revigorarem, o sentido afirmativo já vazado em anteriores declarações.

O que verdadeiramente demonstra que o sistema está vivo e que à união entre os Estados continua a produzir energias para o desenvolvimento de sua existência comum é a capacidade de resolver e superar problemas através de soluções construtivas, em que se sinta a presença de uma comunhão de idéias e de uma soma de fôrças para alcançar um objetivo visado por todos.

Temos tido em nossas reuniões interamericanas grandes momentos, em que se revelou a autenticidade de nossa união e se patenteou a efetividade de nossos esforços. Esperemos que a VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores se possa inscrever entre êles e que não nos tenhamos de desapontar dentro de alguns anos com o resultado de nossas deliberações. Os progressos do sistema interamericano, a sua capacidade de resposta a novas situações e novos problemas estão intimamente vinculados à preservação dos princípios jurídicos que nos permitiram construí-lo.

Nesses princípios se têm assentado nossos compromissos internacionais, dos quais resultam normas obrigatórias para todos os Estados, adotadas, muitas vêzes depois de madura evolução, após passarem por estágios sucessivos de elaboração, em que primeiro se afirmam como simples anelos ou aspirações enunciadas em declarações sem efeito vinculativo, para um dia se transformarem em cláusulas de Tratados e Convenções.

Nosso sistema regional, olhando do ponto de vista jurídico, é, assim, um conjunto orgânico de normas obrigatórias e aspirações programáticas. Faz parte do método a que tem obedecido sua elaboração histórica aguardarmos o momento próprio de sua codificação precisamente para que mantenhamos definidas e ao abrigo de confusões de limites eventualmente perigosos a área da soberania de cada Estado e a área dos compromissos limitativos livremente negociados e consentidos.

Nada há, por isso, no sistema interamericano, que não seja obra da vontade dos Estados que nêle se associam. A base da organização regional tem sido e há de continuar a ser a independência política dos diferentes Estados de que nem sequer uma mínima parcela foi alienada ou transferida a outro Estado ou à própria Organização regional. Não há, por isso, exagêro em dizer que a base primordial do sistema jurídico interamericano é o princípio da não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outros, princípio cuja obrigatoriedade se êstende à própria Organização e que só encontra seus limites nos casos de aplicação de medidas para a manutenção da paz e da segurança expressamente autorizados em tratados internacionais.

Não constitui, como sabemos, o reconhecimento do princípio de não-intervenção, entre os Estados americanos, um pacífico ponto de partida, reconhecido e proclamado desde a era da Independência. Já éramos formalmente nações soberanas que lutávamos contra as ingerências estranhas na área de nossas respectivas soberanias, a princípio, contra a intervenção de potências européias e depois, contra a de nações mais fortes do próprio Hemisfério, até que o reconhecimento do princípio de não-intervenção e o seu escrupuloso respeito pelos Estados em condições materiais de violá-los, vieram gerar novas bases de cooperação e de confiança sôbre as quais se pôde erguer o sistema de que nos envaidecemos. É lícito dizer-se que a Organização dos Estados Americanos floresceu, nas últimas décadas, como um instrumento por excelência da política de não-intervenção.

Numa era em que as tensões internacionais se tornaram extremas, e em que muitos países se viram obrigados, para fazerem respeitar sua independência política, a se colocarem numa posição de tenso equilíbrio entre os blocos político-militares que se disputam a primazia mundial, tivemos a fortuna de nos podermos colocar à sombra de uma Organização que assegurou, através de princípios e normas, a integridade de nossas soberanias, sem precisarmos recorrer a formas inferiores de transação.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca veio aperfeiçoar êsse sistema, dando bases absolutamente precisas à segurança coletiva no âmbito regional. Entre os vários aspectos que o distinguem e que dêle fazem, realmente, um instrumento de preservação da paz e da segurança, e não um ato constitutivo de uma aliança ou bloco militar, merece ser pôsto em relêvo nêste instante o fato de basear-se o seu mecanismo de defesa comum na ocorrência de um caso concreto e específico de ataque armado ou, nos termos do art. 6.°, de uma agressão equivalente que possa afetar a inviolabilidade ou a integridade do território, a soberania ou a independência política de qualquer Estado Americano, agressão a que se equipara "qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América". Sem que ocorra um fato específico, imputável a determinado agente e capaz de produzir o correspondente evento de dano ou de perigo, não há como invocar as normas do Tratado do Rio de Janeiro, que, assim, ao mesmo tempo que tem circunscrita a sua área de aplicabilidade, deixa de constituir nas mãos dos Estados Americanos um instrumento que eventualmente poderia franquear as fronteiras do princípio de não-intervenção.

Além da preservação da unidade do sistema interamericano e da defesa dos princípios jurídicos em que êle se baseia, traz o Brasil à presente Consulta o firme propósito de contribuir com seus votos e atitudes para o robustecimento da democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

É a democracia uma aspiração comum dos povos americanos, expressa não apenas no art. 5.° da Carta de Bogotá, mas em inúmeros outros documentos do sistema interamericano e sobretudo moldada nos episódios mais significativos da nossa história política e social. O sistema interamericano careceria de sentido e perderia mesmo o espírito criador que o vivifica e lhe condiciona a evolução, se o esvaziássemos dêsse traço fundamental e inalienável que é a aspiração comum dos povos americanos a viverem sob as normas de um regime político que é o único compatível com o respeito à condição humana e com a preservação das liberdades públicas.

Daí a dizer-se que já alcançamos a estabilidade na prática das instituições democráticas e representativas vai, entretanto, um grande caminho. Nossos povos aspiram à democracia mas ainda não conseguiram alcançá-la de forma permanente, ou mesmo estável pela interferência de causas sociais e econômicas que nos expõem freqüentemente a crises políticas, não raro geradoras de regimes de exceção. Entre essas causas avultam, como é sabido, o subdesenvolvimento econômico, que mantém em nossos países níveis de renda individual, hoje apontados entre os mais baixos do mundo, e além disso desigualdades na distribuição social da riqueza inteiramente incompatíveis com o grau a que atingiram, na consciência das classes populares, a aspiração ao bem-estar e a noção ética da igualdade. A essas causas de caráter geral deve ser ainda acrescentada a presença na economia de diversas nações do Hemisfério da interferência constante dos interêsses de grupos econômicos internacionais, que alcançam no território dos países onde operam uma soma de autoridade às vezes maior que a dos próprios Governos.

Sem a erradicação dêsses males, que debilitam a democracia representativa, condenando-a a uma permanente instabilidade, não será possível a nenhum país americano lograr êxito na luta contra o comunismo internacional. De nada valerão os princípios morais e políticos, em que se inspira tradicionalmente a nossa civilização, como de nada valerá o amor pela liberdade em que se plasmou desde as lutas coloniais o caráter dos nossos povos. Para vencermos o comunismo e colocarmos sôbre bases inabaláveis as instituições democráticas e o respeito das liberdades públicas

teremos de empreender, através de medidas internas, e também com a cooperação internacional, uma luta intensiva pelo desenvolvimento econômico, pela maior igualdade na distribuição social da riqueza e pela emancipação da economia de cada nação dos vínculos em que ainda perduram os resíduos de um sistema colonial.

É certo, porém, que não só internamente terá de ser travada a batalha pela defesa da democracia. No mundo moderno a luta entre o Ocidente e o Oriente tornou-se expressão do antagonismo entre a democracia e o comunismo internacional, e nenhum Estado que deseje preservar suas instituições livres pode deixar de enfrentar, também nêste terreno, o desafio. Para fazê-lo, de forma historicamente construtiva, é necessário, em primeiro lugar, compreender que a chamada guerra fria não é, como a muitos ainda parece, talvez pela perseverança de hábitos mentais já desatualizados, um mero ponto de passagem ou etapa preparatória de uma guerra real. Era essa de fato a impressão formada no espírito dos nossos contemporâneos quando se restauraram, terminada a última guerra mundial, os desentendimentos que culminariam nas grandes tensões internacionais dos nossos dias.

A nova realidade, que precisamos encarar em tôda sua extensão e profundidade, é, entretanto, que a guerra fria, em vez de uma simples etapa, parece constituir uma forma permanente de convivência, da qual sairemos apenas quando a evolução dos acontecimentos houver superado as formas presentes de antagonismo que contrapõem o Ocidente e o Oriente. Se essa é uma forma de convivência que se êstenderá por um período de tempo imprevisível, a conclusão imediata que se nos impõe é que, para lutarmos dentro dela pelos ideais e princípios da civilização ocidental e democrática, temos de partir da convicção da inutilidade de medidas de fôrça, que geram, por uma reação inevitável, outras medidas congêneres, e bem assim temos de procurar em todas as circunstâncias, não o agravamento, mas a redução progressiva das tensões internacionais. Onde quer que as tensões aumentem, coloca-se em perigo a causa da paz e a ruptura da paz representa para todos os povos, seja qual fôr o resultado eventual de um conflito militar em grande escala, a certeza do desaparecimento físico e moral, pois não serão menores as probabilidades de destruição maciça do que as de perda irreparável dos valôres da civilização.

Lutar pela democracia, nos têrmos em que se coloca o antagonismo entre o Ocidente e o Oriente, é, assim, em primeiro lugar, lutar pela preservação da paz, e dentro dela pôr condições competitivas que, onde

quer que se tenha verificado, sempre favoreceram a preservação, o robustecimento e até a recuperação das instituições livres, com perda de predomínio ou de influência para o comunismo internacional.

É êsse um ponto sem o qual não poderíamos, a nosso ver, Senhores Chanceleres, abordar com objetividade nesta reunião o problema do estabelecimento de um Estado socialista ou, como êle próprio se declara, marxista-leninista, em nosso Hemisfério, pois o caso de Cuba é inseparável, em sua significação e em seu tratamento, do grande problema do antagonismo entre o Ocidente e o Oriente e da luta pela democracia contra o comunismo internacional.

Numerosas vêzes, nos últimos anos, temos assistido à criação de "condições favoráveis à interferência do comunismo internacional em Estados democráticos ou pelo menos solidários com as democracias ocidentais. Algumas vêzes essa interferência assumiu o caráter de uma simples preponderância de fôrças políticas internas dentro dos quadros de uma competição eleitoral; outras vezes assumiu o caráter de uma associação entre fôrças revolucionárias nacionalistas e populares e movimentos de filiação comunista atuando conjugada ou paralelamente. Especialmente nesse último caso, com o qual se aparenta o de Cuba, a interferência soviética, na área que ela procura fixar sob sua influência, assume o caráter de verdadeira penetração cultural e econômica, além de ingerência política em seus negócios internos. Se, nesse momento, se adotam medidas que conduzem o país a um isolamento sem alternativas, a sua gravitação para o bloco soviético não pode deixar de ser inevitável. Onde porém as potências ocidentais tiveram a clarividência de deixar uma porta aberta, para que através dela continuasse a processar-se o contato político, econômico e cultural com o Ocidente, não houve talvez um só caso em que a causa ocidental não tivesse acabado por prevalecer, ou na própria configuração das instituições políticas, ou pelo menos na definição da linha de conduta internacional do Estado. Está bem próximo de nós o exemplo do Egito. Se, no momento da ocupação de Suez, os Estados Unidos não tivessem tido a clarividência de deixar ao Govêrno do Egito uma alternativa em direção ao Ocidente, é bem provável que a República Árabe Unida não pudesse ter escapado à vis atractiva do Bloco soviético, em direção ao qual teria sido isolada. Do mesmo modo, se a Inglaterra não tivesse, no caso do Iraque, mantido um canal aberto para o entendimento com o Ocidente, não seria hoje aquele país árabe um baluarte ocidental no Oriente Médio.

Não acreditamos que o caso de Cuba possa ser examinado e discutido como se êle se situasse fora da História contemporânea, nos limites de um território ideal, em que os acontecimentos se processassem sob a influência de causas e circunstâncias puramente americanas. Acreditamos, pelo contrário, que Cuba nos ofereça um exemplo típico de Estado onde uma revolução de tipo nacional e popular recebeu, a princípio a colaboração, e mais tarde a crescente influência de forças caracterizadamente comunistas, cuja presença se vem acentuando dia a dia nos assuntos internos e na conduta internacional daquele Estado americano. No momento em que os Chanceleres do Hemisfério se reúnem para considerar, ainda que sob os têrmos de uma convocação genérica, especificamente o caso cubano, é impossível separar a política que adotemos em relação a êsse país da política geral de defesa da democracia contra o comunismo e é dentro dos exemplos e precedentes oferecidos pela História política recente que teremos de situá-lo se o quisermos abordar corretamente.

Senhores Chanceleres, são essas as premissas da posição brasileira na presente Reunião de Consulta. Desejamos preservar e robustecer a unidade do sistema americano e para isso consideramos indispensável, não uma decisão unânime e inoperante, mas uma solução construtiva. Desejamos defender os princípios jurídicos em que se baseia o sistema regional e não queremos por isso adotar soluções perigosas que tornem indecisos os marcos divisórios do princípio de não-intervenção. Desejamos finalmente lutar pela democracia e para isso desejamos situar Cuba no panorama geral do antagonismo entre o mundo ocidental e o mundo soviético, assegurando condições que não propiciem o seu definitivo alinhamento com o bloco totalitário, mas ensejem, pelo contrário, o seu retôrno, ainda que não imediato, à órbita dos povos livres.

As soluções até agora apresentadas a esta Reunião de Consulta, ou anunciadas pelos governos que a ela concorrem, não parecem corresponder às preocupações da Delegação do Brasil. É certo que vimos com prazer o abandono gradual, e acreditamos que unânime, do apêlo às sanções militares como remédio eficaz para o caso de Cuba. Teríamos destruído o sistema interamericano no dia em que considerássemos a intervenção armada meio idôneo, não para rechaçar uma agressão materializada em fatos determinados, mas para eliminarmos um regime político por contrariar os princípios democráticos em que se baseia a Carta de Bogotá.

Embora as sanções militares estejam eliminadas das cogitações de todos, não será demais lembrar que os princípios democráticos constituem aspiração

comum dos povos americanos, mas que o seu abandono por um govêrno do Hemisfério não constitui caso previsto em qualquer Tratado para aplicação de medidas coercitivas ou sanções. Merece ficar excluída de forma definitiva a interpretação incorreta de que a Resolução 93 de Caracas reformou o Tratado do Rio de Janeiro. Um tratado não pode ser reformado senão por outro, que obedeça aos mesmos trâmites de conclusão è ratificação. Além disso, se êsse argumento não bastasse, aí estariam os têrmos da Declaração de Santiago do Chile, oriunda de projeto cuja apresentação à V Reunião de Consulta constitui um galardão da diplomacia brasileira, e que reconhece expressamente, ao enunciar os oito princípios característicos da democracia americana, que a sua observância não tem caráter obrigatório, mas exprime uma aspiração comum, um pólo para que tende em sua evolução histórica a consciência política dos povos do nosso Hemisfério.

Nem poderia ser de outro modo, se considerarmos que os Estados americanos vão realizando, sob as dificuldades de ordem social e econômica que acima apontei, a sua marcha ascensional para a implantação permanente da democracia representativa, mas muitos ainda sofrem, de tempos em tempos, a inevitável interrupção decorrente do estabelecimento de ditaduras pessoais ou de rebeliões com inclinação ideológica variável.

Não estaríamos à altura das nossas responsabilidades, se conhecendo como conhecemos as circunstâncias sob que se processa a evolução política dos nossos países, e sabendo que é condição indispensável ao sucesso dessa mesma evolução a posse irrestrita dos atributos da soberania, viéssemos converter o organismo regional num instrumento de averiguação da índole dos regimes estabelecidos eventualmente num Estado americano e reconhecer-lhe o direito de intervir para erradicar os que se apresentassem como emanação do comunismo internacional.

Se não conceberíamos a aplicação de sanções militares, no que coincidimos felizmente com a opinião geral, também não somos favoráveis à imposição de sanções econômicas ou diplomáticas. Ambas, em seu caráter de medidas multilaterais, compreendidas no art. 8º do Tratado do Rio de Janeiro, nos parecem carecer, tanto quanto as medidas militares, de fundamento jurídico adequado. Analisadas em seus efeitos políticos, elas nos parecem, na melhor hipótese, infrutíferas, e na pior, contraproducentes, pois as sanções econômicas privariam Cuba de um comércio de proporções diminutas, que em nada contribui para a manutenção da economia cubana, muito mais arrimada a mercados de países membros da nato e já agora aos que integram o bloco das nações socialistas.

Quanto ao rompimento de relações diplomáticas, seria medida de caráter puramente simbólico para tratamento de um problema ao qual devemos dar solução efetiva dentro do quadro da competição entre o Ocidente e o Oriente. Rompidas as relações com os países do Hemisfério, nem por isso desapareceriam, antes se acentuariam, as razões que podem levar Cuba a uma integração total no bloco socialista. Estaríamos dando, com medidas dessa natureza, ao caso cubano precisamente aquêle tratamento que há poucos momentos condenei, qual seja o de isolá-la, o de não lhe deixar alternativa, através da qual possa manter suas ligações com o Ocidente, o que fatalmente nos conduziria ao dilema de, ou transformarmos Cuba num país comunista, em caráter irreversível, ou têrmos de examinar amanhã em relação a ela estas mesmas medidas de caráter militar que hoje renegamos na presente Reunião.

Nem se compare o caso cubano ao da República Dominicana, objeto de sanções de efeitos bastante discutíveis, decretadas na Reunião de Costa Rica. A República Dominicana se encontrava sob uma ditadura tipicamente local, e suas condições de manutenção econômica e de sôbrevivência política se achavam praticamente circunscritas ao mundo americano. Se ali as sanções ainda tinham alguma possibilidade de produzir como efeito o retôrno do país às condições próprias do nosso Hemisfério, no caso cubano, em que justamente se acusa o regime de manter vínculos políticos e econômicos com um sistema extracontinental, o isolamento só produziria, como conseqüência, o refôrço dêsses vínculos, sem qualquer possibilidade evolutiva favorável ao Ocidente.

Assim como não votará sanções militares, econômicas ou diplomáticas para aplicação imediata, também não deseja o Brasil favorecer resoluções que importem na inevitável aplicação de sanções diferidas. Há resoluções que hoje assumem um caráter puramente cominatório, mas que não contêm em si mesmas outra conseqüência senão a de colocarem os Estados americanos, dentro de um prazo mais curto ou mais longo, diante de nova necessidade de deliberarem sôbre a imposição de sanções pelos mesmos fundamentos.

Particularmente nos parece desaconselhável a fórmula de uma intimação a Cuba para que rompa, dentro de prazo determinado, as vinculações que mantenha com o bloco sino-soviético, ficando, no correr do período, sob a fiscalização de um Comitê que apresentaria o relatório dos seus trabalhos a um órgão do sistema. Essa fórmula de sanções proteladas tem o grave inconveniente político de constituir um perigoso elemento de radicalização e exaltação da política interna em diversos Estados americanos. Teríamos aí, como conseqüência inevitável, uma luta em vários Estados entre correntes

desejosas de influenciarem a segunda decisão, o que daria ao movimento fidelista uma ressonância continental inteiramente em desproporção com a sua verdadeira significação no presente. Os Chanceleres americanos não podem deixar de considerar em primeira linha, nas soluções que adotarem nessa Reunião de Consulta, o efeito pacificador ou intranqüilizador que elas venham a ter sôbre os países do Hemisfério, e ao mesmo tempo o sentido evolutivo que ela assumirá na competição entre o Ocidente e o Oriente.

Outro caminho para o qual apontam várias manifestações de Chancelarias americanas é o da definição dos efeitos que teria o alinhamento de Cuba entre os Estados comunistas sôbre a sua filiação ao sistema interamericano. O Brasil compartilha a convicção de que existe incompatibilidade entre os princípios em que se baseia o sistema interamericano e o alinhamento de um Estado com o bloco sino-soviético, como Estado comunista. Enquanto a filiação à Organização das Nações Unidas depende exclusivamente de que um Estado preencha a condição genérica de ser amante da paz, a filiação à Organização dos Estados Americanos depende da comunhão nos princípios e objetivos enunciados na Carta de Bogotá. Entre êsses princípios se requer "a organização política com base no exercício efetivo da democracia representativa". A perda momentânea dessa efetividade não envolve uma incompatibilidade definitiva com o sistema e o organismo em que êle se exprime, mas a aceitação deliberada e permanente de uma ideologia política que o contradiz e combate gera uma situação irrecusável de incompatibilidade, de que não podem deixar de ser extraídas conseqüências jurídicas.

Será certamente um dos mais delicados e profícuos labôres dessa Conferência examinar a extensão dessas incompatibilidades e os meios legais de vencê-las para a ordem jurídica. Um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do Hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados Americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação.

Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial integrado pelas diversas correntes de opinião representadas na consulta, e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o Hemisfério e sôbre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da OEA.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba, pois recorre a entendimentos prévios com o seu Govêrno, e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O Govêrno do Brasil não alimenta dúvidas quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns, entre os quais se incluem os da democracia representativa, em compromissos jurídicos entre os quais sôbressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Tais são, Senhores Chanceleres, as linhas fundamentais da posição que o Brasil assume em face do problema cubano, na VIIIª. Reunião de Consulta. Quero expressar aos eminentes colegas, representantes de Estados que romperam, no exercício de suas soberanias, relações diplomáticas e comerciais com Cuba, o respeito do Brasil pelos motivos que inspiraram essas decisões.

Quero ainda dirigir-me de maneira especial ao eminente representante dos Estados Unidos. Tem cabido à nobre Nação norte-americana um papel de liderança mundial na luta pela defesa da democracia e pela preservação das liberdades públicas. O Brasil está integrado nos objetivos dessa luta e a atitude que assume na presente consulta corresponde, no seu entender, ao meio mais adequado de bem servir à causa comum.

Não considero que seja essa a melhor oportunidade de examinar, sob a fórmula de hipóteses, outras alternativas que se abrem às conclusões da presente consulta. Todo problema em que se acha em causa a soberania dos Estados oferece dificuldades e reclama soluções, que muitas vêzes não satisfazem a expectadores ansiosos por lances sensacionais, mas que, na aparente modéstia de suas limitações, conseguem modificar a longo prazo o rumo dos acontecimentos e baixar, em benefício da paz, as tensões internacionais. É o que o Delegado do Brasil espera que venha a suceder, graças à experiência e à ponderação dos Chanceleres americanos, ao fim da presente reunião.

Exposição em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão

Data: 5 de fevereiro de 196.2
Argumento: Exposição feita por San Tiago Dantas, em cadeia nacional de rádio, em 5 de fevereiro de 1962, a respeito da posição brasileira na Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, realizada em Punta del Lêste, em janeiro de 1962. No início da fala, como que a justificar a comunicação radiofônica, San Tiago Dantas afirma que "a política externa é o grande tema da opinião pública do nosso tempo", tendo como referência a força do conflito então presente entre "as potências democráticas do Ocidente e as potências que integram o bloco comunista". Sobre essa premissa fundada no quadro então vigente de Guerra Fria, San Tiago desenvolve uma argumentação voltada à crítica ao "reacionarismo"e às "atitudes (...) que, sob pretexto de combaterem o comunismo internacional, na verdade, combatem o progresso social e o processo revolucionário democrático dos povos". Daí a agenda, segundo ele, a seguir: desenvolvimento acelerado e combate à miséria. Em termos concretos, San Tiago Dantas justifica a posição brasileira, contrária à exclusão de Cuba da OEA.
Nota sobre publicação: San Tiago Dantas. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1962.

Aqui estou para apresentar ao povo brasileiro o relato objetivo do que se passou na VIIIª. Consulta de Ministros das Relações Exteriores em Punta del Êste. Creio não exagerar dizendo ter sido esta a conferência internacional que mais emocionou nos últimos tempos a opinião pública do país. Contribuiu para isso, em primeiro lugar, a crescente importância que assume aos olhos do povo tudo o que diz respeito à política externa. Os homens do nosso tempo se estão dando conta de que é através das relações entre os povos e do comportamento dos Estados que se decidem os destinos de cada comunidade. E por isso a política externa é o grande tema da opinião pública do nosso tempo. Contribuiu também para isso o fato de que êste conflito que se encontra na raiz da reunião de Punta del Êste trouxe ao nosso Hemisfério o grande antagonismo do mundo contemporâneo entre as potências democráticas do Ocidente e as potências que integram o bloco comunista. A luta entre a democracia e o comunismo, o conflito entre dois estilos de vida e duas concepções da ordem social invadiu a política, tornou-se a base das reações da opinião pública em setores os mais diversos e é natural, quando êsse conflito ocorre nas proximidades das nossas fronteiras, quando sentimos um caso político que o situa no nosso Hemisfério. Para os povos reunidos nas pessoas de seus Chanceleres, não podem deixar de estar voltados os olhos de tôdas as nações.

Aqui estou, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para fazer ao povo brasileiro um relato objetivo do que significou essa conferência. Devemos saber o que ali foi feito. Devemos saber porque foi feito. E devemos também dizer o valor do que se fêz para que possamos julgar, cada um de nós, se foi útil ou foi inútil que os Chanceleres se reunissem em Punta del Êste. Não tenho a menor dúvida em dizer que a reunião de Punta del Êste apresentou resultados positivos. Devo dizer que êsses resultados excederam mesmo a expectativa de muitas chancelarias que concorreram àquela reunião, pois ela foi convocada em condições de grande incerteza e sem que tivesse sido ouvida a palavra avisada daqueles que desejavam antes uma consulta de alto nível entre Ministros, entre Governos, para definir com clareza os objetivos e deixarem entrevistos os resultados da reunião. Na verdade, entretanto, apesar disso, apesar da incerteza, apesar das preocupações com que acorremos à Consulta, para as quais a Chancelaria brasileira chamou a atenção de tôdas as outras, podemos dizer que os resultados alcançados foram construtivos. Em primeiro lugar, em Punta del Êste, firmou-se com clareza uma posição comum de todos os povos do Hemisfério em defesa da

democracia e contra a ação subversiva do comunismo internacional. É certo que já possuímos em nossas declarações interamericanas outras que obedeciam aos mesmos propósitos e continham as mesmas idéias. Mas de declaração em declaração, uma evolução se percebe. Desde a declaração 32 da Conferência Interamericana até à declaração n° 1, firmada agora em Punta del Êste, percorreu-se um longo caminho. E o que é importante assinalar é que esta declaração de Punta del Êste materializa uma posição doutrinária inteiramente nova nos documentos do gênero. Ela é uma declaração de defesa da democracia e de condenação do comunismo. Mas é também uma declaração condenatória do reacionarismo, condenatória das atitudes puramente negativas que, sob o pretexto de combaterem o comunismo internacional, na verdade, combatem o progresso social e o processo revolucionário democrático dos povos. Esta declaração surgiu de uma reunião a que estiveram presentes os assessôres mais ilustres de quatro delegações, entre elas a do Brasil e a dos Estados Unidos. E os seus itens finais merecem ser lidos na abertura dêste programa porque êles situarão o povo brasileiro no espírito nôvo, no espírito nôvo que presidiu à tomada de atitude dos Estados Americanos, frente à ação do comunismo internacional.

Eis êsses itens: persuadidos de que se pode preservar a integridade da reconstrução democrática dos Estados Americanos, ante a ofensiva subversiva comunista, os Ministros das Relações Exteriores proclamam os seguintes princípios políticos fundamentais: o repúdio de medidas repressivas que, com pretexto de isolar ou combater o comunismo, possam facilitar o aparecimento ou o fortalecimento de doutrinas e métodos reacionários, que pretendam suprimir as idéias de progressos sociais e confundir com a subversão comunista as organizações sindicais e os movimentos políticos e culturais autenticamente progressistas e democráticos; a afirmação de que o comunismo não é o caminho para a consecução do desenvolvimento econômico e a supressão da injustiça social na América que, pelo contrário, o regime democrático comporta todos os esforços de superação econômica e tôdas as medidas de melhoramento e de progresso social, sem sacrifícios dos valores fundamentais da pessoa humana.

A missão dos povos e dos governos do continente na atual geração é promover o desenvolvimento acelerado de suas economias para eliminar a miséria, a injustiça, a doença e a ignorância, nos têrmos da Carta de Punta del Êste; é a contribuição especial de cada nação americana para o esfôrço coletivo, cujo objetivo é proteger o sistema interamericano contra o

comunismo; é o respeito cada vez maior pelos direitos humanos, o aperfeiçoamento das instituições e práticas democráticas e a adoção de medidas que representam realmente o impulso, no sentido de uma mudança revolucionária nas estruturas econômicas e sociais das Repúblicas americanas.

Esta foi a declaração que os Estados Americanos reunidos em Punta del Êste assinaram por vinte votos, irmanando-se tôdas na fé nos princípios democráticos, na disposição de lutar contra o comunismo internacional; mas também na disposição de lutar contra as formas de reacionarismo que, sob o pretexto de combaterem o comunismo, combatem o progresso e procuram atalhar o próprio amadurecimento das democracias americanas. Não foi esta, entretanto, a única declaração de Punta del Êste. Ao lado dela, houve outras que apresentam aspectos positivos, no sentido da unidade do espírito formado naquela reunião para enfrentar o problema em tôrno do qual se reuniam os Chanceleres. Assim é que as vinte nações democráticas do Hemisfério se uniram numa declaração comum de que existe incompatibilidade entre os governos marxistas-leninistas e os princípios democráticos em que se baseia o sistema interamericano. É a Organização dos Estados Americanos uma organização regional baseada numa Carta que lhe serve de Estatuto – a Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá. E essa Carta, no seu art. 5º, letra d, consagra, como um dos princípios básicos daquela Associação, que a solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins a que visa requerem organização política dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa. É portanto a Organização dos Estados Americanos uma Organização fundada nesta comunhão de idéias, e embora até hoje não tenhamos podido reduzir aos têrmos de um Tratado a obrigação de cumprirmos a democracia representativa como forma de govêrno, embora seja isto um princípio, uma aspiração, um anelo, para o qual encaminhamos os nossos povos, e não ainda um compromisso jurídico, cuja falta represente a quebra de um compromisso internacional, devemos reconhecer que aí está a base, a base política sôbre que se unem os Estados Americanos. E isto também se reconheceu em Punta del Êste.

Outras medidas de caráter executivo foram tomadas em relação ao regime cubano, também com o voto dos vinte países. Assim, por exemplo, afastou-se o Govêrno cubano da Junta Interamericana de Defesa, organismo de caráter militar, que havia sido criado por uma reunião de consulta, e que outra reunião de consulta tinha podêres para modificar. Assim, também se reafirmou a confiança no programa da Aliança para o Progresso. E assim também se

proclamou a necessidade de promover em tôda a América eleições livres, porque eleições livres representam a forma mais perfeita, através da qual se exerce a autodeterminação dos povos.

Não foi, porém, apenas pelo que aprovou, pelo que aprovou por unanimidade, que a reunião dos Chanceleres teve uma importância transcendental. Ela teve igualmente importância pelo que não aprovou, pelo que recusou, pelo que evitou. E quem não soube comparar o que esta Conferência poderia ter sido com aquela que ela afinal foi, não chegará a formar um juízo exato de sua significação. É que antes de se reunir a Conferência, e mesmo depois de instalada, quando já se apresentavam os projetos de resolução, a Conferência de Punta del Êste parecia chamada a aplicar, contra o Govêrno cubano, em virtude de seu alinhamento como govêrno marxista-leninista, as sanções previstas no Tratado do Rio de Janeiro, tratado interamericano de assistência recíproca, que tem por finalidade a ação defensiva conjunta dos Estados dêste Hemisfério, quando contra um dêles se desfecha um ataque armado, uma agressão ou um fato concreto, que possa ser considerado equivalente. Sem que se pudesse apontar o fato concreto, sem que se pudesse indicar a agressão ou a ameaça de agressão através de um fato determinado, pretendeu-se levar a reunião de consulta a utilizar um instrumento poderoso, de segurança coletiva, que é o Tratado do Rio de Janeiro, fazendo com que êle servisse para a adoção de medidas coercitivas, cuja finalidade última, quer se queira quer não, seria a erradicação de determinado regime político do Hemisfério.

Os países que mais se insurgem contra o comunismo, os que maior fidelidade votam às instituições democráticas, votam, por isso mesmo, porque são países democráticos, intransigente fidelidade à lei. Não podem aceitar que, na aplicação de um tratado, os seus dispositivos sejam usados com uma flexibilidade desabusada, para fins diferentes daqueles que são consagrados no instrumento.

Se o Tratado do Rio de Janeiro foi feito para a defesa comum contra fatos concretos, contra ataques armados ou agressões equivalentes, não pode ser usado contra um regime porque contra isso se insurge um princípio que é básico para os povos dêste Hemisfério, o princípio de não-intervenção de um Estado, ou grupo de Estados, nos negócios internos de um outro. E o Comitê Jurídico Interamericano, em trabalho memorável em que tem procurado enumerar os casos de intervenção, citou como um dêles precisamente êste: procurar intervir num Estado para mudar o regime político ali vigente. Nenhum

Estado americano, digno de suas convicções democráticas, poderia admitir nesta altura de nossa evolução política que o Tratado do Rio de Janeiro, ou a Carta da Organização, ou qualquer outro instrumento internacional, fôsse utilizado como um pretexto para se praticar uma intervenção na área específica da soberania do Estado. Contra isso se insurgiram os países da América Latina, em pronunciamentos sucessivos de algumas de suas Chancelarias mais responsáveis, e entre elas a Chancelaria brasileira, que adotou o critério de expor o seu ponto de vista com antecipação, antes mesmo de reunir-se a Conferência de Chanceleres, em discurso pronunciado pelo Ministro de Estado aos Chefes de Missão de Estados Americanos acreditados no Rio de Janeiro. Êsse discurso, que na época foi criticado por muitos, que julgavam preferível que o Brasil se reservasse para dar a sua opinião quando a Consulta já estivesse aberta, tornou-se hoje um precioso ponto de referência, porque nada melhor do que voltar a êle, nada melhor do que voltar às suas palavras para verificar o que o Brasil condenava, o que o Brasil pretendia votar e o que o Brasil repudiava, antes mesmo de se iniciar a Conferência.

Aí está, nesse discurso que tenho em mão, a declaração peremptória do Govêrno brasileiro de que condenaria qualquer recurso e sanções militares contra o govêrno revolucionário, e salientava que a ação militar, por ser coletiva, não deixaria de caracterizar uma intervenção. Condenava também as sanções econômicas, não só porque constituíam uma intervenção, mas também porque eram inócuas. O comércio da América Latina com Cuba não passava de 5,5% do total das exportações cubanas, e 9% das importações. E condenava o rompimento das relações diplomáticas, porque entendia que, em face de um govêrno que sai da prática da democracia representativa e se alinha segundo outros princípios políticos estranhos ao nosso Hemisfério, a solução adequada não é o isolamento; a solução adequada é aquela que, limitando os riscos representados pela presença de um tal govêrno no Hemisfério, entretanto permita a convivência, pois a convivência no mundo contemporâneo tem sido o caminho seguro para fazer com que as revoluções populares voltem ao seio da democracia. Basta percorrermos os exemplos que a história recente nos oferece. Onde se deixou a um govêrno revolucionário e popular uma alternativa, uma porta aberta para o mundo democrático, êsse govêrno não se alinhou com as potências comunistas e acabou ou por retornar a uma forma mais ou menos perfeita de democracia ou, pelo menos, a adotar na sua conduta internacional uma posição favorável ao Ocidente. Convicto de que a grande causa do conflito mundial entre o Oriente e o Ocidente é o

robustecimento do Ocidente e é a manutenção de condições competitivas que nos permitam afastar constantemente o perigo de uma nova guerra e manter abertas as estradas por onde poderemos superar as grandes tensões que ameaçam o mundo de hoje, o Brasil condenou as medidas isolacionistas antes mesmo que se iniciasse a conferência. Lá encontramos os projetos para que essas medidas fôssem aplicadas e hão nos faltaram no Brasil as vozes que dissessem que o Brasil se devia também perfilhar nessa posição favorável às medidas mais extremas. Tivemos porém a ventura de ver que estas posições intransigentes, tão ao paladar da opinião reacionária, foram abandonadas uma a uma na Conferência de Punta del Êste. Não se votaram sanções militares, não se votaram sanções econômicas, não se votou o rompimento de relações diplomáticas. O eminente Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, no discurso que pronunciou perante a Reunião de Consulta, não advogou nenhuma dessas medidas. E aquêles que as tinham proposto retiraram-se no dia em que a Comissão Geral devia emitir sôbre ela o seu voto. Respeitar-se o Tratado do Rio de Janeiro, mantê-lo intacto foi uma demonstração de vitalidade do sistema interamericano, de respeito pelos princípios jurídicos que nêle se encarnam, e porventura nessa omissão está um dos aspectos mais construtivos da reunião que acaba de realizar-se.

É verdade que em tôrno de uma questão dividiram-se os Estados Americanos. Não em tôrno da incompatibilidade entre um regime marxista-leninista e os princípios democráticos do sistema interamericano. Em tôrno dessa incompatibilidade houve um ponto de vista unânime: as vinte nações democráticas do Hemisfério votaram a respeito de modo uniforme. Que conseqüência, porém, extrair desta incompatibilidade? Esta Carta dos Estados Americanos não contém nenhum artigo que preveja a expulsão ou a suspensão de um Estado do seio da Organização. Diz como se adquire a condição de membro, mas não fala na perda coercitiva desta condição. Quer isto dizer que um Estado membro, por maiores que sejam as divergências entre êle e o sistema, não poderá ser afastado em caso algum? Não. A Carta não dispõe sôbre o processo de eliminação. E o que o Direito Internacional nos ensina é que quando um organismo internacional não prevê, com uma norma própria, o modo de eliminação de um dos seus membros, a maneira de alcançar êsse resultado é a reforma da Carta. Tal qual numa sociedade onde não existam normas contratuais para eliminação de um sócio, porque aí o que se terá de fazer é reformar o contrato social. E muito mais, quando ao invés de uma sociedade privada sujeita às leis internas do país, se trata de uma organização

internacional, cujos princípios estatutários não podem ser interpretados ampliativamente, pois tudo que não esteja aqui pactuado está reservado pela soberania dos Estados membros. O caminho portanto estava indicado, era o art. 111 da Carta, que prevê a sua reforma. E por que não se quis seguir êsse caminho? Por que aquêles que desejaram aplicar ao Govêrno cubano o remédio da exclusão, não quiseram seguir o caminho da reforma da Carta? Porque a reforma da Carta envolve um processo determinado de elaboração. Esta elaboração termina nos congressos dos Estados que devem dar a sua ratificação ao ato de reforma. O que a Delegação brasileira impugnou no tocante à exclusão do Govêrno cubano da Organização foi que se violasse a Carta de Bogotá. E sua posição não foi isolada porque ao lado dela se alinharam Estados que representam a grande maioria da população, a grande maioria da renda, a grande fôrça da cultura da América Latina. Alinharam-se a Argentina, o Chile, o México, o Equador, a Bolívia. E estas nações que se uniram às demais na proclamação contra o comunismo internacional e na defesa da democracia entenderam que era do seu dever permanecerem intransigentes na defesa de uma arma que é a grande arma das nações militarmente fracas. Essa arma é a intangibilidade da norma jurídica. Ai dos países militarmente fracos que consideram a norma jurídica um instrumento de menos importância sôbre o qual podem concluir transações. Em primeiro lugar não seria o atual Govêrno do Brasil, não seria o atual Ministro das Relações Exteriores que iriam arrastar o nosso país a uma atitude em desmentido flagrante com os antecedentes da nossa política internacional. Porque se há uma tradição que tenhamos, se há uma tradição que mereça o respeito de todos, inclusive dos nossos adversários, é a tradição de colocarmos o direito como regra suprema para toda a conduta do Estado. Jamais o Brasil se afastou dêsse princípio e não se afastou em Punta del Êste. Enfraquecemos com isso a unidade dos Estados americanos? Certamente não. Acredito antes que a fortalecemos porque provamos ao mundo que as nações dêste Hemisfério formam uma organização regional de Estados verdadeiramente livres. Somos sócios uns dos outros. Mantemos o direito de discordar e não comprometemos nesta discordância, nem um minuto, seja a unidade dos nossos propósitos, seja a cordialidade dos nossos empreendimentos.

Posso dizer ao povo brasileiro que me ouve que a Delegação brasileira e a Delegação norte-americana mantiveram em Punta del Êste as melhores relações de cordialidade, de respeito mútuo e de cooperação e ouso acreditar que depois de nos havermos mantido fiéis a um ponto de vista que havíamos

anunciado antes da Consulta, que havíamos comunicado às demais chancelarias e de que não nos afastamos, estamos mais unidos do que nunca aos países nossos aliados e nossos amigos porque todos sabem o que significa hoje a nossa aliança, a aliança de um Estado verdadeiramente independente e cônscio das suas responsabilidades, que usa o seu poder nacional para tomar as decisões que lhe competem e que leva a sua contribuição, positiva e altiva, à construção de uma obra comum. Não posso passar sôbre êste ponto sem render aqui as minhas homenagens ao Presidente da nobre Nação argentina. O presidente Frondizi enfrentou no interior do seu próprio país uma crise política severa, em conseqüência da admirável atitude tomada por sua delegação em Punta del Êste. E vale a pena ouvir as suas palavras, estas palavras que extraio de tantas outras do seu memorável discurso. Depois de rememorar o que ali se passara, conclui êle:

> "As Delegações de seis Estados, Brasil, México, Chile, Equador, Bolívia e Argentina, fundamentaram sua abstenção numa vital consideração de ordem jurídica. A reunião de chancelaria convocada como órgão de consulta não tem faculdade para excluir o govêrno de um Estado membro da Organização dos Estados Americanos, conforme os Estatutos e os Tratados em vigor. Quero assinalar que êste é um ponto de direito absolutamente claro, tanto mais sólido quanto é fato que o direito internacional, que resolve questões vinculadas à soberania dos Estados, só admite interpretações restritivas. Estas razões jurídicas não são meramente formais. Tôda a tradição jurídica de humanidade civilizada descansa sôbre o princípio de que não há penas sem leis e de que ninguém pode ser julgado a não ser em virtude de lei anterior ao fato do processo. Afastar-se dêsse conceito fundamental é incorrer na mais flagrante arbitrariedade. Renunciar a êste princípio equivale nas relações humanas — a adotar a lei da selva".

Não poderíamos concordar em que, contra os nossos pontos de vista longamente decantados na história e nos arquivos das nossas chancelarias, fôsse o nosso voto robustecer uma unanimidade a que propositadamente se dava o nome de decisão política, como que a indicar que não era uma decisão jurídica. Que motivos levaram tantos Estados americanos a tomarem tal atitude? Em primeiro lugar respeitaremos a conceituação que cada chancelaria deve ter do que é a verdade jurídica segundo ela própria. Não nos cabe julgar as opiniões dos países nossos irmãos. Cabe-nos, pelo contrário,

respeitá-las como queremos que êles respeitem as nossas, mas não podemos esquecer que em grande parte esta exclusão de um govêrno, sem autorização prévia na Carta e omitindo o processo regular de sua reforma, respondeu a objetivos de política interna e à satisfação de determinados ângulos da opinião pública nacional, a determinados setores mais intransigentes do parlamento, da imprensa, de determinadas correntes de opinião. Nem por isso eram motivos que pudessem assumir o caráter de uma norma de conduta universal. O Brasil defendeu, pelo contrário, uma posição que foi considerada por muitos, em determinado instante, utópica, porque mostrávamos que a incompatibilidade entre o regime cubano e o Hemisfério deveria ser resolvida através de um Estatuto de obrigações negativas adotadas pelo processo de mediação. Essa solução pareceu a muitos irrealística, mas é uma grande satisfação para a Chancelaria Brasileira verificar que os maiores comentaristas internacionais dos nossos dias, entre os quais merece uma posição destacada o grande comentarista norte-americano, Walter Lippmann, escrevendo sôbre os trabalhos de Punta del Êste, consideraram tôdas as fórmulas ali apresentadas inadequadas, para dizer num determinado instante (leio o artigo do Sr. Walter Lippman, de 24 de janeiro do corrente ano): "o primeiro passo a dar será a formação de uma base jurídica para a contenção de Castro, assim como afirma o Brasil". E em seguida vem êle indicando as características da proposta brasileira. Proposta que o Brasil apresentou com o propósito construtivo de fazer frente a um perigo comum e que, se não prosperou nessa Conferência, teve pelo menos o mérito de impedir que prosperassem soluções menos sensatas e, afinal, há de permitir um dia que se encontre o caminho correto para colocar o problema cubano em têrmos não de isolamento, não de erradicação, mas de limitação e de convivência.

Quero dirigir finalmente ao povo brasileiro, ao encerrar esta exposição, algumas breves palavras, de avaliação dos resultados. Acredito que o balanço da Conferência foi positivo para todos nós; foi positivo para o Brasil, que deu em primeiro lugar uma demonstração de coerência, pois sustentou na Conferência, do primeiro ao último dia, a posição que o seu Ministro do Exterior havia anunciado aos Chefes de Missão dos Estados Americanos. Foi positivo para o Brasil, porque demos uma demonstração de firmeza. Aquilo que nos pareceu ser a posição correta, aquela que correspondia às nossas tradições jurídicas e à nossa compreensão do sistema americano, nós a assumimos e mantivemos inalterada até o final. E foi também uma posição de respeito, porque o melhor fundamento da amizade é o respeito mútuo.

Não nos afastamos dos Estados Unidos nessa Conferência. Pelo contrário, dêle nos aproximamos, porque aumentamos ainda mais o cabedal a respeito, que tem sido o melhor fundamento para as relações entre os dois países. Foi também positiva para a América, porque demonstrou a unidade dos povos americanos na defesa da democracia. Demonstrou a sua confiança nos métodos de combate contra o comunismo, baseados na luta contra o subdesenvolvimento econômico e contra a miséria, e condenou formalmente os processos reacionários de luta contra êle. Foi também positiva para a América, porque dessa Conferência o princípio de não-intervenção e de autodeterminação dos povos saiu intacto, não se cometeu nenhuma intervenção, não houve infração de qualquer natureza ao princípio de autodeterminação. E nem mesmo esta exclusão, em tôrno da qual não se chegou a unanimidade, representou propriamente uma solução definitiva, porque na preocupação de evitar a agressão frontal aos têrmos da Carta, o que se aprovou afinal em Punta del Êste foi mais a decisão de excluir do que o ato da exclusão.

Sei que o Ministro das Relações Exteriores sofreu no curso dessa Conferência alguns momentos de severa crítica e de dura incompreensão. É para isto que existe o homem público. É para levar adiante aquilo que constituiu realmente a vontade de seu povo e o pensamento do seu país, sem hesitar diante da incompreensão, sem temer sequer diante da injustiça. Mas não posso deixar de abrigar-me à sombra de um precedente ilustre, porque mesmo para os que se dispõem a enfrentar friamente o cumprimenro do dever, é sempre de um grande confôrto moral sentirem atrás de si um exemplo que os encoraja. Não posso deixar de lembrar Rui Barbosa, na Conferência de Haia, em 1907, certamente o maior certame internacional, quanto à intensidade com que se projetou na opinião pública do nosso país. O maior êxito da diplomacia brasileira - Rui Barbosa, viu-se na contingência de sustentar na tese crucial daquela Conferência, que era a criação de um Tribunal Permanente de Arbitragem, uma tese de ordem jurídica contra a qual se colocavam os Oito Grandes da época. Tratava-se da igualdade entre os pequenos e os grandes Estados. Rui Barbosa defendeu o princípio da igualdade contra aquêles que pretendiam uma fórmula de participação desigual. E houve um momento em que o nosso grande embaixador naquele certame enfrentou a dura, a difícil situação de se ver seduzido a votar vencido, contra todos os outros Estados. Nêste momento falou-lhe a voz da Chancelaria brasileira, expressa não por outro senão pelo Barão de Rio Branco, nesses têrmos

inesquecíveis: "Agora que não podemos ocultar a nossa divergência com a Delegação norte-americana, cumpre-nos tomar aí, francamente, a defesa do nosso direito e o das demais nações americanas".

Êstes são os antecedentes da diplomacia brasileira. É dentro dessa linha imperturbável, dessa linha ininterrupta de obediência ao direito de intangibilidade dos Tratados, das Normas e dos Princípios que hoje, como ontem, em Punta del Êste, como em qualquer outra das nossas grandes Conferências do passado, atuou e atua o Itamarati.

O Brasil e o desarmamento. Discurso pronunciado, na comissão de desarmamento, em Genebra

Data: 16 de março de 1962
Argumento: San Tiago Dantas enfatiza a importância da participação dos povos não armados no esforço comum para eliminação do perigo nuclear. O Ministro rejeita a busca pela superioridade militar como estratégia para preservação da paz e alerta para o fato de que Estados Unidos e União Soviética devem empreender esforços no sentido de reorientar suas economias, largamente influenciadas pela produção de armas. Neste discurso San Tiago Dantas dedica-se ainda ao tema das experiências nucleares e termonucleares.
Nota sôbre publicação: Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, ANO VII, no. 27.

O Brasil recebeu sua inclusão no Comitê de Desarmamento com plena consciência da extensão de suas responsabilidades, a que se teria, daí por diante, de associar-se. Se é verdade que a responsabilidade pela preservação da paz mundial cabe de forma preponderante às potências nucleares, que são as únicas a dispor de meios para destruí-las, também é certo que só se alcançarão progressos numa ação internacional para reduzir os riscos imediatos de guerra se os povos não armados se unirem aos armados no esfôrço comum para eliminação de um perigo que a tôdos atinge com igual intensidade. Para cortar ou afastar tal perigo não é bastante que haja temor recíproco entre os

Estados que dispõem de armas nucleares e termonucleares no estádio tecnológico mais avançado e que têm capacidade de produzi-las, armazená-las, renová-las e lançá-las sôbre o objetivo. O progresso tecnológico é suscetível de atravessar fases de equilíbrio em que as possibilidades de destruição mútua se equivalem, mas pode atravessar também fases em que um Estado ou grupo de Estados alcança superioridade da ofensiva ou defensiva sôbre seu contendor. Essa superioridade eventual é propícia ao seu intento de procurar obter uma decisão. Se é que os dirigentes políticos com visão global do problema têm meios de avaliação do risco que ultrapassam a simples consideração do desfecho militar, os que encarnam o conflito ideológico do ponto de vista limitado da superioridade técnica atual ou interêsse econômico, não deixarão de exercer uma pressão num sentido belicista e é o quanto basta, para que atinja níveis mais elevados o perigo potencial da destruição. Por outro lado, o risco tende a aumentar na medida em que o progresso tecnológico se êstende a áreas maiores e que outros Estados logram acesso aos armamentos nucleares ou termonucleares por meios próprios ou por alianças políticas.

A ampliação do número de detentores do poder de iniciativa introduz na equação de fôrças, novas variáveis independentes. Rompida, ainda que numa área geograficamente limitada, a paz nuclear, tornam-se mínimas as possibilidades de evitar que a ação se propague e atinja o centro do conflito mundial.

A preservação da paz, já não pode pois ser assegurada através da procura da superioridade militar ou de qualquer das fórmulas em que se baseou na era pré-atômica a política de poder dos grandes Estados.

Se queremos a paz, é a paz, e não a guerra, o que devemos preparar; e para isso estão igualmente aptos e são igualmente responsáveis tanto os Estados armados, quanto os não armados, desde que tenham consciência dos riscos a que se acham expostos os seus e os outros povos, e que estejam decididos a encarar com independência e objetividade o problema que nos reúne nesta comissão.

A experiência dos últimos anos nos ensina que nêste problema existem duas maneiras de proceder:

1) A primeira consiste em propor ao adversário o que previamente já sabemos que êle não poderá aceitar sob pena de debilitar a sua posição sem o correspondente enfraquecimento da posição contrária. Foi êste o tipo do procedimento que fêz do problema do desarmamento o campo predileto da

guerra fria. Propostas inviáveis são lançadas, de parte a parte, na expectativa, não de um progresso efetivo no campo do desarmamento, mas, de um rendimento político imediato junto à opinião pública internacional.

2) A segunda maneira de proceder, menos freqüente infelizmente, consiste em averiguar os limites de transigência compatíveis com a manutenção dos níveis atuais de segurança e em procurar levar até àqueles limites as negociações. É êste evidentemente o único meio de alcançar progressos efetivos no domínio do desarmamento, e por paradoxal que pareça não são as nações nuclearmente armadas, mas as não armadas as que podem criar condições mais favoráveis ao seu emprêgo.

De fato, os projetos desarmamentistas, característicos da guerra fria, não são lançados por potência nuclear na expectativa de enganar outra potência nuclear mas para obter o lançamento do seu crédito junto à opinião pública mundial. É junto a essa opinião pública, sobretudo das demais nações ansiosas por condições que lhes assegurem prosperidade e confiança no futuro, que tais medidas conseguem ser colocadas e recebidas pelo valor nominal, gerando simpatias ou antipatias e oferecendo assim benefício político aos que tomam a iniciativa de propô-las.

Se essas nações não armadas – sedentas de uma paz não apenas durável mas também definitiva – tomarem a atitude esclarecida e corajosa de denunciar e repelir tais projetos de mera guerra fria, em vez de emprestarem seu apoio ao refôrço de posições puramente polêmicas, adotadas por qualquer dos blocos militares, estará, em pouco tempo, neutralizado e mesmo destruído o efeito político de tais projetos e rapidamente se poderão criar as condições necessárias para uma política desarmamentista com resultados reais. É nessa posição que se pretende colocar a Delegação do Brasil no correr dos trabalhos dêste Comitê.

O Brasil é uma nação integrada política e culturalmente no Ocidente, que procura resolver seus problemas econômico-sociais nos quadros da democracia representativa, mas que não faz parte de qualquer bloco político-militar, ressalvada sua vinculação aos Tratados de Assistência recíproca para defesa do hemisfério americano contra agressões oriundas do próprio hemisfério ou de potências extracontinentais.

Desejamos trazer ao desarmamento uma contribuição correspondente à primazia que invariavelmente atribuímos à paz em nossa política externa e estamos certos de que a melhor forma de fazê-lo é preservarmos a independência de nosso pronunciamento e a autoridade de nossa voz para

empenhá-la em tudo o que possa favorecer ao desarmamento efetivo e imediato e recusá-la a tudo que apenas vise a reforçar polêmicas, sublinhar antagonismos, impressionar a opinião pública ou protelar resoluções.

O Brasil compreende e aprecia os esforços que tanto os Estados Unidos como a União Soviética têm enviado para alcançar o condicionamento adequado entre a progressão do desarmamento por etapas e o estabelecimento simultâneo de uma inspeção internacional eficaz.

Parece, entretanto, que o problema não se esgota nesses dois aspectos e que existe um terceiro sem cuja consideração paralela muitas propostas correm o risco de se tornarem utópicas. Refiro-me à reconversão de uma economia largamente influenciada pela produção de armas, como é hoje a das potências nucleares, a objetivos de ordem social e econômica no interêsse exclusivo da paz. São do conhecimento de tôdos as estimativas do que representam os programas militares, como investimento de capitais, volume, encomendas e mobilização de mão-de-obra. Sôbre êsse assunto acaba de oferecer-nos o Secretariado das Nações Unidas um valioso e objetivo relatório. Tanto num país de economia centralmente planificada, como num país livre a iniciativa da cessação de encomendas criaria graves problemas internos se devesse significar simplesmente o fechamento de fábricas, a dispensa de empregados e a liberação de fundos públicos. É indispensável que se planeje a conversão de uma economia armamentista numa economia pacifista, e que imensos recursos, hoje mobilizados em nome de uma causa mundial que é a da segurança, sejam encaminhados através de uma organização internacional, que reúne tôdos os fundos liberados nos países em que se processe o desarmamento, à solução de outro problema mundial que é a eliminação a curto prazo da miséria dos povos e a excessiva desigualdade econômica entre Estados. Sem planejamento de reconversão econômica o desarmamento pode significar para as próprias nações armadas um desequilíbrio de perigosas conseqüências.

É auspicioso pensar de que está ao nosso alcance a solução dêsse desequilíbrio e que tal solução pode dar ensejo a um progresso substancial, não apenas para êsses países mas também para países não armados, dos mais aos menos desenvolvidos.

Outro ponto que nos parece merecer um tratamento claro e construtivo é aquêle que diz respeito à segurança específica das nações que não dispõem de armamento nuclear ou termonuclear, nem têm acesso às decisões finais sôbre a conveniência do seu emprêgo tático ou estratégico. Em 26 de

dezembro de 1959, um tratado entre 12 potências declarou, no seu art. 1º , que a Antártida "será usada apenas para fins pacíficos" e proibiu no art. 5º que ali se realizassem explosões nucleares ou depósitos de material radioativo. Em 28 de novembro de 1951 a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1652 (XVI) que considera o continente africano uma zona desnuclearizada, a ser respeitada como tal. O Brasil deu seu voto a esta resolução. Medidas dêste gênero, seja qual fôr sua eficácia material, indicam o desejo de limitar a área do risco atômico. Ao mesmo tempo exprimem o repúdio a qualquer legitimação do emprêgo de armas de destruição maciça e indiscriminada. É fora de dúvida que atinge a soberania dos Estados, e arriscaria as relações entre os Governos e os povos que representam, a aceitação do emprêgo dêsse tipo de armas no território de um país que não pode participar de forma eficaz das decisões correspondentes. Não estaríamos apenas atraindo retaliações imprevisíveis; estaríamos sobretudo aceitando uma quota indeterminada de responsabilidade num ato em que não nos cabe uma quota proporcional de iniciativa.

Outro ponto sôbre o qual desejo enunciar perante a comissão, o ponto de vista brasileiro é aquêle que diz respeito à suspensão de experiências nucleares e termonucleares, especialmente na atmosfera. O Brasil exprimiu nos têrmos mais claros a sua reprovação quando a União Soviética, em outubro do ano findo, realizou sucessivos têstes dessa natureza, assumindo a responsabilidade de reabrir uma competição tecnológica em que a trégua promissora se havia estabelecido desde 1958 e, igualmente, exprimiu sua esperança de que a decisão ainda condicional dos Estados Unidos de reiniciar tais experiências não se venha a concretizar. Duas razões nos levam a tomar uma atitude inflexível de oposição e de frontal condenação dessas experiências: A primeira consiste na certeza de que elas estimularão, mais do que qualquer outro meio aquela procura de uma superioridade ofensiva ou defensiva momentânea, a qual se constituirá em fonte inevitável de pressões belicistas no seio do Estado que se encontrar em posição favorecida; a segunda reside no receio de que estejamos contribuindo para a contaminação radioativa da biosfera que vai reduzindo a margem de tolerabilidade e comprometendo, não tanto o presente, quanto o futuro da nossa espécie. Quando sabemos que a utilização da energia nuclear para fins pacíficos deixa, ela própria, no presente estágio da tecnologia, um resíduo a ser debitado àquela margem inextensível, é fácil concluir o que representa, à luz de nossos deveres para com as gerações futuras, a realização de tais experiências cumulativas.

Quero relembrar, aqui, aplicando-as de maneira específica aos têstes nucleares, as seguintes palavras do senhor Jules Moch como delegado da França — um país cuja ausência nesta reunião é lamentável: "*Pas de désarmement sans contrôle, pas de contrôle sans désarmement; mais tout le désarmement qui peut être controlé*".

Depois de ouvir os discursos de ontem dos representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, devo constatar que as posições respectivas dêsses dois países não parecem ter mudado substancialmente. Creio, porém, ter percebido nuanças na apresentação de certos aspectos do problema, sobretudo no que diz respeito à suspensão de têstes nucleares que autorizam crer na possibilidade de progresso rápido e real nêste terreno.

Devo reafirmar que, a nosso ver, não deveria haver dificuldades insuperáveis que se oponham a um resultado pronto sôbre questão da suspensão de têstes. Técnicos de nações mais adiantadas no Comitê nuclear estão de acôrdo, creio eu, sôbre a possibilidade de contrôle eficaz dos têstes, tanto submarinos, quanto os que se processam na atmosfera e na biosfera, sem que seja necessária uma inspeção ou uma verificação local mais pormenorizada. Acreditamos assim que essas experiências deveriam ser suspensas imediatamente e quanto às experiências subterrâneas, estudos técnicos poderiam ser retomados sem perda de tempo, a fim de estabelecer um grau mínimo de inspeção in loco indispensável a assegurar a execução dos compromissos assumidos. Um acôrdo sôbre esta questão poderia ser concluído sem demora e constituir objeto de trabalho de um subcomitê que deveria ser designado imediatamente com essa finalidade.

Senhor Presidente, o Brasil saudou como um dos acontecimentos auspiciosos, no ano findo, no campo das Relações Internacionais, a declaração comum sôbre princípios convencionais pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética para negociações relativas ao desarmamento, cujo texto foi encaminhado, em 20 de setembro, ao Presidente da Assembléia Geral pelos senhores Stevenson e Zorine. Essa declaração afirma em seu primeiro artigo que o fim das negociações é chegar a um acôrdo sôbre um programa que assegure: (1) o desarmamento geral e completo para que a guerra não mais seja um instrumento para solucionar os problemas internacionais, e (2) adoção de processos seguros para solução pacífica dos conflitos internacionais e de manutenção da paz dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Com essa finalidade duas grandes potências "fazem apêlo ao concurso de outros Estados" entre os quais quiseram, no projeto apresentado na Assembléia Geral e que se converteu na Resolução 1722 (XVI), incluir o Brasil.

O Brasil consagrará a essa tarefa um espírito de colaboração indeclinável.

Discurso proferido no Congresso Nacional

Data: 29 de maio de 1962
Argumento: Neste discurso San Tiago Dantas faz alusão à moção de censura que lhe foi dirigida em razão da posição assumida na VIII Reunião de Consulta contra a aplicação de sanções econômicas a Cuba. O Ministro reafirma seu compromisso com a democracia representativa, mas refuta o princípio de intervenção estrangeira em negócios internos de um país. Para San Tiago Dantas, o isolamento de Cuba não favorece a afirmação dos princípios democráticos naquele país.
Nota sôbre publicação: Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, ANO VII, no. 27.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, antes de dar início à minha exposição, desejaria consultar Vossa Excelência sôbre um ponto de ordem. Ao longo dos debates haviados nesta Casa e ensejados pela moção de censura, foram apresentadas várias interpelações. Entendo que são interpelações as questões levantadas no curso de exposição feita da tribuna, ou mesmo em apartes, que exigem esclarecimentos da parte do Ministro do Exterior. Pergunto a Vossa Excelência: falando nêste momento, depois de um debate encerrado, e para responder às observações feitas à margem dêle, devo ater-me à moção de censura, ou devo e posso, igualmente, tratar das interpelações?

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – A questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro San Tiago Dantas deve ser resolvida por assemelhação de métôdos de trabalho e proposições outras que não esta moção de censura por isso que ainda não dispomos das regras específicas para a matéria.

A indagação de S. Ex.ª, devo informar que, nada obstante encontrar-se na tribuna num horário correspondente ao chamado Grande Expediente, está, entretanto, conforme me havia comunicado, na situação de tratar da moção de censura objeto de discussão já encerrada na sessão anterior. Nessas condições, o Sr. Ministro de Estado tem a palavra para tratar desta proposição, e somente dela, a fim de que a disciplina de nossos trabalhos possa realmente facilitar o juízo que sôbre o assunto o plenário deva fixar, com o fito de deliberar sôbre a matéria.

As questões suscitadas por interpelações anteriormente apresentadas à Mesa deverão ser tratadas por S. Ex.ª, mas noutra oportunidade, sessões imediatamente seguintes, não nêste ensejo.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Nêste caso, Sr. Presidente, desejo pedir a Vossa Excelência que me considere inscrito para, numa próxima sessão, se possível na de amanhã, fornecer aos eminentes membros desta Casa os esclarecimentos a que fazem jus, à vista das interpelações apresentadas. Acredito mesmo, Sr. Presidente, que a moção e as interpelações não podem deixar de ter um tratamento processual diverso, uma vez que na moção estamos sujeitos à votação do plenário e nas interpelações estamos sujeitos precipuamente ao dever de resposta, e só no caso de ser esta julgada insuficiente poderá transformar-se em nova moção, para a qual o voto será solicitado.

Entretanto, creio que as interpelações estão hoje mais presentes ainda ao espírito dos nossos eminentes colegas do que o próprio objeto da moção, já que esta foi apresentada recentemente, mas havia sido formulada e apresentada pela primeira vez em fevereiro do corrente ano, versando exclusivamente a Conferência de Punta del Êste. Vou ater-me, de acôrdo com a solução dada por Vossa Excelência à questão de ordem, aos têrmos da moção, mas desde já quero dizer aos eminentes membros desta Casa que aqui estarei, nesta mesma tribuna, na primeira sessão – a de amanhã – para resolver, em caráter informativo, os outros pontos levantados pela Câmara no curso dos debates.

Muitos dêsses pontos pareceram-me realmente reclamar um esclarecimento amplo, pois não posso compreender que paire qualquer dúvida

a respeito dêles no espírito dos eminentes congressistas. São questões fáceis de esclarecer e de elucidar; muitas delas resultam antes de deturpações ocasionais de um noticiário incompleto do que propriamente de uma apresentação integral dos fatos. E é com prazer que voltarei a esta tribuna, não apenas amanhã, mas tantas vêzes quantas sejam necessárias, para trazer à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional as satisfações que lhes deve o Govêrno pelos atos que pratica no Ministério a meu cargo.

Com relação à moção de 17 de fevereiro, Sr. Presidente, creio que, decorrido tanto tempo, passados já tantos meses da VIII Reunião de Consulta que a ela deu ensejo, é justo a examinemos em dois aspectos sucessivos.

No momento em que a moção foi formulada e apresentada pela primeira vez, era natural que os seus eminentes signatários e a Câmara tivessem, para apreciar-lhe o mérito, apenas o elemento racional, da compreensão, da decisão ali tomada pela delegação do Brasil. Os meses, porém, passaram sôbre a decisão da VIII Reunião de Consulta, e hoje já podemos juntar àquelas considerações outras que, por assim dezer, representam o seu período de prova, pois, desde o encerramento da Consulta até hoje a vida internacional do hemisfério, dentro dêste a posição do Brasil, teve desdobramento que os permite apreciar, à luz da experiência, a decisão tomada em Punta del Êste pela maioria das nações americanas e, no quadro dessa decisão, a posição tomada pelo Brasil.

Vou pedir licença aos meus eminentes companheiros da Câmara dos Deputados para, nesta exposição que procurarei tornar a mais objetiva e desapaixonada, apresentar um conjunto de argumentos e de fatos e dessa forma poder estabelecer uma base para o debate que ainda hoje, provavelmente, aqui teremos a oportunidade de reacender. Peço permissão, por isso, para começar por uma exposição e, depois de chegado a um certo ponto dela, então iniciar o debate com tôdos aquêles que me quiserem dar a honra da sua contribuição, através de apartes.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, não podemos esquecer que a VIII Reunião de Consulta adquiriu, na vida do Continente americano, uma significação inusitada. A ela foram convocadas as nações dêste hemisfério para deliberarem sôbre os têrmos de uma convocatória que levava a crer se pretendesse aplicar ao caso cubano o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, conhecido com o nome de Tratado do Rio de Janeiro. Essa convocatória correspondia à argumentação êstendida no Conselho da Organização por alguns Estados americanos que haviam insistido em

caracterizar o estabelecimento de um regime em Cuba sem as características do regime democrático representativo como algo que podia justificar a aplicação de sanções, nos têrmos do Tratado do Rio de Janeiro, fôssem sanções diplomáticas, como a ruptura das relações, fôssem sanções econômicas, como as medidas aplicadas ao comércio, ou fôssem mesmo sanções militares.

Ao abrir-se a Consulta, havia proposta sôbre a mesa que previa a aplicação de tais medidas. Desde muito antes, entretanto, se havia iniciado entre as chancelarias americanas, um largo debate, através de troca de notas e de informações, e, no próprio Conselho da Organização dos Estados Americanos, os países haviam feito ouvir as suas vozes para analisar, à luz dos tratados vigentes, os objetivos consignados na convocação.

É sabido, Sr. Presidente, que o desenvolvimento da ação internacional, especialmente no nosso hesmisfério, consiste principalmente no equilíbrio de três princípios, ou, diria melhor, de três objetivos que estamos igualmente empenhados em alcançar. O primeiro dêsses princípios é a não intervenção de um Estado nos negócios internos do outro; o segundo é a preservação e o fortalecimento da democracia representativa em nosso hemisfério; e o terceiro é a construção de um sistema de segurança coletiva, baseado na aplicação de sanções contra um eventual agressor. O modo por que êsses três objetivos se limitam, a forma pela qual cada um dêlas precisa ser defendido na aplicação irregular ou inconveniente do outro, constitui o aspecto ao mesmo tempo mais delicado e mais importante da ação diplomática internacional.

Se é verdade que queremos desenvolver a democracia representativa, se é verdade que desejamos preservá-la e assegurar o seu fortalecimento, também é verdade que não desejamos fazer da defesa da democracia uma base, um pretexto, um motivo para que os Estados intervenham nos negócios internos de um outro e substituam as deliberações dêsse próprio Estado pelas suas deliberações. Daí a fronteira que teoricamente precisa ser traçada com nitidez e que na prática precisa ser observada com rigor entre o princípio de não intervenção e êste outro princípio inscrito no art. 5º da Carta de Bogotá e que traduz a aspiração dos povos americanos ao regime de liberdade.

Ao mesmo tempo, as sanções são instrumentos através dos quais a organização coletiva a que pertencemos procura defender cada um dos seus Estados membros dos riscos do ataque armado e da agressão.

Nada mais perigoso do que se as sanções amanhã se converterem num instrumento de intervenção graças ao qual, em vez de procurarmos reprimir a

agressão e reduzir o ataque armado ao estado anterior, passemos a poder interferir dentro de um Estado e a ditar-lhe a vontade de um outro, ou mesmo da organização geral a que tôdos pertecem.

A possibilidade de transgressão dessa fronteira que separa a aplicação dêsses diferentes princípios internacionais é constante. E o mérito da diplomacia do nosso Continente, a finalidade mesma da ação internacional em que se acham engajados tôdos os Estados dêste hemisfério, é fazer com que os fins possam ser colimados sem que jamais, graças à invocação inadequada de um, posterguemos a aplicação de outro.

Era êsse em Punta del Êste, como de um modo geral em qualquer conferência internacional conovocada sob a égide do Tratado do Rio de Janeiro, o problema que se interpunha aos cuidados das chancelarias americanas.

Podia o Tratado do Rio de Janeiro ser invocado para resolver-se, através da via das sanções coletivas, o caso criado em Cuba, pelo estabelecimento de um regime não enquadrado no conceito continental de democracia representativa. As chancelarias americanas examinaram êste caso cuidadosamente.

Não foi apenas o Itamaraty, não foi apenas o Govêrno brasileiro, através do seu órgão técnico, que se debruçou sôbre as dificuldades da espécie. Na verdade, a Argentina, o México, a Colômbia, o Peru, o Chile, os Estados Unidos, tôdos os países que integram como Estados membros a Organização dos Estados Americanos, dedicaram à questão o mais carinhoso estudo.

Os resultados dêsse estudo não tardaram em transparecer.

O Govêrno brasileiro, depois de examinar o caso à luz dos seus precedentes internacionais e de cotejar a espécie com as normas a êle aplicáveis, chegou a uma conclusão clara a respeito dos limites que podiam orientar a ação da nossa Chancelaria. Em primeiro lugar, partimos da idéia indiscutível de que o Tratado do Rio de Janeiro não conceitua o simples estabelecimento de um regime político, seja êle qual fôr, como o caso de ataque armado ou de agressão.

É certo que há regimes políticos em que a agressão é mais fácil de medrar no espírito dos governantes, e outros em que, pelo contrário, o maior contrôle de opinião pública atua como um freio sôbre as intenções agressivas. Mas, nem por isso é lícito definir um regime político, sejam quais forem as suas características, como um ato agressivo em si mesmo. Basta pensar que a Organização das Nações Unidas mantém em pé de relações amistosas,

Estados que praticam os mais variados regimes políticos conhecidos no mundo contemporâneo. Êsses Estados se reúnem em assembléias internacionais, firmam tratados, entretêm uma via diplomática administrativa, e nada disso seria possível se algum dêles, em virtude das características do regime que pratica, tivesse que ser considerado em ato de agressão ou mesmo na iminência de desfechá-lo. A agressividade dos regimes é muitas vêzes um resultado da índole ideológica ou de certas circunstâncias ocasionais que influem no espírito dos povos ou de governantes. Mas não é uma característica imanente às instituições, sejam elas quais forem. Por isso, conceituar um regime como um ataque armado ou como um ato agressivo seria transpor os limites de um documento internacional que é por ventura o mais sério, o de maior responsabilidade para os Estados que o firmaram, nêste hemisfério. O documento a que me refiro é o Tratado do Rio de Janeiro, o único que permite, em determinados casos, que os Estados americanos se unam para praticar uma ação em relação a outro Estado. Ação que, se não fôsse legitimada, se não fôsse firmada rigorosamente no Tratado, teria de ser considerada uma intervenção.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ponto em que o conceito de sanção se separa do conceito de agressão. Tudo aquilo que fôr praticado sob o rótulo mesmo da sanção, mas sem fundamento nos tratados que o prevêem e permitem em casos determinados, configurará a intervenção de um Estado nos negócios internos de outro, e por isso é mais uma medida lícita compatível com a ordem internacional e com os seus fundamentos jurídicos. Terá que ser considerada medida ilícita e configurada na ordem internacional como caso de intervenção, invocar a obrigação de sanção, seja de que natureza fôr, sôbre um Estado apenas mediante a alegação de que nesse Estado se pratica determinado regime incompatível com os têrmos exatos do Tratado do Rio de Janeiro. E por essa razão o Govêrno brasileiro formou o seu pensamento no sentido de que o caso que nos levaria à VIII Reunião de Consulta jamais poderia ser considerado como um caso de aplicação dêsse Tratado e não poderia por conseguinte levar a aplicação de sanções do Tratado referido, os debates de Punta del Êste foram suficientemente esclarecedores. E quando a Conferência marchou para o momento culminante da votação, os Estados que haviam subscrito aquelas propostas tomaram a iniciativa de retirar-se, de tal maneira que as sanções políticas, sanções econômicas ou sanções militares não foram objeto de voto na VIII Reunião de Consulta.

É êsse o primeiro ponto que não pode deixar de ficar bem claro, por ter sido o Govêrno brasileiro, nos têrmos da moção de censura, de que tenho nêste momento a oportunidade de defender-me, considerado pouco atento aos problemas básicos de segurança do nosso hemisfério. Pelo contrário, o Brasil não viu em Punta del Êste uma questão de segurança porque, na realidade, nenhum dos Estados americanos ali presentes, pretendeu obter dos demais Estados um voto que implicasse na aplicação do sistema de segurança coletiva regional.

Peço, por isso, licença aos doutos signatários da moção de censura para acentuar que, no que diz respeito à segurança coletiva do hemisfério, longe de nós têrmos assumido em Punta del Êste uma posição de discordância, no ato das votações. O que vimos foi posição que o Govêrno brasileiro adotou e tornou expressa na primeira manifestação pública ao Embaixador acreditado no Rio de Janeiro, perfeitamente perfilhada pela unanimidade da Conferência.

Ali não houve discrepância e peço licença para dizer, com o devido respeito pelos signatários da moção, que não cabe a censura.

Um segundo ponto já versado na própria moção e desenvolvido ao longo dos debates que se travaram nesta Casa, diz respeito à corência do Govêrno brasileiro no tocante à defesa dos princípios democráticos em nosso hesmisfério.

Foi dito e repetido várias vêzes que em nossa política exterior houve um momento de incoerência ao desertarmos, na VIII Reunião de Consulta, de um dos princípios básicos firmados na Declaração de Santiago do Chile.

Ser-me-ia realmente, Sr. Presidente, extremamente penoso – e não sei poderia salvar-me de tal mácula em minha vida pública – se depois de ter tido a honra de ser o redator da Declaração de Santiago do Chile e de havê-la apresentado ao voto na V Reunião de Consulta, em nome do Brasil, fôsse eu que, na VIII Renião de Consulta, em nome do Brasil, negasse a aplicação daquele preceito e sustentasse pensamento diverso daquele que tivera a honra de expressar e de apresentar.

É, porém, extremamente injusta essa Declaração. Na verdade, a Declaração de Santiago do Chile, como ainda hoje teve oportunidade de dizer da tribuna, em memorável discurso, o nobre Deputado Almino Afonso, é um documento político do qual as nações americanas reunidas na V Reunião de Consulta tiveram a preocupação básica de anunciar as características fundamentais graças às quais podemos identificar em nosso hemisfério o regime democrático representativo.

É sabido que o conceito de democracia tem sido discutido, modificado e mesmo deturpado. Se queremos defender a democracia e fortalecê-la em nosso hemisfério, precisamos saber de que democracia se trata, ou antes, que passos fundamentais individuam êsse sistema de govêrno. A Carta de Bogotá, de 48, no seu art 5.º, limitou-se a dizer que os Estados americanos se empenhavam na preservação dos pricípios da democracia representativa, mas não havia ainda, naquela ocasião, um grau de concordância entre os Estados participantes da Conferência Interamericana que lhes permitisse definir o conteúdo dessas palavras e colocar, em lugar de uma simples alusão, um conceito de contôrno definido.

Os anos passaram sôbre a Conferência Interamericana de Bogotá e ao longo dêsses anos, em reuniões internacionais sucessivas, em comitês, em conselhos, os Estados americanos procuraram trabalhar por tôdos os meios a seu alcance êsse conceito de democracia para poderem receber aquilo que a Carta apenas indicava. Foi, creio eu, na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 51, três anos depois de Bogotá, que pela primeira vez se aprovou um projeto que recomendava a adoção de medidas de fortalecimento da democracia em nosso hesmisfério. Essa resolução traduzia muito bem o anelo profundo e permanente dos povos do nosso hemisfério para elevar a vida política até o mais alto padrão de existência política, que é o regime democrático, mas sabemos que a democracia é uma conquista que os povos não atingem a ela senão através de vicissitudes históricas em que muitas vêzes há períodos de avanço e períodos de retrocesso.

A cada passo o nosso coração se confrange quando vemos uma nação, onde supúnhamos implantadas e estabelecidas as instituições representativas, tombar sob a ação de um golpe de fôrça que de forma essas instituições e as transforma num regime de fato ostensivo ou desfigurado. Mas o anelo dos povos americanos tem vencido essas vicissitudes, tem ido além dessas peripécias e sempre tem podido reconhecer a nossa ânsia de sermos verdadeiramente uma democracia, restaurando o regime representativo com base no voto, conquistando-o pela evolução da nossa cultura política e também pelo espírito de reivindicação dos nossos povos. Êsse desejo de fortalecer a democracia em nosso hemisfério, essa aspiração ao mesmo tempo cultural e política foi lançada em 48 em Bogotá, recomendada em 53 pela IV Consulta, mas o passo mais notável dado nesse caminho e que consutitui sem dúvida alguma um título da democracia brasileira foi a Declaração de Santiago do Chile, em que se conseguiu dar conteúdo à expressão e dizer quando é que

um regime, pela ocorrência de determinadas conotações, pode ser considerado um regime democrático dentro dos limites históricos dêste conceito no Continente americano. Ajustou-se isto porventura em Santiago do Chile, que os povos americanos se obrigavam a observar nas suas instituições políticas as características da democracia representativa? Combinou-se em Santiago do Chile que qualquer país que se afastasse daquele modêlo, daquele parâmetro estaria sujeito a ver as suas instituições políticas reorganizadas pelos demais Estados, através de uma comissão ou através de deliberação do órgão regional, a Organização dos Estados Americanos? Jamais. Isto não se fêz, porque isto não se podia fazer. Em primeiro lugar, porque é da essência da democracia que ela resulta da vontade popular e que esta vontade popular não pode ser substituída pela vontade de nenhum outro organismo, de nenhuma outra entidade, de nenhum outro grupo de nações.

O Sr. Adauto Cardoso – Vossa Excelência me permite apenas uma pergunta?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Com muito prazer, embora me caiba dizer a Vossa Excelência que pedi aos doutos colegas me permitissem chegar a uma exposição compacta da matéria, para depois abrir francamente os debates. Mas Vossa Excelência chegou posteriormente e concedo-lhe o aparte.

O Sr. Adauto Cardoso – Não quero abrir exceção, embora me pareça que a pergunta deveria ser formulada nêste momento, que é o oportuno. Não quero ser beneficiário de nenhuma exceção. Agradeço a sua generosidade.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas –Mas acredito que cabe muito bem a exceção, porque V.Ex.ª chegou depois de ter eu feito aquela declaração.

O Sr. Adauto Cardoso – Não prolongo mais o diálogo com que a generosidade de Vossa Excelência me beneficia. Apenas, quando Vossa Excelência assenta que o pacto de Santiago é apenas um pacto de virtualidade ou de nacionalismos, quando Vossa Excelência deixa claro que nada podemos fazer dentro dêsse ajuste de nações para impedir que a pêste do totalitarismo, a pêste das ditaduras se alastre pelo continente, indagaria de Vossa Excelência, então, que nos adianta a nós, povos sul-americanos, flagelados mais do que quaisquer outros pelo mal das ditaduras, que nos adianta a nós concertar, ajustar, pactuar, se estamos assistindo, não a um só caso, mas a dois e amanhã talvez a três, se estamos assistido ao alargamento dessa faixa das soluções extralegais, dessa faixa das soluções

do arbítrio e da violência? Que política externa é esta, Sr. Ministro, em que nos limitamos a cuprir aquilo que foi ajustado e não levamos o nosso sentido de cautela, o nosso sentimento de defesa própria do regime parlamentar, que tantos anos de sofrimento nos tem custado, ao ponto de tratar de novo, rever, reexaminar, a fim de que, diante dos ajustes insuficientes, diante dos pactos omissos, nos vejamos amanhã arrastados, como tudo indica, dentro da efervescência política que das nossas próprias fronteiras se têm insatalado, a solução das ditaduras de fôrça?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Tem Vossa Excelência tôda a razão no que observa. Mas é um problema da vida internacional, do direito internacional e da política entre as nações êsse de não conseguirmos, desde já, resultados proporcionais aos nossos anseios. Pudéssemos nós criar – o quanto mais depressa seria melhor – um mecanismo através do qual assegurássemos a tôdos os povos a liberdade, o gôzo das instituições livres, e certamente, em vez de estarmos nos primeiros passos, estaríamos já no fim da grande jornada de construção da sociedade internacional. A Declaração de Santiago do Chile, o que faz com que se inscreva como um documento digno do nosso respeito e do nosso aprêço é que ela é um elo numa cadeia, numa evolução histórica que, como disse, começou há muitos anos, através de uma simples indicação de finalidade e que conseguiu passar para a etapa de uma declaração política definidora de conteúdo. Se Vossa Excelência quiser reler os considerandos da Declaração de Santiago ali encontrará a expressão dêsse pensamento, onde se recorda que os progressos do direito internacional, notadamente os do direito americano, se têm feito através dessas etapas por assim dizer clássicas. Em primeiro lugar, a etapa da declaração internacional, a etapa em que apenas se manifesta um ponto de vista comum, um pensamento, um anseio; e, afinal, a etapa da convenção, a etapa em que se transforma em norma jurídica aquilo que até então só fôra possível elaborar como conceito.

O próprio princípio da não intervenção, hoje considerado a pedra angular não apenas do sistema interamericano, mas da sociedade de tôdas as nações, o próprio princípio da não intervenção foi, durante muito tempo, objeto de meras declarações políticas, sem fôrça coercitiva. Sua evolução para o nível de aplicação internacional, defendida convencionalmente, foi obra de muito tempo. A nossa aspiração ao regime democrático representa, hoje, um processo em marcha, e não resta a menor dúvida de que nenhum dos traços mencionados na Declaração de Santiago do Chile será tão claro, tão

inequívoco e tão positivo como aquêle que diz que nos regimes democráticos os Governos devem proceder de eleições livres. Foi por acaso êste princípio esquecido em Punta del Êste? Em Punta del Êste só houve duas resoluções que, a rigor, podemos dizer obtiveram o assentimento dos Estados presentes: uma foi a resolução que reafirmava o princípio da não intervenção; outra foi a resolução que reafirmava a Declaração de Santiago do Chile notadamente nêste ponto, quando exprime a aspiração, o anseio dos povos americanos para que tôdos os Governos em nosso hemisfério resultem de eleições livres. Essa aspiração, êsse anelo, que comove a opinião pública do nosso hemisfério, não é, porém, no atual estado das relações internacionais e dos deveres recíprocos dos Estados, uma norma cuja transgressão possa justificar a intervenção de um Estado, de um grupo de Estados, ou de uma organização regional nos negócios internos de um dêles.

Que faríamos da nossa paz política e da nossa paz social se amanhã as vicissitudes da história política de cada uma das nossas nações dessem origem a um julgamento proferido do exterior e habilitassem os demais Estados do nosso hemisfério a intervirem no nosso próprio território, para ditarem a nossa organização política? Por maiores que sejam os flagelos, os sofrimentos, as lutas por que uma comunidade passa no seu esfôrço para conquistar a liberdade, certamente há um remédio que nenhum de nós deseja para sua própria Pátria. Êsse remédio é a intervenção de um outro Estado ou de uma organização regional para reestruturar o nosso regime interno e ditar as normas constitucionais que devem presidir a vida do nosso próprio povo. (Muito bem). Eis por que, Sr. Presidente, não chegamos ainda, e talvez dela ainda estejamos bem distanciados, àquela época em que a organização política de cada Estado soberano deva enquadrar-se num padrão que seja sem dúvida o ideal para que tôdos tendemos, mas que nos possa ser impôsto de fora dentro, em vez de ser atingido pela evolução do nosso próprio povo através dos meios de que êle dispõe para definir seus próprios objetivos e traçar seu próprio destino.

É certo que o regime político praticado na República de Cuba e que constituiu objeto de tão larga apreciação na Conferência de Punta del Êste se afasta fundamentalmente dêsses princípios e dessas características fundamentais. Mas daí a pensarmos que era possível à Organização dos Estados Americanos ou a qualquer grupo de Estados intervir na vida interna dêsse país para lhe ditar uma estrutura constitucional ou para lhe traçar condições compulsórias de adoção de determinado tipo de govêrno, ia uma

distância que a consciência de nenhum Estado americano jamais ousou nem desejou.

O Sr. Arruda Câmara – Tenho chegado também por último à maneira do Deputado Adauto Cardoso, se posso fazer uma ligeira intervenção.

Sr. Ministro San Tiago Dantas – Queria pedir a Vossa Excelência licença para lhe dar a palavra em primeiro lugar quando começássemos a debater.

O Sr. Arruda Câmara – Agora é o momento oportuno, em face de determinada afirmação de Vossa Excelência. Afirmou Vossa Excelência que era impossível a intervenção em Estados soberanos. Indago de V.Ex.ª se admite que qualquer Estado comunista, orientado e subvencionado pela Rússia Soviética, é um povo soberano. Segundo: se, não havendo pronunciamento do povo, mas apenas golpes de fôrça auxiliados pelo exterior, se pode invocar o princípio da autodeterminação ou da independência dêsse povo. Eram as indagações que queria fazer a Vossa Excelência, porque no meu modesto modo de ver de simples estudioso do direito e discípulo de Vossa Excelência, não me consta que nenhum povo sob o tacão da União Soviética seja soberano.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas –Se Vossa Excelência me permitir, grande parte de suas observações terei oportunidade de responder no curso da exposição que vou fazer. Mas, desde já, quero dizer que, para qualquer política internacional que um Estado como o nosso desenvolva, o conceito de Estado soberano a que temos de aternder, não é definido por nenhuma consideração que dependa de uma investigação nossa nas condições internas em que o poder ali se exerça, mas é definida por uma apreciação à luz de critérios estabelecidos pelo direito internacional e que são reconhecidos, inclusive, no momento em que qualquer dêsses Estados se filie a uma organização internacional. (Muito bem).

O Sr. Arruda Câmara – Espontaneamente, como a Hungria...

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Sr. Presidente, iniciada a reunião de consulta de Punta del Êste, vários foram os temas trazidos a debate, várias foram as propostas trazidas a voto nos momentos finais daquela reunião. A respeito de quase tôdas elas, o Brasil uniformizou o seu ponto de vista ao das demais Nações americanas. Houve, porém, uma, que que se tornou o ponto de discordância entre um grupo de 14 e um grupo de 6 Nações, e foi discordância que gerou o debate que ainda hoje, decorridos tantos meses daquela Consulta, aqui nos mantém reunidos para proferirmos, dentro em pouco, um voto sôbre a atitude tomada pelo nosso País.

Qual foi a referida resolução? Na verdade, já não se tratava naquele instante de aplicar ao regime cubano nem sanções políticas, nem sanções econômicas, nem sanções militares. Mas alguns Estados entenderam que cabia aplicar à República de Cuba uma medida que consistia em sua exclusão do quadro dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos. Foi essa resolução, a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, a que determinou a discórdia e que fêz com que a nossa delegação, alinhando-se com a da Argentina, com a do México, com a da Bolívia, com a do Equador e com do Chile, manifestassem um voto que não aprovava o propósito de determinar a exclusão.

Quais foram Sr. Presidente as razões que inspiraram naquela circunstância o nosso pronunciamento? É fácil recapitulá-las, embora, creio, o assunto ainda estaja bem presente no espírito de quantos me ouvem. Em primeiro lugar, a delegação brasileira teve para êsse voto razões de ordem política, e teve também razões de ordem jurídica, que não podia em caso algum transpor. A primeira das razões de ordem política era a convicção em que estávamos de que a exclusão de Cuba, como medida defensiva do hemisfério contra possível expansão do regime marxista-leninista era uma medida de caráter estritamente nominal, que privava o país da sua condição de membro de um organismo regional, mas que nem importava no seu afastamento geográfico, nem na transformação interna do seu regime, nem na limitação de suas atividades. (Muito bem)

O Sr. Salvador Lossaco – Muito bem.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Mesmo na Organização ou excluída dela, Cuba continuaria a praticar o regime que havia adotado através do mecanismo do seu processo revolucionário, e o voto de exclusão não teria nenhuma eficácia para importar numa modificação a curto ou longo prazo.

Creio que tive oportunidade de debater êste argumento aqui mesmo nesta Câmara e de verificar que êle impressionava o espírito de muitos dos eminentes Srs. Deputados. Que sucedeu depois da exclussão de Cuba da Organização dos Estados Americanos? Modificou-se o regime? Alteraram-se suas atividades? Adquiriram os Estados americanos algum meio novo para influir na opinião pública cubana ou para alterar dessa ou daquela maneira a evolução de sua própria situação interna? Tôdos sabem que não. E já naquele momento, portanto, a exclusão nada mais representava do que uma sanção de ordem verbal que não correspondia ao desejo que efetivamente tínhamos e para o qual procuramos contribuir com as idéias que levamos à Consulta, o de traçar

limites à expansão do regime cubano e contê-lo em face de qualquer possibilidade de expansionismo armamentista ou de atividades subversivas no exterior.

O segundo argumento era a convicção que tínhamos de que no mundo em que vivemos o rompimento de contatos entre os Estados não é um bom remédio para assegurarmos a vitória progressiva dos princípios democráticos em cuja defesa nos achamos empenhados. A democracia é um regime que pode ser eliminado na prática dos Estados por fôrça de um episódio político, por fôrça de circunstâncias históricas. Mas a sua qualidade intrínseca, a sua capacidade superior à de qualquer outro regime político de dar resposta ao anseio de liberdade dos povos, faz com que a democracia tenha condições naturais de restabelecimento. E o que até hoje temos visto são os países totalitários se defenderem da influência democrática pela certeza que tôdos êles têm de que, se os seus povos forem confrontados com os benefícios da prática das instituições livres, ali não tardará a medrar um espírito de reivindicações que acabará por fazer com que êsses mesmos povos sintam a necessidade de uma evolução de suas instituições e em conseqüência disso, caminhem na direção de uma reconstituição do estado democrático momentaneamente abandonado.

Senhor Presidente, o motivo que nos levou então a nos opormos à idéia da exclusão foi, além daquele que anteriormente salientei, da inoperância, êsse outro de que, no entender da Chancelaria brasileira e das demais chancelarias que votaram no mesmo sentido, em face da divisão de campos, pelo que se observa no mundo de hoje, vamos preservar condições de competição. É necessário que os Estados possam competir, é necessário que possamos fazer sentir dentro de cada um dêles a palavra, o exemplo, a linha de discussão e de debate que pode manter nos Estados onde a liberdade só momentaneamente foi suprimida, aberta a porta para um retôrno ao caminho das instituições democráticas.

Finalmente, Senhor Presidente, o terceiro motivo, de ordem jurídica.

Jamais assistimos a um único caso em que se constituísse em critério da nossa política externa passar por cima de normas jurídicas para darmos soluções puramente políticas em matérias reguladas pelo Direito. Se há uma tradição jurídica no nosso País, se há na diplomacia brasileira uma constante, essa constante é a da não transgressão da norma jurídica sempre que ela pode e deve ser aplicada. Por isso, Senhor Presidente, quis o Brasil em face

daquela circunstância, adotar atitude de completo respeito a um tratado assinado, que era a Carta de Bogotá. Êsse tratado...

O Sr. Arruda Câmara – Tratado vermelho.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – ... não permitiu que se excluíssem os Estados membros senão através de um único mecanismo que em tais casos se conhece, que é o da reforma do próprio Tratado, reforma da própria Carta. Foram essas as circunstâncias que levaram o Brasil a votar da maneira por que o fêz. Decorridos êsses meses, em que circunstâncias nos vemos?

O Sr. Arruda Câmara – O Brasil não votou, se absteve.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Não é a Vossa Excelência que vou ensinar que abstenção é modalidade de voto nas assembléias internacionais. (Muito bem. Palmas).

O Sr. Arruda Câmara – Modalidade inscrita por Vossa Excelência. Nunca o Brasil adotou semelhante posição.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Atenção, nobre Deputado Arruda Câmara. Peço só intervenha com o consentimento do orador e ao microfone.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Decorridos tôdos êsses meses, que se vê? Em primeiro lugar, a resolução tomada pela maioria da Oitava Consulta não produziu nenhum efeito prático em relação aos objetivos que a inspiraram.

Pelo contrário, a atitude do Brasil, mantendo sua linha de conduta internacional e preservando as suas relações com o Estado excluído da Organização, deu ensejo a que pudéssemos prestar ao mundo, à causa democrática e à liberdade de opinião, serviços consideráveis. (Não apoiados). Tem sido a Embaixada do Brasil na capital de Cuba o refúgio certo de tôdos aquêles que discordam do regime político ali praticado. Tem sido o Brasil um Estado que tem intercedido inúmeras vêzes para conseguir abrandar os rigores de uma situação política; tem sido o Brasil, acima de tudo, a porta aberta através da qual o mundo democrático mantém a sua presença naquele país, cujas tradições de fidelidade aos princípios democráticos não deixarão de triunfar sôbre um episódio momentâneo da ditadura. (Protestos. Aplausos).

É inútil, Senhor Presidente, pensarmos que as ditaduras, que os regimes extremistas se estabelecem em caráter definitivo. Tôdos êles são transitórios, tôdos êles são regíveis e tendem a desaparecer.

Sr. Presidente, eu desejaria perguntar a Vossa Excelência se não me pode ser concedido um prazo suplementar de meia hora, imediatamente ou logo depois da Ordem do Dia, para responder a tôdos os apartes que me sejam formulados. Quero dizer que não julgo haver abusado ao ocupar o

tempo que ocupei até agora, numa moção que mereceu debates tão prolongados e a matéria, pela sua complexidade natural exigia que fôsse feito o desenvolvimento às respostas que pretendia dar.

O Sr. Padre Vidigal – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) – Darei depois a palavra a Vossa Excelência.

Tenho sôbre a mesa requerimento do Deputado Miguel Bahury, de prorrogação da sessão depois da matéria da Ordem do Dia por sessenta minutos, precisamente para que Vossa Excelência possa aceitar apartes e respondê-los. Vou submeter a votos agora, antes de dar início à Ordem do Dia, por isso que há número para a votação.

Em votação o requerimento do nobre Deputado Miguel Bahury, de prorrogação por uma hora após o encerramento da Ordem do Dia. (Pausa). Aprovado.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas – Sr. Presidente, as considerações que acabei de fazer nada mais representam do que uma reafirmação dos argumentos que tive ocasião de trazer a êste plenário, logo depois de terminada a Conferência de Punta del Êste.

Naquela oportunidade, como nesta, ocupei a tribuna com o propósito de trazer os esclarecimentos ao meu alcance e de contribuir, através de um debate franco e desapaixonado, para que a linha política do Brasil em Punta del Êste seja bem compreendida pelos eminentes parlamentares brasileiros. A opinião que tenho, e acredito não se afastar do julgamento desta Casa e do povo brasileiro que ela representa, é a de que a Conferência de Punta del Êste longe de haver representado uma solução de continuidade das nossas tradições diplomáticas e jurídicas, foi um episódio a mais da linha ininterrupta de fidelidade de nosso País aos propósitos pacifistas que inspiram a nossa política nas relações internacionais. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

Discurso do ex-Chanceler San Tiago Dantas ao se despedir dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores

Data: 3 de julho de 1962.
Em 3 de julho de 1962, San Tiago Dantas proferiu discurso de despedida do cargo de Ministro das Relações Exteriores. Para além das referências protocolares, o discurso reafirma alguma das premissas da política externa independente. Segundo San Tiago Dantas, a política exterior no Brasil passou a ter por referência o próprio país, na medida em que desempenha "um papel pioneiro na luta do Brasil pela afirmação de seu próprio destino". Ainda segundo o Ministro, "o essencial é que o povo brasileiro continue a lutar pela efetivação dos seus interesses e pela liberdade de situar-se no quadro universal em que vive de acordo com o imperativo exclusivo do interesse nacional".
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 39, pacote 1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Senhor Ministro, Renato Archer,
Senhor Secretario-Geral de Política Exterior,
Senhores Embaixadores,
Senhores Ministros,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Confesso que recebi com emoção e reconhecimento as palavras de despedida que em nome desta Casa acaba de dirigir-me o Senhor Ministro Renato Archer.

É verdade que essas palavras procedem em grande parte da perfeita identidade de vistas e de alma em que convivemos durante tôdos êstes meses em que tive a honra de dirigir o Itamaraty. Nesse estreito convívio, nessa identificação e participação em tôdos os assuntos, é inevitável que se crie um excesso de generosidade. Quero, entretanto, dizer que aceito em parte as expressões generosas com que ele me saudou nêste momento, porque creio que dediquei, nêstes dez meses, ao Ministério das Relações Exteriores o melhor de mim mesmo, o que de mais sincero poderia existir no meu espírito e de mais firme em minha vontade. É certo que me esforcei para trazer para esta Casa, que já qualifiquei como a primeira do Serviço Público do Brasil, aquela aura de respeito e de independência, indispensáveis a que ela cumpra a sua missão, orientada pelos homens eminentes que constituem o seu corpo dirigente, capacitados para formular, orientar e definir a política externa posta em prática pelos Governos. Nesse sentido, creio que êsses dez meses foram realmente de prestígio para a alta administração do Itamaraty. O Itamaraty governou-se a si mesmo através da minha gestão, não apenas nos problemas de administração interna, mas também nos de política exterior, porque foi na experiência, na sabedoria, na visão esclarecida dos homens que pude reunir em torno de mim, que encontrei os rumos propostos ao Conselho de Ministros e ao Senhor Presidente da República e seguidos, durante êstes meses, pelo Brasil.

Tôdas as personalidades humanas trazem consigo uma marca indelével que levam para os cargos que exercem e para os lugares onde tenham de viver. Cedo ou tarde, essa marca acaba de imprimir-se, e gerar efeitos negativos ou positivos. Era natural que eu trouxesse para esta Casa uma marca inseparável da minha vida pública e do meu destino, que tem sido a marca da controvérsia. Controvertido e gostando de controverter, não acreditando nas pacificações impostas por artifícios, estando, pelo contrário, certo de que é através da luta e do antagonismo que se vencem as etapas de estagnação e se alcançam novos estágios de desenvolvimento, nunca deixei de entrar em luta para encontrar através dela os caminhos da verdade e da paz.

Creio que a política exterior do Brasil desempenhou nos últimos tempos um papel pioneiro na luta do Brasil pela afirmação de seu próprio destino, e

era natural que assim fosse, porque vivendo em contacto com o processo de desenvolvimento de outros povos, tem o diplomata por isso mesmo uma visão universalista e não uma vista limitada ou paroquial dos problemas. Os homens que operam a política exterior se capacitam mais do que os que operam a política interna para compreender e planejar a renovação. Por isso, em países como o nosso, a política externa não pode deixar de ser área pioneira, e disso tivemos prova evidente no choque salutar que transmitiu ao país a ação renovadora brasileira.

Acredito, Senhor Ministro, que se houve uma conquista realizada nêstes meses, foi que a ação dêste Ministério vinculou-se à opinião pública, e de hoje em diante nada aqui se fará, ou se dirá, que não seja ouvido, lido, examinado e julgado pela opinião pública de nosso país.

Uma política exterior voltada para dentro, tratada apenas como matéria de Estado, longe dos refletores da opinião pública, tornou-se impossível. Tudo que aqui se faz começa no povo e nêle acaba, pois o povo brasileiro está atento ao comportamento do Brasil, e alerta para, em tôdos os momentos, julgar, condenar ou aplaudir a ação do Itamaraty. O Itamaraty possui hoje uma linha de conduta, que jamais abandonará, e que constitui para outros setores da administração e do Govêrno o ponto de detonação de um grande processo, que conduzirá necessariamente à revisão de tôda a política interna do país.

Vivemos um momento crucial no nosso destino como povo, como nação. Somos um país cujas perspectivas futuras nos dão a certeza de que nos poderemos projetar como grande potência, responsável por seu próprio destino e capaz de assegurar a seus filhos uma participação plena nos benefícios da cultura e da civilização. Mas ainda pesam sôbre nós fatôres negativos que impedem a concretização de tais possibilidades. Se não nos libertarmos de tais fatôres, se não nos lançarmos à mobilização de tôdas as nossas energias, e à modernização de nossos métodos de pensar e de viver, não será o Brasil o primeiro país que deixa de realizar sua vocação. Os países, como os indivíduos, podem realizar sua vocação ou faltar a ela. Êste é um pensamento proferido há tempos por um grande pensador, que se debruçou sôbre a existência de outro povo, e é talvez extremamente oportuno, pois se não quisermos faltar à nossa vocação, se não quisermos deixar de utilizar as potencialidades que as circunstâncias nos oferecem, teremos de rebelar-nos, enquanto é tempo, contra tudo o que constitui hoje obstáculo a que o Brasil se atualize, se modernize, tome consciência de si mesmo e escolha seu próprio

caminho. Como em outros países, que se apresentam no mundo de hoje em situação semelhante à nossa, o grande sentido da luta que a comunidade brasileira deve empreender é a luta contra a opressão, contra a opressão que nos impede de alcançarmos o nosso objetivo e desde logo no campo da política externa sofremos como país a opressão dos países fortes e a tendência para que nossos problemas, nossos interêsses, nossas necessidades, em vez de gravitarem em tôrno da nossa órbita, gravitem em órbita de países cuja economia nos domina. Nessa dominação há mais uma questão de estrutura, que de violência, e por isso é indispensável que a política externa tenha como preocupação identificar o interesse nacional e lutar por êle, bem como, livrá-lo de influências muitas vêzes insensíveis, nas quais já se acha pré-determinada a submissão. E é por isso que a expressão "política exterior independente", longe de ser apenas uma palavra grandiloquente, é muitas vêzes dramática e não raro constitui alguma coisa que desejamos realizar, mas que só conseguimos parcialmente. O essencial é que o povo brasileiro continue a lutar pela efetivação dos seus interêsses e pela liberdade de situar-se no quadro universal, em que vive, de acordo com o imperativo exclusivo do interesse nacional. Êsse interêsse nacional coincide felizmente com o interêsse geral, e o Brasil, lutando e escolhendo os rumos que lhe convém, está escolhendo os da salvação da humanidade. Êste Ministério, mais do qualquer outro Departamento do serviço público, está apto para sentir a responsabilidade que sôbre êle pesa, responsabilidade essa que é histórica e que recae sôbre os homens que aqui se encontram como sôbre tôdos os homens desta geração.

A Vossa Excelência, Senhor Ministro, devo uma colaboração de uma lealdade perfeita e conselhos pelos quais lhe sou profundamente reconhecido. Vossa Excelência é um dos grandes nomes do parlamento brasileiro, pela sua visão das nossas realidades e pela sua inteligência, e foi para mim meia partida ganha haver podido contar desde o primeiro instante com a colaboração de um parlamentar de seu porte. Devo agradecimentos especiais ao Secretário Geral de Política Exterior, Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, meu amigo de muitos anos e comigo identificado em tantas preocupações sôbre a vida política de nosso país e sôbre as questões internacionais. Êle, melhor que ninguém, sabia que no momento em que me ocorresse esta convocação, eu não poderia deixar de tê-lo a meu lado para com sua inteligência, sua visão dos problemas externos, tornar-se o assessor inigualável para as sugestões que deveríamos apresentar ao Governo. Devo agradecimentos especiais ao Embaixador Mário Gibson, à sua dedicação, ao seu valor intelectual, que

constituiram para mim extraordinário fator de ajuda e excepcional elemento de confiança. Estendo êsses agradecimentos a cada um dos Senhores Secretários Gerais Adjuntos, aos Chefes de Departamento e Chefes de Divisões, a cada um daqueles que em postos de comando, na Secretaria de Estado ou no exterior, foram durante êsses meses modelares na sua cooperação e se identificaram com os propósitos que nos norteavam para o bem do Brasil. Creio, Senhor Ministro, que posso resumir meus agradecimentos dizendo com sinceridade que ao sair hoje do Itamaraty não há funcionário, do mais ao menos graduado, a quem não deva agradecimentos. E é com esses sentimentos que me despeço, formulando a cada um dos presentes e a cada um dos que aqui não se encontram, por se acharem em outros postos, no Brasil ou no exterior, e às suas famílias, os meus votos de felicidade e os meus agradecimentos.

Manuscrito sobre Israel

Data: desconhecida
Argumento: breve relato visita de San Tiago Dantas a Israel.
Argumento: Escrito em terceira pessoa, êste pequeno texto, provavelmente uma nota de jornal, comenta a visita de San Tiago Dantas a Israel. O Chanceler expressa sua solidariedade ao povo judeu, condena a "campanha odiosa de anti-semitismo" e a reafirma a paz como paradigma da política externa brasileira.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas, fundo Q8, caixa 35, pacote 1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Durante três dias o Brasil visitou Israel: o Ministro das Relações Exteriores levou aos israelitas a mensagem fraterna do novo Brasil, expressa na política exterior de independência, que dignifica, aos olhos do mundo, a nação brasileira.

Israel recebeu de coração aberto o Chanceler San Tiago Dantas. Seus grandes estadistas, que o mundo tôdo respeita pela autoridade moral e pela energia cívica, Ben Guriom e Golde Meïr, prestaram homenagem sem reservas à posição de prestígio que o Brasil vem conquistando no cenário mundial e renderam o (?) de sua admiração ao Ministro San Tiago Dantas.

"A política externa praticada pelo Ministro San Tiago Dantas colocou o Brasil numa das posições chaves da política mundial", declarou o grande

líder do povo israelense sr. Golde Meïr, antigo ministro do Trabalho e atual ministro do Exterior.

A visita a Israel tem um sentido que o mundo compreendeu e que comovem profundamente os judeus. Numa hora em que se avolumam novas ameaças de agressão a Israel, e em que num dos maiores Estados do mundo – a URSS – parece esboçar-se uma campanha odiosa de anti-semitismo, o Ministro do Exterior vai a Israel levar a palavra que o Brasil repete em sua política exterior com verdadeira obsessão: paz. No comunicado assinado pelos dois chanceleres, o Brasil repete a sua condenação formal de tôda segregação ou discriminação por motivo racial ou religioso.

Numa fazenda coletiva formada por judeus brasileiros – Bror Hail – o Ministro declarou "o Brasil tem orgulho em saber que filhos seus vieram para Israel formar esta nação nova, embora nunca hajam sofrido em nosso país perseguição, discriminação ou extermínio. O que os trouxe foi um sôbre idealismo. E assim como seus pais e avós levaram para o Brasil raízes transplantadas de pátrias distantes, que vingaram em nosso solo, assim êstes brasileiros estão trazendo à nação israelense a contribuição amiga, que ela saberá incorporar, como uma semente brasileira, destinada a germinação".

TERCEIRA PARTE:
DEPOIS DA CHANCELARIA

Prefácio ao livro Política Externa Independente

Data: agosto de 1962
Argumento: San Tiago Dantas apresenta a política externa independente como uma diretriz de posicionamento internacional que não resultou de uma doutrina de Estado, tendo-se constituído como um conjunto de reações a oportunidades específicas com que se defrontou a Chancelaria brasileira. Deste modo, conforme define o autor, os fatos precederam as idéias, sem que isso implicasse casuismo político. Muito pelo contrário, o Chanceler se empenha em apontar as linhas de ação que dotaram a política internacional de uma unidade inteligível.
Em linhas gerais, são cinco as orientações gerais identificadas pelo autor. A primeira delas é a de contribuição do país à preservação da paz. As relações com a então União Soviética e com Cuba ilustram esta diretriz, fundada no princípio de coexistência em detrimento da prática política do isolamento. Não implicando negociação ideológica, a coexistência se fundava na competição. A esta orientação se conjugam os princípios de não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outro. O aceite às idiossincrasias nacionais é princípio imprescindível desta política. O terceiro ponto destacado pelo autor é a necessidade de ampliação do mercado externo brasileiro, com especial atenção para os países latino-americanos e soviéticos, que demonstrariam potencial de absorção deste crescimento. Em seguida, San Tiago destaca a motivação

ética e econômica do anticolonialismo. Por fim, o autor destaca a Aliança para o Progresso, sempre pautada na idéia de auto-determinação dos povos. Isto é, todo auxílio econômico deve estar pautado em planos criados pelos próprios países receptores e aplicados por suas instituições, de maneira que não se altere o rumo de desenvolvimento concebido nacionalmente. Com o intuito de marcar a neutralidade diante da filiação ideológica dos países com que estabelece relações, San Tiago conclui atentando para a importância estratégica da aproximação entre Brasil e Estados Unidos. O qualificativo independente não fundaria uma ruptura na política exterior do país, mas apenas marcaria a posição soberana do país na cena internacional.

Nota sôbre publicação: publicado no volume Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamarati e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias. As atitudes, depois de assumidas em face de situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em tôrno de um pensamento central de govêrno.

Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do interêsse do Brasil, visto como um país que aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

Êsse foi, desde o primeiro instante, o princípio gerador da política externa e a razão determinante de sua unidade. Passados alguns meses, em que episódios dramáticos puseram à prova a coerência e a resistência da Chancelaria, o povo brasileiro se deu conta, e tôdos os países compreenderam, que o Brasil havia fixado uma posição internacional, e que essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interêsses e aspirações permanentes da nacionalidade.

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interêsses contrariados de muitos, e o zêlo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos

poderosos, em geral mais compreensivos do que êles diante das posições brasileiras. A essas três atitudes se reduzem as críticas formuladas, entre nós, à política exterior independente. O povo a aplaudiu, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a ao seu ideário político, nela se apoiando para formular, na área da política interna, reivindicações paralelas ou complementares.

Disse há pouco que na política exterior independente devemos distinguir dois momentos lógicos: o do critério geral, preformulado, que inspirou, em face dos fatos, a tomada de atitudes e decisões; e o do sistema formado pela concatenação de tôdas estas, e pela sua redução a posteriori a uma unidade inteligível .

Creio que êsse sistema — ainda hoje em pleno crescimento e em vias de enriquecer-se com novas experiências, que lhe serão acrescentadas na gestão do meu ilustre sucessor — ordenou-se em tôrno dos seguintes pontos:

a) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;

b) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos;

c) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com tôdos os países, inclusive os socialistas;

d) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual fôr a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole .

Acredito que a êsses quatro pontos se deva acrescentar um quinto, que não chegou a alcançar expressão plena nos meses de minha gestão, mas que se materializou no convênio assinado com os Estados Unidos para auxílio econômico ao desenvolvimento do nordêste brasileiro. Refiro-me à política de auto-formulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.

(A) A política de preservação da paz e da coexistência exprimiu-se, em primeiro lugar, no reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética[34]; em seguida, na atitude do Brasil contrária ao isolamento de Cuba no hemisfério, e à sua expulsão da OEA[35]; e finalmente em iniciativas na

[34] Nota do autor: Ver discurso na Câmara dos Deputados, em 23 de novembro de 1961. Nota dos editores: documento disponível nesta coletânea.

[35] Nota do autor: Ver especialmente discurso pronunciado na Comissão Geral na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em Punta del Êste, a 24 de janeiro de 1962. Nota dos editores: documento disponível nesta coletânea.

Conferência do Desarmamento em Genebra[36] a que comparecemos como nação não-alinhada, por definição das próprias potências responsáveis pela escolha dos membros da Comissão especial.

Para o reatamento de relações com a URSS tinha o Brasil razões de ordem econômica e política. As primeiras se relacionavam com a política de ampliação dos nossos mercados, e a elas voltarei mais adiante. As segundas decorriam da opção feita em favor da coexistência como único comportamento condizente com a preservação da paz mundial.

À coexistência se contrapõe o isolamento. O Brasil se mantinha isolado da URSS, por motivos mais de ordem interna que externa, e não sentia os inconvenientes dessa atitude por não aspirar a uma participação mais ativa nas responsabilidades da vida internacional.

O isolamento entre os dois campos ideológicos do mundo contemporâneo só se harmoniza com uma política, que vise, consciente ou inconscientemente, à eliminação de um dêles, através de uma decisão militar. Essa podia ser uma convicção existente em 1947 e nos anos imediatos, quando o Ocidente detinha o monopólio das armas atômicas e a guerra fria podia parecer o prelúdio de um conflito real.

Nos dias de hoje, em que o Ocidente e o Oriente rivalizam na tecnologia e na capacidade de produção, armazenagem e lançamento de armas nucleares e termonucleares, e em que as perspectivas entreabertas pela retaliação atômica são de destruição maciça, não apenas dos vencidos, mas também dos vencedores, já não é possível supor, e sobretudo esperar, um desenlace bélico para as tensões tornadas crônicas, entre os Estados Unidos e a URSS. Como não se cogita, nem seria admissível cogitar-se, de uma partilha do mundo em duas áreas estanques de influência, cada uma sob o contrôle de uma das grandes potências atômicas, o que resta como solução única é a aceitação da coexistência, com o deliberado empenho de reduzir as tensões através do intercâmbio e do entendimento.

Essa coexistência não significa para a área democrática, ou para a socialista, nenhuma abdicação ideológica, nenhuma perda de confiança na superioridade de sua própria filosofia de vida ou tipo de organização. Ela é uma coexistência essencialmente competitiva, isto é, que põe os dois campos políticos, não apenas em contacto, mas também em competição, expondo

[36] Nota do autor: Ver tôdo o capítulo "O Brasil e o Desarmamento".

cada um deles à influência inevitável dos modelos, das realizações e das experiências processadas no outro.

Foi o mundo socialista, e não o ocidental, que pretendeu evitar êsse contacto competitivo através da instituição do isolamento sistemático, ou seja, da "cortina de ferro". A política de aproximação com o Ocidente, hoje aceita e encorajada pelos dirigentes soviéticos, vem ao encontro de uma atitude que o mundo democrático nunca repeliu. A convicção dominante no Ocidente tem sido a de que o conhecimento recíproco da sociedade democrática e da socialista favorece a influência da primeira sôbre a segunda, graças aos níveis mais elevados de liberdade individual, que aquela está em condições de assegurar.

As vantagens da coexistência podem ser encaradas, ainda, sob outro aspecto, não menos relevante. O contacto entre o mundo socialista e o democrático é benéfico a democracias, como a brasileira, onde o regime de liberdades políticas, característico do Estado de direito, se acha superposto a uma estrutura social baseada na dominação econômica de uma classe por outra, e, portanto, na denegação efetiva da própria liberdade. Daí resulta um permanente incentivo à reforma social, com a criação, no seio da sociedade, de pressões crescentes, que podem ser captadas para modificação progressiva de sua estrutura, sem quebra da continuidade do regime democrático.

Há, assim, razões de ordem política internacional e razões de ordem político-social, que amparam a tese da coexistência. Nela é que se fundou o reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética, iniciado, no terreno comercial, durante a gestão do Sr. Horácio Láfer, e no terreno político, durante a primeira gestão do Sr. Afonso Arinos. Coube-me convertê-lo em realidade, vencendo a resistência obstinada de alguns setores conservadores apegados à atitude isolacionista.

O segundo episódio, em que a tese da coexistência foi posta à prova, foi o caso da expulsão de Cuba da OEA. O que se visava com essa medida era aplicar ao Governo de um país americano, pelo fato de se declarar marxista-leninista, medidas que importassem no seu isolamento, em relação aos demais povos do hemisfério. O Brasil recusou-se a ver no caso de Cuba algo de diverso do que se tem passado com outros povos, em áreas geográficas mais distantes, e sustentou a conveniência de uma política de coexistência e não de isolamento. Cheguei a apresentar aos chefes de missão americanos, acreditados no Brasil, e por intermédio dêles às Chancelarias respectivas[37],

[37] Nota do autor: Ver "Exposição aos Chefes de Missão dos Estados Americanos", no Itamaraty, em 12 de janeiro de 1962. Nota dos editores: documento disponível nesta coletânea.

uma sugestão brasileira para que se negociasse com o govêrno de Cuba um estatuto consensual, cujas finalidades eram, de um lado, evitar a integração daquele país no chamado bloco político-militar soviético e garantir o seu desarmamento até níveis compatíveis com as necessidades defensivas regionais, e, de outro lado, colocar os cubanos a salvo do risco da invasão militar.

Essa tese, que mereceu aplausos de alguns eminentes estudiosos das questões internacionais, permitiria, se vingasse, que a revolução cubana cumprisse o seu ciclo interno, não sob a influência de um único centro de atração — o soviético, mas sob a ação competitiva de dois pólos — o socialista e o ocidental.

A coexistência está igualmente na raiz das atitudes do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra. A posição em que ali nos colocamos, desde os meus primeiros pronunciamentos[38], a que se seguiram os do Embaixador Afonso Arinos e os do Embaixador Araújo Castro, foi de cooperação ativa, para que as grandes potências nucleares se movimentassem no sentido do desarmamento progressivo e geral. Em vez de tomarmos, nos debates, mera posição de apoio às teses enunciadas por uma delas, procuramos sempre antecipar o rumo em que se delineavam possibilidades de evolução.

Dêsse modo assumimos um papel inequívoco na política do desarmamento, passando a contribuir para que se abrevie a distância que nos separa de uma coexistência sem risco militar.

(B) Os princípios de não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outro, e de autodeterminação dos povos, estão incorporados, como é sabido, ao direito internacional público codificado americano.

É sabido que eles representam uma conquista, a cuja sombra foi possível criar um sistema de relações internacionais inspiradas pela confiança mútua. A OEA se tornou, no quadro dêsse sistema, o instrumento por excelência da não-intervenção.

Creio não exagerar dizendo, entretanto, que a VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores foi o "test-case" do princípio, que dela saiu melhor delineado e certamente fortalecido .

O primeiro ponto a salientar é que o princípio não tira o seu valor excepcional para as nações, especialmente americanas, unicamente de sua

[38] Nota do Autor: Ver discurso na Conferência do Comitê das Dezoito Potências sôbre o Desarmamento, em 16 de março de 1962.

racionalidade jurídica. Na verdade, êle protege alguma coisa de vital, que é a autenticidade do processo ao longo do qual se opera a transformação dos povos e se dá o pleno amadurecimento de suas independências.

Nenhuma transformação política é válida, se é imposta à sociedade, que a executa, pela consciência de um outro povo ou pelo poder de dominação de outro Estado, ou fôrça, que substitui a sua vontade. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história nacional de um povo, e de esperarmos que êle amadureça sua própria experiência, em vez de submeter-se a um esquema impôsto do exterior.

Essa compreensão exata dos fins a que responde o princípio de não-intervenção e autodeterminação supera e exclui as objeções algo primárias que lhe são feitas, freqüentemente, pelos que supõem que não se possa falar na sua aplicação senão quando o govêrno deriva de eleições livres.

Pelo contrário, o princípio tudo protege, por isso mesmo que, através dêle, o que se garante é o cumprimento do processo histórico nacional, sem coerção externa que o desvirtue.

O Brasil desempenhou um papel construtivo na Consulta de Punta del Êste ao contribuir para que não chegassem sequer a ser votadas as proposições que importavam em intervenção nos negócios internos de Cuba, sob o fundamento que nos pareceu evidentemente inadequado da aplicação do Tratado do Rio de Janeiro. Foi êste, aliás, um dos pontos mais valiosos do debate ali havido: a distinção específica entre a sanção e a intervenção, essencial à execução correta das normas de segurança coletiva.

(C) A rápida ampliação do mercado externo de nossos produtos tornou-se um imperativo do desenvolvimento do país. Com uma taxa de expansão demográfica que em 1970 situará a população na ordem de 100.000.000, o Brasil necessita elevar a taxa de crescimento do produto nacional bruto a um nível, que os estudos econométricos realizados no Itamarati, situam em 7 1/2% ao ano. Para isso é indispensável uma ampliação da capacidade de importar, que só se conseguirá se as vendas brasileiras para o exterior crescerem, de ano para ano, na próxima década, a um ritmo superior a 10%. Daí dever ser a conquista de mercados a tônica de nossa política econômica exterior[39].

É certo que a simples expansão de exportações de produtos primários não representa a solução total de um problema sôbre o qual atua

[39] Nota do autor: Ver "Discurso sôbre Reatamento de Relações Diplomáticas com a União Soviética". Nota dos editores: documento disponível nesta coletânea.

permanentemente o fato negativo da deterioração dos têrmos de comércio, ou seja, a desvalorização contínua dos produtos primários em relação às manufaturas. Mas o crescimento quantitativo é indispensável, e para isso não podemos contar apenas com a capacidade potencial de absorção dos mercados que já freqüentamos.

Nossa política voltou-se para a América Latina, em primeiro lugar, e, em seguida, para os países socialistas, sem desprêzo das possibilidades de incremento do comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental.

O comércio dos países latino-americanos entre si representava, em 1960, cêrca de 9% do comércio global do hemisfério. A diversificação crescente das economias mais desenvolvidas (Brasil, México, Argentina) vem permitir que se aumente êsse intercâmbio, sobretudo se as barreiras alfandegárias forem reduzidas preferencialmente e se forem encontrados meios eficazes de financiar competitivamente as exportações.

O Brasil deu à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), nascida do Tratado de Montevidéu, apoio irrestrito, e graças também ao que lhe deram outros países, pôde desenvolver-se em 1962 a Zona de Livre Comércio, em que vemos o germe do futuro Mercado Comum Latino-Americano.

Com relação aos países socialistas, o Ministério das Relações Exteriores fêz tudo que se achava ao seu alcance para criar uma linha de intercâmbio, que deve adaptar-se, para lograr pleno êxito, ao tipo de transações característico dos sistemas de economia centralmente planificada. Nenhuma possibilidade de crescimento existe nessa área se o Brasil desejar esquivar-se às normas do comércio bilateral, planejando com as autoridades dos países socialistas, ao mesmo tempo, a compra e a venda de seus respectivos produtos. Haverá, porém, um horizonte promissor se nos decidirmos a tais transações, pois o comércio dos países socialistas é, juntamente com o do Mercado Comum Europeu, o que apresenta, nos dias de hoje, taxa de expansão mais elevada.

Com relação ao Mercado Comum Europeu, o Ministério desenvolveu ação múltipla para eliminar a situação desvantajosa, a que nos conduz a aplicação das normas do Tratado de Roma, de favorecimento aduaneiro dos chamados "países e territórios associados". Os resultados estão sendo colhidos, ainda incompletos, mas já inequívocos, em algumas decisões que indicam a transitoriedade da discriminação.

D) A posição anticolonialista sempre estêve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos. Os primeiros resultam

da autenticidade de nossa política de emancipação econômica e autodeterminação dos povos; os segundos da necessidade de que os países competidores do nosso em produtos tropicais produzam em regime de trabalho verdadeiramente livre e com os mesmos propósitos de assegurar às suas populações níveis mais elevados de bem-estar.

Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não-autônomos confiados à sua administração. Esses desvios foram, porém, superados e retificados na XVI Assembléia Geral da Nações Unidas, em que a delegação brasileira firmou, pela voz do Embaixador Afonso Arinos, o ponto de vista do Brasil[40].

Cumpre notar que no caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguêsa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros, de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a tôdos os povos de língua portuguêsa e manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente.

(E) Aludi à cooperação internacional para o desenvolvimento econômico com o propósito de dizer, a êsse respeito, algo sôbre a Aliança para o Progresso. Acredito, porém, que êste livro contém sôbre o assunto tão pouco, que será melhor reservar o tema para outra publicação com êsse objetivo.

Limito-me, pois, a acentuar que a política externa independente viu na Aliança uma forma avançada e construtiva de americanismo, desde que a prestação de auxílio técnico e econômico vá ao encontro — como, aliás, recomenda a Carta de Punta del Êste — de planos formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais.

O risco dos planos de cooperação internacional é o de modificarem o sentido que os povos desejam imprimir ao seu próprio desenvolvimento. Êsse risco foi evitado na formulação do Convênio sôbre Auxílio ao Desenvolvimento do Nordêste, o único de escala nacional assinado no correr da minha administração .

[40] Nota do autor: Ver "Discurso do Embaixador Afonso Arinos na ONU", em 15 de janeiro de 1962.

Não seria possível deixar de concluir êste prefácio com uma referência à obra de aproximação e entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada pelo Presidente João Goulart em sua visita aos Estados Unidos, obra que se completou, em relação à América Latina, na visita feita ao México[41].

Os povos se conheceram melhor, e se entenderam no plano da independência e do respeito mútuo, graças à palavra dos seus Chefes de Estado e as manifestações a que tais visitas deram ensejo.

Agradeço ao editor Ênio Silveira e ao professor Thiers Martins Moreira e ao Secretário de Embaixada Dário Casto Alves a que tiveram de publicar êste livro, e o trabalho de organizá-lo.

Discutiram êles se devíamos incluir apenas discursos e pronunciamentos meus, ou também atos de nossa Chancelaria e discursos de outros eminentes homens públicos. Pedi-lhes que optassem por esta última alternativa, porque a política exterior posta em prática no Itamarati nada teve de pessoal, não foi obra de um homem, mas de um govêrno, e dos profissionais excepcionalmente competentes que cercaram o Ministro de Estado, e o assessoraram em tôdas as decisões.

Pedi-lhes que incluíssem no livro discursos do Presidente João Goulart, do Chanceler Afonso Arinos, e bem assim notas de Chancelaria e declarações de Embaixadores e Delegados, sempre que lhes parecessem esclarecedoras da política executada. Foi adotado o critério de não incluir senão documentos surgidos durante os meses de minha gestão no Itamarati. Por isso deixam de figurar alguns textos de especial significação para a política externa, que provêm do govêrno do Sr. Jânio Quadros e da primeira gestão do Sr. Afonso Arinos.

Estou certo de que a política exterior brasileira não sofreu, ao passar a ser chamada independente, nenhuma solução de continuidade, pois jamais a Chancelaria brasileira se inspirou em outro objetivo que não fôsse a defesa da soberania e da independência do Brasil. O qualificativo apenas indica o alargamento voluntário de uma área de iniciativa própria, e, consequentemente, de responsabilidades.

Êsse resultado foi atingido, e graças a êle pode o Brasil hoje levar uma contribuição crescente, dentro de suas forças e possibilidades, à construção de uma ordem internacional pacífica e justa.

Rio de Janeiro, agôsto de 1962.

[41] Nota do autor: Ver tôdo o capítulo acêrca da visita do presidente da República aos Estados Unidos e ao México.

Minuta da carta de João Goulart a Kennedy sôbre a crise de mísseis em Cuba

(manuscrito)

Data: desconhecida
Argumento: Trata-se de um esboço, escrito a lápis, encontrado no Arquivo San Tiago Dantas que expressa a posição brasileira diante da crise dos mísseis soviéticos em Cuba. O texto reitera a defesa brasileira do princípio da auto-determinação e a não aceitação da idéia de intervenção em países soberanos para "impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos". Em termos mais concretos, o texto fala da divergência do governo brasileiro com relação à decisão do Conselho da OEA, concernente à Cuba, e de preocupações a respeito do futuro daquela organização, cujas normas estatutárias estariam sendo desrespeitadas.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 36, pacote 1.

Sr. Presidente,

Recebi com apreço e meditei com atenção a carta em que Vossa Excelência houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituirem ameaça aos países dêste hemisfério. Nesta carta Vossa Excelência também solicitou o apôio do Brasil para as medidas que o seu Govêrno proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições da Carta de Bogotá e da Carta de São Francisco.

Já é do seu conhecimento o pronunciamento, no primeiro desses Conselhos, do delegado do Brasil. Quero, entretanto, aproveitar o ensejo para fazer a Vossa Excelência, com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam, o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre os nossos povos, algumas considerações, tanto sôbre a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sôbre os rumos que recentemente veem prevalecendo nas decisões da OEA.

Vossa Excelência conhece a fidelidade inalteravel do Brasil aos principios democráticos e aos ideais da civilização ocidental. Dentro dessa fidelidade, os nossos países já combateram lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas e proporcionalmente e de modo diverso nos impuzeram pesados prejuízos materiais.

Os sentimentos democraticos do povo brasileiro e do seu governo são hoje porventura maiores e mais arraigados do que no passado, porque com o volver dos anos e a aceleração do desenvolvimento econômico, fortaleceram-se e estabilizaram-se as nossas instituições políticas, sob o princípio da supremacia da lei.

Era natural que paralelamente ao fortalecimento da democracia se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública.

A defesa do princípio de auto-determinação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa no Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável à preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

É, pois, compreensível que repugne profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso o Brasil se insurgiu na VIII Consulta de Chanceleres Americanos contra a imposição de sanções ao regime cubano, pois não eram alegados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade plausível de um ataque armado.

Ainda agora, entretanto, senhor Presidente, não escondo a V.Ex.ª a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que se tivesse preliminarmente realisado, ou pelo menos deliberado, uma investigação in loco, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propuzemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia reciproca de não invasão.

Receio que nos tenhamos alheiado sem necessidade de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito declarado e comprovadamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usados contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à sôbrevivência dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.

Não quero encerrar, porem, esta carta, senhor Presidente, sem acrescentar às considerações nela feitas a expressão de meus receios sôbre o futuro imediato da OEA. Nos ultimos tempos observo que as suas decisões veem perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas proprias normas estatutarias, e que são tomadas por maioria mecânica, com injustificável precipitação. A isso cabe acrescentar a tendencia para transformar a organização num bloco ideológico intransigente, em que entretanto encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de carater reacionário.

Permito-me recordar a VExª a violação frontal do artigo 2º da Carta de Bogotá, que se está cometendo para evitar a adesão de novos Estados por motivo de ordem ideológica. Permito-me ainda recordar a aplicação abusiva da Resolução de Punta del Este sôbre vigilancia e defesa social, que não autoriza a Organização a encomendar investigações sôbre a situação interna de nenhum país, para evitar que se firam os melindres de Estados soberanos, e que agora se pretende invocar justamente para a execução de uma investigação dessa natureza. A esses casos acrescento o da criação do Colégio Inter-Americano de Defesa. Êste orgão não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa, mas seus efeitos podem ser negativos se a título de problemas de segurança interna passar ele a estudar questões da competência

privativa dos Estados sôbre as quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais.

Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões da minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram sob o disfarce do anti-comunismo defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso do que ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até agora desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anti-comunistas e anti-democráticos, divorciando-se da opinião publica latino-americana.

Antecipo a Vossa Excelência estas considerações, que espero ter a oportunidade de desenvolver pessoalmente, quando tivermos o prazer de receber no Brasil a visita de Vossa Excelência. Pode Vossa Excelência ter a certeza de que o povo brasileiro tem pela sua pessoa e pelo Sr. Kennedy a mais profunda simpatia, e que o Brasil tributará ao Presidente dos Estados Unidos homenagens as mais sinceras, como corresponde aos sentimentos da nação.

A senhora G. e eu aguardamos com especial satisfação o dia de sua chegada, e é com firme certeza de que nos encontraremos num mundo em paz, que lhe dou as boas vindas.

Política Exterior e Desenvolvimento: discurso de paraninfo

Data: 10 de dezembro de 1963.
Argumento: Trata-se de discurso de paraninfo para a turma de diplomatas do Instituto Rio Branco, pronunciado por San Tiago Dantas em 10 de dezembro de 1963. No texto expõe, com a clareza habitual, os fundamentos da política externa independente. Tal política é apresentada como uma superação das fases anteriores da política externa brasileira, marcadas por um pêndulo entre uma "posição idealista, de afirmação de conceitos sem ligação com a realidade" e uma perspectiva de "realismo rudimentar". A nova política tem "correlação íntima com a apropriação pela consciência nacional da revelação de que o subdesenvolvimento (...) é um estado de inferioridade e dominação". Em outros termos, não se trata de um estágio, de uma "adolescência de país novo", mas de algo a ser "rompido por uma política emancipadora e revolucionária". A política externa, portanto, é definida tendo por referência uma "tomada de consciência" da "inferioridade auto sustentada (...), o estado de subdesenvolvimento". Dessa forma, o desenho da política decorre de uma interpretação precisa a respeito do país. Nesse texto, San Tiago Dantas a resume com exemplar clareza.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 36, pacote 3.

Recebi desvanecido a honra de paraninfar, nesta solenidade, a turma de diplomatas de 1963. Não oculto que além do aprêço, que tenho pelo Instituto Rio Branco, de onde ela procede, contribui para êsse desvanecimento a circunstancia de conhecer a inquietação e o inconformismo dos jovens que a integram, diante dos problemas irresolvidos de sua formação, de sua carreira, e da própria política internacional do nosso País.

É animador pensar que êsse inconformismo é a marca de uma geração nova, e representa a última fase de uma transformação de mentalidade, que se vem processando em poucos anos, e superpondo a sua influência aos modos de pensar e agir remanescentes de fases anteriores.

A característica dominante da primeira fase foi uma posição idealista, de afirmação de conceitos sem ligação com a realidade. Essa atitude dominou a cultura, a política e outras formas de liderança social, e no terreno da política exterior o que pôde produzir foi a valorização de certas ficções, sobretudo de natureza jurídica, nem sempre correspondentes aos interêsses específicos do País.

Já a fase seguinte foi marcada pelo descrédito daquele idealismo, mas, ao perder-se a confiança nas ficções e nas formas, não se soube substituí-las por critérios racionais e conceitos válidos, derivados de uma apreensão objetiva da realidade. Passou a prevalecer um realismo rudimentar, uma incapacidade persistente de racionalizar soluções, desfechando numa espécie de fatalismo, em que se torna passivo, e muitas vêzes desorientador, o papel desempenhado pelo homem público.

Na política externa, o resultado é a abdicação de responsabilidades e de iniciativas, enquanto a diplomacia se transforma numa atividade assessorial e informativa, e gradualmente se desengaja do seu objetivo primordial, que é induzir, por meios políticos, decisões do interêsse do país em áreas de deliberação não dependentes de sua soberania.

A fase seguinte, de que o inconformismo da nova geração é sinal e prenúcio, mas que já se acha representada por elementos expressivos nos quadros dirigentes de hoje, será realista no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência e será, ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão.

Foi dêste realismo que surgiu a política externa independente do País, e é de acôrdo com êle que se podem renovar e reafirmar, daqui por diante, as suas características e objetivos. Merece uma reflexão acurada o processo mediante o qual se opera a adoção, e se assegura a preservação dessa política.

A conquista da objetividade, no comportamento externo, como no interno, não traduz apenas uma decisão de govêrno, mas sôbrevém como o fruto de um amadurecimento cultural. Enquanto vemos a nossa realidade social, e definimos nossos objetivos, mediante conceitos sem validade universal, elaborados através da óptica de outros povos, ou mesmo de grupos sociais e econômicos, internos ou externos, diferenciados do interêsse global do País, a política externa que podemos fazer é, ainda que inconscientemente, uma política dependente, cuja coincidência com o interêsse vital da nação pode ser, quando muito, eventual e transitória.

À medida, porém, que a consciência do povo reflete as suas contradições sociais, e substitue a imagem imposta de seus interêsses e deveres, por uma imagem vá lida, induzida, sem intermediários, de sua própria realidade, a elaboração de uma política externa própria torna-se possível, e tal política pode ser denominada independente.

É curioso observar que a reação havida entre nós, em certos meios, contra o próprio uso da expressão "política externa independente", e sobretudo contra a afirmação de que ela representava um comportamento distinto do observado anteriormente, proveio, em grande parte, de se haver querido dar aos têrmos "dependente" e "independente" uma simples conotação moralística.

Não se compreendeu que a "dependência" de uma política externa, em vez de um servilismo, sujeição consciente a imposições feitas do exterior, é um fato a ser explicado à luz de critérios sociológicos, e não a ser julgado por critérios puramente morais. A "independência" só se alcança quando a consciência política do País, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional, e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades.

É aí que a nova política externa do Brasil se coloca em correlação íntima com a apropriação pela consciência nacional da revelação de que o sub-desenvolvimento, em que vivemos, não é, como já se quiz fazer crer, uma simples etapa histórica natural, uma "adolescência" de país novo, a resolver-se espontaneamente com o curso do tempo, mas um estado de inferioridade e dominação, que se não fôr rompido por uma política emancipadora e revolucionária, tenderá, não apenas a manter-se e confirmar-se, mas a acentuar-se, no relativismo da posição em que ficamos, juntamente com outros povos perante as áreas desenvolvidas do mundo.

Essa revolução emancipadora pode ser democrática e pacífica, como pode vir a ser totalitária e violenta, mas em qualquer caso será uma revolução, no sentido de que os seus resultados não se alcançarão com o simples desdobramento linear e o amadurecimento das estruturas sociais vigentes, mas pedem a sua reforma, a quebra de sua continuidade no tempo, e o seu ajustamento a uma nova realidade.

A tomada de consciência das causas dessa "inferioridade auto-sustentada", que é, em última análise, o estado de sub-desenvolvimento, gera as condições para a formulação de uma política externa, que daí por diante pode ser chamada "independente".

É natural que elas se apresentem, em nossa época, com curtos intervalos, em diversos países chegados ao mesmo estagio de maturação e de conquista da objetividade, e que, assim sendo, surja, entre os povos subdesenvolvidos, uma afinidade, que em muitos casos se traduzirá em identidade de interêsses e posições internacionais. À medida que a natureza do subdesenvolvimento e suas causas passar a refletir-se na consciência desses povos, uma política externa com peculiaridades nacionais, mas com uma linha geral comum, unificará a conduta internacional desses países, sem lhes emprestar um sentido de bloco, mas pondo em evidência uma nova força histórica.

E o que temos visto, aliás, suceder em nosso hemisfério, onde o pan-americanismo, que tão grandes serviços tem prestado, sobretudo no terreno político e jurídico, abre hoje espaço à afirmação paralela de um latino-americanismo, no qual se exprime, não uma restrição ou hostilidade aos Estados Unidos, mas a posição comum dos povos sub-desenvolvidos americanos em face do grande Estado industrializado, cujos interêsses, na mesma área geo-política, se diferenciam dos nossos, e a êles, não raro, se contrapõem.

Quais as características mais gerais e constantes dessa política externa independente, nascida da evidenciação e do julgamento objetivo do subdesenvolvimento e das causas que o sustentam?

Creio que o primeiro aspeto a salientar é a identificação indispensável entre "emancipação" e "desenvolvimento" .

O desenvolvimento não é, visto na inteireza do seu significado, apenas um aumento quantitativo do produto nacional, capaz de elevar os índices de renda per capita. É um processo de liberação da economia, da cultura e da vontade política da nação, que lhe permite desvencilhar-se das limitações inerentes à escassez de recursos com que dominar a natureza, e traçar as

linhas de ascensão do homem e da sociedade de acôrdo com sua liberdade e seu esforço.

Assim entendido, o desenvolvimento, tanto procura os meios técnicos e materiais de atingir a fase de auto-sustentação, de expansão contínua da economia por suas próprias forças, como procura eliminar os vínculos de dominação da economia nacional pela estrangeira, e desmontar internamente os sistemas de opressão social, que fazem prevalecer interêsses de uma classe ou de um grupo sôbre os outros, com o sacrifício inevitável do interêsse geral da nação.

Assim, desenvolver-se e sempre emancipar-se. Emancipar-se externamente, pela extinção de vínculos de dependência a centros de decisão, políticos ou econômicos, localizados no exterior. E emancipar-se internamente, o que só se alcança através de transformações da estrutura social, capazes de instituir, paralelamente ao enriquecimento, uma sociedade aberta, com oportunidades equivalentes para tôdos, e uma distribuição social da renda apta a assegurar níveis satisfatórios de igualdade.

A êsse sentido de emancipação, dado ao desenvolvimento, prendem-se duas características fundamentais da política externa independente: 1º) o primado dos princípios de não intervenção e de auto-determinação dos povos; 2º) a rigidez da posição anti-colonialista.

Os princípios de não intervenção e de auto-determinação não são simples construções jurídicas, nem se acham necessariamente relacionados com a vigência de instituições democráticas e a pratica de eleições livres, embora encontrem, numa e noutra, as condições mais perfeitas e favoráveis à sua aplicação. Há no mundo de hoje, como houve em outras épocas, países sob regimes totalitários, ou sob governos apoiadas em partidos-únicos, que nem por isso deixam de estar sob a proteção internacional do principio de não intervenção e ao abrigo da intromissão da vontade de outros povos em seus negócios internos.

E que êsses princípios protegem, vertendo-o para a ordem jurídica, o próprio processo histórico, ao longo do qual os povos se transformam sob o ditame exclusivo de suas experiências e aspirações. Muitas vezes, estas os afastam temporariamente do primado da lei e do respeito às liberdades. Não seria, porém, uma forma válida de "corrigir-lhes" a história, submetê-los à vontade de um outro povo, ou de uma organização de povos, que lhes ditasse, de fora, mesmo temporariamente, os rumos nacionais. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história de cada povo, e de

esperarmos que êle próprio, pelos mecanismos múltiplos de elaboração e transformação de sua consciência, encontre os rumos que lhe convém, e que só são legítimos, só são autênticos, se representarem uma experiência e uma escolha, e não uma entrega ou uma imposição.

O anti-colonialismo, por sua vez, converge para os mesmos fins que a auto-determinação protege e evidencia. Se a luta contra o sub-desenvolvimento é, acima de tudo, luta pela emancipação, e se esta importa em desvincular-se de tôda sujeição a centros de decisão e de influência colocados fora do país, é obvio que a manutenção de laços de dependência política a antigas metrópoles, seja qual fôr a qualificação jurídica que se lhes atribua, é incompatível com a conquista de rumos próprios de desenvolvimento, e suscita a solidariedade dos povos em condições de prestá-la.

Qualquer transigência com interêsses colonialistas pode representar, no terreno das concessões mútuas, uma vantagem a curto prazo, mas a longo prazo, quebra a coerência da política externa de um país em luta por sua própria emancipação, e compromete os laços de confiança que a identidade de objetivos tende a estabelecer entre êle e outros países, no mesmo ou em estágio próximo de afirmação.

Desejo agora situar a política independente em face da polarização do mundo moderno pelo Ocidente democrático e o Oriente socialista. A independência não exclue, e pelo contrário, favorece a tomada de uma posição definida e coerente na extensa gama de soluções políticas, que nos oferecem gráus e formas de democracia, desde as representativas, de base predominantemente pluripartidária, sistemas eficientes de garantias individuais e economia de livre empresa, até as populares e socialistas, com base em partidos-únicos e economia de Estado centralmente planificada.

No caso do Brasil, o seu advento não trouxe a menor incerteza, mas, pelo contrário, deu ensejo à reafirmação da posição democrática do País, que procura atingir os objetivos da emancipação econômica conciliando a preservação das instituições representativas e das liberdades públicas com reformas sociais, e o desenvolvimento de uma economia de mercado, com formas de planejamento em que se somem as contribuições da emprêsa pública e da emprêsa privada.

A tomada de uma posição própria – correspondente às aspirações do seu povo, às tradições de sua cultura e às cincunstâncias geográficas e históricas que o envolvem –não exime, entretanto, o país que atinge

culturalmente a fase da objetividade, e da política externa independente, de procurar condições de convivência sem subordinação com tôdos os Estados, sejam quais forem os regimes que pratiquem e as ideologias que professem. Essa procura assumiu, aliás, em face dos desenvolvimentos mais recentes da política mundial, um sentido a mais de resistência a qualquer forma de partilha de áreas de dominação ou de influencia, e de manutenção do caráter competitivo da coexistência. Se a fixação de áreas de influência podem trazer alívio temporário às tensões internacionais, a diminuição da competição favorece a estagnação e o isolamento, e por conseguinte retarda o processo de emancipação dos povos em curso de desenvolvimento. Êstes, havendo atingido os meios de identificar o rumo do interêsse próprio, e de inscrevê-lo no âmbito maior do interêsse do universo, podem situar-se e mover-se com flexibilidade no cenário internacional, sem sofrerem, em seu comportamento, as deformações da dominação estrangeira, ou as do ressentimento e do preconceito. Com o advento da sua política externa independente, o Brasil conquistou essa flexibilidade como um traço de maturidade; o receio de identificar-se dai por diante com uma posição soviética, num caso específico, representaria um retrocesso, tanto quanto a preocupação de hostilizar, por sistema, posições dos Estados Unidos, teria o caráter de um comportamento imaturo, sem fundamento numa avaliação correta do interêsse do país.

Fica, assim, também dissipada qualquer confusão entre a independência, e o neutralismo. A independência é um estagio a que os povos atingem pela transformação de sua consciência, e que lhes permite adotar, na polarização política de hoje, ora uma das posições propostas, ora uma alternativa diversa, mas sempre nacional, isto é, autônoma. Já o neutralismo é uma linha de ação, adotada por motivos táticos, que tende para a rigidez de uma posição intermédia, e que, aliás, teve fastígio mais breve do que se supunha, ante as modificações havidas no cenário mundial.

Também é necessário escoimar a escolha da independência de qualquer laivo de oportunismo. Não é para trocar influências ou negociar interêsses próprios que as médias e pequenas potências são levadas a emprestar sua cooperação à redução das tensões mundiais e ao aprimoramento de formas de coexistência pacífica e contensão do risco militar. O que as conduz a êsse objetivo é, em primeiro lugar, a primazia do problema da paz nas relações internacionais, problema a que os povos desarmados podem levar uma contribuição positiva, na medida em que souberem cooperar no fortalecimento das relações e na aceleração de entendimentos entre as grandes potências,

mas a que podem levar também uma contribuição negativa, na medida em que preferirem reforçar o contingente de antagonismo e incompreensão, mediante a tomada de posições com escôpo de provocação ou preparatório de negociação ulterior; é, em segundo lugar, a redução progressiva do próprio antagonismo entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista, depois que, nos últimos anos, o principal centro de elaboração doutrinária do comunismo, a União Soviética, marcou uma posição nova em relação à inevitabilidade da guerra e da revolução violenta em escala mundial, abrindo a oportunidade de entendimentos, que culminaram na assinatura do acôrdo multi-lateral de proibição de certas provas atômicas sem inspeção *in situ*, primeiro e consistente passo no rumo de uma política de limitação consensual de riscos, capaz de conduzir em seus desdobramentos ao desarmamento total, e é, em terceiro lugar, o confronto e o intercâmbio de experiências sociais e observações científicas entre o mundo ocidental e o socialista, com o resultado indiscutível de haver feito reduzir-se a tradicional aversão dos comunistas ao reformismo social, e de haver estimulado em países democráticos, como o Brasil, a convicção da necessidade e da urgência das reformas, como condição essencial à preservação das próprias instituições democráticas.

À medida, porém, que parece estreitar-se a fenda entre o mundo ocidental e o socialista, na qual corriam os povos (e ainda correm) o risco de se verem tragados e desaparecerem, uma outra se abre e se dilata ao impulso de outras transformações císmicas, separando os povos industrializados e equipados para a vida moderna dos subdesenvolvidos.

De nada valem, na resultante final, os esforços e anceios dêstes últimos para galgarem, já no limiar da era planetária, em que penetramos, os níveis da civilização industrial. Fatores diversos, superiores às forças de cada povo, impelem, de um lado, os países desenvolvidos no rumo de padrões cada vez mais altos de poder econômico, e tornam insuficientes, ou mesmo, em certos casos, negativos, os esforços dos subdesenvolvidos para alcançá-los. O primeiro desses fatores e, incontestavelmente, a concentração de recursos culturais e tecnológicos, que só os países plenamente desenvolvidos estão aptos a mobilizar, em escala adequada, para a pesquisa, a modernização, a renovação de sua economia, de seu govêrno, de sua segurança e a elevação de seu bem estar. O segundo reside na própria estrutura do comercio mundial, que não favorece uma expansão adequada da participação em seu crescimento dos países produtores de artigos primários, nem um aumento suficiente de

suas receitas cambiais, mas pelo contrário acusa uma tendência para agravar, nos próximos anos, o seu endividamento, deixando-lhes, como alternativa, a redução compulsória do fluxo de importações e, portanto, a queda do índice de desenvolvimento. O terceiro, que soma o seu efeito ao do fator anterior e pode ser, assim, com êle apreciado conjuntamente, e o alto índice de crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, que exacerba as dificuldades inherentes ao processo de desenvolvimento, tornando de consecução improvável as metas modestas de crescimento da renda per capita, propostas em reuniões internacionais, e exigindo soluções que ainda estão a desafiar a imaginação e a investigação dos homens de Estado e de ciência.

Sob a pressão de tais fatores, cumpre reconhecer que, ou algo de eficiente se faz na estrutura mesma da economia mundial, modificando as relações de intercâmbio entre os povos, ou estaremos condenados a assistir a um processo de pauperização e distanciamento cultural do mundo subdesenvolvido, cujo resultado pode ser tão sombrio, quanto os que nos eram apontados como decorrência inevitável da transformação do conflito ideológico em conflito militar.

Não será um corretivo válido para essas perspectivas um simples estimulo a programas nacionais de auxílio externo. Êsses auxílios, prestados, em áreas selecionadas, por países economicamente mais poderosos, sob a forma de empréstimos a longo prazo e investimentos privados, podem representar um incentivo valioso e proporcionar recursos de suma utilidade, sobretudo na medida em que os países receptores se mostrarem capazes de oferecer planejamento próprio para os seus programas e projetos, e de disciplinar os fatôres econômicos internos, controlando a inflação e praticando a aplicação seletiva dos seus próprios recursos, mas nem por isso deixará de ser indispensável contar com uma receita cambial em expansão, capaz de responder pela amortização e pelo serviço dos empréstimos recebidos, e de ainda fazer frente aos incrementos da importação, sobretudo de bens de capital, requeridos pelo desenvolvimento econômico. De modo que a política de ajuda externa nos reconduz sempre ao problema da expansão e valorização do comércio dos países subdesenvolvidos, isto é, ao problema de fazer reverter sua tendência atual, que não é para a expansão, mas para a contração em têrmos relativos, nem para a valorização, mas para a deterioração, com recuperações, intermitentes, dos têrmos de intercâmbio.

É a magnitude dêste problema que assina um posto de destaque, na formulação da política externa, não só do Brasil, mas de tôdos os países sub-

desenvolvidos, à Conferência das Nações Unidas sôbre o Comércio e Desenvolvimento, convocada para 1964. Tornou-se evidente que as questões relativas ao intercâmbio comercial não podem ser apreciadas com eficácia senão no plano mundial, em reunião de que participem tôdas as potências interessadas, e provavelmente não numa reunião única, mas numa série, de que a de 1964 será a primeira, e em que se processará a transferência do problema do âmbito, demasiado estreito, das reivindicações nacionais de países prejudicados para o âmbito mais largo da responsabilidade internacional.

Só assim, conseguiremos realizar, em relação ao comércio e ao subdesenvolvimento, uma transformação pacifica e progressiva, que bem poderá vir a ser comparável à obra das Nações Unidas na extinção gradual do colonialismo.

Seria mesquinho circunscrever os fins da Conferência à revisão crítica dos órgãos internacionais existentes, e até mesmo limitá-la a problemas específicos comerciais. Na verdade, ela comportará, se fôr compreendida com a necessária largueza, a vitalização de organismos já existentes, a disciplina de fluxos comerciais que esses organismos não se tem mostrado aptos a coordenar, e o exame de novos rumos para a própria cooperação financeira internacional. Esta cooperação terá de sair da esfera da competição de influências, transferir-se gradualmente para um mecanismo de caráter mundial, e ser posta em correlação com a capacidade de pagar dos países que a recebem, mediante a adoção de planos capazes de eliminar a inferioridade crônica de suas estruturas.

Parecem, assim, ser êstes os rumos que se deparam à nossa política externa: no tocante ao antagonismo político-militar persistente entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista, o fortalecimento da coexistência e a preservação da competição política no tocante ao antagonismo econômico-social entre paises desenvolvidos e subdesenvolvidos, a reestruturaçao mundial do comercio, e a reformulação, sôbre uma base internacional, da política de cooperação econômica e desenvolvimento.

Esta linha não contradiz os rumos da política regional, que temos procurado seguir no hemisfério, nem se choca com os objetivos de expansão de mercado, relacionados com a criação da Zona Livre de Comercio Latino-Americana. No tocante à política regional, é oportuno exprimir a esperança de que a Organização dos Estados Americanos, como órgão representativo da soma das soberanias e das características nacionais dos países que a integram, evolua, como vem sucedendo às Nações Unidas, no sentido de

expressar as contradições existentes entre eles, e de constituir-se num fórum permanente, onde os contrastes se harmonizem sem serem violentados. A tendência contraria, que ultimamente nela se tem às vezes observado, para a rigidez, para a unânimidade forçada, ou para a imposição de decisões majoritárias à minoria discordante, não contribui para fortalecer historicamente o vigoroso instrumento, que tanto pode fazer, bem orientado, pela consolidação dos laços de mútua confiança entre os povos americanos.

Quanto à Zona Livre de Comercio, cabe re-conhecer que seus resultados são, até agora, pouco expressivos, mas nenhuma industrialização será realizável na América Latina, com dimensionamento adequado, se não encontrarmos, através de negociações e ajustamentos, os meios de somar à capacidade de cada mercado nacional a dos mercados vizinhos, formando um tôdo que se encaminhe para as características de um mercado comum, e talvez, mais adiante, de uma verdadeira união aduaneira.

Uma política de integração regional entre paises homogêneos, que não oferecem perigo de se prejudicarem mutuamente no esforço de desenvolvimento, terá seu complemento natural num acôrdo de pagamentos, e também num acôrdo de investimentos, o qual poderá favorecer a divisão regional de trabalho e economizar duplicação de iniciativas, onde esta não seja aconselhável.

Aí estão algumas linhas mestras do que parece ser a política externa, cujo advento marcou, em 1961, uma etapa de maturação do nosso povo, mas que não pode ser vista como obra concluída e definida, e sim como processo em curso de afirmação e elaboração. Sua essência nada mais é, como procurei mostrar de início, do que a conquista da objetividade na apreciação de nossos interesses internacionais, e a aplicação de critérios racionais ao tratamento dêsses interesses. Desejo acentuar que ela não nos afasta, antes nos aproxima, dos Estados Unidos da América e das democracias ocidentais, a que nos vinculam, não apenas tradições políticas, mas aspirações democráticas comuns e, numa proporção dominante, os nossos interesses financeiros e comerciais. Essa aproximação se faz, porém, por meios e com objetivos, que dão um sentido altamente construtivo, e abrem perspectivas amplas, à convivência e à cooperação, e que não excluem, antes estimulam, as boas relações com tôdos os povos.

Para uma política externa que amplia a área de suas responsabilidades e iniciativas, que já não pode contentar-se com questões de fronteira e vizinhança, nem descansar à sombra de alianças, sem tomar sua quota de

risco na avaliação das mais remotas questões internacionais, é claro que o Brasil terá de reequipar o seu serviço diplomático, expandindo-o, dando-lhe quadros adequados, criando carreiras técnicas auxiliares, melhorando seu sistema hoje rudimentar de comunicações, e chamando a si o controle de informações, que temos dificuldade mesmo em fiscalizar.

A última reforma do Itamarati representou um passo significativo. Iniciada, porém, em 1951, e elaborada ao longo de dez anos, ela já trouxe consigo a necessidade de revisão, e ninguém melhor do que os homens que hoje dirigem esta Casa se acha em estado de propor ao Governo as linhas de uma reformulação.

Acredito que ela deva alcançar a fundo o curso de formação de diplomatas, a que deve ser dado o caráter de uma especialização profissional de intensa atualidade, onde se explore em tôdo seu significado a posição do nosso pais no cenário mundial e no regional, e assim se crie desde os alicerces da preparação a óptica da política independente do Brasil.

Meus caros paraninfados,

Congratulo-me convosco pela presença, nesta solenidade, do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart. Nele não vemos apenas o Chefe do Govêrno, que tem sob sua responsabilidade a condução da política externa, mas o homem público, que desde os primeiros dias do seu govêrno, deu à independência do comportamento internacional do nosso País o melhor de sua capacidade de luta, sem esmorecimentos. É como presidente da política externa independente, que o podemos e devemos homenagear, pois creio que tanto eu, como os que me sucederam à frente desta Secretaria de Estado, estamos em condições de dar têstemunho da marca pessoal e da preocupação constante com que o Presidente tem zelado pela política externa e pela definição de seus atributos.

Quero exprimir também a minha satisfação por vir paraninfar esta solenidade quando à frente do Itamarati se encontra um diplomata, que é um dos expoentes de sua carreira e de sua geração, e que eu próprio tive a ventura de contar como um dos meus colaboradores mais diretos e eficazes: o Embaixador J.A. de Araújo Castro.

É tempo, agora, de ouvirmos a palavra da mocidade. Ela nos traz, não o calor ingênuo do entusiasmo, mas a inquietação do seu senso precoce de responsabilidade pública, e é dela, de sua experiência, por assim dizer antecipada, das incertezas, e dificuldades por que passa o nosso País, que esperamos colher a energia e a confiança, com que havemos, ainda em nossa geração, de plasmar o futuro.

A ALALC e o neo-Subdesenvolvimento. Conferência na reunião preparatória da II Convenção de Empresários Participantes da ALALC

Data: 29 de janeiro de 1964.
Argumento: San Tiago Dantas comenta a Associação Latino-Americana de Livre Comércio e elenca suas principais dificuldades. Dentre elas, atenção especial é conferida ao desconhecimento dos próprios países latino-americanos com relação a suas recíprocas possibilidades econômicas e comerciais, à baixa aceitação dos produtos latino-americanos por parte de seus próprios mercados e ao déficit tecnológico com relação aos países desenvolvidos. Para San Tiago Dantas, a América Latina é uma área que inspira soluções supranacionais para seus problemas.
Nota sobre publicação: Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, ANO VII, no. 27.

Meus Senhores: Foi com grande satisfação que recebi êsse convite para tomar a palavra nesta reunião e tecer alguns comentários sôbre a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, sôbre o presente e o futuro da Zona Livre de Comércio e sôbre a posição do Brasil em face dessa realidade.

Em primeiro lugar, êsse prazer deriva de verificar que esta é uma reunião da classe empresarial. Jamais acreditei que a ALALC pudesse converter-se, de fato, em uma realidade econômica e política e se transformasse no instrumento poderoso, que está em condições de ser, do desenvolvimento de

nossos países, enquanto a classe empresarial não compreendesse o alcance da iniciativa, não a tomasse sob a sua inspiração e proteção e viesse assim juntar os seus esforços aos de seus governos para converter numa realidade florescente o fruto dos trabalhos de Montevidéu.

Há certos instrumentos políticos que produzem seus efeitos através da ação que operam sôbre a consciência das massas. Outros, que produzem imediatamente resultados nos países, em suas chancelarias, em seus departamentos administrativos. Mas há também iniciativas que não se consolidam, que não se tornam o que verdadeiramente são, enquanto não encontram um instrumento permanente de exploração de suas possibilidades de readaptação e de revisão, em face das condições reais da vida econômica. É nesse estado, estou certo, que se encontra a ALALC.

Logo que ela foi imaginada, nós tôdos enfrentamos em nossos países diversas espécies de reações e de ceticismos em relação a ela. Uma dessas formas, talvez das mais fundadas, era o receio de que viéssemos a colocar em comum, como um sistema de vasos comunicantes, economias que, embora tôdas elas caracterizadas por se encontraram numa fase geral de subdesenvolvimento, encontram-se, entretanto, em estágios diferentes do processo de desenvolvimento econômico, umas, já francamente em fase industrializada, outras, dando os primeiros passos para se industrializarem, e outras, ainda, na fase de exportação dos produtos primários, e de compra de manufaturas e, por conseguinte, com seus mercados completamente abertos para a industrialização estrangeria. Surgiu, então, naturalmente, o receio de que a ALALC, ou melhor, de que o estabelecimento de um desarmamento tarifário naquele instante, pudesse constituir como que uma anulação do protecionismo, já que sabemos que um país não pode vencer as etapas de transição sem o mínimo de protecionismo, que lhe sirva de amparo na fase incipiente até o estabelecimento das novas indústrias.

Essa ponderação, que tem tôdo cabimento, tem o único defeito de não levar devidamente em conta as diferentes fases pelas quais pode passar o processo de aglutinação econômica entre países que oferecem um grau satisfatório de homogeneidade. Assim é que se distinguiu entre integração econômica, união tarifária, mercado comum e Zona Livre de Comércio. É claro que uma integração econômica, na plenitude do têrmo, é algo em que nós, naquele momento, nem poderíamos pensar. E ainda hoje, creio que temos que pensar nesse assunto com cautela, olhando-o principalmente como desdobramento futuro. Não quero antecipar-me sôbre êle, porque é dêle

precisamente que, na parte final destas minhas considerações, me quero ocupar. Quero à união aduaneira de que temos um exemplo tão frisante e ilustrativo no que se faz hoje no Benelux, também ela representa uma fase muito avaçada de identificação de interêsses, e nada nos permitiria cogitar de uma união no estágio atual em que se encotram os países latino-americanos.

O que caracteriza o mercado comum é a abolição da tarifa interna e a adoção de uma tarifa externa. Ora, é evidente que o pressuposto desta organização é a homogeneidade das economias coligadas. No nosso caso, isto não é possível: o grau homogeneidade é ainda insatisfatório e o que se poderia fazer era ir criando, através de negociações específicas, um desarmamento tarifário muito mais empírico, muito mais fragmentário, em que, ao invés de abolirmos tarifas de um modo geral, fôssemos pensando em modificá-las, produto por produto e país por país, ajustando, vamos dizer carinhosamente, a cada caso, a cada aspecto da vida econômica, o flexível instrumento do trabalho que nos era oferecido. Assim, a idéia da Zona Livre de Comércio surgiu como uma idéia extremamente realista ao contrário de fazer-nos embarcar em um aventura, cujos desfechos poderiam ser negativos. Para os esforços dos países latino-americanos, de insuficiente desenvolvimento econômico, a Zona Livre de Comércio se apresentava como uma idéia realista, objetiva, modesta nas suas ambições imediatas, e, entretanto, de largo alcance nas suas ambições mais remotas. Já tôdos sentimos que, através dêle, se abrem caminhos para uma conquista de homogeneidade cada vez maior, e, portanto, para a encampação de formas mais íntimas de associação.

Era aquêle o primeiro obstáculo que se apresentanva e creio que, a respeito dêle, tínhamos argumentos com que defender a instituição da ALALC e o seu florescimento. O segundo argumento não era menos digno de considerações. Nós tôdos sabemos que a América Latina sofre permanentemente do problema da instalação de indústrias que são nacionais, quanto à sede em que se constituem as emprêsas e até mesmo quanto a parcelas substanciais do capital, da gerência e da técnica. Entretanto, são elas emprêsas subsidiárias do capital estrangeiro, completamente dirigidas à distância por centros de direção e orientação, cuja sede se encotra nos países mais desenvolvidos do Hemisfério, notadamente nos Estados Unidos. Se é verdade que desejamos, através da ALALC, da Zona Livre de Comércio, êstender a mão à industrialização incipiente dos país latino-americanos, criar-lhes vantagens para as quais estamos dispostos até mesmo, em determinados assuntos, a recuar em projetos de industrialização para dar prioridade a outros,

que são competitivos, também é verdade que não temos o menor desejo de fazer êsse gênero de concessões a estabelecimentos industriais que, na realidade, sejam oriundos, assentados ou dirigidos dos países altamente industrializados no Hemisfério e que, apenas, se acham sediados, de fato, nas nossas nações menos desevolvidas.

É esta uma cautela indispensável. O regime de confiança, as bases morais e econômicas da Zona Livre de Comércio estarão abaladas, e nós podemos correr o risco de um surto de desconfiança que amarre o futuro da instituição, se amanhã sentirmos que, através da ALALC e de suas facilidades, o que estamos fazendo é abrindo brechas no sistema de defesa da indústria nacional para que a indútria altamente desenvolvida, que não necessita da proteção doméstica latino-americana para implantar-se, se servisse de um mecanismo desta natureza para adjudicar-se vantagens que não julgamos razoáveis conceder. Êste argumento tem, portanto, um sentido de advertência. Tôdos nós precisamos estar prevenidos contra êle, porque a única necessidade que êle gera é a de sermos cuidadosos nas negociações. Cada vez que a ALALC entrar num dos seus períodos de negociações, cada vez que nela forem examinados os produtos onde surgem as possibilidades de um entrosamento maior das emprêsas, é preciso também que êste aspecto da nacionalidade efetiva das emprêsas não seja esquecido pelos negociadores desejosos de manter, vamos dizer, os "handicaps" e que não querem deixar, graças a um mecanismo de tão boas intenções como a ALALC, se desequilibrarem os pesos que devem correr os competidores.

Não bastam, entretanto, essas considerações para vermos, a curto prazo, os problemas da ALALC e sentirmos suas múltiplas dificuldades e obstáculos. Creio que uma outra dificuldade, que não se apresenta logo à primeira vista, mas que eu próprio senti quando tive a oportunidade de ocupar a pasta do Exterior, e depois a da Fazenda, é a reação dos competidores na hora em que a ALALC aparece criando facilidades e, por conseguinte, deslocando certos eixos tradicionais do comércio.

Tôdos estão de acôrdo em dizer que é justíssimo que um País como o Brasil substitua, por exemplo, certas matérias-primas que hoje compramos a países com os quais temos certa escassez de divisas e dificuldades comerciais, em virtude da intensidade do comércio. Tôdos concordam em que é justo que desloquemos essas linhas comerciais para o México, para o Chile, para países que são fornecedores das mesmas matérias-primas e que estão em condições de suprir-nos, e que ao mesmo tempo que os suprem, nos compram

outras matérias-primas ou manufaturas que estamos em condições de oferecer. Em tese, não aparecem dificuldade à iniciativa. Pelo contrário, palavras de estímulo, palavras de apoio ouvem-se de tôda parte. E sentimos como que uma aura de boa vontade que, em tôda a área americana, incluídos os países altamente industrializados, cerca o futuro da ALALC e lhe deseja ventos.

Na verdade o que acontece é o seguinte: na hora em que se negocia a concessão, em que se estabelece um critério preferencial, para podermos deslocar uma linha tradicional de comércio de uma zona para uma nova, sob os auspícios e sob os handicaps favorecedores da ALALC, quem surge reclamando contra aquêle deslocamento, quem surge reagindo contra o que lhes parece ser uma perda de mercado, não é o país de onde o fluxo comercial foi deslocado, e sim os próprios interssados diretos, isto é, as firmas comerciais que algumas vêzes perdem clientes e que procuram o apoio das autoridades políticas para defenderem o que até então constituía sua área de comércio tradicional. Isto é uma dificuldade contra a qual tive oportunidade de defrotar-me algumas vêzes. Creio que tôdos os administradores, para dar à ALALC as bases de resistência que precisa, terão necessidade de ter plenamente na consciência êste gênero de dificuldades e obstáculos, e de contra êle criarem os aparelhamentos defensivos.

Essas dificuldades, e muitas outras, inclusive algumas derivadas apenas do hábito, precisam ser enfrentadas com clareza e gradualmente eliminadas. Ainda sou dos que pensam que nenhuma dessas dificuldades que enumerei pode ser considerada maior. Nem sequer colocada no grupo das maiores. As maiores provêm do longo desconhecimento em que os países da América Latina têm vivido em matéria de suas recíprocas possibilidades econômicas e, especificamente, comerciais. A América Latina cresceu com um sistema de economias paralelas, estanques uma das outras, com as maiores dificuldades de comunicação, de transporte e de informação mútua, convencidas de que eram fornecedoras de produtos primários, voltadas, portanto, para os grandes mercados que as absorviam, e desinteressadas uma das outras, por não lhes parecerem que podiam encontrar, à primeira vista, uma área suficientemente absorvente para os seus produtos. Até certo ponto tudo isso é verdade, mas tudo isso vai deixando de ser verdade à medida que os países se vão diversificando em sua economia, e sobretudo à medida em que vão tendo necessidade de abrir mercados novos em virtude das dificuldades de suas

balanças de pagamentos, dificuldades que se vão tornando agudas em relação aos mercados tradicionais.

Em um continente onde, para desprezar variações de ano para ano, podemos dizer, a grosso modo, que o comércio dos países latino-americanos com os Estados Unidos se faz na base de 50%, com a Europa, de moeda conversível, na base de 30%, sobrando os 20% restantes para os mercados inconversíveis, países socialistas e a própria América Latina, esta última, entretanto com cêrca de 9 a 10% (isso para tomar algarismos de média no mesmo período) é fácil concluir que não será de um dia para outro que conseguiremos transformar a Zona Livre de Comércio em fator predominante e, mesmo, em fator pujante do comércio entre os países latino-americanos. O longo caminho a percorrer está diante de nós. E o que é importante, o que não pode ser esquecido, é que êsse caminho só poderá ser aberto e, depois de aberto, só será pavimentado, graças a um esfôrço em que o govêrno e classe empresarial têm que se dar solidamente as mãos para se descobrirem, para que os países se descubram, uns aos outros, revelando-se as suas possibilidades e, sobretudo, desarmando suas prevenções.

Devemos falar em ambas as coisas com muita coragem. Quanto ao desconhecimento recíproco, creio que não serei eu quem lhes vá ensinar nada, aos homens de nogócios que se acham aqui reunidos, aos economistas, aos homens que vêem por dentro a realidade industrial e financeira dos nossos países. Tôdos sabem que o desconhecimento é amplo, que as descobertas que se fazem cada dia deixam às vêzes surpresos os interssados e que há muita coisa que julgamos clara, sabida, óbvia, e que, até o dia de hoje, ainda não entrou na categoria das coisas verdadeiramente conhecidas. Quando às prevenções, o trabalho é ainda mais limitado, mas em demasia necessário. Países que não têm dúvida alguma em recorrer a um país altamente industrializado para importar manufaturas, muitas vêzes se tomam de ciúmes ao pensarem que podem importar esta manufatura de um vizinho latino-americano ao invés de a comprarem em sua própria indútria doméstica. É como se ao abastecerem num país latino-americano vizinho significasse um atestado de que o grau de industrialização do país importador ainda não iguala o grau de industrialização do país exportador.

E por êsses pequenos casos sentimos que, na verdade, há uma rivalidade, quase que de tipo xenófobo, e assistimos a uma perda de velocidade num processo histórico que só pode ser vantajoso a tôdos nossos países. Há então, e nós temos visto isto aqui no Brasil, com a indústria brasileira (como

acredito que os senhores que não são brasileiros aqui presentes terão visto também nas suas indústrias nacionais), maior facilidade, maior aceitação para o produto norte-americano, europeu ou japonês do que para o argentino, mexicano, chileno ou de qualquer outro país latino-americano, apenas pelo recuo diante da idéia de dizer que a minha indústria doméstica ainda não fornece isto ou aquilo. Devemos considerar isto com tôda a coragem, sem nenhum receio de dizer os nomes, um sinal de imaturidade. Só um país imaturo é que pode deixar de lado o seu interêsse por considerações de rivalidade baseadas em motivos tão pueris. Acredito que essa é uma das reações que temos de enfrentar. E esta reação deve ser cumprida sobretudo com a ajuda dos homens de emprêsa. Êles é que vão abrir o caminho e as autoridades públicas vão poder depois trazer iniciativas que consagrem o esclarecimento conquistado nesse domínio.

Mas nem tudo é puerilidade e imaturidade. Também há outras razões que impedem, às vêzes, o estabelecimento da preferência latino-americana e mantém em posição de supremacia o concorrente europeu, ou norte-americano, ou japonês. Creio que o primeiro exemplo que devemos dar, nêste particular, é o dos processos de financiamento comercial. Muitas das encomendas que hoje conseguimos colocar no mercado latino-americano, (e quando eu digo nós, peço aos que me ouvem considerarem não nós brasileiros, mas nós latino-americanos membros da ALALC), muitas dessas encomendas têm o caráter de uma ordem especial colocada junto à indústria para o fornecimento de conjuntos industriais ou simplesmente de conjuntos de materiais para a execução de uma grande obra pública.

É natural que, ao lado de um fluxo regular de fornecimento de mercadorias, em que a produção em série de um país procura abastecer os mercados vizinhos, existam as colocações de ordens especiais: uma compra de veículos, de tubos, uma compra de uma fábrica, de um conjunto térmico, de uma hidrelétrica. Tudo isso, as nossas indústrias nacionais estão em condições de oferecer. Creio que raramente colocaremos nossos oferecimentos em condições de inferioridade quanto à qualidade do material. A indústria latino-americana, nesse particular, tem feito grandes progressos. E pelo que diz respeito àquelas que conheço, e sobretudo àquelas que tive oportunidade de visitar, particularmente em três dos nossos países tive sempre a impressão de que o capítulo da qualidade é aquêle no qual mais progredimos, em têrmos competitivos. Também progredimos muito em têrmos de prazos, sobretudo porque houve uma determinada fase em que os nossos prazos não se

apresentavam em têrmos muito favoráveis. Onde, entretanto, o sistema peca pela base e oferece desde logo seu ponto fraco, seu calcanhar de Aquiles, é no capítulo do financiamento das economias, porque, então, vê-se a indústria latino-americana em competição com os formidáveis sistemas norte-americano, europeu e japonês de financiamento de encomendas a longo prazo, de financiamento a seus exportadores. E nós, aí, nada temos que se possa comparar. Somos obrigados a falar em prazo mais curtos, em condições de financiamento mais desvantajosas. Se tivermos de competir nessa base, então a ALALC tem pela frente um obstáculo daqueles que nos levam de fato a ficarmos preocupados porque a sua remoção é difícil.

Quando fui aos Estados Unidos, como Ministro da Fazenda, no início do ano passado, por volta do mês de abril, tive a oportunidade de dirigir ao Secretário do Tesouro um apêlo para que os Estados Unidos nos dessem segurança do seu voto no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para conseguirmos criar nêle uma carteira especializada em financiamentos das exportações dentro do sistema de livre comércio latino-americano. Repeti o apêlo mais tarde, aos delegados de tôdos os países, em almôço que tivemos no Banco Interamericano de Desenvolvimento. E estou certo de que aquela era a agência naturalmente indicada para dar cobertura a êste ponto fundamental do sistema. Precisamos criar êsse mecanismo. Os senhores, como homens que são da indútria e do comércio, podem exercer sua influência sôbre os diferentes órgãos latino-americanos, e tomar essa idéia que, como sabem, já está lançada, já está em marcha, mas que apenas precisa ser colocada em escala adequada e no ponto de maturação. Precisam colocá-las em têrmos realistas e, se permitem o uso do têrmo, que no vocabulário político é mais áspero que no econômico, precisam colocá-lo em têrmos de pressão. Na verdade, estamos diante da necessidade de uma pressão. O mecanismo é simples: o Banco Interamericano do Desenvolvimento poderia perfeitamente colocar no mercado de capitais dos países desenvolvidos, notadamente no mercado norte-americano, papéis que trariam, além da responsabilidade da firma exportadora e da firma importadora, a co-responsabilidade de bancos nacionais dos dois países interessados na transação. Outros mecanismos parecidos com êste, e talvez até maior agilidade, podem ser conseguidos para resolvermos o problema com tôda adequação.

Outro aspecto da ALALC, que também gostaria de mencionar porque estou certo de que é fundamental, é a necessidade que temos de trazer a

idéia de complementação para debaixo da luz integral dos refletores da opinião técnica e da opinião pública. Até hoje não sei se a opinião pública latino-americana aceita, de fato, com absoluta consciência, a idéia da complementação. Pelo contrário, o que tenho visto é que, às vêzes, as conferências da ALALC, com a apresentação a que dão ensejo dos graus de desenvolvimento industrial obtidos nos diferentes paíese, criam como que um desejo de desenvolvimento integral em cada um dêles. Ora, se a ALALC passar a ser apenas um mecanismo exageradamente temporário, em que cada país cuida depressa de fazer desaparecer as características da diversificação de trabalho, não sei se estaremos assegurando a longo prazo a superioridade do sistema ou se fazendo das negociações apenas o que chamaríamos um compasso de espera. Penso que é preciso ter confiança na idéia da complementação e compreender que há indústrias que, de fato, enriquecerão a ALALC e tornarão nossos povos economicamente mais fortes na medida que formos capazes de deixar que elas se desenvolvam num país onde encontram condições ótimas de produtividade e rentabilidade, ao mesmo tempo em que, em outro país, se desenvolvem indústrias que têm sua superioridade em virtude de condições naturais, daí resultando um reajustamento recíproco.

O reajustamento recíproco, longe de enfraquecer a alguém, fortalecerá ao conjunto. E o conjunto sairá mais forte, numa competição que hoje já não é entre nações mas entre regiões. Temos que nos preparar para a economia de grandes números e não para a economia de pequena rentabilidade, capaz de enriquecer às vêzes uma emprêsa mas não de assegurar a fôrça e a sôbrevivência de tôda uma nação.

Êsse problema da complentabilidade eu abordo, porque estou convencido de que é tributario de outro, também extremamente importante nos quadros da ALALC. Tive oportunidade de debatê-lo numa conferência pronunciada em Montevidéu em 1962, qundo ali se iniciou o período de negociações que precedeu à entrada – creio que da Colômbia – para o sistema e, nessa ocasião, discutimos a necessidade de levar para o âmbito da ALALC a idéia da complementabilidade da política de investimentos. Em tôdos os nossos países têm-se desenvolvido instituições bancárias, de que no Brasil é exemplo típico o Banco Nacional de Desenvolvimente Econômico. Essas instituições se transformam pouco a pouco nos grandes órgãos que, na verdade, presidem aos investimentos públicos no campo da industrialização. O investimento privado resulta de muitas fontes, mas o investimento público, o investimento

do Tesouro dos país latino-americanos, está sendo carreado através de órgãos dessa natureza. E, além do mais, trabalham em conjunto com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, em conexão com a AID, em conexão com o BID, enfim, com tôdas as agências internacionais, norte-americanas ou européias que distribuem recursos, seja no âmago da Aliança para o Progresso, seja diretamente em forma de negociações bancárias. Pois bem, se cada um dêsses bancos formular o programa de desenvolvimento econômico dos respectivos países, concebendo-o como um sistema de desenvolvimento em bases fechadas, olhando para cada país como se êle se preparasse como uma espécie de autarquia, para um dia poder considerar-se autosuficiente economicamente, então estamos no caminho de uma política econômica inteiramente superada e cujo desfecho final será o superamento da América Latina como área de desenvolvimento econômico e da nossa relegação ao plano de área menos desenvolvida do mundo.

Ou os bancos começam, e começam com coragem, uma política de entendimento uns com os outros, para programar investimentos com a clara visão da divisão continental de trabalho, ou então estamos começando por onde os outros acabaram e vamos fazer face à nossa política de desenvolvimento econômico com um atraso inicial de 50anos. E o que é grave: com atraso voluntário.

Isto é tanto mais grave quanto, infelizmente devemos reconhecer, já aconteceu com a América Latina muitas vêzes. Se há algo que nos inferiorize no mundo de hoje é o fato de que a América Latina costuma começar certas iniciativas ou programas com atrasos de meio século ou de um quarto de século. Muitas nações chamadas hoje "nações novas", entre as quais devemos alinhar as africanas e asiáticas, se vêm avantajando a nós, que devemos ser os primeiros a reconhecê-lo pela capacidade que têm de colhêr a novidade. Elas, talvez por não terem a prática da total independência e autonomia mental e política que temos, ao entrarem no mundo novo, vão procurar a última palavra, vão acertar-se com aquilo que no momento se está fazendo, enquanto que nós, brasileiros, e creio que sem magoar a ninguém posso êstender esta crítica a tôdos no Hemisfério Latino-Americano: enquanto que nós, latino-americanos, freqüentemente começamos soluções que já estão ultrapassadas, que já estão vencidas, e que muitos consideram que, embora já não sejam atuais na França, na Alemanha, nos Estados Unidos ou em outros países, ainda são boas para o Brasil, ainda são boas para a América Latina. Ora, não sendo boas para os países nossos competidores, não podem ser boas

para nós. Porque quem quer que aceite como solução válida para sua economia aquilo que na economia de outro país já está ultrapassado, condenou-se em têrmos de concorrência ou pelo menos, se dispôs a pagar mais caro por aquilo que pretende realizar.

Eis por que estou convencido de que a América Latina não se pode desenvolver no sentido das minúsculas autarquias nacionais. Há algo de que devemos considerar cada dia mais distante que é aquilo que poderíamos chamar "micro-soluções nacionais". O nacionalismo deve encaminhar-nos para as grandes soluções, e não para as micro-soluções. Com as micro-soluções, vamos perder a posição de luta, a posição estratégica ou tática em que nos devemos colocar para competir com as outras nações e sobretudo para nos ajudarmos uns aos outros em nossa competição. Por isso, acho tão importante uma reunião de empresários como esta que aqui está, como uma reunião de líderes dirigentes e técnicos nos bancos de desenvolvimento econômico, nas organizações financeiras, nas centrais financeiras dos nossos países, visando ao estabelecimento de uma política comum latino-americana de investimentos públicos sôbre o signo da divisão continental do trabalho e da complementabilidade. Nossos recursos já muito limitados não nos permitem repetir aquilo que seja mais econômico fazer uma só vez. Não podemos guiar nosso desenvolvimento econômico por nenhuma espécie de rivalidade que possa ser considerada infantil, e assim sendo, o rumo da complementabilidade é o rumo da fôrça, é o rumo das mãos juntas. Ao invés de pegarmos nas pontas de um cabo-de-guerra, e de cada um de nós tentar a vitória derrubando o grupo que pega na outra ponta, o que temos é de nos juntarmos, tôdos no mesmo lado, para conduzirmos numa só direção êste progresso comum que nos envolve.

Acredito muito nos resultados de uma política de investimentos ao lado de uma política de desarmamento alfandegário. Diminuamos as barreiras aduaneiras, completemos nossas linhas comerciais e também dividamos internacionalmente nosso processo de industrialização para podermos aproveitar, da melhor maneira possível, o pouco que dispomos, porque é pouco.

É pouco e, infelizmente, é cada dia menos.

Estou sinceramente convencido de que a América Latina, hoje, está em face de um problema que a tôdos nós deve preocupar – o problema do refinamento da tecnologia mundial, do avanço de ciência, do avanço das soluções técnicas que, cada dia, se tornam mais dispendiosas, mais difíceis,

mais capazes de colocar em posição vantajosa os povos que as adotam em primeiro lugar.

Enquanto nós, aqui, no Brasil, na Argentina, México, no Uruguai, no Peru, no Equador, nos países da América Cantral, na Colômbia, na Venezuela, no Chile, estamos empenhados em atingir, graças ao nosso esfôrço, a era industrial, esta era na qual contemplamos florescentes a Europa Ocidental, o Japão, etc., êsses países mais adiantados do mundo, capitalistas ou socialistas, então dando, graças à tecnologia moderna e às conquistas da ciência da era nuclear e espacial, um salto para adiante.

Estamos correndo um risco de ficarmos numa nova era de subdesenvolvimento. Creio que não há alarmismo em dizer que o que nos resta é o perigo do neo-subdesenvolvimento. Caminhamos para o neo-subdesenvolvimento. Ficaremos subdesenvolvidos não tanto por deixarmos de fazer o que precisamos para ter siderurgia, capacidade elétrica, transporte, mas porque, enquanto caminhamos para tudo isso com as técnicas do século passado e do comêço dêste século, os povos plenamente amadurecidos no campo da ciência estão jogando dardos a muitos e muitos metros adiante. Deixam-nos novamente em posição semelhante àquela em que ficamos na hora em que soou o sino da revolução industrial.

Quando isto aconteceu, há um século e pouco, a distância que separava nossos países das metrópoles européias, da Espanha e de Portugal, era muito menor que a que hoje nos separa dos Estados Unidos e da União Soviética. Não sei se poderia dizer infinitamente menor do que a distância que nos separará amanhã dos Estados Unidos e da União Soviética, se tivermos que competir em têrmos de tecnologia clássica contra uma tecnologia nuclear e espacial. Ora, se isto está acontecendo, se estamos caminhando em um mundo tão perigoso para a manutenção do nosso progresso e de nosso nível de igualdade com os outros povos, como poderemos dispensar o que nos aproxime do verdadeiro objetivo, do desenvolvimento econômico?

Não poderemos dispensar a programação do investimento e do comércio. Vamos programar uma coisa e outra e vamos logo programar pensando também nêste outro tipo de programação, que peço licença para acrescentar como um terceiro: vamos programar a nossa capacidade de conquistar a tecnologia moderna.

Digo com tôda franqueza: por seus próprios recursos, não estamos em condições de conquistar a tecnologia moderna. Nem o Brasil, nem a Argentina, nem o México, nem nenhum dos países que têm representantes aqui presentes

ou os que não o têm, porque a verdade é que o que resta conquista representa como mobilização dos recursos materiais e humanos é alguma coisa que nos ultrapassa.

Vou dar um pequeno exemplo para mostrar como tenho razão no que digo. Nos últimos tempos, o Brasil tem feito um grande esfôrço para formar físicos e matemáticos, porque representam a vanguarda desta luta pela posse da ciência e da tecnologia moderna. Pois bem, com o auxílio de alguns ilustres membros do Conselho Nacional de Pesquisas, procedi há dias a um levantamento dos matemáticos e físicos brasileiros que se encontram hoje no estrangeiro trabalhando em regime permanente, com o seu domicílio mudado, por não terem no Brasil condições de produzir cientificamente. Verificamos que possuímos nêste momento vinte e cinco físicos e matemáticos, os melhores de que dispomos, que, depois de terem estudado no Brasil, de terem sido nossos bolsistas no estrangeiro, de terem feito um esfôrço intelectual gigantesco correspondendo à nossa capacidade de fazê-los estudar e tornarem-se, como se tornaram, homens de ciência de primeira ordem, foram exportados pelo Brasil, a título de ajuda brasileira ao desenvolvimento científico da Inglaterra, da França, da Suécia, da União Soviética e dos Estados Unidos, e estão trabalhando nas universidades dêste países, únicas onde encontram condições para realizar as tarefas de alta qualificação profissional para as quais se preparam.

Não vejo do que adianta um país pensar em têrmos de ambição nacional e de auto-suficiência quando os problemas são desta natureza e desta ordem. O que precisamos é criar na América Latina a solidariedade de esforços para resolovermos juntos os problemas que, separados, não resolveremos a tempo. A palavra na qual desejo insistir é esta: tempo. Porque isto precisa ser resolvido a tempo.

Estas considerações me levam a uma parte que desejo encarar de uma maneira menos atual. No mundo moderno, ninguém pode engajar-se numa estrada sem ter formado um juízo perfeito da meta a que essa estrada conduz. Aonde queremos chegar, ao entrarmos pelo caminho da ALALC? Queremos apenas proporcionar à indústria e ao comércio de nossos países melhores negócios? Certamente, êste é o nosso primeiro, fundamental e indispensável objetivo. Não insisto muito nêle porque os senhores aqui presentes conhecem de sobra o que isto pode significar. Um País como Brasil, quando constitui a sua indústria e a faz trabalhar, para raciocinar com algarismos um pouco antigos, com algarismos de 1961, sabe que está trabalhando para um país

cuja renda nacional, cujo produto nacional bruto pode ser orçado em tôrno da ordem de grandeza de uns 18 a 20 bilhões de dólares. Não é nada, é um mercado insignificante, quando o comparamos com os mercados bastente vêzes maiores da França, da República Federal Alemã, da própria Itália, de países onde se abrigam populações menores e onde as possibilidades econômicas são bem conhecidas. Pois bem: o simples fato de amanhã podermos ter a certeza de que uma indústria brasileira será posta em escala não do ambiente comercial que se mede por êsses algarismos mas por três vêzes mais, totalizando um grupo de países unidos pela zona livre, representa desde logo um processo econômico de tal natureza que não há quem possa discutir da vantagem prática para tôdas as micro-economias existentes no país. E se isto é verdade para o Brasil, creio ser verdade, ainda de maneira mais veemente, para cada um dos outros países latino-americanos.

Há, entretanto, mais alguma coisa a ver adiante disso, na minha opinião. Há duas coisas mais a ver: a primeira é a própria evolução das economias latino-americanas, que à medida em que se vão homogeneizando e vencendo as etapas intermediárias do desenvolvimento econômico, podem cada dia alcançar maior grau de interpretação e aproximar-se do mercado comum.

O que tem sido o mercado comum para os povos europeus é alguma coisa por si só tão eloqüente, tão encorajador, tão digno de imitação, que basta percorrer o assombroso surto industrial e comercial da Europa para nos convencermos do quando será útil também à América Latina um dia poder seguir o mesmo rumo. A insignificância dos resultados obtidos na Europa dos Sete, comparada com a pujança dos resultados que vieram beneficiar os seis dos signatários do Tratado de Roma, fala tão alto, que não há necessidade de têrmos dúvida a respeito. Apenas indaga-se se êsse resultado será alcançando por nós a tempo. O que dará o sentido do tempo a esta evolução é justamente o grau maior de homogeneidade que vai sendo atingido pelas economias dos nossos países. Têm andando por isso muito bem os negociadores da ALALC quando estabelecem, mesmo entre nós, um sistema de pesos e medidas que favorecem preferencialmente os países de estrutura econômica ainda relativamente mais débil do que as nossas próprias estruturas, cujas debilidades nós bem conhecemos e proclamamos. Assim se fêz nas negociações com o Paragauai. O que o Brasil abriu naquela oportunidade de comércio com o Paraguai, creio eu que foi discutido com muito interêsse por ambos os países. O que tive oportunidade de ouvir das autoridades de ambos os lados foi muito elucidativo do alcance que as medidas poderiam ter.

Mas há ainda outro terreno no qual a integração pode localizar-se. Não teria existido o Mercado Comum Europeu, a Comunidade Econômica Européia e não existiria talvez o surto de integração que hoje polariza os países signatários do Tratado de Roma, se não existisse antes alguma coisa, cuja genialidade de compreensão não foi talvez vista por tôdos no primeiro instante, mas que marca um verdadeiro momento, uma encruzilhada, um tourne-point da história contemporânea: a fundação da CECA, da Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

Esta idéia genial representou, verdadeiramente, a quebra brutal, dramática, de um sentido de rivalidade econômica entre os países da Europa Ocidental, justamente num ponto crítico da rivalidade entre a Alemanha e a França, no capítulo da grande siderurgia.

Conseguir levar aquêle grupo de países para a internacionalização do problema do carvão e do aço foi o que podemos chamar a vitória do nacionalismo moderno. Foi o superamento das micro-soluções e a entrada corajosa no caminho das soluções idôneas para resolver problemas e colocar na vanguarda os países que são capazes de adotá-la. Aí é que se criou em primeiro lugar um clima de confiança e se revelou que só através desta junção de esforços se poderia entarar nas soluções dos grandes espaços, vencendo a mediocridade, fazendo desaparecer a vantagem dos Estados Unidos e da União Soviética, que tinham o privilégio da grande continuidade territorial e das grandes manchas de população. Êstes continentes, que pareciam fadados a arrebatar o sentido e a liderança da história e esmagar quase que pelo número e pela potencialidade os países de estatura meramente nacional, como a França, a Alemanha, a Bélgica, a Inglaterra, a Itália, êstes países viram surgir ao seu lado uma nova realidade super-nacional: os grandes espaços integrados pelas nações capazes de criarem uma comunidade de mãos juntas, como se diz nos países germânicos, uma comunidade de mãos juntas sôbre certas riquezas que constituem a base verdadeira da independência política. Tivemos uma revelação extraordinária: os países se tornam politicamente mais independentes na hora em que encontram para os grandes problemas da sua economia, não as soluções nacionais, mas as soluções supernacionais, que são capazes de gerar a fôrça, o equilíbrio e a estabilidade.

Pois bem, creio que temos necessidade de olhar para a América Latina como para uma área onde muitas soluções precisam ser encontradas, supernacionalmente. Não tenho dúvidas em dizer que há um problema nêste Hemisfério que os países latino-americanos não resolverão satisfatoriamente

enquanto não forem capazes de encontrar sua comunidade das mãos juntas. Êste problema é o do petróleo. Somos países grandes consumidores de petróleo, um mercado de extraordinária signifacação no mundo de hoje para êsse produto básico, e somos também, alguns – como é o caso em primeiro lugar da Venezuela, mas também o da Bolívia, do Chile, da Argentina, do Peru, enfim, de quase tôdos os países latino-americanos ainda que em escalas diferentes – países produtores. Mas cada um de nós precisa colocar o problema em têrmos dialéticos, porque enfrentamos, numa certa fase da nossa história, o grave problema da competição com as campanhias internacionais. E surgiu-nos êste desafio: a companhia internacional seria o único caminho através do qual países de economia fraca, sem capitais e sem tecnologia, estariam em condições de enfrentar o problema da pesquisa, da larva, do refino e da distribuição de combustíveis.

Problema inepto para tôdos nós, porque somos países que não ignoramos que o petróleo é um produto em abundância no mundo, em oferta crescente, e onde existem regiões, como a do Oriente Próximo, onde o custo de produção por barril de petróleo é de tal forma inferior ao que se pode encontar em qualquer outro país do mundo, que seria muito difícil admitir que companhias internacionais, que controlam o petróleo nessas áreas de produção barata, e que também o deveriam controlar em áreas de produção cara, realmente se interessariam em desenvolver o petróleo nas regiões caras, em detrimento das áreas de produção barata, dando um sentido político e não um sentido econômico a alguma coisa que se desenrolava entre elas e cuja solução delas dependia. De modo que não foi, como muita gente pensa, como erradamente se assoalha, por xenofobia, por formas primárias e pouco racionais do nacionalismo, que países como o nosso se insurgiram contra a idéia da solução puramente liberal de entregar a exploração do petróleo a companhais internacionais e preferiram marchar para soluções estatais e para a criação de monopólios estatais. Foi ela adotada diante das características do problema, da interpretação da realidade, tal como se colocava como tese, no processo dialético com que nos tínhamos que defrontar.

A isto respondemos com a antítesse: foi o monopólio estatal, êsse poderoso instrumento, que, no Brasil, tornou-se indiscutivelmente uma instituição vitoriosa em outros países da América Latina, mas que enfrenta, indiscutivelmente, um grande número de problemas e que, embora nos encontremos na pista de muitos dêles, não apresentam uma solução definitiva mas uma solução em marcha, uma solução em busca de formas cada vez

mais completas e cada vez mais capazes de satisfazer nossos anseios de independência.

Pois bem, creio que a síntese, que a terceira fase dêste processo dialético vai ser alcançada um dia, quando mecanismos políticos como êste que estamos trabalhando – e de que a ALALC é hoje um poderosíssimo instrumento da realização – atingirem a plenitude de sua potencialidade e tornarem-se capazes de gerar um grande processo de integração supernacional.

Não será apenas o petróleo, mas também outras atividades: atividades de mineração, atividades de exploração do subsolo latino-americano, atividades de transporte para enfrentarmos o problema do custo operacional da Marinha Mercante sôbre as nossas bandeiras nacionais, e outras dificuldades no campo das comunicações como em outros mais campos distintos, terão um dia, estou certo, o tratamento supernacional, que é um tratamento que não abala a independência de nenhum país, nem tornam os interêsses do Estado nacional subsidiários de qualquer espécie de grupo e dêles diferenciados.

É isto o que vejo no fim desta grande rota que é a rota da integração nacional.

Assim como a Comunidade Européia do Carvão e do Aço pôde um dia representar o gigantesco caminho que se abriu à criação da Comunicada Econômica Européia, ao Mercado Comum, aqui não duvido que, invertendo um pouco no processo histórico nosso esfôrço de aproximação, a Zona Livre de Comércio, nos conduza um dia à Comunidade Latino-Americana dos produtos essenciais à nossa independência e ao nosso desenvolvimento. Isto pode estar plenamente ao nosso alcance e pode vir a ser um triunfo no futuro.

Acima de tudo, creio que não me referi a alguma coisa que está no ápice dêsse processo de integração, e para a qual a Europa já se voltou através de uma instituição de tanta importância quanto aquela que mencionei: refiro-me ao Euraton. Estou certo de que também a energia atômica só poderá representar para a América Latina a grande chave do progresso e independência que está em condições de ser na hora em que pudermos marchar para uma comunidade em tôrno da pesquisa, da exploração e da utilização da energia nuclear para fins pacíficos. O Brasil, que teve a honra de patrocinar, em 1962, na Conferência de Genebra, a desnuclearização da América Latina e o acôrdo parcial para a restrição dos têstes atômicos na atmosfera e no espaço sideral, o Brasil, que se juntou ao México na assinatura das proposituras visando a essas conquistas perante o Comtê dos Dezoito e

ali representou tôdos os países latino-americanos, falando por conseguinte em linguagem regional, não pode deixar de desejar também um entendimento entre os países latino-americanos para que possamos ser os verdadeiros campeões da purificação de uma fôrça que, nas condições em que se revelou ao mundo apareceu sob o signo da morte, mas que tem condições para transformar-se no símbolo da paz e mesmo no símbolo da vida eterna para os povos. Essa fôrça é o átomo, essa fôrça é a energia, contida na matéria.

Essa energia que se revelará e só estará por nós dominada, domesticada, a serviço de nosso anseio de paz e de reconciliação entre os homens, na hora em que encontramos, na plenitude do seu sentido, êste caminho de integração.

Os senhores, reunidos numa assembléia como esta, trocando idéias sôbre comércio, sôbre produtos e medindo a prestimosidade dêsses instrumentos, na verdade não estão apenas dando alguns passos frutuosos no caminho dos interêsses econômicos de seus países e de suas emprêsas. Então trilhando os primeiros passos de uma longa jornada que ouso pensar nos conduza a uma meta, a mais importante dos povos latino-americanos.

Compreensão Mundial: Conferência pronunciada no Rotary Club

Data: 23 de março de 1964.
Argumento: San Tiago Dantas apresenta o princípio de compreensão mundial como caminho para a paz. A corrida armamentista deverá ser substituída pela ação diplomática e pelos esforços de supressão da desigualdade econômica entre os povos..
Nota sôbre publicação: Revista Brasileira de Política Internacional, setembro de 1964, ANO VII, no. 27.

É com satisfação que atendo ao honroso convite recebido do Dr. Virgílio Moojen de Oliveira para tomar a palavra no jantar de hoje sôbre o tema "Compreensão Mundial". Tenho tido oportunidades numerosas para falar ao Rotary Clube, em diversas sessões espalhadas pelo território do País, e acompanhado a obra discreta, mas extremamente útil que êle realiza, de esclarecimento de problemas e exame das questões mais palpitantes da atualidade. O clima de fraternidade e de isenção reinante em suas reuniões permite que se alcacem resultados difíceis de obter onde quer que os espíritos estejam apaixonados e hajam assumido posições intransigentes.

Creio não exagerar dizendo que a compreensão mundial é hoje o caminho historicamente definido para que os povos procurem e alcancem o mais importante dos seus objetivos: a paz. A paz é talvez o mais antigo dos objetivos perseguidos pelo homem, quer em estágios avançados, quer em estágios

rudimentares da civilização. Jamais, entretanto, a paz adquiriu para a humanidade o sentido que hoje possui e que nos permite falar dela como de um alvo específico da civilização presente.

Para isso contribuiu, de maneira primordial, a transformação, não apenas quantitativa, mas também qualitativa, da guerra e de seus efeitos morais e materiais. Por maiores que parecessem, aos olhos das gerações anteriores, os efeitos destruidores das armas então empregadas, o certo é que elas permitiam alcançar-se uma decisão final e por conseguinte voltar-se ao restabelecimento da paz, muito antes a destruição houvesse alcançado de maneira irreparável a substância do País e aniquilado suas estruturas sociais. Não raro a guerra trazia prosperidade. A produção de armamento estimulava as indústrias, o aumento da procura de bens de consumo fazia subir os preços e multiplicava os negócios. Ao mesmo tempo, o vencedor eliminava a competição do vencido e podia assim fazer renascer com mais vigor a prosperidade e o bem-estar, comprometidos apenas momentaneamente pela guerra.

Do ponto de vista moral, esta parecia algumas vêzes ser a única saída para um povo atingido em sua honra ou ameaçado em sua soberania.

Tudo isso desapareceu, no mundo moderno, em face da capacidade destruidora do armamento nuclear e termonuclear, e do fato de existir, entre as duas maiores potências do mundo – os Estados Unidos e a União Soviética – um equilíbrio de fôrças, que conduzirá à retaliação estratégica, colocando em posição muito próxima, quanto aos efeito da destruição material, os vencedores e vencidos. Assim é que nenhum dos cálculos realizados, até aqui, por peritos militares, deixou de admitir que, de ambos os lados, a destruição das indústrias, nas primeiras 48 horas de retaliação, atingirá a 45% dos respectivos parques e a da população, a mais de 50%. A isso se acrescente que o efeito mortífero da irradiação se propagará por um período praticamente indefinido e se êstenderá a áreas vizinhas inteiramente alheias aos objetivos do choque militar.

A essa desorganização econômica se seguirá inevitavelmente a desordem social, com a implantação de um regime autoritário motivado apenas pela necessidade de preservar a ordem pública.

Êsse desfecho inevitavelmente catastrófico da guerra nuclear alterou profundamente a conceituação da paz no mundo moderno. O que parecia um ideal, mas um ideal relativo, isto é, suscetível de ser suplantado na consciência dos povos por outros valores igualmente dignos de consideração,

tornou-se um ideal absoluto, já que nunhum outro bem da existência, seja a liberdade, seja a honra, seja o bem-estar social proporcionado pela civilização, poderá subsistir se o mundo tiver de passar pelos efeitos aniquiladores de uma guerra atômica entre as grandes potências detentoras de armamento nuclear e termonuclear.

O pensamento político dos povos, expresso por seus homens de Estado, e o pensamento filosófico expresso pelos líderes religiosos e pelos pensadores, convergem para a mesma condenação formal e absoluta do recurso às armas e fazem da preservação da paz o pressuposto indispensável da defesa da civilização.

Como alcançar, porém, no mundo de hoje, as condições para a manutenção e o fortalecimento da paz? Através da cooperação dos Estados e da ação de seus diplomatas, os povos procuram hoje substituir a corrida armamentista pelo desarmamento geral e progressivo; por outro lado, em conferências internacionais e grupos de trabalho, procuram eliminar as injustiças, e o desequilíbrio que efetam o comércio mundial, traçando-lhe normas técnicas e econômicas capazes de favorecer o aproveitamento pleno do esfôrço produtivo das nações; e mediante organismos diversos, nacionais e internacionais, buscam dar continuidade e eficência à cooperação econômica entre as nações de modo que cada uma delas possa levar às que são menos desenvolvidas auxílio financeiro e assistência técnica, sem comprometer-lhes o livre exercício da soberania.

Tudo isso, entretanto, para chegar a seus verdadeiros fins e traduzir-se rapidamente em resultados palpáveis, tem de assentar sôbre uma base ao mesmo tempo psicológica e moral. Essa base é a compreensão mundial. Compreensão mundial significa, em primeiro lugar, a quebra das prevenções existentes entre os povos e a tomada de uma atitude recíproca de boa fé e confiança. Significa, em segundo lugar, o esfôrço deliberado de conhecimento dos demais povos em suas peculiaridades e aspirações. Se os povos não se conhecerem, será difícil que entre êles surjam novas formas válidas e duradouras de cooperação. Se não houver confiança e boa fé nas relações internacionais, pequenos incidentes não tardarão em acumular ressentimentos, de onde se originarão tensões capazes de restaurar um clima de guerra potencial.

A compreensão se contrapõe ao isolamento. Os povos que se isolam não estão favorecendo a manutenção da paz. Esta é fomentada pelos que se aproximam dos demais povos e procuram desenvolver com êles um intercâmbio cultural, político e econômico.

O Brasil sempre foi um País amante da paz. A guerra de conquista está condenada em nossas constituições. O recurso à guerra foi de longa data suplantado pelo recurso ao arbitramento e a outros meios pacíficos de solução dos conflitos internacionais.

Um passo novo, e decisivo, no caminho do pacifismo, foi feito pelo nosso País ao esposar, em sua política externa, a doutrina da coexistência pacífica, e ao restabelecer relações comerciais com tôdos os países do mundo. Graças a isso temos procurado mercados para suprir nossas necessidades e absorver nossos produtos, ao mesmo tempo que desempenhamos um papel ativo no entrelaçamento dos interêsses de tôdos os povos. As relações políticas e culturais que mantemos com quase tôdos êles permitem ao nosso País ser hoje um agente eficaz da compreensão mundial. Daí provém o papel, de importância crescente, que desempenhamos nos organismos internacionais. Êsse papel exalta o Brasil e não pode deixar de encher de satisfação e de orgulho os brasileiros. Estou certo de que agremiações como o Rotary Clube poderão trazer aos dirigentes do País valiosa contribuição pelo apoio que saberão dar a uma política que nada mais é do que a projeção, na vida internacional, dos princípios e ideais pelos quais se bate o Rotary Clube em suas beneméritas atividades.

San Tiago Analisa Pronunciamento de Castelo

Data: estimada entre abril e setembro de 1964.
Argumento: San Tiago Dantas analisa discurso de Castelo Branco sobre política externa e resiste à idéia de que um país que compartilhe aspirações democráticas com seus vizinhos esteja sujeito a "normas e objetivos da política externa ditados do exterior". O comentário ilustra a posição de San Tiago Dantas diante das relações entre Brasil e Estados Unidos, da comunidade luso-afro-brasileira e do direito alemão de auto-determinação. Os conceitos de neutralismo e independência são mobilizados para ilustrar sua argumentação.
Fonte: Arquivo San Tiago Dantas: fundo Q8, caixa 38, pacote 2. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Li com atenção e aprêço o discurso do Presidente Castelo Branco sôbre política externa, procurando, ao mesmo tempo, a palavra do Chefe do Govêrno e o pensamento, que bem conheço, do antigo mestre da Escola Superior de Guerra.

O que, a meu ver, reclama comentário imediato, é a perigosa interpretação, que lhe pode ser atribuída, de que um país, por achar-se em determinada área geográfica e ter as mesmas aspirações democráticas de seus vizinhos, está sujeito a normas e objetivos da política externa ditados do exterior, e que apenas lhe cabe acompanhar. Isso, em primeiro lugar, não seria certo;

em segundo lugar, não parece ter sido dito pelo Presidente, embora já não faltem maus intérpretes, que lhe querem atribuir essa intenção.

Estados Unidos e Brasil

O fato de um país subdesenvolvido, como o Brasil, viver na área de influência política e econômica de um país como os EE.UU., longe de criar uma coincidência sistemática de interêsses, capaz de subordinar a política do primeiro à do segundo, gera contrastes e antagonismos, que vão desde as questões oriundas de intêresses privados americanos dentro do nosso território, protegidos às vêzes excessivamente pelo Govêrno dos EE.UU., até as tomadas de posição em problemas de caráter multilateral, em relação aos quais o que nos convém não é sempre o mesmo que convém aos americanos. Exemplo recente a expressivo dêste contraste foi a nítida divisão de fôrças e interêsses nacionais, que se refletiu nas votações e conclusões finais da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, onde os países subdesenvolvidos formaram, sem excessão, a favor de certas teses fundamentais combatidas pelos países desenvolvidos do Ocidente.

Os EE.UU. têm mostrado, aliás, inúmeras vêzes, que compreendem essa independência de conduta dos países subdesenvolvidos, e que nem por isso lhes recusam apoio e solidariedade, quer no plano político, quer no econômico.

Independência e interdependência

Foi pena que o discurso houvesse agasalhado, sem alguns esclarecimentos indispensáveis, um jôgo de palavras, já utilizado anteriormente, entre "independência" e "interdependência". Se por interdependência o que se entende é a elaboração de uma política externa comum, ou seja, a tomada de posições e atitudes idênticas em face de objetivos ou interêsses coincidentes, fôrça é reconhecer que ela só é possível entre povos do mesmo nível na escala do poder. O Brasil e a Argentina podem ter uma política externa comum, expressão da vontade livre de ambos. Os EE.UU. podem tê-la com a Europa Ocidental, e até com a União Soviética, como vai aliás parecendo emergir dos problemas comuns com a China Popular e das condições tecnológicas de utilização do espaço cósmico. Mas uma política comum entre, suponhamos, os EE.UU. e a Nigéria, dificilmente traduziria

outra coisa, a não ser a aceitação passiva, pelo país mais fraco, da política que o mais forte elaboraria de acôrdo com seus interêsses e objetivos.

Pode admitir-se, porém, que a interdependência não é a elaboração, ou a aceitação de uma política comum, mas o reconhecimento do encadeamento de fatos e interêsses, que se verifica no campo econômico e político, tanto na ordem interna como na internacional. Ninguém nega ou desconhece essa interdependência. O que se quer saber, porém, é se um país, ao orientar-se nos labirintos da interdependência objetiva, pode e deve seguir o rumo do seu interêsse nacional, ou se deve "alinhar-se", isto é, seguir sem variantes a linha estabelecida por um bloco ou por outro país. O contrário da "independência" não é a "interdependência", é a "dependência". Esta não poderia contar, e estou certo de que não contou, com a tolerância do Presidente Castelo Branco e do grande diplomata que é seu Ministro do Exterior. O cerne do pensamento do discurso presidencial está, a meu ver, nesta passagem:

"Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interêsses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação. Êsse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interêsse estranho ao do Brasil. O interêsse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interêsse da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental."

Não há como discordar dêsses conceitos.

Comunidade Luso-Afro-Brasileira

Merece também esclarecimento a passagem, a que a imprensa vem dando grande destaque, relativa a uma possível comunidade de interêsses portuguêses, brasileiros e africanos, "em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema".

Ninguém se pode opôr à idéia dessa comunidade, que foi objeto de conversações muito interessadas entre representantes dos dois países, em 1962. O que é, porém, preciso distinguir é se com ela o que se quer é associar o Brasil ao colonialismo português na África, ou se previamente Angola e Moçambique assumiriam, para entrar na comunidade, a plenitude da independência. Nêste último caso, tôdos os aplausos à tese, que pode apontar o rumo da preservação da cultura portuguêsa e da influência ocidental naqueles

países africanos. No primeiro caso, entretanto, não se compreenderia a razão de um país como o Brasil querer associar-se, no crepúsculo do colonialismo, a uma política universalmente condenada e de que estamos independentes.

É preciso, aliás, acabar com o equívoco de que a tolerância do Brasil para com o estado colonial dos territórios portuguêses na África seja inspirada por amizade para com Portugal. O Brasil nunca faltou e não faltará a essa amizade, mas não há melhor maneira de traí-la do que ajudar Portugal a perder-se numa política repelida por tôdo o mundo civilizado, e que não traduz o interêsse dos povos africanos, nem os do Ocidente, nem os do próprio Portugal.

Auto-determinação alemã

Não pode também o Brasil - a não ser que sua política externa tenha passado a ser eco de atitudes alheias, assumidas com puro escopo polêmico - fazer declarações superficiais, como a de que favorece a imediata aplicação à Alemanha do princípio da auto-determinação. Antes disso, é preciso lembrar que a Alemanha está sob a ação coercitiva de Estados estrangeiros, que arrebataram uma fração do país para a influência do Pacto de Varsóvia, e fizeram da outra fração um membro da Nato. Qualquer idéia de exercício da auto-determinação através de um plebiscito, só encontra condições legítimas depois de encontradas, mediante uma solução justa e construtiva, condições para expressão livre da vontade popular.

É o que se observa igualmente no Vietnam, onde os EE.UU. têm recusado, com razão, a realização do plebiscito, enquanto o país se mantém dividido, e com a parte mais populosa, a do norte, nas mãos dos comunistas, que o reclamam.

Neutralismo versus independência

Uma palavra afinal sôbre o neutralismo. Tôda a doutrina da política externa independente foi construída e caracterizada através de uma contraposição ao "neutralismo", que com ela jamais foi ou podia ter sido confundido. O neutralismo surgiu como procura de uma terceira posição, e teve tôdos os inconvenientes de uma conduta rígida, enquanto a independência permite a um país mover-se entre os blocos político-militares, optando palas atitudes que lhe convêm e servem efetivamente à comunidade das nações, sem se subordinar permanentemente a qualquer delas.

A condenação do neutralismo favorece a consolidação da política externa independente, como expressão consciente da vontade do nosso país.

Pronunciamentos complementaes

É de esperar que em pronunciamentos complementares o Presidente da República traga à política exterior outras definições e rumos, em relação a problemas que desta vez não chegou a examinar. A própria tese da polarização mundial entre U.R.S.S. e os EE.UU., que marca fortemente o discurso, vem ficando, nos últimos tempos, inatural, à medida que vemos êsses dois países procurarem e alcançarem acôrdo em relação a diversos problemas internacionais. Não pode escapar a mais ninguém o fato significativo do rareamento do veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A era da guerra fria, se não está encerrada, parece, entretanto, aproximar-se de uma substancial transformação, e a primeira qualidade de uma política externa é estar firmada numa avaliação rigorosa da realidade do seu tempo.

Feitos êsses comentários e observações, com propósito construtivo, não duvido em felicitar o Presidente pela elevação e seriedade do seu pronunciamento.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)